

LINGUÍSTICA E
FILOLOGIA

SCRIPTA

Revista do Programa de Pós-graduação em Letras e do
Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros da PUC Minas

Linguagem, discurso e
cognição

v 18 - n 34

1º semestre

2014



EDITORA
PUC MINAS

SCRIPTA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo
Reitor: Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães
Vice-Reitora: Patrícia Bernardes
Assessor Especial da Reitoria: José Tarcísio Amorim
Chefe de Gabinete do Reitor: Paulo Roberto de Souza
Pró-Reitores: Extensão – Wanderley Chieppe Felipe; Gestão Financeira – Paulo Sérgio Gontijo do Carmo; Graduação – Maria Inês Martins; Logística e Infraestrutura – Rômulo Albertini Rigueira; Pesquisa e Pós-graduação – Sérgio de Morais Hanriot; Recursos Humanos – Sérgio Silveira Martins; Arcos – Jorge Sundermann; Barreiro – Renato Moreira Hadad; Betim – Eugênio Batista Leite; Contagem – Robson dos Santos Marques; Poços de Caldas – Iran Calixto Abrão; São Gabriel – Miguel Alonso de Gouvêa Valle; Guanhães e Serro – Ronaldo Rajão Santiago
Secretaria de Comunicação: Mozahir Salomão Bruck
Secretaria-Geral: Ronaldo Rajão Santiago
Cultura e Assuntos Comunitários: Maria Beatriz Rocha Cardoso
Planejamento e Desenvolvimento Institucional: Carlos Barreto Ribas
Instituto de Ciências Humanas: Carla Santiago Ferretti (Diretora)
Chefe do Departamento de Letras: Jane Quintiliano Guimarães Silva
Programa de Pós-graduação em Letras: Márcia Marques de Morais (Coordenadora)
Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros: Terezinha Tabor da Moreira (Coordenadora)

EDITORA PUC MINAS

Comissão Editorial: Ângela Vaz Leão (PUC Minas); Graça Paulino (UFMG); José Newton Garcia de Araújo (PUC Minas); Maria Zilda Cury (UFMG); Oswaldo Bueno Amorim Filho (PUC Minas)
Conselho Editorial: Antônio Cota Marçal (PUC Minas); Benjamin Abdala Jr. (USP); Carlos Reis (Univ. de Coimbra); Didima Olave Farias (Univ. del Bío-Bío – Chile); Evando Mirra de Paula e Silva (UFMG); Gonçalo Byrne (Lisboa); José Salomão Amorim (UnB); José Viriato Coelho Vargas (UFPR); Kabengele Munanga (USP); Leonardo Barci Castriota (UFMG); Philippe Remy Bernard Devloo (Unicamp); Regina Leite Garcia (UFF); Rita Chaves (USP); Sylvio Bandeira de Mello (UFBA)
Coordenação Editorial: Cláudia Teles de Menezes Teixeira
Assistente Editorial: Maria Cristina Araújo Rabelo
Revisão/preparação dos originais: Celso Fraga da Fonseca; Sandra M. S. Cavalcante; Ana Margarida Abrantes
Tradução e revisão de resumos em língua estrangeira: Celso Fraga da Fonseca; João Lucas Gontijo Fraga; Ana Margarida Abrantes
Capa e diagramação: Jefferson Ubiratan de Araújo Medeiros

CESPUC – CENTRO DE ESTUDOS LUSO-AFRO-BRASILEIROS • Av. Dom José Gaspar, 500, Prédio 20, Sala 101 • 30535-610
Belo Horizonte, Minas Gerais – Brasil • Tel.: (31) 3319-4368 • Fax: (31) 3319-4904 • E-mail: cespuc@pucminas.br

EDITORA PUC MINAS – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais • Rua Dom Lúcio Antunes, 180,
Coração Eucarístico • 30535-490 • Belo Horizonte, Minas Gerais – Brasil • Tel.: (31) 3319-9904
Fax: (31) 3319-9907 • E-mail: editora@pucminas.br Tiragem: 500 exemplares.

SCRIPTA

LINGUÍSTICA E FILOGIA

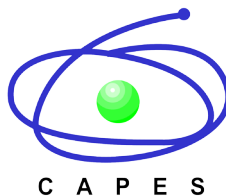
Revista do Programa de
Pós-graduação em Letras
e do Cespuc

Organizada por

Sandra M. S. Cavalcante

Ana Margarida Abrantes

André L. Souza



Scripta é uma publicação semestral do Departamento de Letras da PUC Minas, do Programa de Pós-graduação em Letras e do Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros – Cespuc - MG. A revista publica números alternados com matéria de Literatura ou de Linguística e Filologia, o que se indica no subtítulo: I – Literatura; II – Linguística e Filologia.

Comissão de publicações:

Presidente: Ângela Vaz Leão

Editora-Geral da revista **Scripta**: Terezinha Taborda Moreira

Editora da revista **Scripta** de Linguística e Filologia: Juliana Alves Assis

Secretárias: Ivete Lara Camargos Walty

Melânia Silva de Aguiar

Suely Maria de Paula e Silva Lobo

Conselho Editorial:

Antoine Auchlin (Université de Genève)

Ataliba Teixeira de Castilho (USP)

Benjamin Abdala Jr. (USP)

Carlos Alberto Faraco (UFSC)

Cleonice Berardinelli (UFRJ)

Eneida do Rego Monteiro Bonfim (PUC Rio)

Evanildo Bechara (UERJ)

Francisco Noa (Universidade Eduardo Mondlane –

Maputo, Moçambique)

Helena Carvalhão Buescu (Universidade de Lisboa)

Ingedore Koch (Unicamp)

Inocência Mata (Universidade de Lisboa)

Jean-Paul Bronckart (Université de Genève)

José Luiz Fiorin (USP)

Laura Cavalcante Padilha (UFF)

Luiz Carlos Travaglia (UFU)

Marco Antônio de Oliveira (PUC Minas)

Margarida Basílio (UFRJ)

Maria Antonieta Pereira (UFMG)

Maria Helena de Moura Neves (Unesp)

Maria Luiza Ramos (UFMG)

Maria Theresa Abelha Alves (UFRJ)

Mary A. Kato (Unicamp)

Mia Couto (escritor moçambicano)

Regina Zilberman (UFSC)

Renata Soares Junqueira (Unesp)

Rosa Virgínia de Mattos e Silva (UFBA)

Silvana Maria Pessôa de Oliveira (UFMG)

Solange Ribeiro de Oliveira (UFMG)

Wander Melo Miranda (UFMG)

Indexadores: Latindex, Ulrichs, Clase, MLA, LLBA, Icap

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

S434

Scripta – v. 1, n. 1, 1997 – Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2014.

ISSN 1516-4039

Semestral

1. Literaturas de língua portuguesa – Periódicos. 2. Língua portuguesa – Periódicos.

I. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-graduação em

Letras. II. Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros.

CDU: 82.03(05)

Sumário

Apresentação	11
Dossiê Estruturação linguística e cognição	
O <i>continuum</i> de gramaticalização do verbo DAR: de predicador a auxiliar <i>Sueli Maria Coelho e Silmara Elisa de Paula Silva</i>	23
Interjecciones, onomatopeyas y ¿sonidos inarticulados? Una reflexión desde la perspectiva de categorización cognitiva <i>Lucía Bernardi</i>	41
La expresión y la adquisición de eventos de colocación en danés y español <i>Iraide Ibarretxe-Antuñano, Teresa Cadierno e Alberto Hijazo-Gascón</i>	63
Mesclagem e subjetividade em construções escalares <i>Lilian Ferrari e Diogo Pinheiro</i>	85
Polissemia: da atenção à significação <i>Kariny Cristina de Souza Raposo e Helena Maria Gramiscelli Magalhães</i>	103
Dossiê Interação discursiva e cognição	
Espaços integrados e corpos partidos: vozes e perspectivas narrativas em línguas sinalizadas <i>Leland McCleary e Evani Viotti</i>	121
Estratégias de ação e manipulação tópica: o embate de perspectivas em uma entrevista jornalística <i>Erik Fernando Miletta Martins</i>	141
The structuring of narrative texts into figure and ground: attention, memory and language <i>Adriana Maria Tenuta, Marcus Lepesqueur e Maria Luiza Cunha Lima</i>	163

Readers as overhearers and texts as objects – joint attention in reading communities <i>Vera Tobin</i>	179
O discurso sobre futebol e violência em Minas Gerais <i>Luciane Corrêa Ferreira e Pedro Henrique Sousa da Silva</i>	199
Dossiê Metáfora e cognição	
O papel subestimado do interlocutor na abordagem cognitiva da metáfora identitária do professor entre discursos de (des)legitimação <i>Ulrike Schröder</i>	217
A emergência de metáforas multimodais: análise da metaforização e da compressão no debate político-eleitoral <i>Paulo Henrique Aguiar Mendes e Máira Avelar Miranda</i>	237
Sinestesia e metáforas <i>Hugo Mari</i>	257
Metaphor as a Window on talk about Trauma and Post Traumatic Growth <i>Adriana Costa e Gerard Steen</i>	283
Entrevistas	
The human spark <i>Mark Turner</i>	303
A centelha humana <i>Mark Turner</i>	309
The communicative mind <i>Per Aage Brandt</i>	315
A mente comunicativa <i>Per Aage Brandt</i>	323

Resenhas

A mente comunicativa: uma análise linguística da integração conceptual
e da construção de sentidos

Josiane Militão 333

The origin of ideas: blending, creativity, and the human spark

Marco Antonio de Oliveira 345

Apresentação

Linguagem, discurso e cognição: desafios e perspectivas

Sandra Cavalcante*
Ana Margarida Abrantes**
André Luiz Souza***

Desde a Antiguidade Clássica, a relação entre linguagem e interação social, entre linguagem e cultura, entre linguagem e diferentes formas de conhecimento é uma preocupação que se explicita, de maneira evidente, na história da filosofia. Partindo dos sofistas, passando por Platão e Aristóteles, até chegarmos a filósofos contemporâneos como Wittgenstein, Heidegger, Derrida, Foucault, entre outros, são múltiplos os caminhos que o fenômeno da linguagem percorre quando tomado como objeto de reflexão.¹

Se pensarmos na cognição e na comunicação como duas faces de uma só moeda, podemos entender a linguagem como a interface metálica que liga os dois lados. A análise linguística é um instrumento privilegiado para aceder a estruturas de pensamento, a formas de organização conceptual e ao modo como produzimos sentido a partir da experiência perceptual ou de estímulos de abstração. Ao mesmo tempo, pelo uso da língua, a linguagem manifesta-se em instâncias de discurso, ou seja, de expressão estilizada e socialmente estruturada, reveladora da estruturação intersubjetiva do pensamento: a análise da linguagem, estruturada em discurso, no processo enunciativo, revela como o interlocutor está frequentemente previsto e mesmo incluído no modo como pensamos sobre a realidade e a referenciamos linguisticamente.

As concepções de linguagem e de cognição aqui subjacentes nos permitem considerar, em consonância com Benveniste, que “o ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias de enunciação”, ou seja, por um ato individual, nos apropriamos

*Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Letras (Brasil).

** Universidade Católica Portuguesa. Faculdade de Ciências Humanas. Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (Portugal).

***Assistant Professor, Department of Psychology, The University of Alabama (USA).

¹ Martins, 2004, p. 439-472.

da língua (de suas convenções simbólicas) e a mobilizamos criativamente. A enunciação, nessa perspectiva, pressupõe o próprio ato, as situações em que ele se realiza e os instrumentos (fonológicos, lexicais, gramaticais, semânticos) de sua realização.² Se o ato de colocar a língua em atividade é desencadeado por locutores empíricos que, em um dado contexto comunicativo, necessitam referir e correferir pelo discurso, a análise linguística, assumida em uma perspectiva cognitiva, não deve abrir mão do desafio de considerar a relação existente entre as diferentes dimensões da linguagem (e da vida) humana.

Entre a forma como pensamos e os discursos que produzimos, há um largo espectro de influência dialética. E essa influência se dá por uma dinâmica e inextricável relação entre as estruturas universais da cognição, assentes numa base neurobiológica comum, e a cultura que orienta, modela e edita essas estruturas. Esse *continuum* entre cognição e cultura torna o pensamento humano um elemento constitutivo, fundamental, para a experiência humana no campo da arte e da ciência. A sua abordagem é, necessariamente, uma tarefa transdisciplinar, que interessa e ocupa as humanidades, as ciências naturais e sociais, aproximando diferentes áreas do conhecimento humano.

Trabalhos de pesquisa, de natureza empírica, realizados nos campos da Antropologia Evolucionária e da Psicologia Cognitiva, nas últimas décadas do século XX, apresentam evidências científicas que corroboram a tese de que a cognição humana é marcada por processos, simultaneamente, filogenéticos, históricos e ontogenéticos que permitem ao homem beneficiar-se das diversas formas de conhecimento acumuladas pelos grupos sociais e que, ao mesmo tempo, determinam essas diversas formas de conhecimento, entre elas, a própria comunicação linguística.³

A evolução cultural humana é, definitivamente, cumulativa. Desenvolvemos, utilizamos, compartilhamos e perpetuamos o nosso potencial cognitivo em meio a artefatos e práticas sociais que reúnem a memória social da espécie humana, ou seja, toda experiência e sabedoria coletiva acumulada pelos grupos sociais a que pertencemos. Nossa percepção, atenção, memória, nossa capacidade de categorizar, de perspectivar, de criar analogias e metáforas, de resolver problemas, de referenciar e de significar, através do uso comunicativo, estético e religioso de símbolos linguísticos e não linguísticos, criados e compartilhados culturalmente, enfim, nossa cognição é impactada e parametrizada pelas nossas vivências culturais, pelas nossas experiências sociais. Estas, por sua vez, se instituem,

2 Benveniste, 1989, p. 82-83.

3 Tomasello, 2003, p.13.

desde a mais tenra infância, de maneira subjetiva, pessoal, idiossincrática e, simultaneamente, de maneira intersubjetiva, compartilhada, conjunta, coletiva. Evolutivamente, atuamos (cada vez mais) em coletividades cognitivas, em simbioses com sistemas externos de memória. À medida que desenvolvemos novas configurações simbólicas externas e novas modalidades (e nos apropriamos destas), reconstruímos a nossa própria arquitetura mental de uma forma nada trivial.⁴

A linguagem humana é, portanto, reveladora dessa inextricável relação entre cognição e cultura e, assim sendo, um objeto de análise, que coloca pesquisadores de diversas áreas e linguistas, em particular, frente ao desafio de investigá-la entre o universalismo da cognição e o relativismo da cultura. A linguagem humana, manifestada nas diversas formas de uso das línguas naturais, é interpessoalmente objetiva, o que permite generalizações sobre a dimensão partilhada da cognição. Por outro lado, ela é simultaneamente flexível, de modo a acomodar produções discursivas individualizadas, em constelações intersubjetivas diferentes e contextos sociais distintos.

Entre o partilhado e o particular, subjacente ao exercício concreto da (inter) subjetividade, da dialogicidade – concretizado nos processos de estruturação linguística e de interação discursiva – o desafio de investigação da linguagem humana, em diferentes perspectivas e dimensões, vem sendo histórica e sistematicamente assumido por pesquisadores que atuam em centros de excelência acadêmica de diferentes nacionalidades.

Nesse contexto desafiador e prospectivo, apresentamos o número 34 da Revista *Scripta*, uma edição temática organizada com base em resultados de pesquisas que privilegiam a relação intrínseca entre *Linguagem, Discurso e Cognição*. Esta edição temática está estruturada em cinco partes, que refletem uma organização de temas e de tipos de textos, entre artigos, resenhas e entrevistas.

Os trabalhos aqui apresentados exploram a intersecção entre pensamento e linguagem, por um lado, e cognição e comunicação, por outro, incidindo, ainda, sobre a multimodalidade e a mediação tecnológica no processo comunicativo, bem como sobre a dimensão compartilhada da cognição humana. Entre os temas abordados estão as relações entre “linguagem e processos de estruturação e mudança linguística”, “linguagem e mídia”, “linguagem e polissemia” e ainda “linguagem e figuração”.

Os textos que integram a primeira parte centram-se em fenômenos implicados na relação entre processos de **estruturação linguística e cognição**, em diferentes

⁴ Donald, 1999, p. 456.

línguas. Abrindo esta parte, Sueli Coelho e Silmara Silva sistematizam resultados de pesquisa relativos ao processo de gramaticalização do verbo DAR na língua portuguesa, em uma perspectiva diacrônica. Constatando que, ao longo dos séculos, o verbo DAR muda de categoria, passando de predicador a auxiliar, as pesquisadoras atribuem essa multifuncionalidade ao processo cognitivo de abstração semântica, o que permite traçar um *continuum* da mudança gramatical do verbo. Segundo as autoras, esse é um processo cognitivo que deve ser considerado no percurso da história linguística do verbo, uma vez que permite explicar a perda de algumas das suas propriedades gramaticais em detrimento da incorporação de outras – como a expressão da modalidade e a marcação do aspecto verbal. O estudo é, assim, uma abordagem diacrônica a um aspeto linguístico revelador da forma como necessidades de expressão alteram formas de conceptualização.

Em artigo dedicado à análise do processo de categorização implicado no uso de interjeições frente ao de onomatopeias e de sons inarticulados, Lucía Bernardi investe na análise de dados provenientes de diferentes corpora de língua espanhola, à luz da teoria do protótipo. Bernardi distingue entre o espaço de categorização de interjeições face ao dos outros elementos, propondo ainda a distinção entre o sistema de categorias gramaticais em que se inserem as interjeições, e um sistema de categorias expressivas, em que estão incluídas as onomatopeias e os sons inarticulados. De acordo com a análise de dados apresentada, a autora descreve uma ligação entre os dois sistemas – categorias gramaticais e categorias expressivas – assegurado pela relação que as interjeições, enquanto categorias gramaticais, mantêm com as categorias de sistema expressivo. A função discursiva desses elementos linguísticos é, assim, analisada em paralelo com a sua natureza conceptual, num estudo que articula expressão e conceptualização.

Iraide Ibarretxe-Antuñano, Teresa Cadierno e Alberto Hijazo-Gascón abordam os eventos de colocação (*placement events*), nos quais uma figura muda de posição pela ação de um agente. Com base numa codificação dos eventos de colocação em línguas tipologicamente distintas, os autores apresentam uma descrição interlinguística (espanhol e dinamarquês), formulando ainda hipóteses sobre dificuldades que falantes nativos dinamarqueses, aprendizes de espanhol como segunda língua, podem encontrar na comunicação sobre esse tipo de evento, bem como estratégias que desenvolvem para proceder a essa comunicação. Numa perspectiva comparativa e aplicada, esse estudo posiciona-se numa linha de investigação sobre variação linguística a partir de um denominador conceptual comum.

Lilian Ferrari e Diogo Pinheiro exploram um tipo de construção idiomática formal denominada Construção Consecutiva Subjetiva Escalar (CCSE), em exemplos como “Isso é muito bom para ser verdade” (significando que algo não pode ou não deve ser verdade). Integrando o paradigma da Gramática de Construções e a Teoria dos Espaços Mentais, os pesquisadores argumentam que a construção gramatical em estudo ativa um processo de mesclagem conceptual, a partir da compressão de duas escalas análogas, e indica subjetividade, podendo implicar acesso aos domínios (espaços mentais) epistêmico e de ato de fala.

Ao discutir o papel da atenção no processo de produção de sentido desencadeado por textos marcadamente polissêmicos, Kariny Raposo e Helena Magalhães consideram a relação entre significado e consciência. Em particular, as autoras analisam a polissemia como instrumento direcionador da atenção, propondo que os vários sentidos de um significado são elementos invariáveis que a atenção focaliza, diferenciadamente, a partir da experiência consciente.

Os artigos que constituem a segunda parte apresentam resultados de pesquisa centrados em fenômenos implicados na relação entre linguagem, **interação discursiva e cognição**. Abrindo essa parte, Leland McCleary e Evani Viotti propõem um estudo no âmbito da multimodalidade, ao abordarem narrativas sinalizadas. Os autores discutem a necessidade de que estudos de narrativa dediquem particular atenção às narrativas desenvolvidas na interação face a face e, ainda, que considerem a atuação dos corpos dos participantes da interação um fator constitutivo na construção da significação e na estruturação da narrativa. Neste artigo, ao descrever e analisar uma narrativa sinalizada em língua brasileira de sinais (libras), os pesquisadores defendem sua tese em consonância com trabalhos que buscam a construção de um diálogo entre os estudos da narrativa e a investigação da interação face a face, por um lado, e aqueles que ressaltam a importância do contexto enunciativo para a produção narrativa, por outro. Revelador nesse texto é o contributo que os estudos sobre modalidades linguísticas alternativas podem oferecer à investigação sobre a linguagem e a cognição, nomeadamente ao demonstrarem a natureza situada, corporificada e interpessoal da comunicação e do pensamento humano.

Em seu artigo, Erik Martins propõe uma abordagem teórica e analítica das noções de Contexto e Tópico Discursivo como elementos centrais do trabalho interpretativo dos participantes em uma interação. Essas categorias são centrais na ancoragem e estabilização de significados, nomeadamente referenciais, pela relação que estabelecem entre referência linguística e realidade. Ao focalizar sua análise em estratégias de ação e manipulação tópica empregadas no contexto de

uma entrevista jornalística, o pesquisador conclui que a relação entre as noções de contexto e tópico discursivo está, fundamentalmente, associada à progressão da interação e ao desenvolvimento de modelos mentais de contexto. O autor explora ainda os efeitos de sentido decorrentes de estratégias de ação e manipulação tópica identificadas nos dados analisados. Nessa abordagem da interação entre cognição e discurso, o autor centra-se, em particular, em um aspecto dessa interação: a influência do discurso sobre a conceptualização.

Adriana Tenuta, Marcus Lepesqueur e Maria Luiza Lima apresentam resultados de pesquisa que permitem observar como o processo de figuração, em narrativas orais, reflete o princípio cognitivo da percepção humana, em termos da relação figura e fundo, proposta pela Psicologia da *Gestalt*. Os autores apresentam uma distinção entre eventos que compõem a linha principal da história e que são marcados gramatical e discursivamente como figura, e eventos que não apresentam a mesma saliência, sendo antes marcados como o fundo narrativo que sustenta os elementos centrais da história. A partir da produção de narrativas orais por um grupo de informantes, os autores analisam o processo de figuração, propondo uma relação entre a ocorrência de unidades de figura ou fundo e tarefas com exigência cognitiva diferenciada, de atenção e memória. A correlação observada é a de que as narrativas produzidas a partir de conteúdos de memória apresentam maior número de unidades de fundo, evidenciando maior manipulação de modelos cognitivos e fugindo a uma representação objetiva da realidade. O artigo aborda, assim, a interligação entre uma função cognitiva não linguística, nomeadamente a percepção, e um tipo de discurso, o discurso narrativo, deixando a sugestão de um *continuum* entre as várias dimensões da cognição humana. Mais ainda, o artigo abre uma porta interessante à discussão da objetividade em representação, questão antiga e atual em outras áreas, como a ficção (autobiográfica) ou a historiografia.

Na mesma linha de investigação, analisando a interligação entre processos cognitivos e a prática do discurso, Vera Tobin apresenta um artigo sobre a atenção conjunta em comunidades de leitura. A autora desafia a visão estabelecida em modelos de linguagem de que os escritores e leitores de textos publicados, como o romance, funcionam como falantes e destinatários numa interação, propondo antes que os leitores assumem o papel de ouvintes casuais. Tobin apresenta um modelo que salienta a importância da interação entre os leitores de um mesmo texto, ouvintes casuais que, na interação entre si, colaboram na construção do sentido, num processo que, em grande medida, exclui os autores. Essa interação participada, nas comunidades de leitores é uma manifestação de um processo cognitivo complexo, nomeadamente a atenção conjunta a um mesmo objeto. Esse

estudo convida à reflexão sobre o impacto de uma cultura popular em expansão, suportada pelas novas possibilidades de comunicação e interação digital, no processo de leitura, criando novas formas de ler e de partilhar a leitura. Além disso, o texto é um indicador da forma como esse universo cultural e tecnológico possibilita a emergência de novas manifestações de processos cognitivos como o da atenção conjunta.

Luciane Ferreira e Pedro Silva investigam, em seu trabalho, a linguagem metafórica em interações discursivas em que o tema é a violência no futebol, no estado brasileiro de Minas Gerais. Na perspectiva adotada pelos pesquisadores, as expressões metafóricas utilizadas pelas pessoas, em situações concretas de interação, refletem suas emoções, valores e opiniões. Os autores partem de dados recolhidos junto a um grupo focal. Refletindo sobre a forma como a violência é conceptualizada, a partir da análise da linguagem metafórica emergente no processo de interação, os autores apontam para a sistematicidade da metáfora conceptual, recursiva em interações discursivas sobre o tema.

Os artigos que constituem a terceira parte apresentam resultados de pesquisa relativos a um dos mais importantes e historicamente estudados fenômenos da linguagem humana: a metáfora. Nessa parte, são apresentados artigos que focalizam a relação entre linguagem, **metáfora e cognição**, em diferentes perspectivas e enquadramentos teóricos.

Partindo de uma crítica à Teoria da Metáfora Conceptual por essa se basear numa constelação idealizada de interlocutores, em seu artigo, Ulrike Schröder apresenta abordagens que privilegiam o processo de coconstrução do significado de expressões metafóricas por falantes e ouvintes, considerando como indissociável, nesse processo, o contexto pragmático, social e cultural em que os interlocutores estão inseridos. Em sua discussão, a pesquisadora busca explicitar o que considera limitações identificadas em estudos psicolinguísticos, textual- -discursivos e pragmático-interacionais sobre o fenômeno. Schröder argumenta em favor da tese de que o entendimento do processo da comunicação humana, em termos da coordenação de ações que envolvem funções sistemáticas do interlocutor – seu papel como falante e ouvinte – é um caminho a ser considerado na busca de superação das limitações apresentadas. A autora defende, assim, uma abordagem à metáfora conceptual na perspectiva da construção ativa do significado.

Maíra Miranda e Paulo Mendes analisam a emergência de metáforas multimodais em interações face a face, considerando a modalidade auditiva e a modalidade visual. Partindo da hipótese de que o reconhecimento de uma expressão como metafórica está relacionado com o grau de entrenchamento

dessa expressão no sistema conceitual, os autores propõem uma análise de segmentos de um debate presidencial de segundo turno. Da análise dos parâmetros de metaforicidade multimodal, em compostos verbogestuais, os autores extraem a conclusão de que a maior proeminência dos efeitos perlocucionais leva a um aumento no uso de recursos gestuais.

Em seu artigo, Hugo Mari caracteriza, em uma perspectiva processual, metáforas sinestésicas, avaliando as condições sensório-motoras que integram a sua construção. Ao contextualizar, epistemologicamente, a sinestesia como um fenômeno neurofisiológico e sua importância como uma atividade perceptiva multimodal, o pesquisador enfatiza discussões recorrentes sobre o alcance das metáforas sinestésicas, apontando, a partir dos resultados de pesquisa obtidos por esses estudos, restrições para a combinação de determinados tipos de metáforas sinestésicas, que, em uma dimensão interpretativa, intuitivamente, parecem naturais.

Ao adotarem a Teoria da Metáfora Conceptual para investigar como e quando pessoas que vivenciaram um trauma utilizam metáforas para falar e refletir sobre essa experiência, Adriana Costa e Gerard Steen analisam um conjunto de entrevistas realizadas com pessoas que experienciaram mudanças psicológicas positivas após o confronto com situações de vida extremamente adversas. Sob a perspectiva da linguística cognitiva de identificação e análise de metáforas, os pesquisadores selecionam metáforas centrais para emoções ligadas ao trauma e à vida. O artigo apresenta resultados de pesquisa baseados em um modelo analítico que evidencia como sobreviventes utilizam as mesmas metáforas conceituais de maneiras distintas, de acordo com o momento de vida narrado.

Os artigos incluídos na terceira parte deste volume dão, assim, conta da natureza figurativa do pensamento humano, tal como evidenciada pela linguagem ativada em instâncias particulares de discurso. A metáfora conceptual é perspectivada como uma estratégia de pensamento, amodal na expressão, criativa e reveladora da aproximação dos conceitos abstratos ao universo da experiência perceptual e corporificada.

Na quarta parte deste volume, dois importantes nomes da investigação em Ciências Cognitivas apresentam, em entrevista, algumas das ideias com que ajudaram a consolidar esse domínio científico. Mark Turner, autor, em parceria com Gilles Fauconnier, de uma das teorias mais influentes na área dos estudos de cognição, a teoria do *blending* (mesclagem ou integração conceptual), fala sobre o contributo dessa proposta para a compreensão dos processos cognitivos humanos, e apresenta alguns dos seus mais recentes desenvolvimentos. Em seguida, Per Aage

Brandt, precursor do campo de estudo da Semiótica Cognitiva, aborda a origem dessa disciplina, posicionando-a em relação a correntes anteriores da Semiótica e de estudo da mente humana, ao longo do século XX. O investigador defende ainda a relevância do estudo do significado e dos processos da sua construção para a compreensão da forma como pensamos a ainda como partilhamos os conteúdos de pensamento.

O número 34 da Revista *Scripta* apresenta, por fim, resenhas de duas importantes referências para estudos que, ao investigarem diferentes fenômenos implicados na relação entre linguagem e cognição, adotam a Teoria da Integração Conceptual como fundamento teórico e metodológico. Ao analisarem criticamente as obras *The communicative mind: a linguistic exploration of conceptual integration and meaning construction*, de Line Brandt (2013) e *The Origin of Ideas: Blending, creativity, and the human spark* de Mark Turner (2014), os professores e pesquisadores Josiane Andrade Militão e Marco Antônio de Oliveira apresentam ao leitor especializado uma detalhada descrição da organização geral e dos fundamentos epistemológicos a partir dos quais essas duas obras se estruturam. Por se tratar de duas recentes publicações representativas dos campos da Semiótica Cognitiva e da Linguística Cognitiva, respectivamente, as resenhas colocam em evidência fundamentos que também são explorados, no âmbito das entrevistas publicadas neste número.

Para além dos fundamentos teóricos e procedimentos metodológicos que apresentam, os artigos, entrevistas e resenhas publicados, nesta edição temática, oferecem propostas para estudos da linguagem, na interseção com a cognição e o discurso, sugerindo que esses podem assumir algumas diferentes direções de investigação, entre as quais a multimodalidade, a figuração ou a intersubjetividade. Na agenda de estudos interdisciplinares que focalizam a interseção entre linguagem, discurso e cognição essas são direções que vêm ocupando espaço importante. Os trabalhos publicados, neste número, em seu conjunto, permitem revelar o potencial de avanço do conhecimento sobre a mente humana, na interação entre linguagem, cognição e cultura, apontando para a possibilidade e a necessidade de um investimento, cada vez mais amplo e sistemático, em pesquisas que se orientem por abordar essa interseção.

Referências

BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral II**. Trad. Eduardo Guimarães *et al.* Campinas: Pontes, 1989. Original publicado em 1974.

BRANDT, Line. **The communicative mind**: a linguistic exploration of conceptual integration and meaning construction. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars, 2013.

DONALD, Merlin. **Origens do pensamento moderno**. Trad. Carlos de Jesus. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

MARTINS, Helena. Três caminhos na filosofia da linguagem. In: MUSSALIM, F.; BENTES, Anna Christina (Org.). **Introdução à linguística**: fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2004.

TOMASELLO, Michael. **Origens culturais da aquisição do conhecimento humano**. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003. Original publicado em 1999.

TURNER, Mark. **The Origin of Ideas**: Blending, creativity, and the human spark. New York: Oxford University Press, 2014.

Dossiê
Estruturação linguística
e cognição

O *continuum* de gramaticalização do verbo DAR: de predicador a auxiliar

Sueli Maria Coelho*

Silmara Eliza de Paula Silva**

Resumo

Esta pesquisa investigou, numa perspectiva diacrônica, o processo de gramaticalização do verbo DAR na língua portuguesa, com o objetivo de traçar seu *continuum* de mudança gramatical. Tomando como objeto de análise um *corpus* constituído de 3.288 ocorrências do verbo selecionado pelo estudo, coletadas no banco de dados do **Corpus do Português** (DAVIES; FERREIRA, 2006), constatou-se que, ao longo dos séculos, esse verbo mudou de categoria, passando de predicador a auxiliar. Essa multifuncionalidade decorreu de um processo cognitivo de abstração semântica, o que fez com que, no percurso de sua história linguística, o verbo DAR perdesse algumas de suas propriedades gramaticais – entre as quais a capacidade de selecionar argumentos – em detrimento da incorporação de outras – como a expressão da modalidade e a marcação do aspecto verbal – em construções cuja estrutura é a seguinte: $VI_{DAR} + PREP_{p(a)ra} + V2_{infinitivo}$. A análise dos dados permitiu chegar ao seguinte *continuum* de mudança: predicador > verbo leve > mesoconstrução > modal epistêmico > marcador aspectual.

Palavras-chave: Gramaticalização. Verbo leve. Perífrases verbais. Modalidade. Aspecto verbal.

Considerações iniciais

A máxima sociolinguística de que a língua é dinâmica e, portanto, sensível à variação e à mudança é tributária de Labov (1972) e difundida, desde então, por diversos estudiosos de questões variacionistas da língua(gem), quer na perspectiva laboviana, quer em perspectivas metodológicas que buscam estabelecer uma interface entre o quadro teórico da variação e outros, como o da gramaticalização

*Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

e o da semântica cognitiva, por exemplo. Nessa abordagem de interface, os pesquisadores buscam não apenas analisar o processo de variação e de possível mudança de um item ou construção, como também explicar as motivações linguísticas e cognitivas atuantes no processo da mudança categorial. Na esteira desses estudos, esta pesquisa buscou investigar e descrever, numa perspectiva diacrônica, o processo de gramaticalização do verbo DAR na língua portuguesa, com o objetivo de traçar seu *continuum* de mudança. Partimos da hipótese de que a referida forma, ao perder propriedade lexical e se juntar a uma preposição seguida de outras formas verbais flexionadas no infinitivo, forma uma construção verbal e passa a desempenhar, nesse contexto, funções gramaticais relacionadas à expressão da modalidade e do aspecto, conforme ilustram estes exemplos:

(1) “Foi um apartamento que meu avô **DEU** pra minha mãe morar quando ela casou.” (séc. XX) (forma lexical = verbo predicador)

(2) “Não se podia dizer que fosse de mau modo, mas **DAVA** pra ver que era má vontade (...)” (séc. XX) (forma gramatical = auxiliar marcador de modalidade)

(3) “O sujeito já **DEU** pra beber, está jogando, e, tolo, bem tolo, vendeu-se à Supi.” (séc. XIX) (forma gramatical = auxiliar marcador aspectual)

Em (1), ilustramos uma ocorrência do verbo DAR empregado como predicador, dotado de suas propriedades lexicais de selecionar argumentos e de atribuir papéis semânticos. Já em (2) e em (3), essa forma passou por um processo metafórico de abstração semântica, o que determinou que a ideia de transferência de posse concreta, presente em (1), se esvaísse, além do que não lhe cabe mais, na função de verbo auxiliar, a seleção argumental. Nesses contextos, comporta-se, pois, como uma categoria funcional, introduzindo, respectivamente, modalidade epistêmica e conotação aspectual. Tal conotação de aspecto carrega a idiossincrasia de marcar, conforme já previra Castilho (1968), ao menos dois valores aspectuais paralelos, já que “o sujeito” dá início a uma ação (beber) não praticada no passado (aspecto incoativo) e reincide nela, o que configura a iteração.

Esse processo de mudança via emergência de novas formas gramaticais a partir de formas lexicais evidencia que a gramática da língua não é uma estrutura fechada que se opõe ao léxico, mas que, embora em menor grau e em condições específicas, é também dinâmica e sensível às intervenções de seus sujeitos falantes. De acordo com HOPPER e TRAUGOTT,

não há um caminho único para emergência de novas formas gramaticais, mas há passos que podem ser identificados. Entre estes, a recorrência de certos usos do item lexical em contextos lingüísticos altamente específicos, a partir dos quais ele se idiomatizaria numa determinada construção gramatical, cuja erosão morfológica pode ser esperada no curso do tempo. (2003 *apud* VELLOSO, 2007, p. 100)

Os exemplos arrolados, além de comprovarem a sensibilidade da gramática a novas incorporações, conforme defendido por Hopper e Traugott, demonstram ainda que o processo de mudança categorial de predicador a auxiliar difere daquele proposto pela teoria laboviana, dado que, nesse caso específico, não existem concorrência e substituição de formas. No processo de mudança categorial por gramaticalização, tem-se, ao contrário, uma espécie de reengenharia de formas, já que, por meio de um processo cognitivo de abstração semântica, a forma lexical perde propriedades inerentes a essa categoria, assumindo propriedades de categoria funcional. Esse processo de emergência de “novas” formas e funções a partir de formas já preexistentes na língua não implica o desaparecimento da forma “antiga”, pois, segundo prevê o princípio da estratificação, proposto por Hopper (1991), as formas que mudam de categoria lingüística, passando de itens lexicais a itens gramaticais ou ainda de itens gramaticais a itens mais gramaticais não necessariamente se excluem no sistema lingüístico, ou seja, um item pode assumir novas funções sem deixar de ser utilizado em sua forma de origem, como ocorre com o verbo DAR nos contextos por nós analisados. Ademais, segundo prevê o princípio da divergência de Hopper, o fato de uma forma ter passado de uma categoria lexical para uma categoria gramatical não impede que ela esteja sujeita a outros processos de mudança categorial, quer enquanto forma lexical quer enquanto forma gramatical. No caso do nosso estudo, o verbo DAR, após mudar da categoria de predicador para marcador de modalidade epistêmica, continuou seu percurso de mudança lingüística, tornando-se um marcador aspectual, conforme ilustraram os exemplos (2) e (3).

Constitui, pois, nosso desafio ao longo deste texto traçar o *continuum* de gramaticalização do verbo DAR, buscando identificar os processos cognitivos atuantes no decurso da mudança categorial da forma, bem como descrever os fatores internos que a motivam. Para tanto, iniciaremos com a descrição da metodologia por nós adotada, apresentando, na seção seguinte, nossos resultados.

Esclarecemos que, dadas as limitações de extensão deste texto, optamos por evocar, no momento da discussão dos dados, os teóricos que nos serviram de sustentação, abstando-nos, portanto, de fazer um estado da arte do fenômeno.

Descrição da metodologia adotada

A opção por um estudo de natureza diacrônica se justifica pela tentativa de flagrar o percurso de mudança categorial do verbo DAR, buscando identificar em que século ele teria se iniciado na língua, bem como recompor seu *continuum* de mudança. Elegemos como banco de dados para composição de nosso *corpus* o sítio “Corpus do Português”, organizado por Davies e Ferreira e disponível *online*.¹ Esse *corpus* digital, composto de quarenta e cinco milhões de palavras, permite ao pesquisador controlar, inicialmente, três variáveis: (i) gênero textual: compõe-se de textos orais, de textos ficcionais, de textos jornalísticos e de textos acadêmicos; (ii) modalidade de português: congrega português europeu e português brasileiro; e (iii) tempo: reúne textos escritos do século XIV ao século XX.

Como nosso objetivo era flagrar o maior número possível de ocorrências no banco de dados, utilizamos, inicialmente, a ferramenta de busca disponível no próprio sistema, a saber: [dar]. Por meio desse código, selecionaram-se todas as ocorrências do verbo DAR, em todas as suas flexões. Adotamos, em seguida, procedimento semelhante para localizar as construções gramaticais: [dar] pra/para [vr*]. Das variáveis possíveis de controle no *corpus*, selecionamos apenas o tempo, delimitando nosso estudo aos séculos XVIII, XIX e XX, já que as primeiras ocorrências da construção gramatical foram identificadas no século XVIII. Considerando-se a grande produtividade dessa forma verbal na língua portuguesa, sentimos necessidade de fazer um recorte em nosso *corpus*, o que deveria ser, a nosso ver, aleatório, para não favorecer ocorrências da forma em estudo, enviesando, assim, os resultados. Desse modo, extraímos as ocorrências de apenas dez laudas de cada um dos três séculos. Tais laudas foram selecionadas mediante um critério regular, a saber: a cada duas páginas coletadas, saltávamos cinco, sendo as seguintes as páginas selecionadas em cada século: 1, 2, 8, 9, 15, 16, 22, 23, 29 e 30. Transpondo essas páginas para dados quantitativos, foram

1 Endereço para acesso ao banco de dados: <<http://www.corpusdoportugues.org>>.

coletados 1000 dados em cada um dos séculos, dos quais restaram 2.773, após eliminarem-se as ocorrências repetidas.

Constituído o *corpus* da pesquisa, passamos à computação dos dados, separando as ocorrências em duas categorias mais abrangentes: (i) forma lexical e (ii) forma gramatical. Estas, por sua vez, foram subcategorizadas do seguinte modo: integraram a categoria lexical as ocorrências de predicador, de verbo leve,² de expressão idiomática e de mesoconstrução,³ enquanto a categoria gramatical congregou os auxiliares modal e aspectual. Submetemos essas formas a um tratamento estatístico, para verificar sua frequência, critério importante para testarmos a hipótese da gramaticalização de predicador a auxiliar.

A partir do momento em que selecionamos as ocorrências de trinta laudas totais para integrar o *corpus*, e verificado que, nele, a forma gramatical só foi registrada no século XIX, dada sua baixa frequência no séc. XVIII,⁴ o número de ocorrências gramaticais flagradas foi bastante reduzido (oitenta e oito no total, conforme Tabela 1, apresentada na seção seguinte), o que nos impedia de traçar o *continuum* de gramaticalização do verbo selecionado para o estudo. Assim, optamos por retornar ao sítio do “Corpus do Português” e montar um *corpus* auxiliar constituído por todas as formas gramaticais identificadas no intervalo de tempo determinado para o estudo, para, a partir do critério da frequência, tentar reconstituir o percurso da mudança de [-gramatical] para [+gramatical], bem como analisar seus aspectos internos, como era nosso objetivo inicial. Com esse redimensionamento de procedimentos, ampliamos para 600 o número de

2 Nossa opção por considerar os verbos leves como formas lexicais se sustenta em dois argumentos defendidos por Gonçalves *et al.* (2010): (i) preservam parte do significado e a estrutura argumental da forma plena; (ii) são responsáveis pela seleção semântica do argumento externo.

3 Categorizaram-se como mesoconstruções estruturas formadas de $V1_{\text{Dar}} + \text{PREP} + v2_{\text{infinitivo}}$ que, embora estruturalmente se assemelhem às construções gramaticais por nós analisadas, não apresentam, como estas, a propriedade de denotar modalidade ou aspecto. Assim, entendemos que estão num estágio intermediário, já que, estruturalmente, aproximam-se das construções e, funcionalmente, dos verbos leves, por poderem ser, assim como estes, parafraseadas por uma forma verbal simples, conforme se observa neste exemplo: “Não quero de forma nenhuma *dar a entender* que a privatização (...)” (séc. XX, grifos nossos). A expressão “dar a entender” pode ser parafraseada por “sugerir”.

4 A partir da ferramenta de busca utilizada para identificar as ocorrências gramaticais no *Corpus do Português*, identificaram-se apenas oito estruturas constituídas de $V1_{\text{DAR}} + \text{PREP} + v2_{\text{infinitivo}}$ no século XVIII e nenhuma delas foi selecionada pelo recorte aleatório para composição de nosso *corpus*. Esclarecemos, contudo, que apenas uma dessas estruturas exibia contornos funcionais de marcação aspectual (“Vossa Mercê sabe que, quando me *dá para falar*, falarei por toda uma eternidade (...)”; séc. XVIII, grifos nossos). As demais eram meras justaposições de duas orações, sendo a segunda delas uma oração final introduzida pela preposição *para*, conforme ilustra este exemplo: “(...) basta-me as Luzes que Deus me *deu para ir vivendo* com os meus sossios (...)” (séc. XVIII, grifos nossos). Acreditamos, no entanto, ser esse o contexto sintagmático que permitiu a reanálise estrutural de que se originou a construção gramatical.

ocorrências da forma gramatical, o que contabilizou um total geral de 3.288 dados.

Além do critério da frequência, também lidamos com o critério semântico, pautado na concretude/abstração da forma. Tal critério se faz importante para testar a hipótese da gramaticalização, porque, conforme defende Heine (2003), a passagem do item de lexical a gramatical pressupõe quatro mecanismos inter-relacionados, entre os quais a dessemantização, entendida como perda de conteúdo nocional, e a extensão, mecanismo sintático que consiste no uso da forma em novos contextos. Considerando-se que, desde os estudos seminais sobre a gramaticalização, entende-se que as formas gramaticais derivam historicamente de lexemas concretos, analisamos também a concretude/abstração da forma, tomando como sentido concreto do verbo a transferência de posse concreta e, como abstratos, os demais usos. Esse critério também se mostra relevante para tentarmos entender os processos cognitivos subjacentes ao processo de mudança categorial por nós estudado, conforme se verá quando da discussão dos dados.

Apresentação e análise dos dados

Considerando-se que, metodologicamente, trabalhamos com um *corpus* restrito a um período que compreende três séculos, conforme descrito na seção precedente, e, na sequência, redimensionamos esse *corpus* com o acréscimo de ocorrências gramaticais, nossa análise será desdobrada em duas subseções. Na primeira delas, ater-nos-emos primordialmente ao critério da frequência, com o intuito de testar a hipótese da gramaticalização no *corpus* restrito aos séculos XVIII, XIX e XX e, na segunda, voltaremos nossa atenção para a análise do *corpus* ampliado de formas gramaticais, com o objetivo de traçar o *continuum* da mudança, bem como de analisar a influência de aspectos cognitivos e linguísticos subjacentes ao processo.

Análise do processo de gramaticalização do verbo DAR: de item lexical a construção gramatical

O processo de gramaticalização tem sido não só entendido, como também definido de diversas formas, em decorrência, principalmente, da concepção de

gramática adotada. Tal como a concebemos, a gramaticalização é um processo de mudança linguística por meio do qual uma forma lexical perde propriedades de significação externa devido a alterações semânticas que sofre no curso da língua e, a partir de relações sintagmáticas que estabelece em determinados contextos, assume propriedades de significação interna, tornando-se, assim, forma gramatical. Esse processo pode ainda envolver itens de uma mesma categoria, quando uma forma já gramatical se desloca numa escala gradual, tornando-se mais gramatical.

Estamos assumindo, assim como Lehmann, que “a gramaticalização não atinge apenas uma palavra ou morfema (...) mas toda a construção formada pelas relações sintagmáticas dos elementos em questão”.⁵ (LEHMANN, 1995, p. 406). Assim, no contexto específico de $V1_{\text{DAR}} + \text{PREP}_{\text{p(a)ra}} + v2_{\text{infinitivo}}$, em virtude das relações sintagmáticas estabelecidas entre $V1 + \text{preposição} + V2$, o verbo DAR se gramaticaliza, tornando-se uma construção, por meio da qual o falante pode expressar tanto a modalidade⁶ de seu discurso, quanto marcar o aspecto⁷ verbal.

Estabelecido o conceito de gramaticalização que subsidiou nosso estudo, passemos à análise da frequência diacrônica das formas lexical e gramatical cujo cômputo é apresentado na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1 – Análise da frequência diacrônica do verbo DAR

CATEGORIA	SÉC. XVIII	SÉC. XIX	SÉC. XX
Predicador	628 (70,1%)	654 (71,7%)	472(48,8%)
Verbo leve	191 (21,3%)	200 (21,9%)	232 (24,0%)
Expressão idiomática	69 (7,7%)	52 (5,8%)	174 (18,0%)
Mesoconstrução	07 (0,9%)	3 (0,3%)	3 (0,3%)
Auxiliar modal	0 (0%)	1 (0,1%)	84 (8,8%)
Auxiliar aspectual	0 (0%)	2 (0,2%)	1 (0,1%)
TOTAL	895	912	966

Fonte: Dados coletados.

⁵ Grammaticalization does not merely seize a word or morpheme [...] but the whole construction formed by the syntagmatic relations of the elements in question.”

⁶ Segundo Campos (2004), a modalidade explicita as diferentes atitudes do locutor em relação a um conteúdo proposicional e em relação ao seu interlocutor.

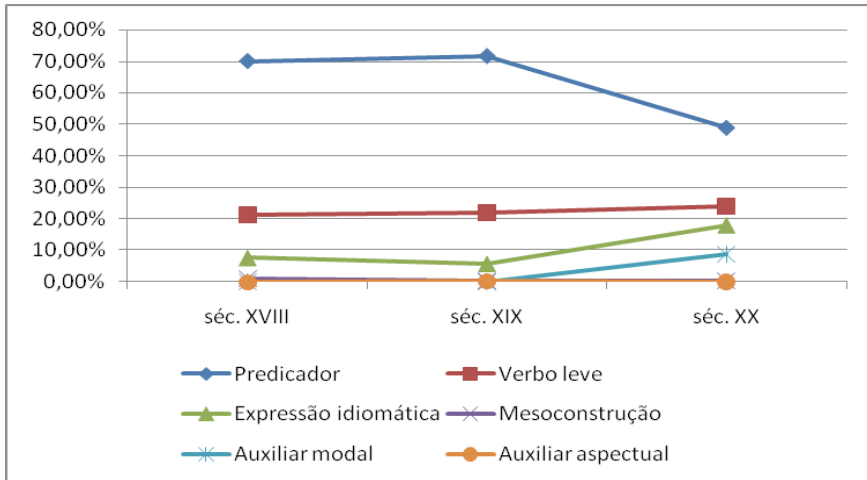
⁷ Travaglia define aspecto como “uma categoria verbal de TEMPO, não dêitica, através da qual se marca a duração da situação e/ou suas fases, sendo que estas podem ser consideradas sob diferentes pontos de vista, a saber: o do desenvolvimento, o do completamento e o da realização da situação”. (TRAVAGLIA, 1985, p. 53).

Os dados dispostos na tabela acima corroboram parcialmente a hipótese da gramaticalização. Isso porque, embora se verifique, ao longo dos três séculos, uma redução nos percentuais de frequência da categoria de predicador e uma discreta ampliação na categoria funcional dos auxiliares, o aumento da frequência total da forma ao longo dos séculos não decorre apenas do aumento da frequência gramatical, como prevêm os princípios da gramaticalização. Note-se que a expansão se dá também no âmbito do léxico, que compreende ainda as categorias verbo leve,⁸ expressão idiomática⁹ e mesoconstrução. Esse dado, contudo, não invalida a hipótese inicial, já que há, incontestavelmente, um processo de mudança em curso, pois, conforme demonstra o gráfico 1, no intervalo de três séculos, verifica-se um decréscimo do uso da forma como predicador. A curva descendente dessa categoria se acentua na passagem do século XIX ao XX, exato período em que ocorre uma expansão semântica no plano do léxico e em que surgem ocorrências gramaticais, as quais também exibem, nesse período, uma pequena ascensão, liderada pela expansão da função modal. Esses dados parecem sinalizar ainda que o processo de mudança, além de lento e gradual, se implementa no séc. XX, já que, conforme prevê a curva da mudança, nos primeiros momentos do processo, os índices da forma inovadora são mais baixos, tendendo a uma elevação no estágio intermediário do processo.

8 Segundo Scher, essa terminologia foi introduzida na linguística por Jespersen (1954) para se referir a uma “tendência do inglês moderno de fazer uso de um verbo tematicamente vazio, marcado por pessoa e tempo, ao qual se associa um elemento nominal, responsável pela idéia ‘realmente importante’ da sentença, ou seja, pelo evento ou ação expressos por ela”. (SCHER, 2003, p. 205). Resenhando o trabalho de Poustma (1926), a autora sistematiza três características de construções com verbos leves, entre os quais o verbo DAR em sentenças como *João deu um grito*: “(i) o verbo principal é semanticamente vago; (ii) o complemento nominal tem como núcleo um nome de ação, em geral deverbal, que realmente predica sobre eventos; (iii) há, em geral, uma paráfrase entre a construção com verbo leve e o verbo simples que corresponde ao núcleo nominal”. (SCHER, 2003, p. 205).

9 A expressão idiomática se caracteriza pelo fato de o significado da construção não resultar da soma dos significados originais dos termos que a compõem, como se observa em “dar com os burros n’água”, por exemplo. Scher (2003) adverte que, além desse aspecto semântico, as expressões idiomáticas e os verbos leves se diferenciam pela produtividade, pois estas são bem menos produtivas que aqueles, tese confirmada por nossos dados.

Gráfico 1 – Tendência de usos do verbo DAR no curso do tempo



Fonte: Produção das autoras a partir dos dados coletados.

Outro aspecto relevante sinalizado pelos dados é a expansão relativamente paralela entre verbos leves, expressões idiomáticas e formas gramaticais, o que ocorre na contramão da curva do predicador. Isso confirma a tese de Coelho (2010) segundo a qual o processo de abstração semântica que desencadeia a gramaticalização pode igualmente incidir sobre o léxico, já que muitos usos, apesar de mais abstratos que a forma base, não alcançam o grau de abstração necessário para serem recrutados pela gramaticalização, cristalizando-se como novas formas lexicais. Além disso, a gramaticalização implica não só um processo cognitivo de natureza metafórica de abstração de semas, mas também processos metonímicos, estabelecidos pelas relações sintagmáticas entre os constituintes da construção. Dessa feita, ao se abstraiem, alguns itens apenas se expandem no léxico, criando outras possibilidades de uso, como as construções com verbos leves (cf. 4) e as expressões idiomáticas (cf. 5), enquanto outros mudam de categoria, passando de formas lexicais a gramaticais, segundo já ilustrado pelos exemplos de (1) a (3).

(4) “Se for outra a prioridade o governador também vai **DAR seu apoio.**” (Séc. XX, grifos nossos.)

(5) “Mas, com frequência, **DÁ o ar da graça** em Bauru (...)” (Séc. XX, grifos nossos.)

Por fim, no tocante ainda à frequência das formas gramaticais e à curva traçada no gráfico 1, notamos que, apesar de ambos surgirem no século XIX, os auxiliares modais e os aspectuais se difundem assimetricamente na língua. Isso pode indicar tanto uma tendência da amostragem quanto sinalizar que o estágio de gramaticalização do auxiliar aspectual é posterior¹⁰ ao do modalizador, o que será investigado no *corpus* ampliado de formas gramaticais.

Análise do processo de gramaticalização do verbo DAR: de modal epistêmico a marcador aspectual

Como já explicitado, uma vez gramaticalizada, uma forma pode continuar seu percurso de mudança, deslocando-se numa escala gradual de [-gramatical] para [+gramatical]. Nossos dados demonstram que o verbo DAR desempenha duas funções gramaticais distintas, quais sejam: (i) marcar a modalidade epistêmica e (ii) expressar mais de uma conotação aspectual. Resta-nos, portanto, tentar identificar qual é a forma mais gramatical, para, a partir de então, traçar o *continuum* de mudança.

Segundo Lehmann (1995), o grau de gramaticalização de um item é medido por sua autonomia, já que esta é postulada como incompatível com seu estatuto gramatical. Um dos recursos para medir semelhante autonomia é verificar a coesão sintagmática da construção, isto é, a integração das formas que se relacionam sintagmaticamente para constituir o todo semântico. Além da coesão, a variabilidade sintagmática também é um recurso para aferir a gramaticalidade, pois a posição fixa da forma dentro do sintagma é um indício de sua alta gramaticalidade. Valendo-nos apenas desses recursos, não nos é possível delimitar qual a forma [+gramatical], já que tanto na construção modal quanto na aspectual, nota-se uma forte coesão entre V1_{DAR} e os demais elementos da construção, não ocorrendo, nos dados, nenhum material interveniente entre eles. Também no tocante à fixidez da forma, ambas mostram-se fixas, já que ocupam a primeira posição da construção, ligando-se ao predicador (v2_{infinitivo}) por meio da preposição. Resta-nos, pois, tentar recuperar o

10 A palavra “posterior” aqui empregada não visa a sugerir a precedência diacrônica dos modais, já que, conforme relatamos, identificamos uma ocorrência com contornos aspectuais no séc. XVIII e nenhuma com contornos modais. Trata-se de uma posterioridade no *continuum* dos níveis de gramaticalização.

continuum da mudança, a partir da análise do critério da frequência das formas gramaticais, no *corpus* expandido. Considerando-se, conforme demonstrado na Tabela 1, que as primeiras ocorrências gramaticais são registradas, em nossa amostra, no século XIX e que seus índices são bastante próximos no período, não podemos precisar, com base apenas nesse dado, qual é mais antiga na língua. Assim, a partir das ocorrências identificadas no século XX e dispostas na Tabela 2, buscaremos subsídios que nos permitam recuperar o percurso de gramaticalização da forma verbal estudada, conjugando o critério da frequência com os parâmetros de gramaticalização postulados por Lehmann (1995) e por Hopper (1991) para aferir o grau de gramaticalização de uma forma.

Tabela 2 – Frequência da construção $V1_{\text{DAR}} + p(a)ra + v2_{\text{infinitivo}}$ no séc. XX

CONSTRUÇÃO	OCORRÊNCIA	
	MODAL	ASPECTUAL
DAR PARA	109	5
DAR PRA	417	69
TOTAL	526 (87,67)	74 (12,33%)

Fonte: Dados coletados.

Confirmando a tendência apresentada no gráfico 1, nota-se uma expansão das formas gramaticais fomentada pela categoria modal cuja frequência é consideravelmente maior que a dos auxiliares aspectuais. Tais dados podem sinalizar, se não que a forma modal precede a forma aspectual no percurso de mudança, pelo menos que seu processo de espraiamento está mais acelerado. Acredita-se, contudo, que os modais precedam historicamente os aspectuais e que são, portanto, menos gramaticais, já que estes são categorias da gramática, enquanto aqueles são categorias do discurso. Assim, na conhecida escala proposta por Givon (1971) para representar os estágios de desenvolvimento de uma forma gramatical,¹¹ o DAR modal ocuparia o primeiro estágio, enquanto o DAR aspectual se alocaria no segundo. Essa hipótese faz eco com as palavras de Gonçalves e Carvalho (2007, p. 74), para quem “o número de verbos integrantes

¹¹ “Discourse > Syntax > Morphology > Morphophonemics > Zero.” (GIVON, 1971, p. 12).

do paradigma dos auxiliares aspectuais é restrito, e (...), consequentemente, mais gramaticalizados”. Além disso, considerando-se o parâmetro da variabilidade paradigmática proposto por Lehmann (1995), como mais um aferidor do grau de gramaticalização, nota-se que a variabilidade paradigmática dos modais é maior que a dos aspectuais, já que, na categoria de modalizador, a forma DAR pode ser substituída por outros auxiliares epistêmicos sem prejuízo semântico, enquanto o paradigma aspectual é mais restritivo, justamente pela função cumulativa assumida pela forma, conforme (6) a seguir:

(6) “(...) **DEU pra falar** com o demo. Leva a noite resmungando.” (Séc. XIX, grifos nossos.)

Nota-se, no excerto acima, que o aspecto inceptivo, isto é, aquele que assinala o início de uma ação – no caso, a ação de “falar” – poderia ser expresso pelo verbo “começar”, por exemplo, cujo lexema já carrega a incoação. Contudo, a marcação do valor intensivo dessa ação, que termina por levar ao aspecto iterativo, não pode ser igualmente traduzida pela forma “começar”, o que restringe a variabilidade paradigmática de V1, uma vez que essa posição só pode ser ocupada por formas verbais que, assim como “dar”, são capazes de traduzir simultaneamente as conotações aspectuais analisadas. Tal restrição é mais um indício em favor do maior grau de gramaticalização da forma aspectual, que, desse modo, atualiza o parâmetro da especialização, proposto por Hopper (1991). A função de marcador aspectual assumida por V1 nessa construção faz com que ele seja interpretado como uma forma *portmanteau*, aproximando-se, em termos funcionais, da categoria dos morfemas cumulativos. Assim, pode-se considerar que a forma aspectual é seguramente mais gramatical que a forma modal, o que nos habilita a traçar o *continuum* de gramaticalização do verbo DAR, conforme nos propusemos a fazer: predicador > auxiliar modal > auxiliar aspectual.

Isso posto, cabe-nos descrever que fatores internos determinam a realização de funções gramaticais distintas, quando, superficialmente, a estrutura se realiza de modo semelhante. Nossa hipótese é a de que a fonte das formas gramaticais não é a mesma, isto é, os auxiliares modais originam-se de DAR pleno (predicador) e as formas aspectuais, de DAR leve. Nossa hipótese encontra respaldo em Gonçalves *et al.*, que afirmam que, “no que toca à selecção do tipo de eventualidades, os verbos leves são sensíveis à classe aspectual do nome deverbal com o qual se combinam”. (GONÇALVES *et al.* 2010, p. 458). Acreditamos, portanto, que o gatilho para a função aspectual desempenhada pelo DAR é, conforme cogita Coelho (2013), a persistência de um

traço gramatical ligado, no caso, à seleção argumental do verbo leve e às propriedades aspectuais do complemento desse verbo. Gonçalves *et al.* (2010), ao compararem as propriedades aspectuais dos verbos leves *dar*, *fazer* e *ter* constataram que o verbo objeto de nosso estudo é o mais restritivo dos três no que toca às classes aspectuais com as quais formam as nominalizações.

Visando a uma caracterização dos verbos leves em termos de um conjunto de traços de propriedades aspectuais, os linguistas da Universidade de Lisboa chegaram à seguinte grade: “dar_{leve}: [+dinâmico], [±mudança], [±causa], [±durativo], [±instant]” (GONÇALVES *et al.*, 2010, p. 459). Essa grade determina, segundo defendem os referidos autores, a seleção aspectual do nome deverbal que irá integrar a construção V_{DAR leve} + N. Estendendo essa restrição para a construção sintagmática das perífrases aspectuais, já que estamos assumindo que estas são originárias do verbo leve, nossa expectativa é de que as propriedades dos demais elementos integrantes da construção verbal, isto é, da preposição e de V2, também sejam compatíveis com os traços de V1. Acreditamos que a chave para entender a multifuncionalidade que as construções encabeçadas por V1_{DAR} assumem na língua reside na interação sintagmática entre alguns traços apresentados na grade acima, conforme passamos a demonstrar.

O primeiro traço atribuído ao verbo leve diz respeito à dinamicidade, o que o torna incompatível com estados, segundo constataram os autores ora referenciados. Nessa perspectiva, era de esperar que as construções com V2 de estado fossem agramaticais na língua, mas, embora menos produtivas, foram identificadas em nosso *corpus*, conforme ilustra (7):

(7) “(...) se casou rico e **DEU para ser** católico praticante.” (Séc. XX, grifos nossos.)

Travaglia (1985), ao descrever as perífrases inceptivas, não inclui aquelas constituídas com o verbo DAR no contexto acima ilustrado, por entender que elas não são propriamente inceptivas. Segundo ele, tais construções traduzem antes a aptidão ou a predisposição para algo.¹² Considerando-se que, conforme defende Lehmann (1995), a gramaticalização atinge toda a construção, é preciso analisar também os traços dos demais elementos que a constituem, bem como as relações que se estabelecem sintagmaticamente, para tentar entender sua gramaticalidade. O verbo DAR pleno denota movimento, já que expressa mudança de localização de uma

¹² Em construções como “Ele não dá para (ser) professor, pois tem dificuldade de se expressar em público”, em que Travaglia (1985) reconhece a propensão para o exercício de uma profissão, parece-nos haver, conforme Heine (1993), uma ambiguidade entre as duas formas: A (modal) e B (aspectual). Isso suscita a hipótese de que seja esse o contexto semântico favorecedor da reanálise modal > aspectual.

entidade, propriedade preservada no verbo leve pelo traço [\pm mudança]. Essa noção de movimento é reforçada, na construção aspectual, pela preposição, que indica direção, traduzindo a propensão do indivíduo para determinado estado ou mesmo tarefa. Essa extensão de uso decorre, segundo nossa interpretação, de um processo metafórico que atua sobre o verbo leve em seu processo de gramaticalização e constitui o gatilho para a tradução do aspecto inceptivo em construções como a ilustrada em (7), já que a propensão para a prática do catolicismo assinala uma mudança de estado e, portanto, o início de uma prática antes não adotada.

Lakoff e Johnson (1980) desenvolvem a teoria da metáfora conceptual, propondo uma relação de interdependência entre esta e a experiência humana no mundo. Nessa perspectiva, as metáforas do caminho são processadas com base na simulação do movimento de um corpo que se desloca de um ponto A para um ponto B, pois a experiência do movimento físico do deslocamento facilita, segundo os autores, o processamento de um conceito de um domínio cognitivo concreto para um abstrato. Apoiada na tese desses autores, Sigiliano (2012) defende que a motivação cognitiva para empregar verbos auxiliares (V1) não prototípicos em construções inceptivas é a metáfora do movimento, o que, no caso do nosso estudo, é reforçado pela preposição “p(a)ra”, que é o segundo elemento da construção. Assim, essa extensão de usos licencia construções com V2 de estado, já que seu caráter [-dinâmico] é neutralizado tanto pela abstração metafórica do movimento, quanto pela coesão com os outros elementos do composto.

Nas construções aspectuais por nós analisadas, os traços [\pm causa] e [\pm durativo] também impõem restrições à combinação sintagmática, ao mesmo tempo em que contribuem para atualizar o valor intensivo e, conseqüentemente, iterativo da construção. Dado que, conforme atestado por Gonçalves *et al.* (*op. cit.*), a despeito de seu traço [\pm durativo], DAR_{leve} só atualiza processos culminados, excluindo as culminações, os verbos que ocupam a posição de V2 são preferencialmente verbos de evento e de processo, que se prestam com maestria a traduzir o valor intensivo da construção. Em virtude da atualização dos processos culminados de V1, esperava-se que V2 fosse de natureza télica.¹³ Contudo, há de se considerar, primeiramente, que os verbos télicos são pontuais e, portanto, incompatíveis com a duração, que traduz o valor intensivo responsável pela iteração ou pluralidade do evento ou processo expresso por V2. Agregue-se a isso a coesão sintagmática da construção cujo segundo

13 Denominam-se télicos aqueles verbos que indicam uma situação que chegou, obrigatoriamente, a um fim, por oposição aos atélicos, que se referem a uma situação que não tende necessariamente a um fim.

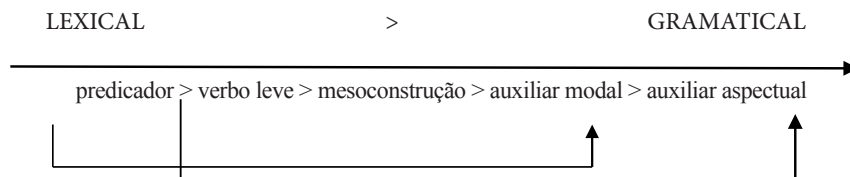
elemento é uma preposição atética, o que acaba por favorecer a ocorrência de verbos atéticos na posição de V2. Dessa forma, as construções com V2 télico são pouco produtivas no *corpus* e, conforme ilustram (8) e (9), a seguir, têm sua gramaticalidade subordinada a contextos muito especiais, em que a iteração se subordina à existência de sujeitos distintos, já que os verbos “morrer” e “nascer” não são passíveis de se repetirem para um mesmo sujeito.

(8) “(...) teve uma época que os colegas dele **DERAM para morrer**, quando eu perguntava, de que morreu esse seu amigo? ele dizia que foi de repente.” (Séc. XX, grifos nossos.)

(9) “Lá num canto, Dentinho de Arroz descobriu caruru. **DEU para nascer** também beldroega.” (Séc. XX, grifos nossos.)

Acreditamos que o licenciamento de construções com verbos télicos na posição de V2 decorra de uma neutralização de traços determinada pela coesão sintagmática. A despeito da incompatibilidade da telicidade com o traço [±durativo], conforme já comentado, no tocante ao traço [±instant], segundo constatação de Gonçalves *et al.* (*op. cit.*), o verbo DAR_{leve} seleciona preferencialmente eventos sem estrutura fásica, propriedade que é prontamente satisfeita pelos verbos télicos identificados por nós.

Tendo analisado os fatores subjacentes ao processo de gramaticalização do verbo DAR de predicador a auxiliar e descrito diacronicamente seu processo de abstração, que incidiu tanto no léxico quanto na gramática, cremos ser possível, a partir dos dados levantados e das reflexões empreendidas, delinear seu *continuum* de mudança categorial, o qual representamos por meio do seguinte diagrama:



Considerações finais

Visando a testar a hipótese da mudança categorial do verbo DAR de predicador a auxiliar, empreendemos um estudo de natureza diacrônica, tomando como

corpus um conjunto total de 3.288 dados coletados no sítio *Corpus do Português*. Além de tentar traçar o percurso da mudança, buscamos analisar alguns fatores semânticos e cognitivos subjacentes a esse processo.

As reflexões empreendidas levam-nos a crer que o processo de gramaticalização do verbo DAR tenha se implementado na língua no século XX, período em que há uma redução dos usos como predicador e uma ligeira expansão dos usos como auxiliar, liderados pela função modal. O processo semântico de abstração por que passou o verbo ao longo de seu percurso de mudança refletiu tanto no léxico quanto na gramática. No plano do léxico, provocou o surgimento de verbos leves, de expressões idiomáticas e de mesoconstruções, estágios intermediários entre a forma lexical e a gramatical. No plano da gramática, as duas construções auxiliares, apesar de estruturalmente semelhantes, assumem funções diferentes em virtude das formas que lhes serviram de fonte. Assim, defendemos que os auxiliares aspectuais constituem estágios mais gramaticais que os modais e se originaram dos verbos leves, enquanto os modais epistêmicos são oriundos dos predicadores. Estamos conscientes de que as intuições aqui apresentadas são ainda bastante embrionárias, mas esperamos que funcionem como uma alavanca para estudos futuros.

The *continuum* of grammaticalization of the verb TO GIVE: from predicator to auxiliary

Abstract

This research has investigated, in a diachronic perspective, the process of grammaticalization of the verb TO GIVE in Portuguese, in order to trace its *continuum* of grammaticalization. Taking as an object of analysis a *corpus* constituted of 3.288 occurrences of the word selected by the study, collected in the database of the Portuguese Corpus (DAVIES; FERREIRA, 2006), it was found that, over the centuries, this verb changed its category from predicator to auxiliary. This multifunctionality is a result of a cognitive process of semantic abstraction, which in the course of its linguistic history made the verb lose some of its grammatical properties – including the ability to select arguments – instead of incorporating other – as the expression of the modality and the verbal aspect – in constructions whose structure is as follows: V1_{GIVE} + PREPp(a)ra + V2_{Infinitive}. The analysis allowed us to get to the following *continuum* of change: predicator > light verb > mesoconstruction > modal epistemic > aspect marker.

Keywords: Grammaticalization. Verbal periphrasis. Iterative aspect. Inchoative aspect. Modality.

Referências

- CAMPOS, Maria Henriqueta Costa. A modalidade apreciativa: uma questão teórica. In: OLIVEIRA, Fátima; DUARTE, Isabel Margarida (Org.). **Da língua e do discurso**. Porto: Campo das Letras, 2004. p. 265-281.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Introdução ao estudo do aspecto verbal na língua portuguesa**. Marília: FFCL de Marília, 1968.
- COELHO, Sueli Maria. Expansão gramatical e expansão lexical: dois processos linguísticos paralelos. In: VITRAL, Lorenzo Teixeira; COELHO, Sueli Maria (Org.). **Estudos de gramaticalização em português: metodologias e aplicações**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010. cap. 12, p. 333-346.
- COELHO, Sueli Maria. Gradualismo do processo de gramaticalização e princípio da persistência: indícios de uma hierarquia de traços? **Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 519-541, jan./jun. 2013. No prelo.
- DAVIES, Mark; FERREIRA, Michael J. **Corpus do Português: 45 million words, 1300s-1900s**. Disponível em: <<http://www.corpusdoportugues.org>>. Acesso em: 2006.
- GIVON, Talmy. Historical syntax and synchronic morphology: an archaeologist's field trip. **Papers from the 7th Regional Meeting**. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1971.
- GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite; CARVALHO, Cristina dos Santos. Critérios de gramaticalização. In: GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite; LIMA-HERNANDES, Maria Célia; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina (Org.). **Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. cap. 2, p. 67-90.
- GONÇALVES, Anabela *et al.* Propriedades predicativas dos verbos leves *dar*; *ter* e *fazer*: estrutura argumental e eventiva. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGUÍSTICA, 25., 2009, Lisboa. **Textos selecionados**. Porto, APL, 2010. p. 449-464.
- HEINE, Bernd. **Auxiliaries: cognitive forces and grammaticalization**. New York: Oxford University Press, 1993.
- HEINE, Bernd. Grammaticalization. In: JOSEPH, Brian D.; JANDA, Richard D. (Org.). **The handbook of historical linguistics**. Oxford: Blackwell, 2003.

HOPPER, Paul J. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, Elizabeth Closs; HEINE, Bernd (Org.). **Approaches of grammaticalization**. Amsterdam: John Benjamins, 1991. p. 17-36.

HOPPER, Paul J.; TRAUGOTT, Elizabeth C. **Grammaticalization**. 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

LABOV, William. **Sociolinguistics patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1972.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metaphors we live by**. Chicago: The Chicago University Press, 1980.

LEHMANN, Christian. **Thoughts on grammaticalization**. Munich: Lincom Europa (originalmente publicado como **Thoughts on grammaticalization: a programmatic sketch**. Köln: Arbeiten des Kölner Universalienprojekts 49 – v. 1.), 1995. Original publicado em 1982.

SCHER, Ana Paula. Quais são as propriedades lexicais de uma construção com verbo leve? In: MÜLLER, Ana Lúcia; NEGRÃO, Esmeralda Vailatti; FOLTRAN, Maria José (Org.). **Semântica formal**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 205-219.

SIGILIANO, Natalia Sathler. Evidências translinguísticas da metáfora de movimento na construção de aspecto incentivo. **Revista Linguística**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 32-48, jun. 2012.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **O aspecto verbal no português: a categoria e sua expressão**. Uberlândia: Imprensa Universitária, 1985. Original publicado em 1981.

VELLOSO, Mônica Monken. **Um estudo da idiomatização da construção modal com o verbo DAR no português do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

Interjecciones, onomatopeyas y ¿sonidos inarticulados? Una reflexión desde la perspectiva de categorización cognitiva

Lucía Bernardi*

Resumo

Este artículo estudia el espacio de categorización de las interjecciones propias frente a las onomatopeyas y los sonidos inarticulados, desde la teoría de los prototipos (BERLIN; KAY, 1969; ROSCH, 1973; KLEIBER, 1995). Los datos provienen de los corpora CREA, Davies, del diario **El Día**, Argentina y páginas de internet. Se examinan las unidades ‘ay’, ‘ah’, ‘oh’, ‘ja’, ‘bua’, ‘brrr’, ‘agg’. A partir del análisis, se percibe que las interjecciones poseen su propio espacio de categorización distinto del espacio de los otros elementos abordados, aunque comparten el rasgo de la expresividad. La diferencia reside en que las interjecciones indagadas dan cuenta de la actitud del hablante. Se postula que en la lengua existen, al menos, el sistema de las categorías gramaticales, al que pertenecen las interjecciones y el sistema de categorías expresivas, al que pertenecen onomatopeyas y sonidos inarticulados. Las interjecciones se ubican en el borde del sistema de las categorías gramaticales, manteniendo un vínculo con las categorías del sistema expresivo y se constituyen en pasaje y eslabón entre los dos sistemas.

Palabras clave: Interjección. Onomatopeya. Sonido inarticulado. Teoría de los prototipos. Categorización.

Introducción

Las interjecciones, onomatopeyas y sonidos inarticulados son elementos que han sido vinculados por los estudiosos del lenguaje desde hace siglos. Así, el gramático español Gonzalo Correas en su **Arte de la lengua española castellana** (1626) considera dentro de las interjecciones lo que denomina voces de animales, por ejemplo, “¡mu! del buey, ¡cra, cra! del cuervo, ¡bé! de la cabra y de la oveja” (CORREAS, 1903, p. 225). Asimismo, incluye en la clase de las interjecciones

* Instituto de Investigaciones en Humanidades y Ciencias Sociales (FAHCE-Conicet). Centro de Estudios e Investigaciones Lingüísticas. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Universidad Nacional de La Plata. Becaria UNLP.

elementos tales como ‘¡zis, zas!’ , que indican ‘golpes’. De esta manera, se puede observar que para Correas las onomatopeyas son parte de las interjecciones.

En el siglo XX, Manuel Seco tampoco distingue entre interjecciones y onomatopeyas. En este sentido afirma:

[...] la interjección, aunque no desempeña ningún papel en la oración, está agregada a ella y le añade sus contenidos expresivos. Pero en otros casos la interjección se presenta desempeñando ella misma, por sí sola, el papel de una oración [...] En otros casos, por último, es simple transcripción de un ruido cualquiera por medio de los fonemas (tal como se ve, por ejemplo, en las historietas de los tebeos): ¡guau!, ¡crac!, ¡glub!
(SECO, 1999, p. 310).

En el final de la cita anterior, el autor coloca las onomatopeyas, caracterizadas como “transcripción de un ruido cualquiera por medio de los fonemas”, en la clase de las interjecciones.

Por su parte, Emilio Alarcos Llorach agrupa las interjecciones en onomatopéyicas, apelativas y sintomáticas. A las primeras les atribuye una capacidad mimética, de adaptación fonemática de ruidos o acciones y con “significante expresivo” (LLORACH, 1994, p. 241). Los ejemplos que propone el gramático son entre otros ‘rin’, ‘pum’, ‘plas’, ‘paf’.

En tanto, Julia María Fernández Cuesta (1990) en su estudio sobre los cómics propone que sonidos inarticulados tales como ‘grrr!’, ‘tch!’, ‘grmphff’ son interjecciones menos lexicalizadas que ‘hey!’, por ejemplo. Además, incluye en las interjecciones onomatopeyas del tipo ‘snap!’. De esta manera, se ve cómo la autora asimila interjecciones, onomatopeyas y sonidos inarticulados.

En la posición opuesta, se ubica Ángel Alonso-Cortés (1999), quien destaca las diferencias entre onomatopeyas, sonidos inarticulados e interjecciones. Así, sostiene que una diferencia sustancial entre las interjecciones y las onomatopeyas reside en que las primeras poseen una función ilocutiva y las segundas una función representativa o imitativa. También excluye explícitamente de la clase de las interjecciones los denominados sonidos inarticulados ‘brrr’ y ‘aggg’.

María Ángeles Torres Sánchez y José Luis Berbeira Gardón (2003), en el marco de la teoría de la relevancia (SPERBER; WILSON, 1986), formulan un conjunto de características que distinguen las interjecciones de las onomatopeyas.

Mientras que aquellas no contribuyen al valor veritativo de la proposición y codifican información procedimental, las últimas son parte de la proposición y codifican información conceptual. No obstante, reconocen que estos dos elementos comparten la codificación de un contenido subjetivo.

María Jesús López Bobo (2002) retoma las consideraciones de Alonso-Cortés y deja fuera de las interjecciones los sonidos inarticulados y las onomatopeyas, señalando que las primeras dan cuenta de la actitud del emisor; en cambio, las onomatopeyas poseen una función representativa. A pesar de lo anterior, la lingüista hace la salvedad de que existen onomatopeyas que pueden perder su valor referencial dominante y devenir en interjecciones por presentar un valor modal-expresivo, como es el caso de ‘¡pum!’, que en algunos contextos puede perder su contenido referencial. Esta cuestión se trata nuevamente en Cueto Vallverdú y López Bobo (2003).

En este breve, recorrido se puede observar las controversias de clasificación que generan las unidades verbales que estudiamos: por un lado, están aquellos que las homologan y las incluyen en una única categoría; por el otro, se encuentran los que prefieren analizarlas como fenómenos separados. Desde la lingüística cognitiva y más precisamente desde la teoría de los prototipos y del nivel básico se puede obtener una respuesta no tan tajante. Algo que ya intuía López Bobo en su obra, esto es, no son elementos con idénticos comportamientos y rasgos, pero tampoco son absolutamente extraños unos respecto de otros.

Marco teórico

En este trabajo proponemos estudiar las interjecciones, onomatopeyas y sonidos inarticulados desde las teorías de los prototipos y del nivel básico (BERLIN; KAY, 1969; ROSCH, 1973; LAKOFF, 1987; KLEIBER, 1995). La elección teórica encuentra su justificación en que estas unidades son elementos heterogéneos, difíciles de integrar a la clasificación de categorías de la lengua. Por lo tanto, es necesario abordarlas en un marco de categorización alternativa al de la categorización clásica. Mientras que esta última se caracteriza por establecer categorías con límites definidos, esto es, son discretas, cada uno de sus miembros posee propiedades necesarias y suficientes y tienen el mismo estatus de pertenencia a su categoría; la categorización cognitivista, en cambio, propone un espacio de

categorización en donde los límites entre las categorías son difusos, se definen por haces de rasgos, no por condiciones necesarias y suficientes; y los miembros presentan grados de pertenencia a la categoría, es decir, existen miembros prototípicos y miembros periféricos. Así, George Kleiber expone:

Esta nueva concepción está basada en las tesis siguientes:

1. La categoría tiene una estructura interna prototípica;
2. El grado de ejemplaridad de un individuo se corresponde con su grado de pertenencia a la categoría;
3. Los límites de las categorías o de los conceptos son borrosos;
4. Los miembros de una categoría no presentan propiedades comunes en todos los miembros; una semejanza de familia es lo que permite agruparlos en el mismo conjunto.
5. La pertenencia de un individuo a una categoría se establece con arreglo a su grado de similitud con el prototipo correspondiente.
6. La pertenencia no se realiza de manera analítica, sino de forma global.

(KLEIBER, 1995, p. 51)

Más allá de que estos principios de la categorización cognitiva corresponden a la versión estándar de la teoría de los prototipos¹ y de las críticas que recibe (por ejemplo de Kleiber) se presenta operativa para el análisis de la interjecciones, dado que “la definición por haces de rasgos puede ofrecer una explicación de la interjección más completa e integrada en el sistema gramatical de las categorías que la descripción tradicional”. (CUENCA; HILFERTY, 1999, p. 61). Además, las dos dimensiones que formula la categorización cognitivista, horizontal y vertical, habilitan una descripción y explicación más ajustada de las unidades que nos proponemos estudiar en el presente trabajo. La teoría de los prototipos permite establecer la dimensión horizontal de la categorización, ya que distingue entre prototipo y periferia. En tanto, la teoría del nivel básico constituye la dimensión vertical de la categorización, dado que posibilita dar cuenta de la estructuración jerárquica de las categorías, atendiendo a una relación inclusiva. En este sentido, se propone que la organización de las categorías se realiza en tres niveles: el nivel superordinado, el nivel básico y el nivel subordinado. Es el nivel básico el que se

¹ Cabe destacar que en la versión ampliada de la teoría de los prototipos solo se conservan dos principios: las categorías no pueden ser definidas por condiciones necesarias y suficientes; y los miembros se agrupan por semejanza de familia. A pesar de esta reformulación propuesta por sus propios creadores (Rosch y su grupo de investigadores), Lakoff sostiene que la versión estándar continúa vigente (KLEIBER, 1995, p. 46).

corresponde con el prototipo. Los elementos de este nivel son identificados con mayor rapidez, se perciben global y fácilmente. Además, en general, se emplean con alta frecuencia, sus términos en la lengua son breves, se aprenden primero, son fáciles de memorizar y poseen una gran riqueza informativa, exigiendo poco esfuerzo cognitivo. De esta manera, la categorización cognitiva se resuelve en dos ejes, horizontal y vertical.

Cuenca y Hilferty (1999) presentan un análisis posible de la interjección desde la teoría de los prototipos y de la teoría del nivel básico. Los lingüistas parten de la noción de prototipo como la imagen mental que se conforma a partir de la interacción de rasgos o atributos característicos. Además, señalan que lo importante para determinar el mayor o menor grado de pertenencia a una categoría por parte de un miembro es el peso de los rasgos que comparte con el prototipo y no tanto la cantidad de atributos compartidos. Esto último se reviste de importancia, dado que los autores proponen incluir las interjecciones en la categoría de nivel básico, fragmento, que está incluido en el nivel de la supracategoría oracional. De esta última, dependen la oración, que es el prototipo, la cláusula y el fragmento, en el nivel básico. Ahora bien, la cláusula comparte un solo rasgo con la oración: la estructura sujeto-predicado. Por su parte, el fragmento, salvo este rasgo, tiene el resto de los atributos de la oración: autonomía distribucional, unidad prosódica, semántica y comunicativa. No obstante, el atributo de mayor peso, para definir qué es una oración, es la estructura sujeto-predicado. Por lo tanto, el miembro más periférico es el fragmento y no la cláusula, a pesar de la cantidad de rasgos que el primero comparte con el prototipo. Para Cuenca y Hilferty las interjecciones conforman una subcategoría en el nivel subordinado de la categoría marginal fragmento del nivel básico, que depende de la supracategoría oracional. No obstante, no solo la interjección constituye el nivel subordinado del fragmento, sino también el fragmento sintagmático, (por ejemplo, ‘¡Fuego!’) y la prooración (‘sí’/ ‘no’). Los autores al clasificar las interjecciones en propias e impropias consideran que las primeras están más próximas a las prooraciones, dado que ambas expresan valores vinculados con la modalidad y que las segundas se acercan a los fragmentos sintagmáticos, ya que al provenir de otras categorías tales como verbos, sustantivos, etc. tienen un significado más fijo que las propias y presentan mayor complejidad.

Respecto de estas últimas consideraciones nosotros hemos propuesto en trabajos anteriores (BERNARDI, 2012a, 2012b) que el espacio de categorización

de las interjecciones propias se resuelve también en su interior en miembros prototípicos y periféricos, y que aun lo hacen sus valores modales-expresivos. Por ejemplo, ‘ay’ es una interjección propia prototípica, en cambio, ‘bah’ es una interjección propia marginal. Ahora bien, existen valores modales-expresivos de ‘ay’ más prototípicos como es el de ‘dolor’ y más periféricos como el de ‘súplica’. Se percibe, entonces, que el enfoque cognitivo es el más operativo para abordar el estudio de las interjecciones. En este trabajo, como expusimos más arriba, también proponemos analizar las onomatopeyas y los sonidos inarticulados con las herramientas teórico-metodológicas de la teoría del prototipo y del nivel básico.

Justificación del corpus

Los corpora informatizados, CREA y Davies, encuentran su razón de empleo no solo en la gran cantidad de formas que registran, 154.279.050 y 100.000.000, respectivamente, sino principalmente en que las palabras aparecen en su contexto original. Además, el CREA permite utilizar criterios de selección para las búsquedas según parámetros cronológicos, temáticos, de medios y geográficos. Esto es importante ya que da la posibilidad de obtener muestras de distintas variedades del español, como por ejemplo, del español rioplatense, que presenta un particular interés para nuestras investigaciones. Así, por ejemplo, los datos consultados para nuestro trabajo han sido filtrados según el español de Argentina. El Davies, por su parte, posee la opción de realizar búsquedas de palabras, frases y construcciones gramaticales según frecuencias de uso. Asimismo, en este corpus, también, se especifica el lugar geográfico de procedencia de las muestras, el medio oral/escrito y se puede seleccionar el rango cronológico desde el siglo XIII hasta el siglo XX. En este artículo empleamos casos del español de Buenos Aires del siglo XX. De esta manera, los dos corpora son herramientas valiosas para el estudio de unidades como las interjecciones, onomatopeyas y sonidos inarticulados, dado que es indispensable analizarlas en su contexto de uso.

Además, utilizamos algunos ejemplos de un corpus propio conformado por muestras obtenidas de la versión digital del diario **El Día** (www.eldia.com.ar) y páginas de internet, que emplean el español rioplatense. Agregar este corpus es necesario para dar cuenta de formas relativamente nuevas, tales como ‘juas’, cuyas realizaciones datan de estos últimos años, sobre todo en los hipertextos.

Análisis del corpus

En este apartado analizaremos las unidades ‘ay’, ‘ah’, ‘oh’, ‘ja’, ‘bua’, ‘brrr’ y ‘agg’, privilegiando las muestras del español rioplatense.

En trabajos anteriores hemos estudiado el comportamiento de las interjecciones propias (BERNARDI, 2010, 2012a, 2012b). Respecto de ‘ay’ hemos observado que se emplea con una variedad de valores semántico-pragmáticos:

(1) ‘Ay’... ‘Ay’... qué tengo en el bocho... me parece que me explota... que explota... [...] ¡ay qué dolor! (REAL ACADEMIA ESPAÑOLA: Banco de datos (CREA) [en línea]. *Corpus de referencia del español actual*. <<http://www.rae.es>> [25/03/2012]).

(2) En general, los libros (¡‘Ay’, los libros!) sobre maternidad se ocupan poco y nada de múltiples. Los hay específicos sobre lactancia, y muy difundidos, pero no tratan el tema en relación a las madres de más de un bebé, que –como intento reivindicar en este capítulo– también existen. (REAL ACADEMIA ESPAÑOLA: Banco de datos (CREA) [en línea]. **Corpus de referencia del español actual**. <<http://www.rae.es>> [25/03/2012]).

(3) Inf.b. – Equis. Y - - - yo decía: “¡‘Ay’, que pesado es!” Y me mortificaba tanto y me hacía la burra como yo diciendo: “No soy la madre de este chico.” ¿No? [risas] Esté... pero como en Pinamar se sabe todo - - - ya sabían que era el... que era hijo mío. Y yo le decía a Alvarito: “Sé prudente, no seas imprudente.” “¿Y van a pescar? Y yo voy con ustedes.” “Alvarito, son señores grandes” (DAVIES:M32 B).

(4) Inf.b – ¡‘Ay’, qué divertido! (DAVIES:M21 B).

En (1) el valor semántico-pragmático de ‘ay’ es de ‘dolor’, en (2) de ‘lamento/queja’, en (3) de ‘queja’ y en (4) de ‘placer/gozo’. Se percibe que el ‘dolor’ es el valor semántico-pragmático prototípico. Este incluye tanto un dolor del ámbito físico como psicológico, que se corresponde con la emoción de lamento, a veces con un matiz de queja. No obstante, otro valor semántico-pragmático que se presenta con una alta frecuencia es el de ‘gozo/placer’. Por lo tanto, la interjección ‘ay’ se realiza en contextos de emociones negativas y positivas. Esto hace que se perciba como una interjección polisémica, que depende del contexto para

determinar su valor. Pero esta afirmación no significa que ‘ay’ sea un comodín para dar cuenta de cualquier emoción, sino que hay rutinas de uso, que limitan sus posibles valores, esto es, dichos empleos están codificados en la lengua. Así, mientras que el ‘dolor/lamento’ y el ‘placer/gozo’ son valores prototípicos de ‘ay’, los valores semántico-pragmático de ‘súplica’ y ‘sorpresa’ son marginales,² al menos en el español rioplatense:

(5) Como no pueden impedir estas dinámicas, pretenden volver al universo predigital, haciendo que los bits se comporten como átomos (¡‘ay’ Negroponte, sacanos de este entuerto!) (REAL ACADEMIA ESPAÑOLA: Banco de datos (CREA) [en línea]. **Corpus de referencia del español actual**. <<http://www.rae.es>> [13/11/2010]).

(6) Mas al llegar, ¡‘ay’!, la planta había crecido nuevamente y para peor, esta vez era más grande y más fuerte. (REAL ACADEMIA ESPAÑOLA: Banco de datos (CREA) [en línea]. **Corpus de referencia del español actual**. <<http://www.rae.es>> [13/11/2010]).

Estos ejemplos no abundan en los corpora. En cambio, un empleo frecuente en la variedad de español que estudiamos es la interjección ‘ay’ con valor de ‘acuerdo con el interlocutor’, pero siempre que se combine con un elemento afirmativo, por ejemplo ‘sí’:

(7) Inf.b – ...cuando está por subir una al de... escalón. ¿Vos lo viste a [...] que... Inf.a – ‘Ay, sí sí’. Inf.b – ...que agarra y hace unos movimientos así? Fijáte que... que te... Inf.a – Bueno, además hace... hace teatro, por ahí te hace un poco de teatro y después... Inf.b – Si cuando no lo ves sale corriendo. Inf.a – Sí. Inf.b – Me hacía acordar a lo... Inf.a – Pero sí, sí. Inf.b – Me hacía acordar (DAVIES: M24 B).

2 La tendencia encontrada en los corpora indica que el 40% de los datos corresponden al valor semántico-pragmático de ‘dolor’/‘lamento’, el 30% al de ‘gozo’/‘placer’ (incluimos el valor de ‘acuerdo con el interlocutor’, que tratamos a continuación), 10% al de ‘queja’, otro 10% al de ‘crítica’ solo un 5% para el valor de ‘sorpresa’, 2% para el de ‘súplica’ y el restante 3% vehiculiza valores como el de ‘amenaza’, aproximadamente. Cabe destacar que estos porcentajes son estimativos, dado que algunas ocurrencias poseen más de un valor semántico-pragmático, por ejemplo, se combinan el ‘placer’ con la ‘burla’. Asimismo, hay ciertos encadenamientos como ‘ay + de’ que se constituyen como rutinas de uso para transmitir valores de ‘lamento’ y de ‘amenaza’.

En (7) se ve cómo para tomar el valor de ‘acuerdo’ la interjección ‘ay’ debe estar acompañada por ‘sí’, que en este caso está reduplicada, otorgándole cierto énfasis al enunciado.

Respecto de la posición que ocupa en la estructura, hay una tendencia a colocar la interjección ‘ay’ en el inicio de esta, aunque potencialmente puede ubicarse en el medio o en el final. No obstante, existe una alta frecuencia de empleo en el comienzo de la cadena. Esto ocurre también con las interjecciones ‘ah’/‘oh’ y es un rasgo que las diferencia sobre todo de las onomatopeyas. Los datos provenientes del corpus CREA corroboran la afirmación anterior, puesto que ‘ay’ aparece con 337 realizaciones en principio de estructura y 98 en colocación media y final; ‘ah’, 695 en posición frontal y 85 media o final; ‘oh’, 274 en el inicio y 84 en el medio o final. La preferencia de los hablantes de español de colocar estas interjecciones propias en posición inicial da cuenta de la importancia que estos le otorgan a lo actitudinal.

Por su parte, ‘ah’ posee como valores semántico-pragmáticos prototípicos el ‘recordar algo’ y el ‘darse cuenta de algo’ (valor evedictivo).³

(8) Nahuel: Es más un matrimonio, la verdad. Desde que empezamos a salir no paramos. ¿Cómo dividen las tareas en casa? Catarina: No hay grandes problemas, las repartimos entre los dos, aunque Nahuel es más de agarrar el gato, meterlo en el auto y llevarlo a la veterinaria. A mí me pondría nerviosa esa situación. Nahuel: Cocinamos, hacemos la cama los dos y pasamos la aspiradora los dos. ‘Ah’, además le pagamos entre los dos a una señora que nos ayuda con las cosas de la casa. Catarina: Y que ahora tiene que venir más, porque yo no estoy tanto en casa. Cuando vienen amigos a comer asado hacemos lo que nosotros llamamos team (equipo). Ordenamos todo de a dos (REAL ACADEMIA ESPAÑOLA: Banco de datos (CREA) [en línea]. **Corpus de referencia del español actual**. <<http://www.rae.es>> [25/03/2012]).

(9) – Tengo puntitos negros acá.
– Yo también.
– Y yo tengo acá [...]
– ‘Ah’, esos son lunares. (REAL ACADEMIA ESPAÑOLA: Banco de datos (CREA) [en línea]. **Corpus de referencia del español actual**. <<http://www.rae.es>> [25/03/2012]).

³ En los corpora, el 60% de los casos posee este valor evedictivo.

En (8) y (9) los hablantes ponen en escena sus procesos cognitivos de ‘recordar’ en el primer ejemplo y de ‘darse cuenta’ en el segundo, esto es, de algún modo muestran ante los ojos del receptor sus movimientos mentales.

Esta interjección propia también posee valores semántico-pragmáticos marginales:

(10) Eduardo De La Puente: Señor Presidente, ¿puedo cometer una indiscreción? ¿Qué estaba haciendo en este instante? Menem: Viéndolos a ustedes.

De La Puente: ¿Pero cómo? ¿Cómo...? ¿Cómo está vestido? Pergolini: No, no... Eso es problema de él. Disculpe, ¿le gustó la apertura del programa, todo eso? ¿Le gusta el programa? Menem: Bueno, lo agarré a la mitad...

Pergolini: ‘Ah, ah’. ¿Qué vio antes? Menem: Recién llego. (REAL ACADEMIA ESPAÑOLA: Banco de datos (CREA) [en línea]. **Corpus de referencia del español actual**. <<http://www.rae.es>> [14/11/2010]).

En (10) se percibe que el valor semántico-pragmático es el de ‘poner en evidencia una mentira del interlocutor’. Este no es un valor frecuente en los ejemplos de los corpora. No obstante, se puede ver que detrás de cada uno de estos valores identificados está la actividad cognitiva de ‘descubrir’. Así, en (8) se descubre al receptor algo que se mantenía oculto para este por el olvido del emisor, en (9) el emisor descubre para sí mismo algo que ignoraba y en (10) el hablante descubre algo sobre las palabras del otro, en este caso, que no son verdaderas. Sin embargo, como señalamos más arriba, los primeros son valores prototípicos y el último marginal.⁴

En cuanto a la interjección ‘oh’ se emplea en contextos literarios principalmente en nuestro español rioplatense:

(11) ‘Oh’ noches, oh compartida y tibia tiniebla, ‘oh’ el amor que fluye en la sombra como un río secreto, ‘oh’ aquel momento de la dicha en que cada uno es los dos, ‘oh’ la inocencia y el candor de la dicha, ‘oh’ la unión en la que nos perdíamos para perdersnos luego en el sueño, ‘oh’ las primeras claridades del día y yo contemplándola.

⁴ Quizás habría que postular que son subvalores de ‘descubrir’ y que estos subvalores son prototípicos y periféricos. De todos modos, se requiere una investigación más profunda.

(REAL ACADEMIA ESPAÑOLA: Banco de datos (CREA) [en línea]. **Corpus de referencia del español actual**. <<http://www.rae.es>> [13/11/2010]).

(12) ¡Dios mío, ‘oh Dios’! Mátame como quieras y cuando quieras, pero no me mates con tanto dolor, con tanto insufrible dolor! O mátame lo antes posible, ¡pero que nunca a la Iburguren le dé por roerme los huesos! No lo soportaría, y entonces sí, entonces sí rompería las tablas de tus leyes... (REAL ACADEMIA ESPAÑOLA: Banco de datos (CREA) [en línea]. **Corpus de referencia del español actual**. <<http://www.rae.es>> [13/11/2010]).

Se observa que en (11) y en (12) la interjección ‘oh’ tiene un valor semántico-pragmático de ‘súplica’, pero este valor, que es uno de los prototípicos, se incluye en textos con función poética, tomando un valor ‘literario’ que subsume al de ‘súplica’. De manera análoga sucede con el valor prototípico de ‘sorpresa’:

(13) Los celtas, cuyo célebre capitán fué Hú hicieron conocer en sus invasiones de los siglos VI y VII antes de nuestra era, las herraduras. Y si nos ocupamos de los ramplones solamente, vemos que en muchísimos tratados, dibujos, etc., aparecen en las herraduras prehistóricas. César en sus ejércitos y también la caballería auxiliar germánica, al batallar contra el celebérrimo Vercingetórix en la toma de Alesia, usaron herraduras en sus cabalgaduras; ellas eran anchas, de bordes redondeados y... ‘¡oh sorpresa!’ ... ¡tenían ramplones! (REAL ACADEMIA ESPAÑOLA: Banco de datos (CREA) [en línea]. **Corpus de referencia del español actual**. <<http://www.rae.es>> [13/11/2010]).

Como se ve en (13) el valor de ‘sorpresa’ se emplea en un contexto de uso que privilegia el valor literario de la interjección. En el siguiente ejemplo se hace explícito por parte del hablante este valor literario de la interjección ‘oh’:

(14) nati Pero ¿no te das cuenta? No es por ella que se quiere casar, es por él.
rafael ¡No te metas! ¡No es asunto tuyo!
nati ¿Cómo no le va a doler vender el restaurante? Es que está enfocando todo en tu madre... Él te da el restaurante a cambio de que vos le ayudes.
rafael Terminá con la psicología de café, no podés estar analizando siempre todo.

nati No estoy analizando, al contrario, vos sos el cerrado. ¿Por qué no abris un poco más el corazón?

rafael ¡Porque ya lo tengo abierto! Y en serio. Y éste, ‘oh’ ironía del destino, de romance no entiende un carajo. Cuando revienta, revienta. Es muy fácil hacerse el poa, hablar del amorrrr, los ángeles, las libélulas, total el que se los termina cargando a todos a caballito es el pelotudo de Rafael.

nati Bueno, está bien, no grites.

(REAL ACADEMIA ESPAÑOLA: Banco de datos (CREA) [en línea]. **Corpus de referencia del español actual**. <<http://www.rae.es>> [13/11/2010]).

En (14) se utiliza ‘oh’ con un valor semántico-pragmático de ‘burla/ironía’ justamente respecto del lenguaje poético, esto es, uno de los interlocutores usa la interjección ‘oh’ para imitar el discurso literario. Así, el hablante lo explicita diciendo: “es muy fácil hacerse el poeta”. De esta manera, el valor ‘literario’ es el prototípico de la interjección propia ‘oh’, en el español rioplatense actual, valor codificado en esta unidad por sus rutinas de uso en contextos literarios. No obstante, los valores de ‘oh’, tales como ‘súplica’, ‘sorpresa’, ‘pena’ son evocados cada vez que se emplea dicha interjección propia. Por ejemplo, en (14) más allá de la burla/ironía y de lo literario resuena el valor semántico-pragmático de ‘pena’ en “oh ironía del destino”.

Cabe destacar que las otras interjecciones que estudiamos, ‘ay’/‘ah’, también se realizan en discurso/textos literarios por su emotividad. Sin embargo, cuando se las utiliza en contextos más informales o coloquiales no poseen un valor semántico-pragmático literario. En cambio, el uso de ‘oh’ en dichos contextos sí lo mantiene, subrayando un contraste entre literario/no literario como sucede en el ejemplo (14).⁵

Llegados a este punto, se ve que las interjecciones propias estudiadas son elementos de la lengua que codifican diversos valores semántico-pragmáticos vinculados con la actitud del hablante respecto del dictum.

Ahora bien, examinemos qué sucede con las unidades ‘ja’ y ‘bua’. En primer lugar, ‘ja’ presenta dudas para su clasificación.⁶ Así, para el **Manual de la Nueva gramática de la lengua española** (2010) de la Real Academia Española, ‘ja’ es

5 Asimismo, la interjección ‘oh’ se realiza frecuentemente en contextos discursivos religiosos, como las oraciones. Por ejemplo, “Oh Señora mía, oh Madre mía [...]”.

6 Esta cuestión la hemos tratado en una ponencia presentada en el IV Simposio de la Asociación Argentina de Lingüística Cognitiva AALICO, Buenos Aires 5 y 6 de noviembre de 2012.

una onomatopeya. Sin embargo, el **Diccionario de la lengua española**, vigésima segunda edición [en línea], la define como una interjección. En tanto, Cueto Vallverdú y López Bobo (2003) también la clasifican como interjección. No obstante, Torres Sánchez y Berbeira Gardón (2003) en el apartado que dedican a las onomatopeyas analizan el siguiente ejemplo: “Entramos y oímos ¡ja, ja, ja!” (2003: 360). Aunque en este caso ‘ja’ es una onomatopeya, en realidad, este empleo se registra con una baja frecuencia en nuestro español rioplatense.⁷ En cambio, se encuentran con más frecuencia ejemplos en los que ‘ja’ codifica la actitud del hablante:⁸

(15) No aclares que más no nos subestimás, todos sabemos que lo haces. Amigo mío te ves tan idiota cuando terminas de decir algo y mirás alrededor esperando que te aplaudan. No sabés la paciencia que te tengo. No sabés que yo sé que tu novia te cagó a pedos porque te sentás al lado mío. Tu situación es un cuadro dantesco (‘¡Ja!’ chupate esa mandarina) (REAL ACADEMIA ESPAÑOLA: Banco de datos (CREA) [en línea]. **Corpus de referencia del español actual**. <<http://www.rae.es>> [30/10/2012]).

(16) petruza

En el gobierno ya se está barajando su nombre para un ministerio... Los de la banda del Gordo Valor no aceptaron porque se asustaron yomelina

#1 ‘jajajajajaj’ tal cual Petru,

(<<http://www.eldia.com.ar/edis/20130509/El-autor-robo-siglo-ironizo-blanqueo-Yo-tambien-tengo-ganas-invertir-20130509103132.htm>>. 09/05/2013).

(17) No, yo siempre en los reportajes hablo de cualquier cosa. Pero por ahí, si salió el nuevo disco me preguntan “¿cuándo es el próximo show?”. Y yo siempre digo “no sé”. La verdad es que no lo sé. ¡Ah! Sé que tocamos en Cemento el día de Navidad. Con Cemento tengo lazos milenarios. Porque Omar Chaban era de Einstein y nos queremos, aunque es aquel “judío de mierda”. Yo le digo a veces: “Omar, vos sos tan judío... que duele... ‘¡ja! ¡ja! ¡ja!’ (REAL ACADEMIA ESPAÑOLA: Banco de datos (CREA) [en línea]. **Corpus de referencia del español actual**. <<http://www.rae.es>> [30/10/2012]).

7 Solo el 5 % de las muestras de ‘ja’ registra un empleo onomatopéyico .

8 Se trata del 95 % de los casos analizados.

En (15) ‘ja’ posee el valor semántico-pragmático de ‘burla con enojo’, en (16) la repetición de ‘ja’, cuya grafía termina con ‘j’, refuerza el valor semántico-pragmático de ‘alegría empática’ y en (17) ‘ja’ tiene el valor de chiste, atenuando un comentario que de lo contrario sería ofensivo: “Omar vos sos tan judío... que duele...”

Es importante destacar que con las redes sociales, las secciones de comentarios de los diarios digitales, los blogs, entre otros, se han ido especializando distintas formas de ‘ja’:

(18) miexito

Hasta la victoria siempre? CUAL? ‘ja ja ja jua jua jua’. 29.08.09 DIA MUNDIAL DEL ABANDONO, el 7777777 a 0000000 no se olvida más. Que mieditooooooooo.
(<http://www.eldia.com.ar/edis/20130509/Hasta-victoria-siempre-deportes4.htm>). 09/05/2013).

(19) 30/10/2012 - 10:09 | #6 Marcos_lp

Marcos_lp

Que lastima, hasta la venias rompiendo ‘juas juas’

(<http://www.eldia.com.ar/edis/20121030/la-gata-despidio-del-torneo-deportes0.htm>).

(20) edu_paye

pobre CALAMARDO, no le acepta el sistema de EL DIA hacer comentarios como GARPOLFA!!!![...] como no quieres que te llamen PATETICO MENTIROSO Y FRAUDULENTO, menos mal que no escribis TODO EL DIA, va, capaz que no lo haces como GARPOLFA O CALAMARDO, pero capaz lo haces como MOSCA DE CORRAL, O TABANITO SERVIL, o MORENITO o PLANCITO ALEGRE no?? ‘jejeje’

(<http://www.eldia.com.ar/edis/20130509/Kiciloff-no-motivo-para-esperar-devaluacion-20130509120609.htm>). 09/05/2013).

(21) CALAMARDO GARPOLFA OTRO ALIAS.... si lo decis por mi yo QUIZA LADRO (perro el mejor amigo del hombre) vos PICAS y DEJAS VIRUS(mosca tse tse) sigo ladrando o me quieres poner BOZAL ‘jijijiji’, yo tengo palmeta para vos

(<http://www.eldia.com.ar/edis/20130509/Kiciloff-no-motivo-para-esperar-devaluacion-20130509120609.htm>). 09/05/2013).

En (18) la burla va *in crescendo* desde un ‘ja’ hasta un ‘jua’, que da cuenta de una burla ostensiva hacia el otro, se corresponde con el gesto de señalar con el dedo. En cambio, en (19) con ‘juas’ la burla tiene el matiz de lo repentino. En tanto, en (20) ‘je’ tiene un valor semántico-pragmático de ‘burla suspicaz’, interpretación reforzada por el contexto verbal que hace referencia a una situación de parcialidad en los comentarios con los sintagmas nominales “mosca de corral”, “tabanito servil”, “morenito”, “plancito alegre” y en (21) ‘ji’ la burla es reservada, dado que está enmarcando el encadenamiento “yo tengo palmeta para vos”, esto es, un enunciado con cierto grado de agresividad. Estas variedades de ‘ja’ son difíciles de concebir como onomatopeyas. Así, el encadenamiento ‘Entramos y oímos je, je, je/ji, ji, ji’ es menos natural que ‘Entramos y oímos ja, ja, ja’. Asimismo, parece menos probable de realización la cadena ‘Entramos y oímos juas’. Además, como dijimos más arriba este tipo de enunciados con ‘ja’ son los menos frecuentes. Por lo tanto, la unidad ‘ja’ con sus variedades poseen un contenido modal que predomina por sobre la representación de la risa. De esta manera, se puede sostener que ‘ja’ es una interjección proveniente de una onomatopeya. No obstante, el hecho de que en ocasiones se pueda emplear todavía como onomatopeya habla de una subjetivación gradual de esta unidad, que se manifiesta también en sus variantes ‘je’, ‘ji’, ‘jua’, ‘juas’.

Respecto de ‘bua’ se encuentran pocos ejemplos de su uso:⁹

(22) [usuario de facebook 1] QUE LA FICCIÓN NO SUPERE A LA REALIDAD...

Es una mañana de enero de 2016.

Mi radio reloj se enciende puntual a las 8 hs con la Mancha de Rolando

a todo volumen en la ahora llamada “Radio del amor y la alegría” (ex

Mitre) [...] Mientras miraba el paisaje de la ciudad, cruzando la Avenida Néstor

Kirchner, por la bocacalle Cristina Corazón, la placita “Él”, el busto al otro Él,

la confitería “el Che”, la Boutique “Alto Stalin” y etc. ... se me ocurrió

preguntarme si en aquel OCTUBRE del 2013 hubiera votado

⁹ Incluso se ha observado que en las redes sociales el empleo de ‘bua’ alterna con ‘sniff’. Este fenómeno es interesante, ya que se registra un uso de interjecciones y onomatopeyas en inglés por parte de los hispanoparlantes.

distinto,
cuál hubiera sido mi presente...
[usuario de facebook 2] Tremendo !!! ‘buaaaaaa’
(<https://www.facebook.com>).

(23) Los tres roles pueden variar como veremos en el ejemplo. No obstante, se mantienen fijos dentro de la estructura de la personalidad. Un ejemplo típico:
ÉL: (Llega de trabajar) ¿Todavía no preparaste la comida?
ELLA: (Se pone a llorar) ‘Buah’... siempre me criticas...
(REAL ACADEMIA ESPAÑOLA: Banco de datos (CREA) [en línea]. *Corpus de referencia del español actual*. <http://www.rae.es> [9/05/2013]).

En (22) ‘bua’ tiene el valor semántico-pragmático de ‘tristeza’.¹⁰ Pero en (23) ‘buah’, con la variante de la grafía con ‘h’, es ambigua, dado que por un lado, representa el ruido del llanto que se indica en la acotación “(Se pone a llorar)”; y por otro, expresa la actitud del hablante. Esto da cuenta de que ‘bua’/‘buah’ es una interjección que proviene de una onomatopeya con distintos grados de subjetivación. Sin embargo, en nuestro español rioplatense está codificada la alegría en mayor grado que la tristeza. Mientras que ‘ja’ se especializa con sus variantes en distintos contenidos modales, ‘bua’/‘buah’ es muy poco utilizada por los hablantes de español rioplatense.

Por último, los elementos ‘brrr’ y ‘agg’ se realizan en diferentes contextos que determinan su mayor o menor codificación:

(24) ‘Brrr!!!!’ Qué Frío!!!
Hemos pasado un invierno muy lluvioso y frío
(<http://unblogdepuntitos.blogspot.com.ar/2010/09/brrr-que-frio.html>).

(25) Rafael(finge ferocidad) ‘¡Brrr!’ ¡Lo mataría! (Cambia de tono) Lo odio... con su espalda derecha.
(REAL ACADEMIA ESPAÑOLA: Banco de datos (CREA) [en línea]. *Corpus de referencia del español actual*. <http://www.rae.es> [9/05/2013]).

(26) ‘AGG’ QUE ASCO
Ya de por si me desagrada la pepsi común, las fotos de estas pepsis medieron mucho asco, aguante la coca
(<http://www.friki.net/fotos/48083-extranos-sabores-de-pepsi.html>).

10 Nótese la repetición de la ‘a’ final, empleada icónicamente para lograr mayor énfasis.

Se observa que en (25) ‘brrr’ cuando se combina con la exclamación ‘¡qué frío!’ posee un valor fijo, el de cierto disgusto del hablante respecto del contexto físico. No obstante, en (25) la acotación indica otro valor de ‘brrr’, el de ‘ferocidad’ o ‘rabia’. Esto significa que ‘brrr’ como elemento no posee una codificación fija, salvo al ser encadenado con ‘¡qué frío!’ En este caso tiene un contenido modal y no puede ser sustituido por otro sonido. Algo análogo sucede con ‘agg’. Así, cuando ‘agg’ aparece junto a la exclamación ¡qué asco! adquiere un valor fijo de ‘repugnancia’. Pero como ocurre con ‘brrr’, si se realiza en otro contexto su valor es incierto y tiende a ser más un síntoma que un contenido modal.

Estos últimos elementos son más volátiles que ‘ja’, ‘bua’ y que las interjecciones propias estudiadas, ya que los contextos en los que se codifican sus rutinas de uso son demasiado limitados. No obstante, interjecciones, onomatopeyas y sonidos inarticulados poseen rasgos en común: la expresividad y la inmediatez del contexto. Asimismo, comparten espacios discursivos en su realización:

(27) En ese momento, Verónica estalló en furia y le contestó: “Yo no fui la que no le abrí la puerta. El padre no le abrió la puerta, que es otra cosa. Estaba Diego, mi mamá y mi papá en Ezeiza. Fue cuando surgió lo del embarazo, porque Dalma quería hablar con el padre sobre mi embarazo”.

Gianinna, ni lerdá ni perezosa, respondió: ‘Jajaja’ estoy tentadaaaaaaaaa!!!!!!! Te salto la ficha!!!! ‘Shuuuufff jajajajaja’.
(<<http://www.eldia.com.ar/edis/20130605/Gianinna-otro-ataque-Twitter-espectaculos20.htm>>).

En (27) ‘ja’ tiene el contenido modal de la burla y aparece junto con la onomatopeya ‘Shuuuufff’, que representa el sonido de un enchufe quemado.

Conclusión

Después de haber recorrido los corpora arribamos a la conclusión de que las interjecciones, las onomatopeyas y los sonidos inarticulados permiten postular, al menos, dos espacios de categorización en la lengua. Uno, el de las categorías gramaticales, al cual pertenecen las interjecciones y otro, el de las categorías expresivas, conformado por onomatopeyas, sonidos inarticulados, entre otros.

Ahora bien, se ha observado que, por un lado, los tres elementos examinados comparten espacios discursivos, activando los rasgos de expresividad y de inmediatez contextual; y que, por otro, las onomatopeyas y los sonidos inarticulados en determinados contextos pueden subjetivarse y aproximarse en distintos grados a las interjecciones, ya que codifican valores modales. Esto da cuenta de que las interjecciones mantienen un vínculo estrecho con las onomatopeyas y los sonidos inarticulados. Justamente, por eso, las interjecciones se erigen como el eslabón, el pasaje entre los dos sistemas: el gramatical y el expresivo. Las teorías de los prototipos y del nivel básico posibilitan analizar estos pasajes, dado que las fronteras entre categorías y sistemas son borrosas. Asimismo, respecto de las unidades que analizamos, mientras que las interjecciones propias ‘ay’, ‘ah’, ‘oh’ son prototípicas, puesto que más allá de que poseen valores prototípicos y valores marginales, estos remiten a contenidos modales codificados por los contextos de uso, uno de los rasgos distintivos de las interjecciones; las onomatopeyas y los sonidos inarticulados abordados son miembros marginales de sus clases. Por esta razón, pueden con mayor o menor grado acercarse a las interjecciones.

Finalmente, las interjecciones al ubicarse en el borde del sistema gramatical se constituyen en la puerta de entrada que atrae a elementos del sistema expresivo, tal como hemos visto que sucede con la unidad ‘ja’, por ejemplo. Resta todavía ahondar en el estudio del sistema expresivo: qué elementos lo conforman, además de las onomatopeyas y los sonidos inarticulados, qué relaciones mantienen con el sistema gramatical, cuáles son los miembros prototípicos y cuáles los periféricos, entre otras cuestiones.

Interjections, onomatopoeias and inarticulate sounds. A reflection from the perspective of cognitive categorization

Abstract

This paper studies the categorization space of interjections in contrast with onomatopoeias and inarticulate sounds from the perspective of prototype theory (BERLIN; KAY, 1969; ROSCH, 1973; KLEIBER, 1995). The data comes from CREA and Davies corpora, the newspaper **El Día**, Argentina, and various websites. We examine the units ‘ay’, ‘ah’, ‘oh’, ‘ja’, ‘bua’, ‘brrr’ and ‘agg’. The analysis suggests that the interjections have their own categorization space than the space of the other items discussed, although which is different from they share the trait of expressiveness. The difference is that the interjections being investigated convey speaker’s attitude. It is postulated that in language there is, at least, the system of grammatical categories to which interjections belong and the expressive system, which entails both inarticulate sounds and onomatopoeias. Interjections are located on the edge of the system of grammatical categories, maintaining a link with the system categories and can providing an expressive pathway and link between the two systems.

Keywords: Interjection. Onomatopoeia. Inarticulate sound. Prototype theory. Categorization.

Referências

ALONSO-CORTÉS, Ángel. Las construcciones exclamativas. La interjección y las expresiones vocativas. In: BOSQUE, Ignacio; DEMONTE, Violeta (Org.). **Gramática descriptiva de la lengua española**. Madrid: Espasa-Calpe, 1999. 3, p. 3.993-4.050.

BERLIN, Brent y KAY, Paul. **Basic Color Terms**. Their universality and evolution. Berkeley: University of California Press, 1969.

BERNARDI, Lucía. Las ‘interjecciones propias’ desde la Teoría de los Prototipos: teoría del lenguaje y conciencia metalingüística. In: CASTEL, Víctor M. y CUBO DE SEVERINO, Liliana (Org.). **La renovación de la palabra en el bicentenario de la Argentina**. Los colores de la mirada Lingüística Mendoza: Editorial FFyL, UNCuyo, 2010. 24, p. 205-211.

BERNARDI, Lucía. La interjección ‘Ay’: una aproximación a sus usos interjectivos más o menos prototípicos. En: GARCÍA, Adolfo (Org.). **Aproximaciones teóricas y empíricas a la lingüística cognitiva**. Mar del Plata: Editorial Martin, 2012a. 15, p. 255-266.

BERNARDI, Lucía. Las interjecciones propias: sus valores semántico-pragmáticos focales y marginales. Una aproximación desde la teoría de los prototipos. In: GARCÍA, Adolfo; ORELLANO, Verónica; JAICHENCO, Virginia; WAINSELBOIM, Alejandro (Org.). **Lenguaje, cognición y cerebro**. E-book (volúmenes temáticos de la Sociedad Argentina de Lingüística/ Víctor M. Castel, Mabel Giammatteo & Alejandro Parini) . Mendoza: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad Nacional de Cuyo, 2012b. 3, p. 67-77.

CORREAS, Gonzalo. **Arte grande de la lengua castellana**. Madrid: Conde de la Viñaza, Real Academia Española, 1903. Original publicado em 1626.

CUENCA, María Josep; HILFERTY, Joseph. **Introducción a la Lingüística Cognitiva**. Barcelona: Ariel, 1999.

CUETO VALLVERDÚ, Natalia; LÓPEZ BOBO, María Jesús. **La interjección**. Semántica y Pragmática. Madrid: Arco/Libros, 2003.

FERNÁNDEZ CUESTA, Julia María. En busca de nuevas grafías para las interjecciones en el comic. In: CONGRESO DE LINGÜÍSTICA APLICADA, 8., 1990, Sevilla. **Actas...** Sevilla: Asociación Española de Lingüística Aplicada, 1990. p. 181-188.

KLEIBER, Georges. **La semántica de los prototipos**. Categoría y sentido léxico. Madrid: Visor, 1995.

LAKOFF, George. **Women, fire, and dangerous things**. What categories reveal about mind. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

LLORACH, Emilio Alarcos. **Gramática de la lengua española**. Madrid: RAE/Espasa-Calpe, 1994. LÓPEZ BOBO, María Jesús. **La interjección**. Aspectos gramaticales. Madrid: Arco/Libros, 2002.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Nueva gramática de la lengua española**. Manual. Buenos Aires: Espasa, 2010.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA, **Diccionario de la lengua española**. 22. ed. Disponível em: <www.rae.es>. Acesso em: 13 nov. 2010; 14 nov. 2010; 25 mar. 2012; 30 out. 2012; 9 maio 2013.

ROSCH, Eleanor. On the internal structure of perceptual and semantic categories.

In: MOORE, Timothy (Ed.). **Cognitive Development and the Acquisition of Language**. New York: Academic Press, 1973. p. 111-144.

SECO, Manuel. **Gramática esencial de la lengua española**. Madrid: Espasa-Calpe, 1999.

TORRES SÁNCHEZ, María Ángeles; BERBEIRA GARDÓN, José Luis. Interjección y onomatopeya: bases para una delimitación pragmática. **Verba**, v. 30, p. 341-366, 2003.

WILSON, Deirdre; SPERBER, Dan. **La relevancia**. Comunicación y procesos cognitivos. Madrid: Visor, 1986.

Corpora

CREA, **corpus de referencia de la lengua española**. Banco de datos de la Real Academia española. Disponível em: <www.rae.es>. Acesso em: 30 out. 2012.

DAVIES, **corpus del español**. Disponível em: <www.corpusdelespanol.com>. Acesso em: 30 out. 2012.

<www.eldia.com.ar>. Acesso em 30 out. 2012; 9 maio 2013 e 6 jun. 2013.

<<http://unblogdepuntitos.blogspot.com.ar/2010/09/brrr-que-frio.html>>. Acesso em: 19 maio 2013.

<<http://www.friki.net/fotos/48083-extranos-sabores-de-pepsi.html>>. Acesso em: 19 maio 2013.

La expresión de los eventos de colocación en danés y español

Iraide Ibarretxe-Antuñano*

Teresa Cadierno**

Alberto Hijazo-Gascón***

Resumo

Los eventos de colocación (*placement events*) en los que una Figura cambia de posición por la acción de un agente (ej. *Pone una taza en la mesa*) suponen un interesante ámbito de investigación para la Lingüística Cognitiva, en especial para los estudios relacionados con cuestiones neorrelativistas. Este artículo analiza en primer lugar la codificación de los eventos de colocación en dos lenguas tipológicamente distintas (TALMY, 1991, 2000): el danés (marco satélite, CADIerno, 2004) y el español (marco verbal, TALMY, 1991; SEBASTIÁN; SLOBIN, 1994). En segundo lugar, a partir de los resultados obtenidos en la descripción interlingüística, se formulan algunas hipótesis sobre las estrategias y dificultades que los aprendientes nativos daneses de español como segunda lengua se pueden encontrar a la hora de hablar sobre este tipo de eventos desde la perspectiva del Pensar para Hablar (CADIerno, 2008; SLOBIN, 1991). Los datos se han obtenido a partir de los estímulos desarrollados dentro de PUT-project del Instituto Max Planck de Psicolingüística de Nimega (Países Bajos) (BOWERMAN *et al.*, 2004; KOPECKA; NARASIMHAN, 2012).

Palabras clave: Eventos de colocación. Español. Danés. Variación intertipológica. Pensar para hablar.

1 Los eventos de colocación

Un evento de colocación se puede definir como el evento en el que una Figura cambia de posición por la acción de un agente. Este tipo de eventos se han denominado por autores como Talmy (1985, 2000) ‘eventos de movimiento causado’. Estos eventos se pueden describir a través de diversos componentes

*Universidad de Zaragoza.

**University of Southern Denmark.

***University of East Anglia. Esta investigación se enmarca dentro del proyecto de investigación MovEs financiado por el Ministerio de Economía y Competitividad del Gobierno de España (FFI2010-14903, FFI2013-45553-C3-1-P), así como por la Fundación Velux de Dinamarca. Nos gustaría dar las gracias a Moiken Jessen e Isabel Casas por su ayuda con los análisis estadísticos.

semánticos que representan las piezas de información semántica fundamentales que constituyen y hacen que un evento se considere de colocación. Estos elementos son: el Agente que hace posible el cambio de posición, la Figura que es el elemento que cambia de posición, el Camino que sería la trayectoria o la posición que tiene la Figura, y la Base que representaría el nuevo lugar donde se coloca la Figura. Por ejemplo, en el enunciado *La mujer pone una taza en la mesa*, el Agente sería *la mujer*, la Figura sería *una taza*, el Camino sería *en* y, finalmente, la Base sería *la mesa*.

El estudio de la codificación de los eventos de colocación es interesante no solo por el aporte general que puede ofrecer para confirmar (o desechar) teorías como la de los patrones de lexicalización de Talmy (1991; 2000) que veremos en la siguiente sección, sino también desde el punto de vista del neorrelativismo lingüístico y de las posibles consecuencias de este en la adquisición de segundas lenguas. Los aprendientes tienen que adaptarse al estilo retórico de la lengua meta: esto no solamente consiste en generar frases gramaticalmente correctas sino también enunciados que sean parecidos a los que los hablantes nativos de la lengua producen en situaciones discursivas similares. En otras palabras, los aprendientes tienen que ser conscientes de las similitudes y diferencias que existen entre su lengua nativa y su(s) segunda(s) lengua(s) a la hora de codificar el evento de codificación, y tratar de adaptarse y ajustar sus patrones nativos a las características léxicas y sintácticas de la segunda lengua. Este fenómeno se ha denominado ‘aprender a pensar en una segunda lengua’ (CADIerno, 2004, 2008, 2010) o ‘aprender a re-pensar para hablar’ (ROBINSON; ELLIS, 2008).

En este artículo analizamos los eventos de colocación en dos lenguas tipológicamente distintas (TALMY, 1991, 2000): el danés (marco satélite, CADIerno, 2004) y el español (marco verbal, TALMY, 1991; SEBASTIÁN; SLOBIN, 1994). Tomando como punto de partida los experimentos diseñados por el PUT-Project del Instituto Max Planck de Psicolingüística de Nimega (Países Bajos) (BOWERMAN *et al.*, 2004; KOPECKA; NARASIMHAN, 2012), este artículo examina en primer lugar la expresión de los eventos de colocación (PONER) por hablantes nativos de danés y español. Se demuestra cómo los hablantes de danés prestan atención a la posición de la Figura (*stille* ‘poner verticalmente’ vs. *lægge* ‘poner horizontalmente’), mientras que los hablantes de español se fijan más en los diferentes grados de dinámica de fuerzas e intencionalidad de los eventos (*caerse* > *caérsele* > *dejar caer* > *tirar*, IBARRETXE-ANTUÑANO, 2012). En segundo

lugar, y partiendo de la teoría del pensar para hablar de Slobin (1991), se presentan algunas hipótesis sobre las posibles dificultades que los aprendientes daneses de español como segunda lengua puedan encontrarse a la hora de adaptarse al estilo retórico de la lengua meta y de las estrategias de comunicación que éstos puedan adoptar para describir el evento de colocación.

2 La expresión de eventos de colocación en dos lenguas tipológicamente diferentes

En su teoría de los patrones de lexicalización, Talmy (1991, 2000) divide a las lenguas del mundo en dos grandes grupos: las lenguas de marco verbal, que son aquellas en las que el componente semántico central de un evento se codifica en el verbo principal, y las lenguas de marco de satélite, en las que este componente central aparece en un satélite, es decir, en un elemento fuera del verbo sin relación de hermandad. El campo en el que más se ha aplicado la tipología de Talmy es el del movimiento. Así, las diferencias entre las lenguas de marco verbal y de marco de satélite se pueden ver ilustradas en los ejemplos *La botella salió flotando* y *The bottle floated out* ‘la botella flotó fuera’ en los que el componente principal del movimiento, el Camino o trayectoria, se encuentra en el verbo principal *salir* para el español y en el satélite *out* en inglés. Partiendo de esta distinción tipológica, Slobin (1991, 1996, 2000, 2004, 2006) propone la hipótesis del Pensar para Hablar. Esta hipótesis postula que los hablantes de una lengua se ven influenciados por las herramientas lingüísticas que las lenguas ponen a su disposición. En otras palabras, los hablantes han de describir un evento utilizando obligatoriamente los mecanismos lingüísticos de su lengua. Es por este motivo que los hablantes de una determinada lengua tienen su propio ‘estilo retórico’, su forma característica de describir y codificar una determinada situación. Este estilo retórico no es necesariamente gramatical,¹ es decir, el hablante no se ve obligado a utilizar unas determinadas estructuras por una razón de gramaticalidad, sino que simplemente de entre todas las posibilidades que tiene a su disposición hay una serie de estructuras que aparecen de forma más prominente para describir un determinado evento.

¹ Esto no quiere decir que los distintos estilos retóricos no puedan resultar de las diferentes categorías gramaticales obligatorias que existen en diversas lenguas, pero no es un requisito indispensable.

La mayoría de las investigaciones sobre el Pensar para Hablar se centran en eventos de movimiento intransitivo o movimiento espontáneo. Sin embargo, estudios como los recogidos en Kopecka y Narasimhan (2012) han demostrado que el movimiento causado o los eventos de colocación son también de interés desde la perspectiva de la variación interlingüística. Por un lado, desde el punto de vista de la semántica léxica, ya que es interesante conocer qué verbos se usan para distinguir entre diferentes tipos de eventos de colocación. Por otro lado, desde el punto de vista de las correspondencias entre la sintaxis y la semántica, es decir, cómo se distribuyen las nociones semánticas espaciales a través de los diversos elementos que componen estas construcciones tanto a nivel oracional como a nivel sintagmático.

Este trabajo se centra en el primer aspecto, es decir, en el estudio de la semántica léxica de los verbos utilizados por los hablantes nativos para distinguir diferentes tipos de eventos de colocación en danés y español. En concreto, este trabajo se plantea las siguientes preguntas de investigación:

- Pregunta 1: ¿Qué **verbos** utilizan los hablantes nativos de danés y español para describir eventos de colocación? ¿Existen diferencias intertipológicas?
- Pregunta 2: ¿Cuáles son los **significados** de estos verbos? Es decir, ¿qué categorías semánticas cubren / reflejan? ¿Son comparables las categorías de los verbos daneses y las de los verbos españoles?
- Pregunta 3: ¿Qué dificultades se pueden encontrar los aprendientes nativos daneses a la hora de utilizar los verbos de colocación en español como L2?

3 Metodología

3.1 Participantes

El estudio se ha llevado a cabo con 14 hablantes nativos de danés y con 10 hablantes nativos de español (los resultados provienen de IBARRETXE-ANTUÑANO, 2012). La recogida de datos se llevó a cabo en la Universidad del Sur de Dinamarca (Odense, Dinamarca) y en la Universidad de Zaragoza (España), respectivamente.

3.2 Materiales

Para la obtención de datos se ha utilizado la tarea conocida como PUT task desarrollada en el Instituto de Psicolingüística del Max Planck (Nimega, Holanda) (BOWERMAN *et al.*, 2004; KOPECKA; NARASIMHAN, 2012). Esta tarea consta de 63 video-clips de corta duración (3-4 segundos) en los que se realizan diferentes tipos de eventos de colocación, tanto de PONER como de QUITAR. Dado el objetivo de investigación intertipológica de estos materiales, los estímulos de los videos atienden a diferentes aspectos que pueden intervenir en la conceptualización de este tipo de eventos por hablantes de diversas lenguas, tales como el tipo de Figura (rígida-flexible, granular-líquida, forma, etc.) y de Base (animada-inanimada, horizontal-vertical, superficie-apoyo), la configuración espacial entre la Figura y la Base (contenido-apoyado, encaje amplio-ajustado, etc.), tipos de instrumento con que se llevan a cabo las acciones de colocación (mano u otra parte del cuerpo del agente, pinzas, etc.) o la manera en la que se llevan a cabo (deliberado-accidental, etc.). En la Figura 1, se muestran tres ejemplos de los videos que aparecen en esta tarea (véase BOWERMAN *et al.*, 2004, y NARASIMHAN *et al.*, 2012 para una descripción más detallada).



Figura 1: Ejemplos del PUT task (BOWERMAN *et al.* 2004).

Para este artículo, se han seleccionado exclusivamente los vídeos que representan acciones de PONER (utilizamos la versalita para señalar la categoría), es decir, un total de 31 vídeos.

3.3. Procedimiento

Los informantes, en sesiones individuales, veían cada video una vez en un orden determinado en el ordenador. Su tarea consistía en describir oralmente lo que ocurría en cada uno de los videos. Para evitar cualquier efecto en la elicitación de estos datos, los videos están organizados en tres grupos ordenados aleatoriamente. Cada sesión se grabó en grabadora/vídeo para su transcripción posterior.

4 Resultados

4.1 Tipos y ocurrencias de los verbos de colocación (PONER)

El primer resultado tiene que ver con el tipo de verbos de PONER y el número de ocurrencias de estos verbos en los hablantes nativos de español y danés. Los resultados se resumen en la Tabla 1.

Tabla 1: Valores de media para ocurrencias y tipos de verbos de colocación (PONER)

	Tipos (types)	Ocurrencias (tokens)	Ratio (type-token ratio)
Español	12.5	30.9	0.40
Danés	12.86	31	0.41

Además del valor medio para los tipos y las ocurrencias de los verbos de PONER en estos hablantes, la Tabla 1 también recoge el cálculo de la ratio entre el tipo y la ocurrencia que examina los tipos de verbos usados en relación al número medio de las ocurrencias de los verbos obtenidos. Esta ratio es importante porque nos aporta una descripción de los datos más equilibrada ya que el número de ocurrencias varía en función del grupo lingüístico.

Después de llevar a cabo el test U de Mann-Whitney sobre el ratio entre el tipo y la ocurrencia, no se han encontrado diferencias significativas entre los hablantes de español y de danés ($p = 0.584$). En definitiva, lo que muestra la Tabla 1 es que

el número de tipos de verbos que los hablantes de danés y de español utilizan para describir estos vídeos es muy similar a pesar de que pertenecen a patrones de lexicalización diferentes (las lenguas de marco satélite suelen tener un léxico más detallado y numeroso). Una vez que hemos examinado la primera pregunta de investigación que nos planteábamos en la sección 2, el siguiente paso será ver cuáles de estos verbos son los que se utilizan con más frecuencia en cada grupo.

4.2 Tipos y frecuencia de uso de verbos de colocación (PONER)

A pesar de que el número de tipos de verbos en ambas lenguas es relativamente similar, si se analiza en detalle el tipo de información que estos verbos codifican en estas lenguas se pueden apreciar algunas semejanzas pero también algunas diferencias importantes. Los verbos utilizados en español y en danés están resumidos en (1) y (2).

(1) Verbos de colocación en español

Arrojar, caerse, colgar, colocar, colocarse, dar, dejar, dejar caer, depositar, derramar, derramarse, echar, guardar, guardarse, introducir, lanzar, meter, meterse, pasar, pegar, poner, ponerse, posar, tapar, taponar, tirar, verter

(2) Verbos de colocación en danés

aflevere ‘entregar’, *balancere* ‘balancearse’, *falde* ‘caer(se)’, *flyde (over)* ‘fluir, desbordar’, *give* ‘dar’, *ahælde* ‘verter’, *hænge* ‘colgar’, *kaste* ‘tirar, lanzar’, *komme* ‘venir’, *lade falde* ‘dejar caer’, *lægge* ‘poner / meter horizontalmente’, *aplacere* ‘colocar, poner’, *proppe* ‘meter, taponar’, *putte* ‘poner, meter’, *række* ‘pasar, dar’, *rule* ‘rodar’, *ryge* ‘precipitarse’, *sætte* ‘poner verticalmente’, *skubbe* ‘empujar’, *smide* ‘tirar, echar, lanzar’, *spilde* ‘derramar, verter’, *stikke* ‘meter, picar, punzar, pinchar’, *stille* ‘poner, colocar verticalmente’, *stoppe* ‘rellenar’, *tabe* ‘perder, dejar caer’, *tage* ‘tomar, coger’, *tippe* ‘bascular, volcar’, *trække* ‘tirar (hacia sí mismo)’, *vippe* ‘balancear(se)’, *vrikke* ‘menearse, contonearse’

Los verbos de colocación en danés y en español incluyen casos en los que se reflejan las mismas nociones semánticas (contenedor, *meter* y *putte*) y casos en los que las diferencias semánticas no se ven reflejadas en una de las dos lenguas (la posición vertical u horizontal del danés—*stille* vs. *lægge*—ausente en español).

Sin embargo, el hecho de que haya diferentes tipos no significa que los hablantes utilicen todos estos tipos con la misma frecuencia para describir los vídeos del estudio. Es posible que algunos verbos sean más frecuentes que otros. La Figura 2 recoge la frecuencia de uso de los verbos en español.

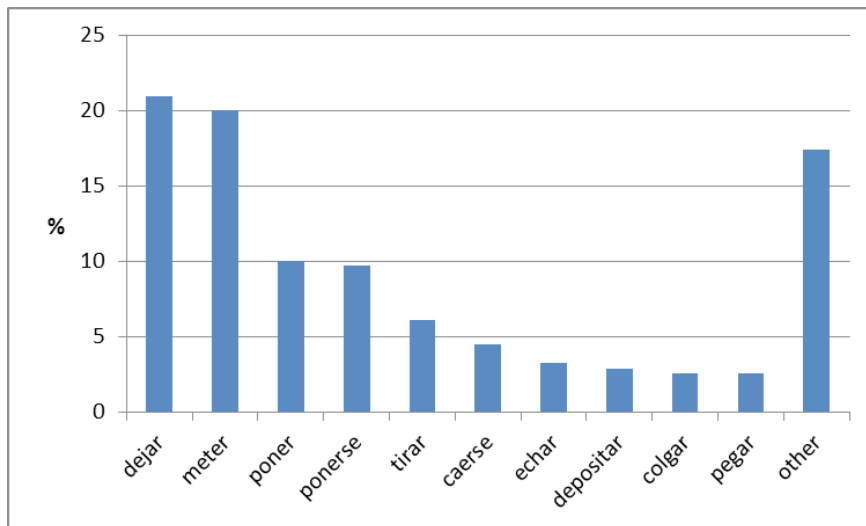


Figura 2: verbos de colocación (PONER) en español L1

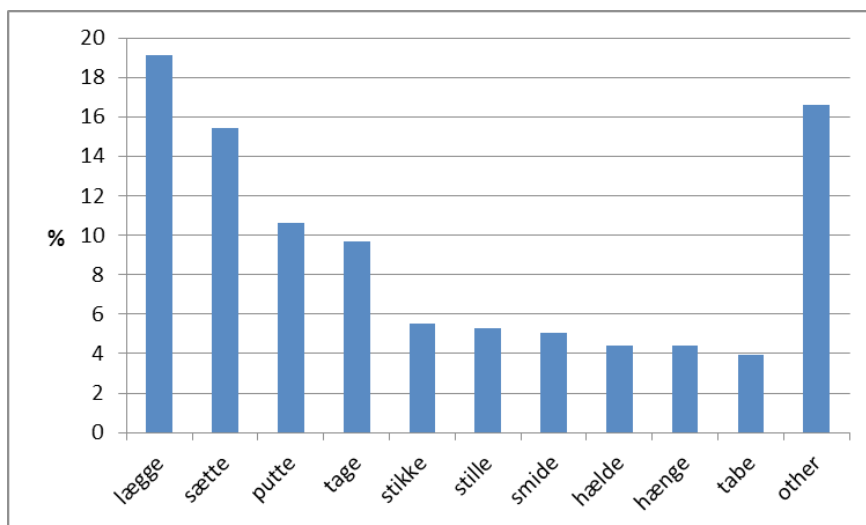


Figura 3: verbos de colocación (PONER) en danés L1

Los hablantes nativos de español utilizan predominantemente dos verbos de colocación, *dejar*—que refleja la intencionalidad del hablante—y *meter*—que codifica la trayectoria exterior-interior, seguidos después por el verbo más neutral, *poner*. Los hablantes nativos de danés siguen una tendencia muy parecida a los de español como se observa en la Figura 3. Hay dos verbos que se utilizan preferentemente, *lægge* ‘poner horizontalmente’ y *sætte* ‘poner verticalmente’, seguidos del verbo *putte* ‘poner, meter’. Es interesante destacar dos apreciaciones. Por un lado, los verbos más usados reflejan directamente algunas de las diferencias semánticas que hemos destacado para ambas lenguas como la necesidad de especificar la verticalidad/horizontalidad de la Figura en danés ausente en español. Por otro lado, la frecuencia de uso de estos verbos en las dos lenguas se puede considerar como un continuo; en ambas destaca un grupo reducido de verbos muy frecuentes, al que le sigue un grupo de uso medio (Esp. *caerse*, *echar*; Dan. *stille* ‘poner verticalmente’, *hælde* ‘verter’), para terminar con una categoría que hemos denominado ‘otros’ y que recoge verbos que se usan esporádicamente (Esp. *colocar(se)*, *posar*, *verter*, *derramar*, *taponar*, *tapar*, *introducir*, *lanzar*, *arrojar* y *dejar caer*; Dan., *balancere* ‘balancear’, *vrikke* ‘menear’, *rulle* ‘rodar’, *skubbe* ‘empujar’, *tippe* ‘volcar’, *kaste* ‘tirar’, *lade falde* ‘dejar caer’).

4.3 Distribución de los tipos de verbos por escenas: categorización semántica

Una vez que hemos analizado el tipo y las ocurrencias de los verbos de colocación (PONER) en estos videos en general, el siguiente paso es preguntarse por los significados de los verbos que se utilizan en estos videos. En otras palabras, necesitamos saber cuáles son las categorías semánticas que cubren o que se reflejan en los verbos empleados para saber si los hablantes de danés y español coinciden o no en su manera de agrupar los eventos de colocación.

Para poder responder a esta pregunta hemos utilizado el análisis de cluster o de conglomerados (véase MAJID, 2012). Esta es una técnica que nos permite agrupar en un mismo cluster o conglomerado los videos que se describen con los mismos verbos. Cuanto más homogénea sea la descripción de las escenas en relación al tipo de verbo utilizado, más pequeña será la distancia que separa los clusters que se forman (las cajas) de la línea horizontal. Este tipo de análisis

ya ha sido utilizado anteriormente para estudiar la categorización semántica de otros tipos de eventos como los de cortar y romper (véase MAJID *et al.*, 2007).

En la Figura 4, se pueden ver los diferentes conglomerados que han surgido de los datos de español. El primer cluster corresponde al verbo *dejar* y agrupa escenas que describen una relación de soporte entre la Figura y la Base (PUT CUP ON TABLE). El segundo cluster se agrupa en torno al verbo *ponerse* e incluye escenas de eventos de ponerse ropa, es decir, escenas en las que la Figura se refiere a un tipo de ropa y la Base es una parte del cuerpo del agente. El tercer cluster pertenece al verbo *poner* y recoge tanto escenas de soporte (PUT SAUCER ON TOP OF CUP) como escenas de relaciones de inclusión parcial (PUT A CANDLE INTO A CANDLE STAND / PUT FLOWER INTO HAIR). El verbo *tirar* conforma el cuarto cluster que describe escenas en las que hay diferentes acciones relacionadas con el Agente que se desprende de la Figura que termina en la Base (suelo) con distintos grados de fuerza e intencionalidad (TOSS BOOK ON FLOOR VS. DROP BOOK DELIBERATELY ONTO FLOOR). El quinto cluster corresponde al verbo *caerse* que recoge escenas en las que la Figura, como en el cluster anterior, también termina en el suelo, pero con una diferencia muy importante: hay una falta absoluta de intencionalidad que se ve reflejada precisamente en el uso pronominal del verbo *caerse*. El sexto cluster se congrega alrededor del verbo *meter* que se refiere a escenas en las que existe una relación espacial de inclusión total (PUT HEAD INTO A BUCKET). El uso de un verbo como *meter* que tiene codificado el componente de Camino es típico de lenguas de marco verbal como el español. Finalmente, hay un último cluster, marcado con la línea de puntos discontinua, en el que no hay un verbo predominante para describir cada escena sino varios. La elección de estos verbos depende de varios factores. Por ejemplo, en las escenas en las que la Figura es líquida o granular (POUR LIQUID INTO CONTAINER), se usan verbos cuya semántica recoge este tipo de información, como *verter* o *derramar*. En otras escenas en las que se describe la Manera en la que se coloca algo se utiliza un verbo específico como *colgar* (HANG ROPE OVER TREE BRANCH). El uso de estos verbos tan específicos plantea cuestiones interesantes relacionadas con los patrones de lexicalización de Talmy que deberán estudiarse con más detalle en el futuro, como por ejemplo, el hecho de que existen verbos que codifican características de la Figura (*verter*) o que la Manera también aparezca específicamente en el verbo principal.

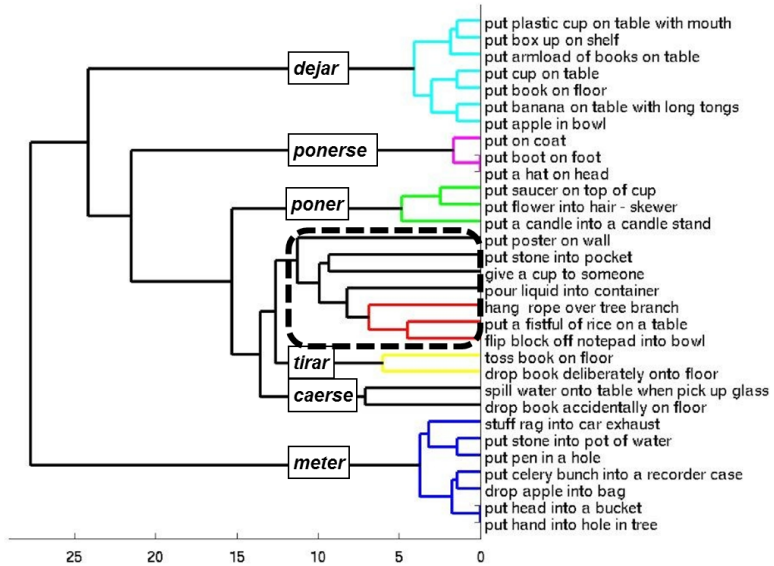


Figura 4: Dendrograma para L1 español

En la Figura 5 se ve el dendrograma correspondiente a los datos del danés. El primer cluster se agrupa en torno al verbo *laegge* ‘poner horizontalmente’ y corresponde a escenas que describen una relación de contenedor (PUT PEN IN A WHOLE) y de soporte entre la Figura y la Base (PUT BOOK ON FLOOR) pero en las que la Figura se encuentra en posición horizontal. El segundo cluster se describe principalmente con los verbos *sætte* y *stille* ‘poner verticalmente’; en este caso existe una relación de soporte pero en estos casos hay una relación de verticalidad entre la Figura y la Base. El tercer cluster corresponde al verbo *sætte* ‘poner’ exclusivamente. Este verbo se utiliza para cubrir escenas en las que existe una relación de soporte (PUT PLASTIC CUP ON TABLE WITH MOUTH) pero también en las que existe una relación de inclusión parcial (PUT FLOWER INTO HAIR, PUT A CANDLE INTO A CANDLE STAND). El verbo *hænge* ‘colgar’ conforma el cuarto cluster que describe eventos de colgar como HANG ROPE OVER TREE BRANCH y PUT POSTER ON WALL. Quizás en este último caso es interesante mencionar que el danés al utilizar el verbo *hænge* ‘colgar’ parece dar prominencia al hecho de poner (o colgar) algo

sobre una superficie vertical mientras que esta misma escena en español se utiliza más un verbo que da más prominencia al objeto que permite que la Figura se una a la Base, es decir, el pegamento y por eso, el verbo que se utiliza en esta escena es *pegar* y no se admitiría *colgar* ya que requeriría un gancho u otro objeto de donde se pueda colgar la Figura. Este requerimiento del gancho no está presente en la semántica del verbo *hænge* ‘colgar’. El quinto cluster recoge escenas en las que hay un objeto que se tira o bien a una superficie o bien a un contenedor y el verbo que se utiliza es *smide* ‘tirar’. El verbo *stikke* ‘pegar’, ‘meter’, ‘picar’, ‘punzar’, ‘pinchar’, corresponde al sexto cluster en el que se describen escenas en las que hay una relación de contenedor entre la Figura y la Base. El séptimo cluster se organiza alrededor del verbo *putte* ‘poner, meter’ que también describe escenas de contenedor. El octavo cluster se describe principalmente con el verbo *tage* ‘tomar, coger’ y recoge escenas de poner y quitar ropa. Finalmente, hay un último cluster, marcado con la línea de puntos discontinua, en la que cada escena se describe predominantemente con un verbo diferente: la escena POUR LIQUID INTO CONTAINER se describe con el verbo *hælde* ‘verter’, la escena SPILL WATER ONTO TABLE con el verbo *spilde* ‘derramar, verter’ y la escena GIVE A CUP TO SOMEONE con el verbo *give* ‘dar’.

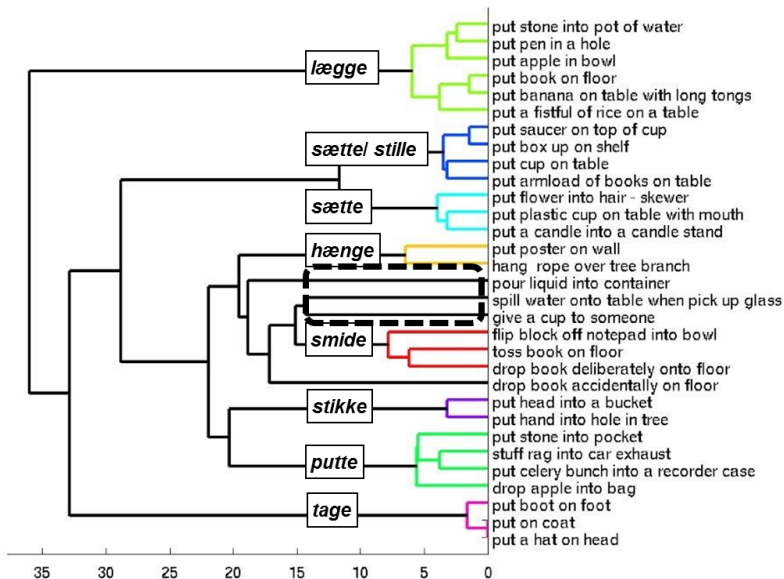


Figura 5: Dendrograma para L1 danés

5 Discusión: ¿cuántas categorías semánticas hay en español y en danés?

Los datos sobre la descripción de los eventos de colocación en español y danés que acabamos de revisar en la sección anterior ponen de manifiesto que los hablantes de estas dos lenguas coinciden en algunos casos pero que en la mayoría las categorías semánticas se distribuyen de diferente forma.

En las dos lenguas,² los hablantes coinciden en crear una única categoría que recoge todos los eventos relacionados con la ropa.



Figura 6: Misma categoría en español y en danés:

Escenas de ropa (BOWERMAN *et al.* 2004).

Tanto en español como en danés, escenas como PUT BOOT ON FOOT, PUT ON COAT y PUT A HAT ON HEAD que representamos en la Figura 6 se consideran una categoría aparte y ambas lenguas tienen unas estructuras lingüísticas específicas para describirlas: el verbo *poner* seguido obligatoriamente del *se* en español y el verbo *tage* ‘tomar, coger’ seguido obligatoriamente de la partícula *på* ‘sobre, encima de’ en danés.

Sin embargo, en los demás casos las categorías semánticas no coinciden. Por ejemplo, en los casos en los que se da una relación de apoyo o soporte entre la Figura y la Base como en las escenas que se incluyen en la Figura 7, los hablantes de español las categorizan en el mismo grupo y tienden a describir todos estos casos con el verbo *dejar*. Los hablantes de danés, por el contrario, dividen el espacio en dos grupos que se describen por medio de los

² Para que las semejanzas y las diferencias entre las categorías semánticas del español y del danés queden visualmente más claras en las figuras vamos a utilizar la línea continua para las categorías del español y la línea discontinua para las categorías del danés.

denominados verbos posicionales que se utilizan dependiendo de la orientación y la dimensionalidad espacial. Uno de los grupos utiliza el verbo *lægge* ‘poner / meter horizontalmente’, este verbo se usa cuando la Figura tiene una extensión horizontal con respecto a la Base (o cuando la dimensión horizontal del objeto que se coloca es la que predomina) o cuando la Figura carece de una base funcional (SERRA BORNETO, 1996; COVENTRY; GARROD, 2004; GULLBERG; BURENHULT, 2012). El otro grupo se describe con los verbos *sætte* ‘poner, meter verticalmente’ y *stille* ‘poner, colocar verticalmente’ que se utilizan cuando la Figura tiene una extensión vertical con respecto a la Base (o cuando la dimensión vertical del objeto que se coloca es la que predomina) o cuando la Figura tiene una base funcional. En danés, al igual que ocurre en sueco (véase GULLBERG; BURENHULT, 2012) estos tres verbos solamente se utilizan en aquellos casos en los que se ejerce un control manual sobre la Figura hasta que esta llega a la situación de reposo.

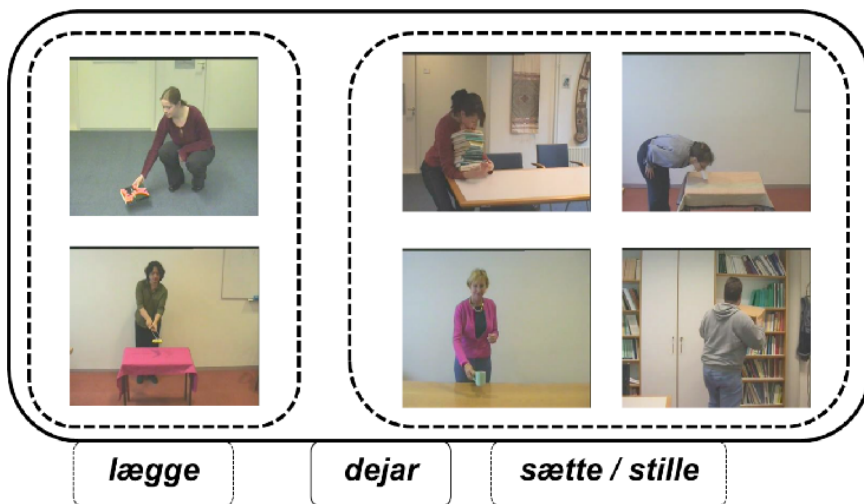


Figura 7: Categorías diferentes en español y danés: Apoyo (BOWERMAN *et al.* 2004).

Otro ejemplo en el que las categorías no coinciden es el caso de las relaciones de contenedor en el que la Figura se mete (total o parcialmente) en la Base como en las escenas que se incluyen en la Figura 8.

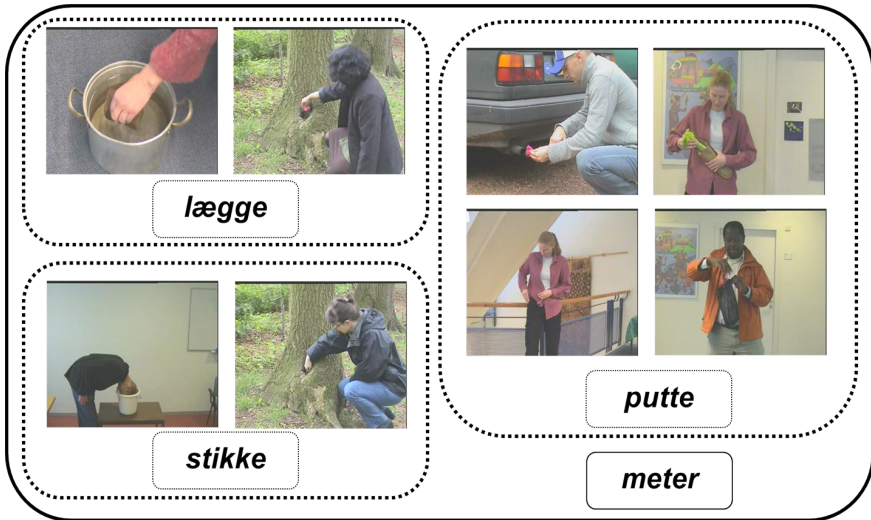


Figura 8: Categorías diferentes en español y danés:
Contenedor (BOWERMAN *et al.* 2004).

En estos casos, los hablantes de español describen todas estas escenas de contenedor con un único verbo *meter* mientras que los hablantes de danés forman tres grupos diferentes. El primer grupo utiliza el verbo *lægge* ‘poner / meter horizontalmente’ y se utiliza para aquellas escenas en las que la dimensión horizontal de la Figura es la dominante (PUT STONE INTO POT OF WATER, PUT PEN IN A HOLE). Como ya hemos visto en el caso anterior, este mismo verbo *lægge* se usa tanto para situaciones donde hay una relación de soporte como para situaciones en las que se da una relación de contenedor, así que podemos concluir que la característica que distingue a este verbo es la horizontalidad. El segundo grupo utiliza el verbo *stikke* ‘meter, picar, punzar, pinchar’. Parece ser que este verbo se usa en escenas en las que el contenedor, la Base, tiene una cierta profundidad de tal modo que la Figura, que suele ser puntiaguda (p. ej. una aguja) parece seguir la trayectoria paralela a la de la Base (PUT HAND INTO HOLE IN TREE). También es importante destacar que cuando se utiliza este verbo se da una relación de encaje ajustado entre la Figura y la Base (PUT HEAD INTO A BUCKET). El tercer grupo utiliza el verbo *putte* ‘poner, meter’ que parece ser el menos específico de todos. Este verbo se suele usar normalmente en discurso oral y cubre acciones diferentes

como el encaje ajustado (STUFF RAG INTO CAR EXHAUST, PUT CELERY BUNCH INTO A RECORDER CASE) pero también el encaje holgado (DROP APPLE INTO BAG), por ello, podemos concluir tentativamente que el verbo *putte* se utiliza para casos en los que hay una relación en que la Figura está protegida por la Base, en los que la Figura pasa a ser suavemente una parte integrada de la Base contenedora. A juzgar por estos datos parece que entre los verbos daneses *lægge-stikke-putte* existen algunas diferencias sutiles; sin embargo, los datos que hemos recogido a través de estos videos no son suficientes para establecer exactamente cómo se diferencian estos verbos. Por ello, futuras investigaciones deberán de centrarse en estos aspectos e intentar a través de estudios tanto experimentales como de corpus describir el uso de estos verbos daneses y las diferencias semánticas que existen entre ellos.

Finalmente, otro de los ejemplos en los que las categorías semánticas en las dos lenguas no coinciden se encuentra en la conceptualización de dos características del evento de colocación: la intencionalidad, es decir, el grado de participación del Agente y la dinámica de la fuerza, es decir, la forma en la que el Agente y la Figura interactúan con respecto a la fuerza que se emplea para llevar a cabo el evento (veáse IBARRETXE-ANTUÑANO, 2012; TALMY, 1988). La intencionalidad y la dinámica de la fuerza interactúan entre sí y por eso, es posible distinguir entre diferentes casos de eventos de colocación. En los estímulos hay tres escenas que representan tres de las posibles situaciones en las que se unen estos dos elementos para describir diferentes tipos de escenas de colocación. La primera escena, DROP BOOK ACCIDENTALLY ON FLOOR, describe a un hombre que entra andando con una pila de libros en sus brazos y se le cae uno sin querer. En la segunda escena, DROP BOOK DELIBERATELY ONTO FLOOR, se ve a una mujer sentada en una silla con un libro en la mano al que deja caer. En la tercera escena, TOSS BOOK ON FLOOR, hay un hombre sentado en una silla que lanza el libro que tiene en su mano al suelo.


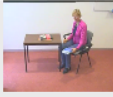

	Español	Danés
 Drop book <i>accidentally</i> on floor	Caerse+DAT	Tabe 'perder'
 Drop book <i>deliberately</i> onto floor	Dejar caer	Tabe 'perder' Lade falde 'dejar caer'
 Toss book on floor	Tirar Tirar	Smide 'tirar' Smide 'tirar'
	Lanzar	Kaste 'lanzar violentamente'
	Arrojar	

Figura 9: Categorías diferentes en español y danés: intencionalidad y dinámica de la fuerza (BOWERMAN *et al.* 2004).

Como se puede apreciar en la Figura 9, los hablantes de español y danés difieren en el número de categorías semánticas. Los españoles utilizan cinco construcciones diferentes en las que se observa una progresión en cuanto a la intencionalidad y la dinámica de la fuerza; para la primera escena se utiliza la construcción *caerse*+dativo que implica una participación inconsciente del agente que no tiene ninguna intencionalidad de tirar el libro al suelo y por lo tanto, la dinámica de la fuerza también es baja. En la segunda escena, se utilizan dos construcciones diferentes. La construcción *dejar caer* señala que el agente participa en el evento pero con poca dinámica de fuerza y la construcción con el verbo *tirar* implica una mayor fuerza por parte del agente. Finalmente, en la escena tercera se utilizan tres construcciones diferentes. En todos los casos los verbos que se emplean indican la participación del agente pero con grados de fuerza cada vez mayores según esta escala: *tirar* < *lanzar* < *arrojar*. Los daneses, por otro lado, utilizan solamente cuatro construcciones. La construcción con el verbo *tabe* 'perder, dejar caer' que se utiliza en las dos primeras escenas, aunque es posible que su uso en la segunda escena se deba más al hecho de que los hablantes hayan interpretado la situación como que el Agente tira el libro 'sin cuidado';³

³ Queremos dar las gracias a Jørgen Bang por esta observación.

la construcción con el verbo *lade falde* ‘dejar caer’ para la segunda escena, la construcción con el verbo *smide* ‘tirar’ para las escenas segunda y tercera que el Agente y la construcción con el verbo *kaste* ‘lanzar violentamente’ para la última escena. Es decir, los hablantes de danés también distinguen diferentes grados de intencionalidad y dinámica de la fuerza, pero dividen el espacio semántico en menos categorías que los hablantes españoles.

6 Conclusiones: ¿qué tiene que hacer el aprendiente danés de español como L2?

En las páginas anteriores hemos hecho un repaso de cómo los hablantes nativos de español y danés conceptualizan y describen los eventos de colocación en sus respectivas lenguas. Hemos visto que en algunos casos, las categorías semánticas en las que se dividen este tipo de eventos son coincidentes – por ejemplo, en las escenas relacionadas con la ropa en las que el danés y el español utilizan una única construcción especial para describir estos eventos. Sin embargo, también hemos mostrado cómo hay varios casos en los que las categorías semánticas no coinciden, bien porque el danés divide el espacio semántico en más categorías debido a la necesidad de describir entre otros aspectos la posición vertical u horizontal de la Figura (por ejemplo, los casos de apoyo y contenedor), bien porque el español hace una distinción más sutil de las relaciones entre la intencionalidad y la dinámica de la fuerza.

Estas diferencias son cruciales si nos ponemos en la perspectiva del aprendiente de segundas lenguas, ya que las categorías semánticas entre las dos lenguas que maneja no son las mismas. En el caso de los eventos de apoyo y de contenedor, los aprendientes tienen que cambiar de un número mayor de categorías en su lengua nativa danesa a una sola categoría en español L2. Para los casos de apoyo, el aprendiente danés tiene la distinción entre *lægge* y *sætte/stille* que tiene que adaptarla a la única categoría del verbo *dejar*. Para los casos de contenedor, el aprendiente danés tiene que pasar del trío *lægge*, *stikke* y *putte* a una única opción en español con el verbo *meter*. En relación con la intencionalidad y la dinámica de fuerzas, los aprendientes tienen que realizar la operación contraria. Es decir, tienen que cambiar de un número menor de categorías en el danés L1 a un mayor número de categorías en el español L2: *tabe* correspondería a las construcciones españolas,

caerse+dativo y *dejar caer*, *lade falde* a *dejar caer*, *smide* al verbo *tirar*, y *kaste* a los verbos *lanzar* y *arrojar*. El hecho de que las categorías semánticas entre las dos lenguas no coincidan constituye una de las dificultades más importantes para un aprendiente danés de español como L2 por varias razones. Por un lado, hay que tener en cuenta que el aprendiente tiene que adaptar las categorías de su lengua materna (reduciéndolas o aumentándolas) a las de la segunda lengua, y por otro lado, es importante destacar que el aprendiente además tiene que conocer los elementos que aparecen en estas construcciones tales como el uso del clítico *se* en español o verbos bastante específicos como *lanzar* frente a verbos más generales y comunes como *poner*. Aunque es una cuestión abierta a la espera de los datos empíricos con aprendientes daneses de español como L2, nuestra hipótesis postula que, dependiendo del nivel de los aprendientes, estos se encontrarán con dificultades a la hora de codificar estos eventos de colocación especialmente con respecto a estos dos puntos: falta de coincidencia entre categorías semánticas y falta de conocimiento de estructuras específicas. Por supuesto, desde un punto de vista estrictamente gramatical, el hecho de que un aprendiente utilizara un verbo general como *poner* en alguna de estas escenas sería absolutamente correcto. Por ejemplo, en una escena de contenedor como PUT PEN IN A HOLE, un enunciado como *la mujer pone el rotulador en el árbol* no es incorrecto desde el punto de vista gramatical. Sin embargo, como se comentó en la sección 2, uno de los aspectos fundamentales de la teoría del pensar para hablar de Slobin se basa precisamente en señalar que cada lengua tiene su propio estilo retórico, es decir, que cada lengua, o mejor dicho, hablante, utiliza una serie de expresiones y construcciones para determinados casos. Estas expresiones no son requerimientos gramaticales de obligado cumplimiento, sino tendencias discursivas que los hablantes nativos muestran a la hora de describir una determinada situación. Por ello, además de las dos dificultades que acabamos de señalar, un aprendiente se enfrenta también a la dificultad que supone la adaptación del estilo retórico de su lengua materna al de su segunda lengua, o como algunos autores han denominado a un aprender a pensar para hablar diferente o a repensar para hablar (CADIerno, 2004, 2010; ROBINSON; ELLIS, 2008).

The expression of placement events in Danish and Spanish

Abstract

Placement events, that is, situations where a Figure changes its position by the action of an agent (e.g., *Pone una taza en la mesa* '(He/she) puts a cup on the table'), constitute an interesting research area within Cognitive Linguistics, especially in research related to neorelativistic issues. This study first investigates the linguistic codification of placement in two typologically different languages (TALMY, 1991, 2000): Danish (satellite-framed language, CADIerno, 2004) and Spanish (verb-framed language, TALMY, 1991; SEBASTIÁN and SLOBIN, 1994). Secondly, and on the basis of the findings obtained in the crosslinguistic description, we formulate, from the perspective of thinking for speaking (CADIerno, 2008; SLOBIN 1991), a series of hypotheses about the strategies and difficulties that Danish speaking learners of L2 Spanish may encounter when talking about this type of event. Data were elicited by means of the stimuli developed by the PUT-project at the Max Planck Institute for Psycholinguistics in Nijmegen (The Netherlands) (BOWERMAN *et al.*, 2004, KOPECKA; NARASIMHAN, 2012).

Keywords: Placement events. Spanish. Danish. Intertypological variation. Thinking for speaking.

Referências

BOWERMAN, Melissa; GULLBERG, Marianne; MAJID, Asifa; NARASHIMHAN, Bhuvana. Put project: The cross-linguistic encoding of placement verbs. In: MAJID, Asifa. **Field Manual 9. Max Planck Institute for Psycholinguistics. Language and cognition group**. Nimega: MPI, 2004.

CADIerno, Teresa. Expressing motion events in a second language: A cognitive typological perspective. In: ACHARD, Michel; NIEMEIER, Susanne. **Cognitive linguistics, second language acquisition, and foreign language teaching**. Berlín: Mouton de Gruyter, 2004. p. 13-49.

CADIerno, Teresa. Learning to talk about motion in a foreign language. In: ROBINSON, Peter; ELLIS, Nick C. **Handbook of cognitive linguistics and second language acquisition**. New York y London: Routledge, 2008. p. 239-275.

CADIerno, Teresa. Motion in Danish as a second language: Does the learner's L1 make a difference? In: HAN, ZhaoHong; CADIerno, Teresa. **Linguistic relativity in SLA: Thinking for speaking**. Bristol: Multilingual Matters, 2010. p. 1-33.

COVENTRY, Kenny R.; GARROD, Simon C. **Saying, seeing and acting: The Psychological semantics of spatial prepositions**. Essays in Cognitive Psychology Series. Hove y New York: Psychology Press, 2004.

GULLBERG, Marianne; BURENHULT, Niclas. Probing the linguistic encoding of placement and removal events in Swedish. In: KOPECKA, Anetta; NARASIMHAN, Bhuvana. **Events of 'putting' and 'taking': A crosslinguistic perspective**. Amsterdam y Filadelfia: John Benjamins, 2012. p. 167-182.

KOPECKA, Anetta; NARASIMHAN, Bhuvana (Ed.). **The events of 'putting' and 'taking': A crosslinguistic perspective**. Amsterdam y Filadelfia: John Benjamins, 2012.

IBARRETXE-ANTUÑANO, Iraide. Placement and removal events in Basque and Spanish. In: KOPECKA, Anetta; NARASIMHAN, Bhuvana. **Events of 'putting' and 'taking': A crosslinguistic perspective**. Amsterdam y Filadelfia: John Benjamins, 2012. p. 123-143.

MAJID, Asifa. A guide to stimulus-based elicitation for semantic categories. In: THIEBERGER, Nicholas. **The Oxford handbook of linguistic fieldwork**. New York: Oxford University Press, 2012. p. 54-71.

MAJID, Asifa; BOWERMAN, Melissa; VAN STADEN, Miriam; BOSTER, James S. The semantic categories of cutting and breaking events. A crosslinguistic perspective. **Cognitive Linguistics**, v. 18, n. 2, p. 133-152, 2007.

NARASIMHAN, Bhuvana; KOPECKA, Anetta; BOWERMAN, Melissa; GULLBERG, Marianne; MAJID, Asifa. Putting and taking events. A crosslinguistic perspective. In: KOPECKA, Anetta; NARASIMHAN, Bhuvana. **Events of putting and taking: a crosslinguistic perspective**. Amsterdam y Filadelfia: John Benjamins, 2012. p. 1-18.

ROBINSON, Peter; ELLIS, Nick C. **Handbook of cognitive linguistics and second language acquisition**. New York y London: Routledge, 2008.

SEBASTIÁN, Eugenia; SLOBIN, Dan Isaac. Development of linguistic forms: Spanish. In: BERMAN, Ruth Aronson; SLOBIN, Dan Isaac. **Relating events in narrative: A cross-linguistic developmental study**. Hillsdale, N.J.: Lawrence Erlbaum, 1994. p. 239-284.

SERRA BORNETO, Carlo. *Liegen* and *stehen* in German. A study in horizontality and verticality. In: CASAD, Eugene H. (Ed.). **Cognitive linguistics in the redwoods**. Berlín: Mouton de Gruyter, 1996. p. 459-505.

SLOBIN, Dan Isaac. Learning to think for speaking: Native language, cognition, cognition, and rhetorical style. **Pragmatics**, v. 1, p. 7-26, 1991.

SLOBIN, Dan Isaac. Two ways to travel: Verbs of motion in English and Spanish. In SHIBATANI, Masayoshi; THOMPSON, Sandra A. **Grammatical Constructions: Their Form and Meaning**. Oxford: Clarendon Press, 1996. p. 195-317.

SLOBIN, Dan Isaac. Verbalized events: A dynamic approach to linguistic relativity and determinism. In NIEMEIER, Susanne; DIRVEN, René (Ed.). **Evidence for linguistic relativity**. Amsterdam y Philadelphia: John Benjamins, 2000. p. 107-138.

SLOBIN, Dan Isaac. The many ways to search for a frog. In: STRÖMQVIST, Sven; VERHOEVEN, Ludo (Ed.). **Relating Events in Narrative: Typological and Contextual Perspectives**. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 2004. p. 219-257.

SLOBIN, Dan Isaac. What makes manner of motion salient? Explorations in linguistic typology, discourse, and cognition. In: HICKMAN, Maya; ROBERT, Stéphane. **Space in languages: Linguistic systems and cognitive categories**. Amsterdam y Philadelphia: John Benjamins, 2006. p. 59-81.

TALMY, Leonard. Lexicalization patterns: Semantic structure in lexical forms. In: SHOPEN, Timothy (Ed.). **Language typology and syntactic description: Grammatical categories and the lexicon**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 36-149.

TALMY, Leonard. Force dynamics in language and cognition. **Cognitive Science**, v. 12, p. 49-100, 1988.

TALMY, Leonard. Path to realization: A typology of event conflation. En: Proceedings of the seventeenth annual meeting of the Berkeley Linguistic Society, v. 17, p. 480-519, 1991

TALMY, Leonard. **Towards a cognitive semantics**. Cambridge, MA: The MIT Press, 2000.

Isso é muito bom para ser verdade: mesclagem e subjetividade em construções escalares

Lilian Ferrari e Diogo Pinheiro*

Resumo

Este trabalho investiga a Construção Consecutiva Subjetiva Escalar (CCSE), um tipo de construção idiomática formal que apresenta instanciações como “Isso é muito bom para ser verdade” (significando que algo não pode ou não deve ser verdade). O objetivo do trabalho é demonstrar que essa construção gramatical exhibe um pareamento forma-significado específico, caracterizando um padrão construcional abstrato do português. Com base em dados reais de uso, e integrando o paradigma da Gramática de Construções à Teoria dos Espaços Mentais (FAUCONNIER, 1994, 1997; FAUCONNIER; TURNER, 2002; SANDERS; SANDERS; SWEETSER, 2009, 2012; FERRARI; SWEETSER, 2012), argumentamos que tal construção (i) ativa um processo de mesclagem conceptual, a partir da compressão de duas escalas análogas e que (ii) indica subjetividade, podendo envolver acesso aos domínios (espaços mentais) epistêmico e de ato de fala.

Palavras-chave: Construção gramatical. Escalaridade. Mesclagem conceptual. Contrafactualidade. Subjetividade.

1 Preliminares

Desde o trabalho seminal de Fillmore, Kay e O’Connor (1988), o paradigma da Gramática de Construções–GC–tem ressaltado que regras sintáticas gerais e princípios de semântica composicional restringem as possibilidades de uma descrição abrangente da gramática, deixando a descoberto um imenso repositório de “idiomaticidade” cuja descrição não pode ser pautada por tais regras e princípios. Sendo assim, a abordagem construcional tem defendido a existência de um vínculo indissociável entre estrutura sintática e aspectos semânticos/pragmáticos, argumentando que estruturas sintáticas abstratas estão associadas a significados globais, independentes das palavras que as compõem (GOLDBERG, 1995, 2006). Por exemplo, embora apresente itens lexicais

* Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

convencionais e sintaxe familiar, a pergunta retórica “Quando foi que eu disse que ia lavar a louça?” não visa a obter como resposta uma data precisa. Trata-se de uma instanciação da construção idiomática [Quando foi que eu disse X?], associada pragmaticamente à inferência de que o falante não pretende lavar a louça. A lista de casos semelhantes é bastante longa. Vejamos alguns exemplos:

- (1) O João pagar a conta?! (> O João não costuma pagar a conta.)
- (2) Se o aluno é tão esperto, por que errou a questão? (> O aluno não é esperto.)
- (3) O que é que ele está fazendo em cima do telhado? (> Ele não deveria estar em cima do telhado.)
- (4) Partiu praia! (> Convite/sugestão para ir à praia.)

Adotando a perspectiva teórica da GC, este trabalho investiga um tipo de construção idiomática formal que pode apresentar instanciações do seguinte tipo:¹

- (5) Ele está muito doente para ser mandado aos Estados Unidos (...).²
- (6) [...] a companhia aérea British Airways afirmou que o jovem era gordo demais para voar em uma de suas aeronaves.³

Os exemplos (5) e (6) ilustram uma construção de causa e efeito na qual o efeito inverte a polaridade do estado de coisas introduzido pela preposição “para”. Em termos pragmáticos, a construção autoriza a inferência de que o evento apresentado na subordinada não pode/deve ocorrer. Assim, em (5), depreende-se que “ele não pode/deve ser mandado aos Estados Unidos”; em (6), a inferência é a de que o falante considera que “o jovem não pode/deve voar em nossas aeronaves”.

Do ponto de vista sintático, a oração nuclear [(X) V {INTENS.} ADJ] (“ele está muito doente”; “o senhor é gordo demais”) envolve um verbo flexionado,⁴ um adjetivo e um intensificador (muito, demais, excessivamente, etc.),⁵ que pode ocorrer antes ou depois do adjetivo. A oração [PARA INF (Y)], apresenta verbo no infinitivo e seu complemento (Y), se for o caso. Por razões que ficarão claras no decorrer do artigo, essa construção será aqui denominada Construção Consecutiva Subjetiva Escalar (CCSE).⁶

1 Todos os exemplos de uso real foram localizados por meio do mecanismo de busca Google. Para cada exemplo desse tipo, os *links* serão disponibilizados em nota de rodapé.

2 Disponível em: <<http://www.cpr.org.br/ser-dizimista-nao.htm>>. Acesso em: 9 set. 2011.

3 Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/british-airways-rejeita-passageiro-por-ser-gordo-demais>>. Acesso em: 7 nov. 2013.

4 Naturalmente, o verbo pode aparecer em forma finita caso a oração em que ele ocorre esteja encaixada em uma oração matriz sem complementizador; por exemplo: “Ele acredita *estar* muito doente para ser mandado aos Estados Unidos”. Neste trabalho, porém, restringimo-nos aos usos com verbo não finito.

5 O intensificador aparece entre chaves para indicar que sua posição não é fixa.

6 Certamente, existe uma família de construções intimamente relacionadas à CCSE. Estamos nos

Embora ausentes das gramáticas de referência tradicionais (ROCHA LIMA, 1972; BECHARA, 1999; CUNHA; CINTRA, 2001), usos como (5) e (6) são contemplados em obras como Neves (2000), Mateus *et al.* (2003) e Azeredo (2011). Em todos esses casos, a cláusula infinitiva da CCSE é tratada como um enunciado de valor consecutivo. Por exemplo, Neves inclui o uso em (7a) entre as “construções consecutivas”: (NEVES, 2000, p. 920).

(7a) São Tomás de Aquino tinha uma genialidade filosófica muito grande para limitar-se simplesmente a seguir fielmente o aristotelismo.

O que justifica essa inclusão é, presumivelmente, o fato de que a impossibilidade de São Tomás de Aquino limitar-se a seguir fielmente o aristotelismo é construída semanticamente como algo que *decorre* da genialidade do filósofo. É possível enxergar aí, portanto, uma relação de causa e efeito, que poderia ser expressa sob a forma de uma consecutiva canônica como (7b):

(7b) São Tomás de Aquino tinha uma genialidade filosófica tão grande que não poderia limitar-se simplesmente a seguir fielmente o aristotelismo.

A autora não chega, entretanto, a discutir as peculiaridades da construção instanciada por (7a). Uma primeira pista para elucidar essa especificidade pode ser encontrada em Azeredo (2011), para quem, em usos como (8), “o efeito, indicado pela preposição *para*, é objeto de censura ou de estranheza do enunciador, que, na realidade, faz um comentário, que pode ser parafraseado como conclusão” (AZEREDO, 2011, p. 328).

(8) Você já está bem grandinho para precisar de babá.

Embora a caracterização proposta por Azeredo forneça um ponto de partida interessante e profícuo para a compreensão desse uso, parece claro que a CCSE ainda se ressentir de análises mais detalhadas, que investiguem e sistematizem suas especificidades semânticas e pragmáticas. Com este trabalho, pretendemos contribuir para preencher essa lacuna. Para isso, recorreremos ao instrumental teórico da Linguística Cognitiva, com ênfase sobre os seguintes modelos de análise: a proposta de Coulson (2001) para o tratamento das construções contrafactuais escalares à luz da Teoria da Mesclagem Conceptual e o tratamento da subjetividade à luz da Teoria dos Espaços Mentais (SANDERS; SANDERS; SWEETSER, 2009, 2012; FERRARI; SWEETSER, 2012).

referindo aqui a usos que expressam suficiência (em vez de excesso), como “Ele está saudável o suficiente para ser mandado aos Estados Unidos.”, bem como a usos em que o intensificador se vincula diretamente ao predicador verbal (e não ao adjetivo), como em “Ele se esforçou demais para ser tão maltratado assim.”. Apesar do parentesco, essas estruturas não serão tratadas neste artigo.

A hipótese central do trabalho é a de que a CCSE, ilustrada em (5), (6), (7a) e (8) se caracteriza por indicar: (i) mesclagem escalar (COULSON, 2001), e (ii) subjetividade (SANDERS; SANDERS; SWEETSER, 2009, 2012; FERRARI; SWEETSER, 2012). O artigo está organizado em três seções principais. Na próxima seção, apresentamos os modelos teóricos que fundamentam nossa análise. Na sequência, as duas seções seguintes investigam, respectivamente, a construção da semântica contrafactual da construção e seu caráter subjetivo.

2 Aporte teórico

2.1 Mesclagem e contrafactualidade

Coulson (2001) argumenta que construções contrafactuais sempre envolvem mesclagem conceptual entre o estado de coisas vigente e informações genéricas provenientes de outro(s) *inputs*. A autora ilustra esse fenômeno a partir de uma situação em que alguém abre a geladeira e diz:

(9) Se tivesse pão, eu poderia fazer um sanduíche.

O processo de mesclagem ativado pela condicional acima envolve o espaço Base, que corresponde à situação real, um espaço associado ao *frame* genérico de sanduíche e o espaço-mescla, que reúne elementos provenientes dos dois espaços anteriores. Vejamos

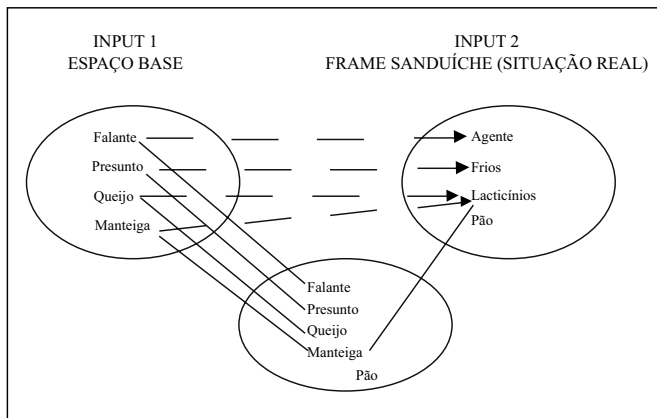


Diagrama 1 – Mesclagem conceptual referente ao exemplo (9)

Espaço-mescla contrafactual

O diagrama acima ilustra a criação de um espaço contrafactual a partir de elementos projetados da situação real (*falante, presunto, queijo, manteiga*) e de um elemento projetado do *frame* genérico de sanduíche (*pão*). Na mescla, o falante dispõe não só dos ingredientes existentes na situação real, mas também do ingrediente ausente na situação (no caso, o *pão*).

Quanto aos tipos de contrafactuais e suas motivações, Turner (1996) propôs a seguinte subdivisão:

a) Contrafactuais de laboratório (“*lab rats counterfactuals*”) – são aquelas em que todas as propriedades do mundo real se mantêm no mundo contrafactual, exceto uma propriedade que é conectada a um resultado particular. O objetivo é prever um determinado estado de coisas. Ex.: Se este fósforo tivesse sido riscado, ele teria acendido.

b) Contrafactuais de holofote (“*spotlight counterfactuals*”) – são aquelas que lançam luz sobre algum aspecto do mundo real. O objetivo é retórico. Ex.: Na França, Watergate não teria prejudicado Nixon.

Dentre essas últimas, Coulson (2001, p. 215) chama a atenção para um tipo especial, as contrafactuais escalares. Essas contrafactuais envolvem inferências a partir de uma *escala pragmática*, que apresenta objetos ou cenários ordenados ao longo de uma determinada dimensão semântica. Como exemplos, a autora menciona construções do tipo “Toni não consegue correr cinco quilômetros, quanto mais dez” e “Eu não sairia com você nem que você fosse o último homem na face da Terra”.⁷

No presente trabalho, defendemos que há um subtipo de construção consecutiva que se caracteriza por promover inferências de contrafactualidade a partir do processo de mesclagem escalar. É o que será detalhado na seção 3.1.

2.2 Espaços mentais e subjetividade

No âmbito da Linguística Cognitiva, o tratamento clássico e pioneiro da subjetividade na gramática é aquele proposto por Langacker (1990) à luz da sua *Cognitive Grammar*. Para esse autor, o grau de subjetividade ou objetividade de um determinado uso linguístico está relacionado ao maior ou menor perfilamento

⁷ Os exemplos originais em inglês são: “Tony can’t run five kilometers, much less ten” e “I wouldn’t go out with you if you were the last man on earth”.

do *ground*, conceito que abrange o “evento de fala, seus participantes e suas circunstâncias imediatas”. (LANGACKER, 1991, p. 548).

Mais recentemente, a questão da subjetividade tem sido retomada e reinterpretada no âmbito da Teoria dos Espaços Mentais – TEM. Desenvolvida originalmente por Fauconnier (1994; 1997) para dar conta de problemas clássicos de referenciação, a TEM assume que o processamento do fluxo discursivo se inicia em um espaço mental conhecido como Espaço Base, normalmente identificado ao aqui e agora interacional e definido como uma espécie de âncora do discurso.⁸

Neste artigo, recorreremos a uma versão mais recente da TEM, que será denominada versão BCSN (por razões que ficarão mais claras adiante) e que tem sido desenvolvida por autores como Sanders, Sanders e Sweetser (2009; 2012) e Ferrari e Sweetser (2012). Em relação ao modelo original, as inovações trazidas pela versão BCSN decorrem de dois *insights* fundamentais. O primeiro diz respeito à necessidade de estabelecer uma separação entre o *ato de interação em si mesmo* e o *conteúdo efetivamente comunicado*. Na versão original da TEM, o Espaço Base pode funcionar, ao mesmo tempo, como o “lugar” onde estão os interlocutores, *sujeitos* de comunicação e conceptualização, e o espaço onde estão certos *objetos* comunicados e conceptualizados por meio do discurso. Como se trata de planos qualitativamente distintos, a versão BCSN busca distingui-los claramente: de um lado, está o *ground* comunicativo (FERRARI; SWEETSER, 2012) ou Centro Dêitico da Comunicação (SANDERS; SANDERS; SWEETSER, 2009; 2012), que corresponde ao aqui e agora interacional; de outro, o Domínio do Conteúdo – DC –, plano do conteúdo efetivamente comunicado/conceptualizado.

O segundo ponto fundamental é a ideia de que o *self* não é unificado, mas heterogêneo. Dito informalmente, os interlocutores são, ao mesmo tempo, pessoas físicas localizadas em um determinado espaço-tempo real, sujeitos que executam atos de fala e seres pensantes dotados de estados mentais e capazes de desenvolver processos de raciocínio. Assim, na versão BCSN, cada faceta dos interlocutores é representada em um espaço mental distinto, todos eles integrantes do *ground*. As facetas mencionadas acima correspondem aos seguintes espaços: Espaço Real (falante e ouvinte como pessoas físicas, no tempo e espaço reais da interação),

⁸ Por essa razão, o Espaço Base pode ser relacionado ao *ground* langackeriano. Tal aproximação, porém, demanda cautela. Embora as duas noções se aproximem quando se trata da interação face a face, elas tendem a se distanciar em outros contextos. Por exemplo, em uma narrativa escrita, o *ground* corresponde ao momento/local em que o escritor realiza seu trabalho, enquanto o espaço Base pode corresponder ao momento/local em que a estória tem início.

Espaço de Ato de Fala (falante e ouvinte como interlocutores engajados em uma ação linguística conjunta/intersubjetiva) e Espaço Epistêmico (falante e ouvinte como sujeitos cognitivos, dotados de estados/processos mentais).

Para além desses três espaços, dois outros têm sido citados como integrantes da rede de espaços mentais que compõem o *ground*: um Espaço Metalinguístico, que inclui um conjunto de pareamentos forma/significado, e um Espaço Metatextual, que registra o histórico da conversação. A figura abaixo, adaptada de Ferrari e Sweetser (2012), representa visualmente essa proposta:

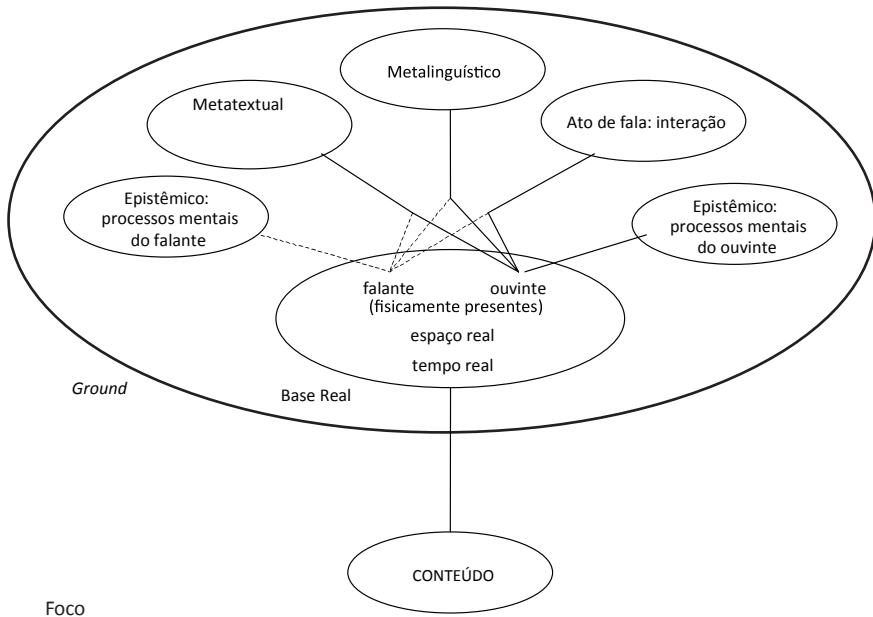


Diagrama 2 – Basic Communicative Spaces Network (BCSN)

Partindo desse modelo, Ferrari e Sweetser (2012) se propõem a formalizar o *insight* langackeriano segundo o qual subjetividade na linguagem significa referência implícita ao *ground* comunicativo. Para Langacker, um uso como “amanhã deve chover” é subjetivo porque evoca o *ground* (deve ser entendido como uma conclusão *do falante*), mas o faz implicitamente (não há referência explícita ao falante). Nos termos do modelo BCSN, isso significa que, quanto maior o grau de subjetividade de uma construção, mais o seu significado convencional dependerá de informações

disponíveis no *ground*, que deverão ser acessadas para a interpretação do enunciado. Por outro lado, como o *ground* não é entendido como uma estrutura homogênea, mesmo em seu interior existem espaços mais e menos subjetivos. Aqui, o critério de diferenciação é o grau de verificabilidade intersubjetiva das informações relativas a cada espaço. Por convenção, os espaços mais subjetivos – aqueles que são menos verificáveis intersubjetivamente – são representados nos pontos mais altos da rede (FERRARI; SWEETSER, 2012). Assim, usos que fazem referência à Base Real seriam menos subjetivos do que aqueles que evocam implicitamente o Espaço Epistêmico ou o Espaço de Ato de Fala. Nesse sentido, a mudança semântica conhecida como subjetificação é entendida como uma operação conceptual de projeção para cima (“*upward projection*”).⁹ Neste artigo, procuraremos mostrar que a CCSE é fortemente subjetiva na medida em que não apenas faz referência implícita ao *ground* como demanda acesso a informações localizadas em dois dos espaços mais altos na rede de espaços comunicativos básicos: o Espaço Epistêmico e o Espaço de Ato de Fala.

3 A Construção Consecutiva Subjetiva Escalar: especificações semântico-pragmáticas

Neste momento, passamos a uma análise sistemática das particularidades semânticas e pragmáticas da CCSE. Duas propriedades da construção serão contempladas: na seção 3.1, mostraremos que ela dispara um processo cognitivo de *mesclagem escalar*; em seguida, na seção 3.2, evidenciamos o caráter subjetivo da construção, nos termos da Teoria dos Espaços Mentais.

3.1 A contrafactualidade na Construção Consecutiva Subjetiva Escalar

Nesta seção, objetivamos demonstrar que a CCSE indica mesclagem conceptual, a partir da compressão de duas escalas análogas. Além disso, com base na proposta de

⁹ As autoras utilizam a noção de “*upward projection*” para explicar casos clássicos de gramaticalização/subjetificação, como o desenvolvimento do artigo definido “*the*”, associado à Base Real, a partir de determinantes dêiticos, associados ao Espaço de Ato de Fala. Note-se que essa mudança semântica envolve, precisamente, uma projeção conceptual que parte de um espaço mais baixo em direção a outro mais alto na rede de espaços mentais.

Coulson (2001), sugerimos que a construção é um subtipo de contrafactual escalar, na medida em que o estado de coisas apontado na estrutura subordinada [para INF (Y)] deve ser entendido como “contrário às expectativas e/ou crenças” do falante.¹⁰

Com relação ao primeiro objetivo, defendemos que a construção não deve ser interpretada composicionalmente, mas funciona como uma instrução para promover integração conceptual entre dois espaços mentais. O primeiro é ativado pela oração matriz e diz respeito a uma avaliação escalar da situação em curso; o segundo envolve a avaliação de um evento genérico segundo a mesma escala. Na mescla, as escalas são comprimidas em uma única escala contendo os elementos X, do *Input* 1, e sua contraparte X', do *Input* 2, dispostos em posições específicas. A estrutura emergente autoriza inferências resultantes exatamente da distância observada entre essas duas posições.

Observemos alguns exemplos:

(10) Ana é muito jovem para se casar. (> ela não pode/deve se casar)

(11) Está muito frio para fazer exercícios ao ar livre. (> não quero/posso/devo fazer exercícios ao ar livre)

(12) Isso é muito bom para ser verdade. (> isso não pode/deve ser verdade)

Tomando o exemplo (10) para ilustrar o processo de mesclagem ativado pela Construção Consecutiva Subjetiva Escalar, apresentamos o seguinte diagrama:

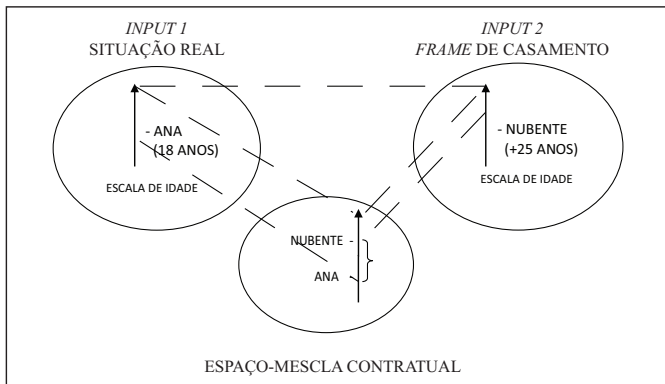


Diagrama 3 – Processo de mesclagem escalar referente ao exemplo (10)

¹⁰ Essa definição afasta-se da definição tradicional de contrafactualidade, que diz respeito a marcas linguísticas convencionais para indicar eventos como “contrários aos fatos”. Respalda-nos na proposta de Dancygier e Sweetser (2005, p.71), que advogam que a contrafactualidade também pode resultar de inferências ativadas em contexto por estruturas linguísticas não convencionalmente contrafactuais, e levando em conta a questão da subjetividade, achamos pertinente estender a noção para incluir estruturas linguísticas que ativam inferências relacionadas a eventos “contrários às expectativas e/ou crenças do falante”.

No diagrama acima, o *input* 1 dispõe a idade de Ana, 18 anos, em uma escala relativa à faixa etária. O *input* 2 organiza-se a partir de um frame de casamento, com a nubente disposta em uma escala de idade apropriada para casar (acima de 25 anos). As duas escalas, por serem escalas de idade, são projetadas e comprimidas em uma única escala no espaço mescla. Ana e a nubente são projetadas nessa escala, mantendo as posições em que estavam nas escalas originais. Na mescla, é possível observar um hiato entre a idade de Ana e a idade da nubente ideal. A estrutura emergente permite a inferência de que Ana não tem idade apropriada para se casar. O efeito retórico da construção pode ser o de criticar, lamentar ou mesmo proibir o casamento de Ana, dependendo do tipo de autoridade exercida pelo falante.

A proposta de que a leitura desse tipo de construção não é composicional pode ser reforçada, ainda, a partir do contraste entre as seguintes construções:

(13) Ana é muito jovem para se casar.

(14) Ana é muito jovem para se aposentar.

Enquanto, em (13), Ana deve ter menos do que 25 anos (considerando-se essa a idade ideal para o casamento), em (14) Ana deve ser bem mais velha. A sentença pode ser usada para indicar alguém de 55 anos que já tenha direito legal de se aposentar, mas que se mostre ainda bastante ativa e dinâmica. Isso indica que o sintagma adjetival “muito jovem” não deve ser interpretado isoladamente, mas sua interpretação dependerá do papel que desempenha na mescla.

3.2. A subjetividade na Construção Consecutiva Subjetiva Escalar

Como tem sido demonstrado em outros estudos que se debruçam sobre construções de causa e efeito (SANDERS; SANDERS; SWEETSER, 2009, 2012), os marcadores de causalidade podem exibir diferentes graus de subjetividade. Fundamentalmente, é possível que o nexos causal seja construído como uma relação criada por um determinado sujeito cognoscente ou como uma relação objetiva entre eventos do mundo (sem interferência, portanto, do sujeito cognoscente). Nesta seção, procuraremos mostrar que as relações de causa e efeito expressas por meio da CCSE são do primeiro tipo. Nesse sentido, argumentaremos que uma propriedade importante dessa construção, ao lado da expressão de contrafactualidade escalar, reside no seu caráter eminentemente subjetivo.

Uma evidência desse caráter subjetivo é o fato de que a CCSE constrói a relação causal no domínio da potencialidade: em vez de representar uma conexão intrínseca entre dois eventos, ela exprime a avaliação de um sujeito acerca de um evento potencial. É precisamente por isso que, em contraste com o que ocorre com as consecutivas canônicas, o conteúdo da CCSE pode ser negado sem que se produza uma contradição, como se vê na comparação entre os exemplos abaixo:

(15a)# O João estava tão cansado que dormiu na hora, mas não dormiu na hora.

(15b)O João estava cansado demais para ficar acordado, mas (ainda assim) ficou acordado.

Em (15a), o enunciado constrói a relação causal (entre “estar muito cansado” e “dormir na hora”) como concreta; por isso, afirmar a ocorrência da consequência para negá-la em seguida acarreta uma contradição, resultando em um enunciado pragmaticamente malsucedido. Em (15b), por outro lado, a CCSE exprime uma avaliação quanto à improbabilidade do evento, e não uma afirmação categórica de sua não ocorrência; por isso, a enunciação da sentença adversativa não produz uma contradição.¹¹ Como vimos na seção anterior, essa avaliação é o resultado de uma mesclagem de dois tipos de informações: conhecimento de mundo geral (a partir de que grau de cansaço alguém se torna incapaz de se manter acordado) e informações disponíveis sobre a situação específica em pauta (o quão cansado João estava naquele momento).

Como já ficou dito, entendemos subjetividade como referência implícita ao *ground* comunicativo. Por um lado, a CCSE envolve referência ao *ground* na medida em que sua interpretação da CCSE inclui a ideia de uma *avaliação* por parte de um sujeito cognoscente. Em (15b), por exemplo, não se trata simplesmente de afirmar que o evento “dormir na hora” foi causado pelo evento “estar muito cansado”. Trata-se, a rigor, de expressar a ideia de que um determinado sujeito cognoscente (o falante) julgou o evento “dormir na hora” como decorrência provável ou esperada do evento “estar muito cansado”, a partir de um cruzamento do seu conhecimento de mundo geral e específico. É nesse sentido que a relação de causa e efeito expressa por (15b) não se constitui como um nexos causal inerente ou objetivo, mas como uma construção subjetiva.

¹¹ Isso não significa que consecutivas canônicas não *possam* exprimir potencialidade; significa apenas que o domínio da potencialidade é parte inerente da semântica da CCSE, diferentemente do que ocorre com a construção consecutiva canônica.

Por outro lado, a referência ao *ground* é implícita porque a codificação linguística não envolve formulações como “eu suponho/avalio que ele não ficará acordado”. Isso significa que o caráter de *avaliação de um evento potencial*, embora seja parte fundamental da semântica da CCSE, não fica manifesto de forma explícita.

Neste ponto, é necessário enfrentar a seguinte questão: quem é o sujeito cognoscente responsável pela avaliação presente na semântica da CCSE? A abordagem langackeriana associa a subjetividade a uma maior visibilidade do aqui e agora da interação; no entanto, a abordagem baseada em espaços mentais tem revelado que usos subjetivos podem evocar a subjetividade de outros indivíduos para além dos interlocutores (SANDERS; SANDERS; SWEETSER, 2009, 2012; SWEETSER, 2012). Como nota Sweetser (2012, p. 6), “a linguagem também pode expressar o que participantes *imaginados* podem alcançar, tocar, perceber, saber, pensar, pressupor, calcular e sentir em relação a espaços relevantes – e não apenas o que o falantes e ouvintes presentes podem estar cognizando” (destaque no original). Com efeito, a investigação da CCSE mostrou que o sujeito evocado nas relações causais nem sempre coincide com o falante/escritor. Vejamos:

(16) Eu acho que **as empresas estão grandes demais para serem conduzidas**. Especialmente, **são grandes demais para serem inovativas**.¹²

(17) É tarde demais para Sarney ter uma boa ideia, mas ele teve uma boa ideia.¹³

(18) Os advogados de Gary McKinnon, 43, argumentam na Alta Corte de Londres que **ele está muito doente para ser mandado aos Estados Unidos para ser julgado** por ter a síndrome de Asperger, uma forma de autismo.¹⁴

(19) Condenado por duplo homicídio, Richard Cooley, 1,70 metro, 121 kg (IMC 41, obesidade mórbida), pediu clemência alegando que **é pesado demais para receber o único método de execução autorizado no estado de Ohio, a injeção letal**.¹⁵

Nos exemplos acima, apenas em (16) e (17) o sujeito responsável pela construção da relação causal é enunciador; os usos em (18) e (19) mostram que a CCSE pode fazer referência a subjetividades alternativas, disponíveis textualmente

12 Disponível em: <<http://agencia.fapesp.br/14364>>. Acesso em: 3 out. 2013.

13 Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/e-tarde-demais-para-sarney-ter-uma-boa-ideia-mas-ele-teve-uma-boa-ideia>>. Acesso em: 9 set. 2011.

14 Disponível em: <<http://www.cpr.org.br/ser-dizimista-nao.htm>>. Acesso em: 9 set. 2011.

15 Disponível em: <<http://scienceblogs.com.br/cretinas/2008/08/gordo-demais-para-morrer/>>. Acesso em: 9 set. 2013.

e evocadas, aqui, via discurso indireto. O que esses últimos exemplos sugerem é a existência de BCSNs recursivas: cada interlocutor conta com a sua rede, mas, para além disso, os sujeitos referidos no discurso também são dotados de uma subjetividade própria, dispondo, assim, de sua própria rede de espaços mentais. Essa configuração representa situações em que, como em (18) e (19), o conteúdo do enunciado não diz respeito diretamente à subjetividade do falante/escritor, mas à subjetividade de uma terceira pessoa.¹⁶

Até aqui, temos o seguinte quadro: a CCSE evoca implicitamente o *ground* de um sujeito cognoscente, que pode ou não coincidir com o falante/escritor. Neste ponto, a pergunta que se coloca é a seguinte: especificamente, qual espaço mental do *ground* a CCSE evoca implicitamente? Aqui, argumentamos que essa construção faz referência a dois espaços mentais mais altos – e, portanto, mais subjetivos – que a Base Real: o Espaço Epistêmico e Espaço de Ato de Fala. No primeiro caso, o enunciado traduz uma previsão acerca da *probabilidade* de ocorrência do evento expresso pela CCSE; no segundo, trata-se de um ato de fala diretivo (conselho, pedido, ordem, etc.) que reflete um julgamento acerca da *importância/necessidade* de realização do evento.

Os exemplos acima atestam essas duas possibilidades, evidenciando a ambiguidade sistemática da CCSE. Nos dois primeiros casos, a relação causal é construída no plano epistêmico: os falantes/escritores não estão sugerindo ou ordenando que as empresas se tornem ingovernáveis e burocráticas (no primeiro caso) ou que o Sarney evite as boas ideias (no segundo). Trata-se, em vez disso, de fazer *previsões* que emergem como decorrências de premissas específicas: dado que as empresas estão excessivamente inchadas, prevê-se que será improvável ou impossível administrá-las ou mantê-las “inovativas”; dado que Sarney não é conhecido por ter boas ideias, não se espera que, a uma certa altura da vida, ele ainda tenha uma boa ideia. Nesse sentido, o conteúdo da cláusula matriz é enquadrado conceptualmente como fundamento da previsão apresentada. Nos termos do modelo BCSN, interpretar (16) e (17) demanda o acesso ao Espaço Epistêmico do sujeito responsável pela avaliação – o espaço onde estão representados seus processos de raciocínio.

¹⁶ Sanders, Sanders e Sweetser (2009, 2012) desenvolvem com alguma minúcia esse ponto em seu estudo sobre os conectivos causais em holandês, explorando os casos de discurso indireto e discurso indireto livre. Os autores defendem explicitamente que “não é apenas o Falante que tem seu próprio Espaço Mental; potencialmente, todos os Sujeitos de Consciência o têm” (SANDERS; SANDERS; SWEETSER, 2009, p. 52).

O caso de (18) e (19) é um pouco diferente, na medida em que a relação causal se atualiza no domínio sociopragmático. Em (18), nota-se que o papel de sujeito avaliador cabe aos “advogados de Gary McKinnon”. Como a forma verbal “argumentam” sugere, não se trata aqui de *prever* que o cliente não será deportado, mas de *solicitar* ou *defender* a não deportação. A inferência produzida, portanto, não é a de que o evento de enviar o réu aos EUA *provavelmente* não irá ocorrer, e sim a de que a Corte não deveria autorizar ou exigir que o evento ocorresse. Nesse sentido, o conteúdo da cláusula matriz é enquadrado conceptualmente como fundamento para a solicitação apresentada: o fato de Gary McKinnon estar doente justifica e embasa o *pedido* de não deportação. Nos termos do modelo BCSN, o enunciado proferido implica acesso não ao Espaço Epistêmico (que envolve uma avaliação de probabilidade/possibilidade), mas ao Espaço de Ato de Fala (que envolve ações verbais como proibição, conselho, recomendação, censura, etc.).

Caso análogo é o de (19). Também aqui, a inferência produzida pela CCSE não é enquadrada como uma previsão; em vez disso, o acesso a elementos da situação comunicativa deixa claro que se trata de algo como um pedido ou súplica. Desse modo, tanto em (18) quanto em (19) o espaço mental relevante para a interpretação do enunciado é o Espaço de Ato de Fala.

Interessantemente, e de maneira análoga ao que acontece notoriamente com os verbos modais, é possível que um mesmo enunciado admita as leituras epistêmica e de ato de fala. Vejamos o caso de (20):

(20) Daniel Alves afirmou nesta terça-feira que “a seleção brasileira é algo muito grande para Neymar carregar sozinho”.¹⁷

Na ausência de informações adicionais, a fala atribuída a Daniel Alves pode ser interpretada de duas maneiras: (i) Neymar provavelmente não conseguirá carregar a seleção brasileira sozinho, e (ii) não se deve exigir que Neymar carregue a seleção brasileira sozinho. No primeiro caso, a interpretação do enunciado envolve acesso ao Espaço Epistêmico, de maneira que seu conteúdo é enquadrado como previsão; no segundo, faz-se referência implícita ao Espaço de Ato de Fala, produzindo-se a especificação pragmática de conselho, recomendação. As duas possibilidades estão representadas no diagrama a seguir:¹⁸

17 Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/folhanacopa/2013/06/1289568-selecao-e-muito-grande-para-neymar-carregar-sozinho-diz-daniel-alves.shtml>>. Acesso em: 27 out. 2013.

18 Em nome da clareza visual, representamos apenas os espaços mentais diretamente relevantes para a CCSE.

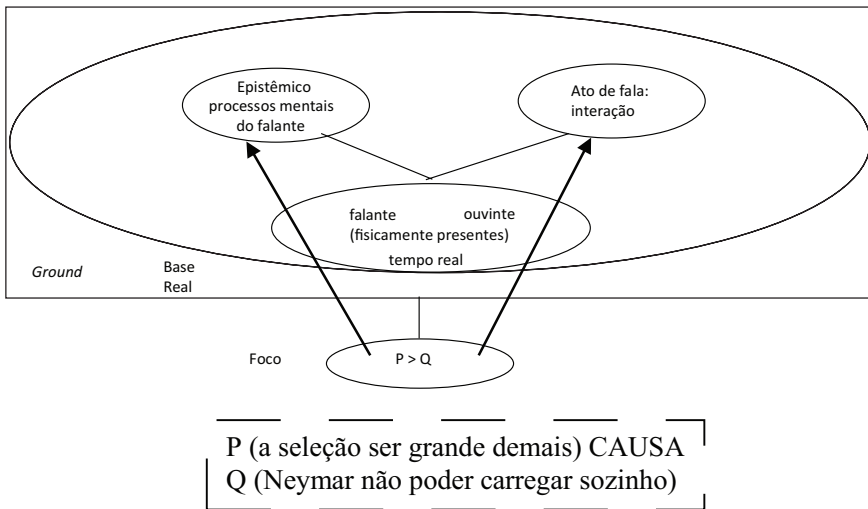


Diagrama 4 – Ambiguidade na construção da relação causal subjetiva em (20)

Temos, em suma, o seguinte quadro: em se tratando da CCSE, o nexos causal é sempre construído como uma relação criada por um sujeito cognoscente que pode ou não coincidir com o falante/escritor (e não como relação objetiva e inerente a eventos do mundo). Esse sujeito, porém, não é explicitado linguisticamente. Por isso, nos termos do modelo BCSN, diremos que a CCSE ativa referência implícita ao *ground* comunicativo, caracterizando-a como uma construção subjetiva. Para além disso, observamos que a relação causal evoca, especificamente, dois dos espaços mais altos – portanto, mais subjetivos – do *ground* comunicativo: o Espaço Epistêmico (a causalidade é construída como resultado de uma ação mental/psicológica) e o Espaço de Ato de Fala (a causalidade envolve uma ação social/intersubjetiva).

4. Considerações finais

Em suma, procuramos neste trabalho demonstrar que a CCSE: (i) indica mesclagem conceitual, a partir da compressão de duas escalas análogas; (ii) é um subtipo de contrafactual escalar, nos termos de Coulson (2001); (iii) é subjetiva, na medida em que constrói o nexos causal como uma relação construída por um

sujeito de consciência, assim evocando implicitamente o *ground* comunicativo; e (iv) faz referência, na BCSN, ao Espaço Epistêmico ou ao Espaço de Ato de Fala, podendo apresentar, portanto, uma ambiguidade sistemática entre dois domínios semânticos: o epistêmico (processos mentais) e o deôntico (sociopragmático).

***This is too good to be true*: blending and subjectivity in scalar constructions**

Abstract

This paper investigates a complex formal idiom in Brazilian Portuguese, consisting of a main clause and its subordinate clause introduced by the preposition PARA. This formal structure can be instantiated by sentences like “Isso é muito bom para ser verdade” (roughly, “This is too good to be true”). Semantically, the construction causally correlates some entity’s intensified quality (e.g. too good) with specific states of affairs (e.g. to be true), giving rise to inferences of counterfactuality (i.e., “this cannot/might not be true”). Drawing on Construction Grammar and Mental Spaces Theory (FAUCONNIER, 1994, 1997; FAUCONNIER; TURNER, 2002), we argue that this construction presents form-meaning pairings which: (i) prompt for scalar blending, by compressing two analogous scales into one, and (ii) indicate subjectivity, implicitly referring to epistemic or speech act spaces in the Basic Communicative Spaces Network (SANDERS; SANDERS; SWEETSER, 2009, 2012; FERRARI; SWEETSER, 2012).

Keywords: Grammatical construction. Scalarity. Conceptual blending. Counterfactuality. Subjectivity.

Referências

AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. São Paulo: Publifolha, 2011.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

COULSON, Seana. **Semantic Leaps**: frame-shifting and conceptual blending in meaning construction. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FAUCONNIER, Gilles. **Mental spaces**: aspects of meaning construction in natural language. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. Original publicado em 1985.

FAUCONNIER, Gilles. **Mappings in thought and language**. Cambridge: University Press, 1997.

FAUCONNIER, Gilles; TURNER, Mark. **The way we think**: conceptual blending and the mind's hidden complexities. New York: Basic Books, 2002.

FERRARI, Lilian; SWEETSER, Eve. Subjectivity and upwards projection in mental space structure. In: DANCYGIER, Barbara; SWEETSER, Eve (Org.). **Viewpoint in language**: a multimodal perspective. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

FILLMORE, Charles J.; KAY, Paul; O'CONNOR, Mary Catherine. Regularity and idiomatcity in grammatical constructions: the case of let alone. **Language**, v. 64, n. 3, p. 501-38, Sep. 1988.

GOLDBERG, Adele E. **Constructions**: a construction grammar approach to argument structure. Chicago: University Press, 1995.

GOLDBERG, Adele E. **Constructions at work**: the nature of generalization in language. Cambridge: University Press, 2006.

LANGACKER, Ronald W. Subjectification. **Cognitive Linguistics**, v. 1, p. 5-38, 1990.

LANGACKER, Ronald W. **Foundations of cognitive grammar**: descriptive applications. Stanford, CA: Stanford University Press, 1991.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

MATEUS, Maria Helena Mira; BRITO, Ana Maria; DUARTE, Inês; FARIA, Isabel Hub; FROTA, Sônia; MATOS, Gabriela; OLIVEIRA, Fátima; VIGÁRIO, Marina; VILLALVA, Alina. **Gramática da língua portuguesa**. Lisboa: Caminho, 2003.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

SANDERS, Ted; SANDERS, Jose; SWEETSER, Eve. Causality, cognition and communication: a mental space analysis of subjectivity in causal connectives. In: SANDERS, Ted; SWEETSER, Eve (Org.). **Causal categories in discourse and cognition**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2009.

SANDERS, Ted; SANDERS, Jose; SWEETSER, Eve. Responsible subjects and discourse causality: how mental spaces and perspective help identifying subjectivity in Dutch backwards causal connectives. **Journal of pragmatics**, v. 44, p. 191-213, 2012.

SWEETSER, Eve. Introduction: viewpoint and perspective in language and gesture, from de Ground down. In: DANCYGIER, Barbara; SWEETSER, Eve (Org.). **Viewpoint in language: a multimodal perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

Polissemia: da atenção à significação

Kariny Cristina de Souza Raposo*
Helena Maria Gramiscelli Magalhães**

Resumo

Este trabalho tem como objeto de estudo investigar a significação linguística, sob uma ótica que a delinea como processo de conscientização. Seu *corpus* são os discursos interpretativos indiciados por registros que revelam estratégias polissêmicas e subseqüente produção de sentido. Serão utilizadas como fundamentação teórica abordagens que se pautam pelo entendimento da significação como ação cognitiva que se desenvolve, reiteradamente, com intenções pragmáticas, educacionais, sociais, psicológicas e políticas. Como unidade de análise, toma-se a relação entre significado e consciência. Objetiva-se a avaliar se a polissemia operaria como instrumento para (re) direcionar a atenção. Constitui também objeto de investigação o seguinte questionamento: se a polissemia envolve os vários sentidos do significado, seriam estes os elementos invariáveis em posição central e deflagrados pela atenção, a partir da experiência consciente (consciousness)?

Palavras-chave: Significado. Atenção. Polissemia. Linguística Cognitiva. Consciência.

Introdução

Sob uma ótica que a delinea como processo de conscientização, e tendo como *corpus* discursos interpretativos indiciados por registros que revelam estratégias polissêmicas e subseqüente produção de sentido, este artigo toma a significação linguística como seu objeto de estudo.

Para realizar uma análise desse porte, serão utilizadas como fundamentação teórica abordagens que se pautam pelo entendimento da significação como ação cognitiva que se desenvolve, reiteradamente, com intenções pragmáticas, educacionais, sociais, psicológicas e políticas. Trabalha-se com um *corpus* previamente selecionado, composto por enunciados proferidos por

*Centro Universitário de Sete Lagoas (UNIFEMM).

**Faculdade de Educação da UFMG.

políticos (EPPs) e os utilizados por interlocutores em textos de humor. Esse *corpus* foi selecionado porque seus enunciados, em um primeiro plano de leitura, veiculam somente um sentido, mas, em um segundo, revelam a polissemia que atualiza outras significações na enunciação.

Assim, tendo em vista o caráter processual deste trabalho, toma-se como unidade de análise a relação entre significado e consciência (MARCHETTI, 2010) em três instâncias distintas, porém, interligadas: *isolamento* – de experiências distintas; *descontextualização* – a significação não como compreensão de um objeto singular, mas de todos os objetos da classe, em quaisquer circunstâncias; *congelamento* – relação com a significação que possui o poder de congelar propriedades, e as relações que se associam a um signo, tornando seu uso relativamente estável no tempo e no espaço. A partir dessas características, objetiva-se avaliar se a polissemia, os vários sentidos do significado, operaria como instrumento para direcionar a atenção. Para tanto, este trabalho será subdividido nas seguintes seções: Significação linguística e conscientização; Linguística Cognitiva e polissemia; Significado linguístico e atenção; Análise e discussões.

1 Significação linguística e conscientização

Os significados das palavras e sentenças têm um peso especial no nosso processo de conscientização (*consciousness*), visto que elas moldam nossas experiências, na medida em que as utilizamos reiteradamente com várias intenções. Ou seja, a maior parte de nossa vida consciente é povoada pelos significados das palavras. Tais significados nos garantem ter uma experiência consciente, porque “isolam, descontextualizam, congelam e classificam” nossas experiências conscientes.

Dessa forma, o conceito de significado de Marchetti (2010) fundamenta-se, basicamente, no seguinte princípio: palavras são instrumentos para direcionar nossa atenção. No nosso entender, isso implica que a construção dos sentidos dos significados é seletiva, passa pelo crivo das experiências e tem como base o conhecimento que os indivíduos possuem sobre a realidade externa, o mundo. A experiência consciente passa a ser entendida, então, como um sistema significativo de expressão (via palavras) no discurso e na ação.

Dito de outra forma, a experiência consciente do significado das palavras é primeiramente caracterizada pela ausência de qualquer propriedade rica e que

atribua qualificativos, como cor, textura, tamanho, imagens etc. No entanto, essa experiência camufla um conhecimento profundo e complexo que pode gerar uma variedade de experiências conscientes associadas ou conectadas ao significado da palavra. Na verdade, se um indivíduo tiver bastante tempo disponível, depois de experienciar o significado de uma palavra, ele pode, por extensão, pensar sobre, imaginar ou lembrar várias ocorrências às quais a palavra se refere.

O mesmo autor destaca, ainda, a importância dessa relação entre significado e consciência em termos de alguns aspectos fundamentais que *podem ser atribuídos* ao significado linguístico.

Segundo esse autor, o **isolamento** permite separar experiências distintas. Nossa experiência com o vermelho, por exemplo, nos permite isolar objetos vermelhos, sem os confundirmos com experiências que temos com objetos de outras cores.

Já na **descontextualização**, o significado de qualquer signo não representa a compreensão de um objeto singular, mas direciona à compreensão de todos os objetos da classe, em quaisquer circunstâncias. E finalmente, o significado tem o poder de **congelar** propriedades e relações que se associam a um signo, tornando o seu uso relativamente estável no tempo e no espaço, fazendo, assim, com que a função comunicativa da linguagem seja preservada.

A título de exemplificação, vejamos a seguinte situação extraída e adaptada de Marchetti (2010):

Quando uma pessoa pede: “Eu quero uma xícara de café”, entendemos perfeitamente bem o que ela quer, mesmo que ela não especifique que tipo de café ela quer, ou que tipo de recipiente prefere (xícara ou copo). Nesse caso, pode-se dizer que há uma simetria composicional entre a produção sintática *Sujeito + verbo + artigo + preposição + substantivo* e a interpretação semântico-pragmática que se faz da frase em pauta. Na verdade, o que o sujeito deseja é café. A associação entre consciência e significação passaria pelo conhecimento da realidade externa (mundo) de todos os envolvidos na cena enunciativa que sabem que o enunciador está se referindo apenas a *querer café*. Essa associação se dá pelo *isolamento*, conforme pontua Marchetti, do objeto (recipientes, já que líquidos só podem ser servidos neles, e do congelamento do tipo de café (*cappuccino*, expresso, *latte* etc.). Esses elementos orientam a atenção para o sentido desejado.

No entanto, conforme postula Marchetti (2010), obviamente, o fato de as palavras apresentarem apenas uma versão descontextualizada dos elementos que elas isolam pode, vez por outra, gerar ambiguidades ou interpretações diferentes

daquelas que pretendíamos quando as usamos. Tais ambiguidades, que se originam do uso ampliado, figurativo, metafórico ou incomum da palavra, somente podem ser desfeitas recorrendo-se ao conhecimento linguístico e empírico, ou às informações contextuais. Exemplo disso seria a ambiguidade sintática, nos enunciados *Michelle encontrou a senha do cartão de crédito que ela tinha perdido* e *Os eleitores esperam dos candidatos que se elegeram uma atitude que melhore suas vidas*. Ou, ainda, a ambiguidade lexical em assertivas como: *A galinha se diverte sujando a pata na lama* e *Pedi à empregada para limpar minha manga*.

Nesse sentido, cada palavra transmite as instruções condensadas das operações *atencionais* (da atenção) que o indivíduo tenha de desempenhar, se quiser conscientemente experimentar – seja como um significado puro, uma imagem, uma percepção real, um processo de raciocínio, um conceito, ou qualquer outra coisa – as relações (entre a pessoa e outras entidades, entre a pessoa e ela mesma, e entre outras entidades e elas mesmas) que são expressas através daquela e por aquela palavra (MARCHETTI, 2010, p. 69, tradução nossa).

Então, quando fazemos uso das palavras e da língua, seja para produzir ou compreender sentenças, discursos e textos escritos, desenvolvemos operações atencionais¹ veiculadas pelas palavras que usamos. Ao desenvolvermos tais operações veiculadas pelas palavras, nós, conscientemente, experienciamos seus significados.

2 Linguística cognitiva e polissemia

Segundo Soares da Silva (1997, p. 59), a Linguística Cognitiva é uma abordagem da linguagem perspectivada como meio de conhecimento e em conexão com a experiência humana do mundo. As unidades e as estruturas da linguagem são estudadas, não como se fossem entidades autônomas, mas como

¹ Não é nossa intenção sustentar que apenas uma língua estruturada ou um sistema de comunicação podem direcionar nossa atenção. Todos nós experienciamos eventos aleatórios, gestos, imagens, odores ou sons ocasionais diários que fazem nossa atenção se movimentar do lugar onde estava e partir em direção a novos caminhos e, conseqüentemente, fazer-nos agir, ter ideias, sentimentos etc. Entretanto, a língua natural continua sendo a ferramenta predileta, mais comum, mais bem estruturada e mais econômica de que os homens dispõem para influenciar a atenção um do outro e a sua própria (MARCHETTI, 2010).

manifestações de capacidades cognitivas gerais, da organização conceptual, de princípios de categorização, de mecanismos de processamento e da experiência cultural, social e individual.

Tomando-se como ponto de partida as palavras do autor, pode-se considerar a Linguística Cognitiva – LC –, como uma corrente que se interessa pelas características estruturais da categorização linguística, a saber: prototipicidade, polissemia, modelos cognitivos, metáforas e imagens mentais. Dito de outro modo, as categorias linguísticas se adaptam aos vários contextos em que são usadas, integrando novas entidades como membros mais ou menos periféricos e polissêmicos, ou seja, cada nova expressão linguística corresponde a múltiplos significados.

Então, do ponto de vista da LC, o significado é dinâmico, construído por meio de interpretações e configurado em feixes de conhecimento ou domínios, sendo corporizado nas necessidades, nos interesses e nas experiências individuais e culturais (SILVA, 2006). Desse modo, para a LC, a linguística significa investigar a semântica pragmática, isto é, o *significado em uso*. E ainda, nessa corrente, a prototipicidade ou categorização por protótipos e a subjetivação assumem uma importância central no surgimento de novos significados.

No âmbito da LC, a linguagem é parte integrante da cognição fundamentada em processos cognitivos, sociointeracionais e culturais, devendo ser estudada no seu uso e no contexto da categorização do processamento mental, da interação e da experiência sociocultural individual. Assim, o significado linguístico e o conhecimento de mundo são interligados, sendo a linguagem um meio de interpretar e construir o mundo, de organizar conhecimentos que refletem as necessidades, os interesses e as experiências dos indivíduos e das suas culturas. (SILVA, 2004, p. 2).

Avançando um pouco mais nessa discussão, a expressão que define metodologicamente a LC é a expressão modelo baseado no uso (*usage based model*), que explica a importância do método de observação do uso real das expressões linguísticas. No âmbito desse paradigma científico, o significado assume importância fundamental para os estudos da linguagem, da cognição e da cultura. De sua complexidade emerge a polissemia como um campo natural de incidência dessa perspectiva teórica.

O semanticista francês Michel Bréal, que colocou a polissemia no centro do estudo dos fenômenos linguísticos, considera-a como “uma das melhores respostas

às necessidades cognitivas e sociais dos falantes, e é no uso e na psicologia dos falantes, na relação com a cognição e com a cultura que ela deve ser estudada” (SILVA, 2006, p. 21).

Entretanto, na linguística estruturalista e na linguística generativa, a polissemia foi tomada como homonímia, deixando de lado a relevância da diferenciação de sentidos e o estatuto linguístico do seu estudo. A polissemia era concebida, predominantemente, como fenômeno lexical, o que implicava considerá-la apenas como a reunião de dois ou mais significados em uma única palavra. Todavia, tal definição não apreende, a contento, os problemas relacionados à polissemia, visto que, sob essa conceituação, prioriza-se a avaliação da sua correlação com o conceito de homonímia, procurando mostrar o que há de comum entre esses dois fenômenos semânticos e, sobretudo, aquilo que poderia diferenciar um do outro.

De modo geral, a questão da polissemia é ainda obscura em termos de padrão de análise, uma vez que as dificuldades associadas à sua compreensão, na interpretação e para a produção de textos, perpassam os conhecimentos linguísticos, a situação de enunciação e, também, seu processamento cognitivo.

Dessa forma, para a LC, o estudo da polissemia deixa de ser desenvolvido no nível das estruturas lexicais, passando a ser realizado no âmbito da pragmática, a língua em uso, no qual se contempla a flexibilidade e variabilidade semânticas. Nessa perspectiva, Soares da Silva define polissemia como “a associação de dois ou mais sentidos relacionados entre si a uma única forma linguística” (SILVA, 2006, p. 10). Em outras palavras, os sentidos de um item lexical são essencialmente interpretações de um determinado contexto e é a prototipicidade ou categorização que explica, *grosso modo*, o fato de os diversos usos do mesmo item lexical se organizarem a partir do núcleo prototípico por similaridades.

A partir desse ponto e das implicações que a ele subjazem, arriscamos propor uma primeira questão: se as palavras são instrumentos para direcionar nossa atenção e se cada significado possui elementos invariáveis que se encontram em posição central e são responsáveis pela produção de qualquer instância da experiência consciente, como a polissemia, os vários sentidos do significado operariam como instrumento para direcionar a atenção? É o que tentaremos responder na próxima seção.

3 Análise

Apresentadas as perspectivas da relação entre significação linguística e conscientização, bem como da LC sobre polissemia, procedemos, agora, à análise de alguns enunciados em textos de humor e Enunciados Proferidos por Políticos (EPPs).

Para encetarmos essa tarefa, torna-se pertinente questionar: o que faz com que uma (ou mais) expressão(ões) linguística(s) utilizada(s) nos EPPs e nos textos de humor evoque um determinado sentido e não outro? Ou seja, uma vez revelada e considerada a polissemia dos enunciados, como os vários sentidos do significado operariam como instrumento para direcionar a atenção? Esses são os questionamentos que, de modo geral, nortearam nossa investigação.

Para responder a essas questões, vale considerar que a língua comporta procedimentos que geram tanto efeitos de sentido estáveis, quanto instáveis, os quais deverão ser reconhecidos pelo interlocutor que queira ‘desvendar’ o significado. Isto é, ao ler um EPP, ou ouvir uma piada, o interlocutor ativa um primeiro plano de configuração de sentido aos quais nos EPPs chamaremos de (S), e no texto de humor (N-normalidade). Após considerar aspectos enunciativos, o interlocutor deverá reconfigurar o EPP e a piada em um segundo plano de leitura, nos EPPs (S’) e no texto de humor violação (V), para que o sentido se acomode. Esses dois “momentos” ((S) e (S’) e (N) e (V)) de construção de sentidos constituem elementos importantes de uma análise criteriosa da polissemia.

Nossa escolha pelo *corpus* aqui apresentado se justifica, à medida que constatamos que muitos aspectos do sentido dos EPPs e dos textos humorísticos não se deixam analisar composicionalmente, em razão de certos jogos de palavras e dos efeitos de sentido que eles evocam. A partir, pois, dessa constatação inicial, pretendemos, como dito anteriormente, avaliar uma hipótese sobre o processo de significação linguística, destacando, principalmente, a polissemia, que, tanto nos EPPs quanto nos textos de humor, permite uma leitura em dois planos de configuração de sentido, possíveis graças às condições de construção e produção desses textos. Vejamos como isso ocorre no texto de humor.

Texto 1

- Seu Manoel, meus pêsames. Soube que ontem o senhor enterrou sua mulher.
- Sim, sim, ora, pois, pois. Mas ela já estava morta. E não fui eu quem a enterrou, não; foi o Senhor coveiro.

O humor é construído a partir da polissemia que provoca a ambiguidade da expressão “enterrou sua mulher”, na qual se embute também um eufemismo usado socialmente para confirmar falecimentos. O primeiro plano de leitura é introduzido no discurso do personagem-enunciador e fica garantido por “enterrou”, e o segundo plano, por “morreu”. O *portuga* ignora o eufemismo polissêmico de “enterrou” e, com isso, introduz a incongruência, causando o riso. É o riso que nos permite perceber a interpretação adequada do texto. O mesmo riso mostra o conhecimento linguístico e o da realidade externa e como o ouvinte isola e congela o sentido que não lhe é útil.

No plano enunciativo, o texto é marcado pela polifonia: um personagem-enunciador com a esperança de que o personagem-enunciatário se dê conta da polissemia de *enterrar*, e o locutor-empírico que espera que esse enunciatário não desfaça a ambiguidade de *enterrar* para provocar o humor/riso, e o leitor/ouvinte. Para comprovar que o lusitano não desambiguiza *enterrar*, o autor introduz como resposta a violação “Ela já estava morta”. A palavra já, com valor semântico de “antes”, juntamente com o restante do enunciado, veicula o óbvio, mantém a ambiguidade e perpetua o estereótipo.

Também a escolha pela voz ativa em *soube que ontem o senhor enterrou sua mulher* garante o valor ilocucional, a intenção pretendida pelo locutor empírico. Se o autor tivesse escolhido os enunciados “soube que ontem sua mulher foi enterrada (pelo coveiro?)”, o texto não causaria o mesmo impacto. É a voz ativa que sustenta a *burrice* do lusitano. Aliás, o enunciado na voz passiva nem seria uma fala “normal”, pois quem diria tamanha redundância, a não ser um outro texto de humor ou certos exemplos em cursos sobre papéis temáticos? “Foi enterrada” sepultaria também o eufemismo e o texto não seria de humor.

As escolhas também pelo mecanismo lógico – burrice x inteligência – e pelas expressões linguístico-discursivo-pragmáticas são decisivas para que o autor consiga deslocar/isolar o foco da atenção do (pseudo)tema morte para o verdadeiro tema de seu texto: o estereótipo *português é burro*, em que o alvo, obviamente, é o português. Com esse deslocamento, o autor desnuda sua intenção primária,

causa humor e provoca o efeito perlocucional riso. Portanto, apesar de o texto parecer se centrar no tema morte, esta permanece isolada, congelada, em segundo plano, suplantada pela decantada (no Brasil) ignorância do português. Observe-se que o entendimento da piada, em que pese sua *simplicidade*, requer um exercício que envolve experiência de mundo e de pragmatismo. Como ocorreria essa (re) configuração de sentido na teoria?

O linguista Thomas Veatch (1998, p. 1)² apregoa que três condições, normalidade (N), violação (V) e simultaneidade (S), são individualmente necessárias e conjuntamente suficientes para a ocorrência do humor. Essas condições descrevem um estado subjetivo de absurdidade emocional, porque uma situação é percebida como normal, mas simultaneamente alguma crença ou algum princípio moral subjetivo, que deve ser respeitado como ele espera, é violado. Veatch afirma que, se as três condições estiverem presentes na mente do indivíduo, o humor também estará. Na ausência de uma dessas três condições, a percepção de humor se inviabilizará. Como essas categorias se opõem, V é a ausência de N, e N a ausência de V. Resumindo, N afirma que tudo está bem e V nega que tudo esteja bem, que, ao contrário, algo vai mal. Isso ocorre graças à presença da polissemia, que direciona a atenção para outros sentidos. Resumamos a fórmula de Veatch.

Quadro 1 – Ilustração das condições para se construir o texto de humor.

1	NORMALIDADE	O ouvinte tem uma visão da situação como sendo normal.
2	VIOLAÇÃO	Um princípio moral subjetivo é violado.
3	SIMULTANEIDADE	A normalidade e a violação ocorrem na mente do ouvinte ao mesmo tempo.

Fonte: A Theory of Humor, in *Journal of Humor Research*, Berlin: Mouton DeGruyter, May 1998.

Ilustremos como opera essa fórmula de Veatch.

Se você não encontrar sua meia laranja, não desanime...
(Normalidade)
 Encontre seu meio limão, coloque açúcar, gelo, pinga e seja feliz!
(Violação)
 (VEATCH, 1998).

² [...] that certain psychological state which tends to produce laughter.

A simultaneidade, por ser ato mental, obviamente, não se materializa linguisticamente.

O desvio da atenção para outro sentido ocorre em função do trecho da Violação: (*Encontre seu meio limão, coloque açúcar, gelo, pinga e seja feliz*), que viola o sentido esperado (Normalidade seria *Continue a procurar até achar...*). Observe-se que o item lexical laranja é magistralmente substituído por limão para deflagrar o desvio da atenção, e provocar o sor(riso) ao remeter à *caipirinha*. O **isolamento** (MARCHETTI, 2010) permitiu a separação de experiências distintas. A nossa experiência com *limão, açúcar, gelo, pinga* (caipirinha) nos permitiu isolar *meia laranja*, sem confundir-se com a experiência que temos com esse sintagma (sentido de *alma gêmea*).

Quanto à **descontextualização**, o significado de um objeto (signo-meia laranja) representou a compreensão de um objeto singular (meio limão), mas validou a compreensão do conjunto dos objetos da classe, nessa dada circunstância (açúcar, pinga, gelo). Finalmente, o significado atribuído **congelou** as propriedades e relações associadas à *meia laranja/alma gêmea*, tornando seu uso relativamente estável no texto.

Analisemos outro texto.

Se o pato perde a pata, ele fica viúvo ou aleijado?

A percepção do ouvinte é desviada nos enunciados na violação (V) do texto em que *viúvo* e *aleijado* permitem dois planos de leitura. A polissemia do sintagma *perde a pata* (fica viúvo/tem a perna amputada) provoca a ambiguidade que redireciona a atenção do ouvinte, que o força a reconfigurar os sentidos das palavras *perde a pata*. Essa ação traz humor e provoca o (leve) riso. Nessa piada, os sentidos de *perde a pata* seriam os elementos invariáveis em posição central, a partir da experiência consciente (*consciousness*) com essas expressões linguísticas, que seriam os deflagradores da atenção.

No que tange à violação (V), os enunciados em que nada soar errado serão percebidos como sem graça (normalidade). A percepção de uma violação (V), o desvio da atenção, em uma dada situação, atinge a ambos: a situação e o ouvinte. Em uma dada circunstância, pode haver uma violação que não fica óbvia e que, assim, não traz humor. Por outro lado, outro ouvinte com um ponto de vista diferente sobre o modo como as coisas devam ser, ou que tenha diferentes crenças

ou compromissos em relação àqueles pontos de vista, com certeza perceberá o humor de modo diferente. Por isso, a percepção do humor é duplamente subjetiva no sentido de ser um evento psicológico da subjetividade e no de terem os sujeitos diferentes percepções e formas de redirecionar o foco da atenção.

Quanto à simultaneidade (S), as duas interpretações dos dois planos devem ser feitas ao mesmo tempo, sob pena de a percepção do humor não ocorrer. Só conjuntamente é que as condições necessárias N e V podem forjar humor, mas nenhuma delas é suficiente sem a ocorrência da simultaneidade. Isso, somado ao modo diferenciado de se redirecionar a atenção, talvez explique o fato de algumas pessoas não manifestarem as reações “previstas” (riso, gargalhada), diante de determinados textos de humor.

Como a mente não é uma máquina que opera do mesmo modo para todas as pessoas em relação ao entendimento sobre textos, quer de humor, quer de EPPS, nem algo que se possa manipular ou controlar, embora a fórmula de Veatch venha descrita na ordem: Normalidade + Violação + Simultaneidade, nada garante a manutenção dessa sequência. Não existe uma ordem fixa de percepção para o processamento da normalidade, ou da violação, pois as palavras pedem configurações de sentidos, e um deles (ou alguns, talvez) é mais forte e mais proeminente do que outros e direciona a atenção de forma distinta. É certo que, se há violação (S'), há uma normalidade e, se existe normalidade, é porque há violação. Mas, certamente, a atenção se redireciona quando encontra a violação no humor e a polissemia nos EPPs e a partir das experiências conscientes.

Portanto, no texto de humor, assim que detectadas, as duas condições se justapõem e são interpretadas no mesmo instante, apesar da simultaneidade aparecer em terceiro lugar na descrição de Veatch, e no quadro anterior.

Vejamos, a seguir, a análise de um EPP.

“Tem gente que miou. Entrou Lampião e saiu Maria Bonita.”
(Renato Casagrande, senador PSDB, um dos relatores do processo de cassação de Renan, insinuando que alguns colegas sucumbiram às pressões e absolveram o presidente do Senado. (Veja, 29/12/2007).

O verbo *miar* no exemplo em pauta é polissêmico, já que dois significados podem ser considerados: So1: *emitir som/miado, característico dos gatos* e So2: *emitir som, deformação da voz humana*. A partir da polissemia, nossa atenção é direcionada para que busquemos elementos que nos permitam interpretar *adequadamente* o enunciado. O segundo efeito de sentido (emitir som, deformação da voz humana) é garantido ao verbo em destaque, quando nossa atenção é desviada pela personificação de *miar* (gato > gente) e também por um processo de restrição seletiva, já que o princípio da composicionalidade também possibilita essa interpretação, que se mostra hegemônica, vez que há uma troca do sujeito *gato > gente*.

Temos, no presente exemplo, elementos no enunciado que nos possibilitam deduzir o So1 (emitir som, característico dos gatos) e o So2 (emitir som, deformação da voz humana). Com tal análise, tudo o que o falante precisa fazer é aplicar as regras fonológicas, morfossintáticas e semânticas que interiorizou na aquisição da língua para abstrair uma significação.

Entretanto, para que tenhamos uma interpretação do enunciado em questão, em sua íntegra, torna-se necessário explicar o terceiro efeito de sentido – *miar* = *sucumbir/ desistir/afinar* –, conseguido por meio do sentido atribuído a So2. Esse efeito de sentido (3) é da ordem da enunciação, ou seja, ele requer uma condição enunciativa (personagens envolvidos, contexto etc.), para que se possa interpretar o sentido, uma vez que não se trata apenas de se proceder a uma compatibilização dos elementos, isto é, à consideração apenas das partes que o compõem. E, ainda, não se obtém o efeito de *afinar/sucumbir/desistir* somente por meio da interpretação das estruturas linguísticas do enunciado 3, mas de outros elementos enunciativos, tais como:

Suporte: revista *Veja*

Seção da revista: *Veja Essa*

Identidade do locutor: Renato Casagrande (aqui chamado de locutor 1)

Papel Social: senador pelo PSDB

Cotexto: No plano sintagmático o encadeamento do enunciado [... *Entrou Lampião e saiu Maria Bonita*], torna-se fundamental para a construção do sentido de *miar*, no exemplo em foco.

Ainda no plano sintagmático, o comentário da revista constitui o contexto do enunciado, definindo sobre quem e para quem, porque e em que situação se falou (Renato Casagrande, senador PSDB, um dos relatores do processo de cassação de Renan, insinuando que alguns colegas sucumbiram às pressões e absolveram o presidente do Senado. **Veja**, 29/12/2007). Assim, à medida que selecionamos elementos da cena enunciativa (suporte, identidade do locutor, contexto etc.), fundamentais para ajudar a construção do sentido do enunciado, contextualizamos.

As três instâncias distintas, mas integradas, de Marchetti (2010) se aplicam à análise do enunciado em tela. O terceiro efeito de sentido (miar= sucumbir/desistir/ *afinar*) exigiu o **isolamento** de experiências anteriores com o sentido de miar (som do gato, deformação da voz humana, *afinar*/sucumbir) e permitiu a separação de experiências distintas e a decisão pela escolha do sentido de *afinar*. No tocante à **descontextualização**, o significado do signo miar representou a compreensão de um objeto singular (som do gato), mas validou a compreensão de mais dois sentidos nessa dada circunstância (emitir som/deformação da voz humana e *afinar*).

Finalmente, o terceiro efeito de sentido (*afinar*) **congelou** as propriedades e relações associadas aos outros sentidos, tornando seu uso relativamente estável no texto. Esses sentidos múltiplos são deflagradores da atenção, razões de seu redirecionamento. Assim, são os múltiplos sentidos do significado, a polissemia, que, em posição central, constituiriam os elementos invariáveis, a partir da experiência consciente que deflagrariam a atenção.

Vale observar que os EPPs e os textos humorísticos compartilham de aspectos idênticos para a (re)configuração de seus sentidos: os dois planos de leitura facultados pela polissemia. A diferença se postaria no fato de o texto de humor ter (geralmente) como efeito perlocucional o riso, e os EPPs, não, embora os enunciados de alguns políticos sejam, algumas vezes, hilários, dadas a ironia e a insensatez que, à vezes, os permeia.

Dessa forma, a significação linguística é uma ação cognitiva que se desenvolve a partir de intenções pragmáticas, sejam elas educacionais, sociais, psicológicas ou políticas.

Palavras finais

Para o nosso estudo, definimos como objetivos avaliar se a polissemia, os vários sentidos do significado, operaria como instrumento para (re)direcionar a atenção e se esses sentidos seriam os elementos invariáveis em posição central e deflagrados pela atenção, a partir da experiência consciente (*consciousness*). Pudemos perceber, ao procedermos às análises dos textos selecionados, que nossa atenção pode ser controlada e dirigida pela polissemia. Ou seja, os múltiplos sentidos do significado assumem uma posição central/invariável, a partir de nossas experiências conscientes, para deflagrar a atenção.

Retomando e corroborando Marchetti (2010), não tencionamos sustentar que nossa atenção seja apenas direcionada pelas línguas estruturadas ou por sistemas de comunicação quaisquer, visto que, obviamente, nossas experiências de mundo e sensações diversas e cotidianas em relação ao que nos rodeia fazem nossa atenção deslocar-se do lugar onde estava para procurar novos rumos, atuar, conceber novas ideias e experienciar novos sentimentos. No entanto, é inegável, “a língua natural continua sendo a ferramenta predileta, mais comum, mais bem estruturada e mais econômica de que os homens dispõem para influenciar a atenção um do outro e a sua própria”.

Assim, pode-se dizer que, tanto nos EPPs quanto nos textos de humor, o (re) direcionamento da atenção de que fala Marchetti (2010) se alojará: nos EPPs, no segundo plano de leitura (S²), e nos textos de humor, nas estruturas linguísticas dos enunciados da violação (V), ou seja, nas estruturas polissêmicas dos enunciados.

Polysemy: from attention to signification

Abstract

This study investigates linguistic meaning from the angle of a concept that describes it as a process of consciousness. The *corpus* consists of speeches marked by registers which reveal polissemic strategies and the subsequent construction of meaning. The theoretical argumentation is based on approaches founded in the understanding of meaning as a cognitive action developed repeatedly together with educational, social, psychological, political and pragmatic intentions. The text takes as its analytical unit the relation between meaning and consciousness. The paper intends to assess whether polysemy may operate as a tool to (re)direct attention. The text seeks to answer the following question: if polysemy embodies the various senses surrounding meaning, would they be the invariable elements in central position that would be triggered by attention, departing from consciousness?

Keywords: Meaning. Attention. Polysemy. Cognitive Linguistics. Consciousness.

Referências

MARCHETTI, Giorgio. Meaning. In: MARCHETTI, Giorgio. **Consciousness, attention and meaning**. New York: Nova Science Publisher, 2010. p. 59-125.

SILVA, Augusto Soares. Linguística Cognitiva. Uma Breve Introdução a um Novo Paradigma em Linguística. **Revista portuguesa de humanidades**, v. 1, fasc. 1-2, 1997. p. 59-101. Disponível em: <<http://www.facfil.ucp.pt/lincognit.htm>> Acesso em: 25 jul. 2013.

SILVA, Augusto Soares. Protótipos, imagens e metáforas, ou o experiencialismo da linguagem e do pensamento. In: DINIS, Alfredo; CURADO, José M. (Org.). **Consciência e cognição**. Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia da UCP, 2004. p. 79-96.

SILVA, Augusto Soares. **O Mundo dos sentidos em português**: Polissemia, Semântica e Cognição. Coimbra: Almedina, 2006.

VEATCH, Thomas C. A Theory of Humor. **HUMOR: International Journal of Humor Research**, Berlin: Mouton DeGruyter, v. 11. n. 2, p. 161-216, May 1998. Disponível em: <<http://www.journalofhumorresearch>>. Acesso em: abr. 2005.

Dossiê
Interação discursiva e
cognição

Espaços integrados e corpos partidos: vozes e perspectivas narrativas em línguas sinalizadas

Leland McCleary*

Evani Viotti**

Resumo

A partir da análise de trechos de uma narrativa sinalizada, discutimos duas questões. A primeira diz respeito à necessidade de os estudos da narrativa darem mais importância à investigação de narrativas face a face. A segunda refere-se à necessidade de, em investigações de narrativas face a face, levar em consideração a atuação dos corpos dos participantes da interação em que a narrativa é contada como fator de construção de significação e estruturação narrativa. Mesmo teorias de construção dinâmica de discursos, como a teoria de integração conceitual de espaços mentais, são lacônicas a esse respeito. Procuramos, aqui, nos juntar àqueles que têm buscado reverter esse quadro.

Palavras-chave: Narrativas face a face. Línguas de sinais. Teoria de integração de espaços mentais. Partição do corpo.

Introdução

Tradicionalmente dedicados à análise de produções em língua escrita – e prioritariamente de cunho literário – os estudos da narrativa vêm apresentando avanços significativos no sentido de explorar narrativas construídas em outras modalidades e de outras naturezas, em satisfação à caracterização de narrativa

* Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Letras Modernas.

** Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Linguística.

proposta pela Sociedade Internacional para o Estudo da Narrativa:¹ “uma categoria que pode incluir o romance, a poesia épica, a história, a biografia, a autobiografia, o cinema, as artes gráficas, a música, a *performance*, os escritos judiciais, as histórias de casos médicos, e mais”.

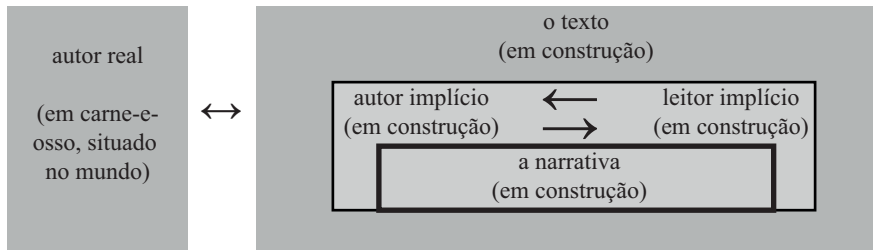
Apesar de essa caracterização ser bastante ampla, é estranho que a contação de histórias face a face, uma forma ancestral de narrativa, não faça explicitamente parte dela. Essa falta indica que a contação de histórias face a face ainda não recebeu a atenção que merece dos pesquisadores dos estudos tradicionais da narrativa. De fato, o interesse pelas diferentes formas de interação face a face tem sido mais presente no âmbito da antropologia e da sociologia (GOFFMAN, 1974; GOODWIN, 1981; SACKS, 1992), da psicologia (CLARK, 1996), da sociolinguística (LABOV; WALETZKY, 1967; TANNEN, 1978), e, mais recentemente, dos estudos da gestualidade, uma área de pesquisa interdisciplinar relativamente nova, que trabalha com a descrição e análise das intrincadas relações entre língua e gesto (KENDON, 2004; McNEILL, 1992).

Dada a preocupação histórica com narrativas escritas e a relativa marginalidade de análises de contações de história face a face, não é surpreendente que os estudos contemporâneos venham dando pouca atenção ao contexto enunciativo da produção narrativa. De fato, apesar de eles reconhecerem a existência de um autor em carne e osso que escreve, e de um leitor em carne e osso que lê, as características específicas do contexto enunciativo da narrativa escrita colaboram para colocar a análise da produção do texto em segundo plano, com o texto em si em primeiro. O fato de o autor e de o leitor exercerem suas atividades separados um do outro, no tempo e no espaço, revela o desdobramento da ‘enunciação’ em dois atos independentes, cada um envolvendo uma interação imaginada com uma figura virtual. O escritor interage com um ‘leitor implícito’ e o leitor, em outro tempo e espaço, interage com um ‘autor implícito’ (BOOTH, 1983). Diferentes do autor e do leitor ‘reais’, de carne e osso, autor e leitor implícitos são inferidos a partir das marcas, deixadas no texto, do conjunto de decisões feitas pelo autor real no processo de construir o texto. São figuras imaginadas, tanto em seu papel como participantes dos eventos de enunciação, quanto como inferências feitas a partir do texto. Nesse quadro, é compreensível que o interesse maior recaia sobre o texto, o mediador de toda a interação entre autor e leitor. Como ilustração do papel central

¹ International Society for the Study of Narrative. O *site* dessa sociedade, em que aparece a definição de narrativa usada aqui, pode ser acessado por este endereço: <<http://narrative.georgetown.edu>>.

e mediador do texto nos contextos enunciativos, podemos imaginar um modelo de organização como o da Figura 1.

a) O âmbito enunciativo 1



b) O âmbito enunciativo 2 (em outro espaço, outro tempo)

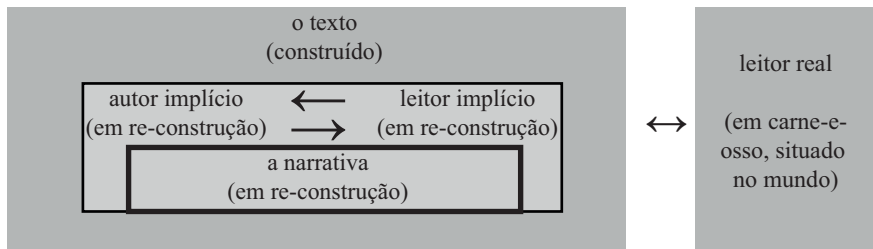


Figura 1 – Os âmbitos enunciativos de uma narrativa escrita

Em consequência dessa situação, o fato de o autor e o leitor reais serem de carne e osso perde qualquer relevância. No máximo, o interesse sobre essas figuras acaba sendo apenas biográfico. Mas para todos os fins práticos de análise, essas figuras não precisam ter corpos e presença física; é suficiente que tenham mentes que saibam ler, escrever e fazer inferências, não sendo necessário que estejam situadas em algum espaço físico particular no ato da enunciação. O que interessa à narratologia são as demais subjetividades: autor e leitor implícitos, narrador e narratário, e personagens.

As figuras do autor e leitor implícitos são inferíveis a partir *do texto* como um todo, mas não têm uma presença (ou uma 'voz') explícita *no texto*, e não fazem parte da *narrativa* propriamente dita. Diferentemente, as primeiras subjetividades internas à narrativa – o narrador e o narratário – podem ser identificadas por marcas explícitas no texto (o 'eu', que identifica o narrador; o 'caro leitor', que

identifica o narratário). Além desses, o domínio narrativo inclui outros níveis de intersubjetividade, que são aqueles em que as personagens interagem, e contam outras narrativas umas para as outras. Podemos modelar as intersubjetividades da narrativa como na Figura 2:



Figura 2 – O âmbito narrativo de uma narrativa escrita

A relevância da diferenciação entre as subjetividades do mundo real e as demais é indiscutível. Entretanto, de uma perspectiva da contação de histórias face a face, o apagamento do autor real pode prejudicar a análise, na medida em que ele, assim como seu interlocutor, estão fisicamente presentes no ato enunciativo em que a história é contada, e essa presença certamente causa um impacto na maneira como a narrativa é concebida, expressa e interpretada (DANCYGIER, 2012). Em interações face a face, o corporeamento do nível de intersubjetividade enunciativo – ou seja a presença física simultânea do autor e seu interlocutor no espaço de enunciação – coloca, para os estudos da narrativa, questões diferentes daquelas levantadas pela dissociação espaçotemporal dos contextos enunciativos que caracteriza as narrativas escritas. A postura corporal do contador da história, suas expressões faciais, o tom de sua voz (no caso das comunicações orais), a tensão e rapidez de sua sinalização (no caso das comunicações sinalizadas), vão ser diretamente percebidos por seu interlocutor com o desenrolar da narração. Do mesmo modo, as impressões do interlocutor e suas reações à história que está sendo contada, e à maneira como ela está sendo contada, vão ter influência imediata em todo o processo narrativo (McCLEARY, 2011).

Mesmo em estudos sobre contações de história face a face feitas pela modalidade oral, apesar da indiscutível presença física dos interlocutores, nem sempre o corpo

do autor, o de seu interlocutor, o espaço de enunciação, e a ação desses corpos no espaço recebem a devida atenção dos pesquisadores, sendo muitas vezes tomados apenas como elementos incidentais do processo narrativo. Isso se deve ao fato de que a história narrada é fundamentalmente construída por meio da língua propriamente dita; a situação enunciativa, de maneira geral, é exclusivamente usada como um ponto de partida para a construção referencial de pessoa, tempo e espaço, mas não é substancialmente explorada para fins da organização do conteúdo da narrativa a ser contada. É pelo uso de unidades linguísticas que a voz do narrador constrói cenários virtuais em que a história narrada é conceitualizada e processada; por meio de estratégias sintáticas, o narrador dá voz aos personagens que animam esses cenários e vivem essa história. Em narrativas sinalizadas, diferentemente, a correlação de forças parece se inverter: as funções de criação do cenário da história e de dar vida às interações da narrativa são apenas parcialmente desempenhadas por meios propriamente linguísticos; elas são substancialmente criadas pelas ações e movimentos do mesmo corpo fisicamente presente no mesmo espaço físico em que o primeiro nível de intersubjetividade se instaura. A organização da narrativa depende diretamente da organização do espaço de enunciação: a narrativa é *atuada* no espaço de enunciação.

Neste artigo, ao descrever e analisar uma narrativa sinalizada em língua brasileira de sinais (libras), nós nos juntamos tanto àqueles que têm buscado a construção de um diálogo entre os estudos da narrativa e a investigação da interação face a face (FLUDERNIK, 1996; HERMAN, 1999, 2009), quanto àqueles que têm ressaltado a importância do contexto enunciativo para a produção narrativa (HERMAN, 2009; DANCYGIER, 2012; BRANDT; BRANDT, 2005). Tomando por base a teoria de integração conceitual proposta por Fauconnier e Turner (2002), e sua aplicação à análise da língua de sinais americana – ASL – feita por Liddell (2003), vamos descrever como a presença física do autor e seu interlocutor no espaço intersubjetivo da enunciação é explorada para fins de estruturação narrativa. As diferentes integrações conceituais feitas a partir do espaço real da enunciação em que se encontra o corpo físico do autor e seu interlocutor permitem a visualização e o reconhecimento dos diferentes níveis de intersubjetividade narrativa: o do autor real e seu interlocutor; o do narrador e seu narratário, quando pertinente; e os das diferentes personagens interagindo entre si. A possibilidade de partição do corpo do sinalizador durante a sinalização (LIDDELL, 2003; DUDIS, 2004) permite que vozes e pontos de vista estabelecidos a partir de diferentes níveis

de intersubjetividade se realizem simultaneamente: enquanto as mãos do autor sinalizam como narrador, seu corpo age, concomitantemente, como personagem; sua face pode simultaneamente expressar atitudes, pensamentos, sensações tanto do narrador quanto dos personagens, enquanto a direção do olhar desempenha um papel crucial para a compreensão da mudança de voz e ponto de vista narrativos.

Integração de espaços mentais em narrativas face a face

Para resolver problemas da gramática da língua de sinais americana que resistiam a análises feitas dentro das teorias linguísticas já consolidadas, o linguista Scott Liddell valeu-se de duas novas teorias que haviam se desenvolvido no âmbito da linguística cognitiva: a de espaços mentais, proposta por Fauconnier (1994; 1997) e seu desdobramento, a teoria de integração conceitual, ou *blending*, fruto da intensa colaboração entre Fauconnier e Turner.

A teoria de espaços mentais originalmente surgiu como uma alternativa para explicar fenômenos semânticos, especialmente aqueles relacionados a questões de referência. Nesse primeiro momento, espaços mentais são definidos como construtos cognitivos distintos das estruturas linguísticas, que, no entanto, são ativados a partir de itens linguísticos. São representados como conjuntos estruturados internamente por *frames*, que compreendem elementos e relações que se estabelecem entre eles, sendo possível, à medida que o discurso se desenrola, a adição de novos elementos aos conjuntos e o estabelecimento de novas relações entre os elementos (FAUCONNIER, 1994, p. 16). A partir desses construtos cognitivos, concebidos como ‘espaços mentais’, elementos de um espaço (representando, por exemplo, um tempo no passado) podem facilmente ser identificados a elementos de outro espaço (representando o tempo presente), solucionando, desse modo, problemas que vinham desafiando outras teorias semânticas.

Essa ideia de mapeamentos entre espaços mentais ganhou força, vindo a ser considerada uma capacidade cognitiva humana singular, relacionada à produção, transferência e processamento de significado que se aplica amplamente quando pensamos, agimos ou nos comunicamos (FAUCONNIER, 1997, p. 1). Potencialmente, isso dá à teoria de espaços mentais uma natureza eminentemente situada; ou seja, o significado é concebido não como algo estático, mas como uma construção que acontece *online*, em um contexto específico, à medida que

discursos, pensamentos ou ações se desenrolam. A teoria de espaços mentais se diferenciaria, então, de outras teorias semânticas contemporâneas, que preferem estudar os significados das expressões linguísticas de maneira desvinculada das funções que elas exercem na construção do discurso, e de seu uso para o raciocínio e a comunicação (FAUCONNIER, 1997, p. 5). O mesmo vale para a teoria de integração conceitual, segundo a qual, por meio de uma criatividade imaginativa que opera enquanto pensamos, agimos ou falamos, constroem-se novos espaços mentais a partir da integração de dois espaços mentais de entrada (FAUCONNIER; TURNER, 2002).

A teoria de integração conceitual nasceu para dar conta de uma habilidade cognitiva, cujo protótipo, segundo Turner (1996, p. 7) vinha sendo considerado um fenômeno eminentemente literário: a parábola, uma história contada por meio de outra história. O que Turner deixa claro é que, longe de ser apenas literário, esse fenômeno se aplica a uma vasta gama de atividades cognitivas humanas, entre elas a aprendizagem, a solução de problemas, a argumentação, o humor e a metáfora.

Para os fins deste trabalho, interessam-nos especificamente as aplicações da teoria de integração de espaços mentais à análise de narrativas sinalizadas. Mas, já de início, é necessário apontar uma questão problemática tanto da teoria de espaços mentais, quanto da teoria de integração conceitual: o ato de enunciação é praticamente desconsiderado nas análises que buscam descrever o que as próprias teorias afirmam ser a construção dinâmica e *online* da significação dos enunciados linguísticos. É bem verdade que alguns discursos são entendidos como tendo origem a partir de um espaço mental denominado inicialmente R (de realidade), que é a representação mental que o falante faz da realidade (FAUCONNIER, 1994, p. 15-16). Mas não há qualquer menção à presença de um falante e de seu interlocutor nesse espaço. Portanto, a ideia de ‘realidade’ que está por trás da noção de espaço R não pode corresponder à realidade do ato de fala.²

Essa lacuna da teoria de espaços mentais e da teoria de integração conceitual tem sido observada em vários trabalhos, dentre os quais destacam-se os de Line Brandt e Per Aage Brandt (2005), e de Oakley (2009), que propõem a introdução de um espaço semiótico de comunicação nas análises de integração conceitual

² Em versões subsequentes da teoria, a noção de espaço R dá lugar ao chamado *espaço base de discurso*. Esse espaço é considerado o ponto de partida para a construção do significado de um dado discurso. Ele é agora entendido como a realidade, ou como a “realidade” dentro da ficção (FAUCONNIER, 1997, p. 50). Essa segunda cláusula deixa claro que o espaço base não pode ser considerado como o espaço correspondente à situação de enunciação.

como um processo de construção de significado. Esse espaço semiótico de comunicação é aquela parte da realidade conceitualizada em que se encontram os participantes do evento de comunicação, no lugar e tempo em que os enunciados são produzidos. É a partir desse espaço semiótico de comunicação que outros espaços mentais vão ser criados.

Ao analisar discursos em ASL valendo-se da teoria de integração de espaços mentais, Liddell (2003) propõe um espaço mental cuja função é semelhante à do espaço semiótico de comunicação. Na proposta de Liddell, esse espaço se denomina 'espaço real'. O espaço real é construído a partir de nossa experiência sensório-perceptual imediata da situação em que o ato comunicativo está acontecendo, combinada com nosso conhecimento de mundo. Embora Liddell não seja explícito a esse respeito, o espaço real pode ser considerado o espaço mental que abrange a conceitualização do contexto de enunciação. Como tal, a nosso ver, ele deve ser considerado um espaço intersubjetivo, que tem, como uma de suas características primárias, a assunção, por parte de cada participante do ato de comunicação, de que sua concepção do espaço real é mutuamente compatível com a concepção que os demais participantes têm desse espaço.

Integração de espaços mentais em uma narrativa sinalizada em libras

A análise que vamos apresentar aqui toma como objeto alguns trechos de uma narrativa sinalizada por um surdo adulto fluente em libras, eliciada a partir do filme conhecido como *Filme da Pera*.³ Esse filme foi produzido na década de 1970 pelo grupo de pesquisa liderado por Wallace Chafe, que tinha, como um de seus objetivos, comparar a mesma história sendo contada em línguas diferentes (CHAFE, 1980). O filme não tem fala: são só imagens, sons naturais do cenário (canto de pássaros) e barulhos próprios às ações que estão acontecendo.⁴

Vamos analisar em detalhes alguns trechos da versão sinalizada em libras da história, como ilustração da argumentação que desenvolvemos acima. O primeiro

³ Agradecemos a Alex Melendez por ter, graciosamente, aceitado nosso convite para contar a história da pera em libras. Alex é surdo desde os 3 anos de idade e usa a libras desde os 9. À época dessa gravação, ele tinha 30 anos. Antes de contar a história a um ouvinte fluente em libras, Alex assistiu ao filme da pera uma única vez.

⁴ O filme da pera pode ser visto pelo YouTube no seguinte endereço: <<http://www.youtube.com/watch?v=bRNSTxTpG7U>>.

deles é o que marca o início da contação da história. A filmagem começa quando nosso colaborador recebe as instruções em libras sobre como proceder. Ele estava sentado na beirada da cadeira, com as pernas cruzadas, a parte alta das costas apoiada no encosto, os braços e as mãos pousados sobre o seu colo, a postura relaxada, uma expressão facial neutra e o olhar voltado para seu interlocutor. Terminadas as instruções, ele faz pequenos acenos com a cabeça, e sinaliza OK, com um largo sorriso. Ainda sorrindo, ele começa a ajustar sua posição: apoia as mãos sobre o assento, volta a cabeça para baixo, senta-se mais para o fundo da cadeira com a lateral externa da perna direita apoiada sobre sua coxa esquerda (Figura 3a). Desfazendo aos poucos o sorriso e com o olhar pensativo, ele ajusta a barra da perna direita de sua calça (3b). A seguir, as mãos se cruzam relaxadamente sobre o colo e o olhar se fixa no vazio por alguns instantes (3c). De repente, nosso colaborador levanta a cabeça inclinando-a ligeiramente para trás, e começa a sinalização da história com ARVOREDO FAZENDA CAMPO dando início à construção do cenário onde se passam os eventos que vão ser contados (3d).⁵

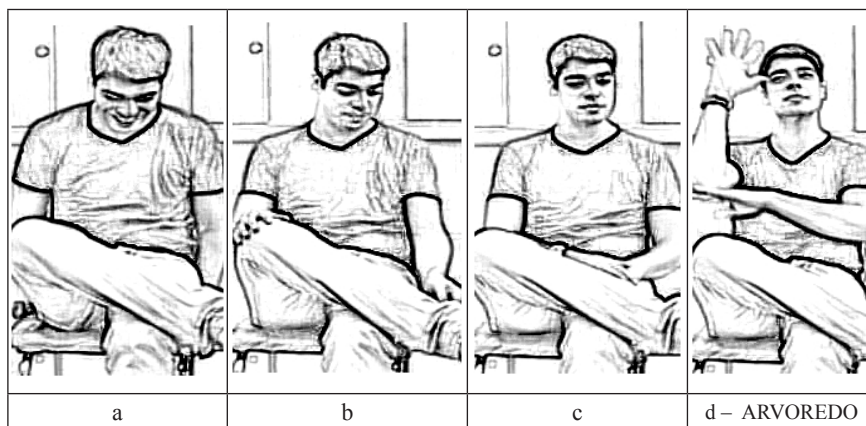


Figura 3 – A entrada para o espaço do narrador

Narrativas face a face se estruturam por meio de alguns dos mesmos níveis de intersubjetividade que caracterizam as narrativas escritas. Em grande parte dos casos, a construção do nível do narrador/narratário não parece necessária: os participantes da interação entendem que o falante está narrando em sua própria voz;

⁵ É convencional o uso de letras maiúsculas para as glosas dos sinais.

ele é, ao mesmo tempo, a pessoa que veicula o enunciado, a pessoa responsável pelo conteúdo da história e pela maneira como ela é contada, e a pessoa cuja posição e crença são representadas pelo texto e que está comprometida com o ideal por trás da história.⁶ Mas o caso que vamos analisar é diferente: a história contada é ficcional e foi inteiramente baseada no filme da pera. Ao recontar a história, nosso colaborador cria um narrador que se torna a ‘voz’ pela qual os eventos são narrados.⁷ Nosso colaborador não é o criador do conteúdo da história, nem tem qualquer comprometimento com os fatos narrados.

O trecho apresentado acima corresponde ao momento em que se cria o narrador. Em uma sala de pesquisa da universidade, inicialmente com o corpo relaxado, nosso colaborador interage com os pesquisadores que pedem a ele para contar a história vista no filme. Em um determinado momento, ele muda sua postura e expressão facial, acena a cabeça, e sinaliza OK. Isso tudo é parte do nível da enunciação: a sala, o sinalizador e os pesquisadores que interagem com ele. As expressões faciais, o aceno de cabeça e o sinal OK são produzidos pelo sinalizador/enunciador, no âmbito da enunciação. Aos poucos, a configuração do corpo começa a mudar; ao assumir uma posição mais ereta, ajustar o cruzamento das pernas, pousar as mãos sobre o colo, ele faz *corporeamente* a transição do nível da enunciação para o nível do narrador. A partir daí o sinalizador ‘empresta’ seu corpo para o narrador que vai contar a história a seus narratários, que, até aquele momento, eram os pesquisadores presentes na sala. A sinalização de ARVOREDO FAZENDA CAMPO é, então, feita pelo narrador.

A nosso ver, a construção do nível do narrador/narratário é fruto de um processo de integração conceitual que tem o espaço real como um de seus espaços de entrada. O segundo espaço de entrada é um *frame* de narração que envolve os papéis de narrador, narratário, uma história esquemática e todo o nosso conhecimento enciclopédico relacionado à contação de histórias (McCLEARY; VIOTTI, 2010, 2011; DANCYGIER, 2012)⁸ Há uma correspondência entre os elementos dos espaços de entrada: o enunciador se conecta ao valor do papel de

6 Essas três funções correspondem ao que Goffman chama *animador, autor e responsável (principal)* (1979, p. 17).

7 Isso é um fato particular da contação da história da pera que estamos analisando. Em muitos casos discutidos em Chafe (1980) de contações da história da pera em línguas orais, os contadores preferiam simplesmente reportar sua experiência de ter visto um filme, não havendo necessidade, portanto, da criação da figura do narrador.

8 Fauconnier e Turner chamam *simplex* esse tipo de integração, em que um dos espaços de entrada é um *frame* construído pela história cultural (ou biológica) humana, constituído de valores a serem aplicados a elementos de outros espaços mentais (FAUCONNIER; TURNER, 2002, p. 120-122).

narrador do *frame* de narração, e o enunciatário, ao valor do papel de narratário. Na integração, o enunciador é projetado como o narrador, e o enunciatário, como narratário. Vamos chamar esse espaço integrado *espaço do narrador*. Como vai ser visto adiante, a narrativa pode conter diferentes níveis de integração conceitual, além do espaço do narrador, para acomodar as ações, falas e pensamentos das personagens.

Da mesma forma que o narrador é criado por uma integração conceitual no começo da narrativa, ao final, essa integração se desfaz para que o *frame* de narração deixe de se aplicar como fator estruturante da interação. No caso sob análise, esse momento é nitidamente marcado no corpo de nosso sinalizador. O narrador descreve o último evento da narrativa – a saída de cena de um grupo de meninos comendo peras (Figura 4a). A seguir, sinaliza FIM (4b), relaxa a postura, inicia um sorriso e direciona seu olhar para seu interlocutor, encerrando a narração (4c). A partir desse momento, o olhar, o sorriso e o descanso dos braços sobre as pernas são atitudes do sinalizador/enunciador, feitas no âmbito do espaço real.

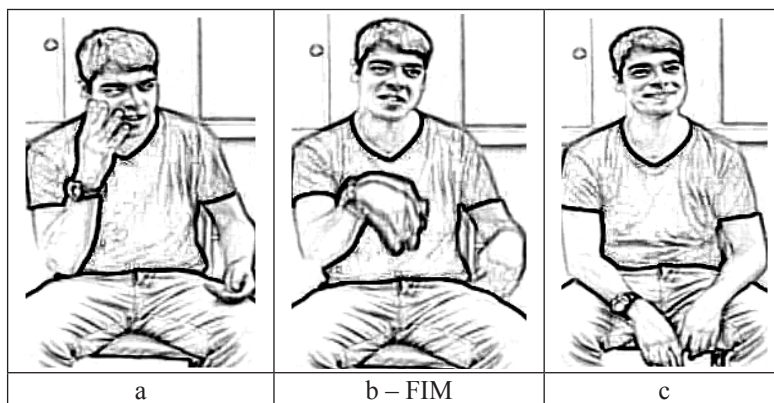


Figura 4 – A saída do espaço do narrador

Em narrativas sinalizadas, a integração conceitual que cria o narrador a partir do espaço real envolve intenso uso do corpo do enunciador: é esse corpo que empresta suas mãos para o narrador contar a história; é ele que empresta suas expressões faciais para que o narrador deixe transparecer suas avaliações; e é ele que empresta a direção de seu olhar para que o narrador crie seus narratários e

atribua significado ao espaço de sinalização. Mas, isso não é tudo. Esse mesmo corpo vai ser usado pelo narrador para demonstrar as falas, ações, interações e pensamentos das personagens da história. Isso é possível graças à outra integração mencionada acima, que vamos chamar *espaço da narrativa*, em que um dos espaços de entrada é o espaço do narrador e o outro é o espaço do ‘mundo da história’, em que estão as personagens (OAKLEY, 1998, p. 329). O corpo do sinalizador, pela mediação do narrador, passa a poder representar os corpos das personagens, suas ações, suas falas e seus pensamentos.

O segmento que vamos analisar a seguir mostra as intrincadas relações entre esses dois níveis de integração conceitual, com o corpo do enunciador ora funcionando como narrador, ora como personagem, ora partido, realizando simultaneamente as duas funções. Estamos no ponto da narrativa em que um menino chega de bicicleta ao local onde um camponês está colhendo peras no alto de uma árvore. Três cestos de pera estão ao pé da árvore. O menino decide inicialmente roubar uma pera, mas ao perceber que o camponês não o está vendo, decide roubar um cesto inteiro. Nesse trecho, o sinalizador/narrador conta, em libras, a seguinte história:

PEGAR OLHAR HOMEM NÃO-VER
HOMEM ÁRVORE PEGAR-PÔR PEGAR
OLHAR NÃO-VER PEGAR-PÔR PEGAR-PÔR
HOMEM IDEIA

Se depender apenas desse relato em sinais do narrador, é impossível entender o que está acontecendo e sentir a tensão do momento antes do roubo. Muito pouco é transmitido por meio desses sinais; mas muito está sendo transmitido pela encenação do corpo do sinalizador/narrador dentro do espaço de sinalização que vem sendo construído. Uma tradução possível para toda essa sequência seria: *Decidido a roubar uma pera, o menino olha para cima e percebe que o homem não o está vendo. O homem está concentrado colhendo peras e colocando-as no bolso de seu avental, não olha para baixo e não vê o que está acontecendo lá. Lá embaixo, o menino tem uma ideia.*

O primeiro ponto a observar é que o espaço de sinalização está dividido em dois espaços conceituais: um, centrado no menino, ao pé da árvore; outro, centrado no camponês colhendo peras, no topo da árvore. O trecho revela a transição do espaço do menino para o do camponês, e a volta para o espaço do menino. Essas transições são feitas pela postura do corpo do sinalizador, pela orientação de seu olhar, e pela direcionalidade de alguns sinais.

Nesse caso, a associação desses espaços conceituais ao menino e ao camponês se torna possível graças à integração conceitual entre o espaço real – onde está o corpo do sinalizador – e o espaço do mundo da história – onde estão os corpos das personagens; essa integração é sempre mediada pelo ‘corpo do narrador’ (resultado da integração que constrói a presença do narrador na narrativa).

1ª integração: [espaço real] + [espaço *frame* de narração] → [espaço do narrador]

2ª integração: [espaço do narrador] + [espaço do mundo da história] → [espaço da narrativa]

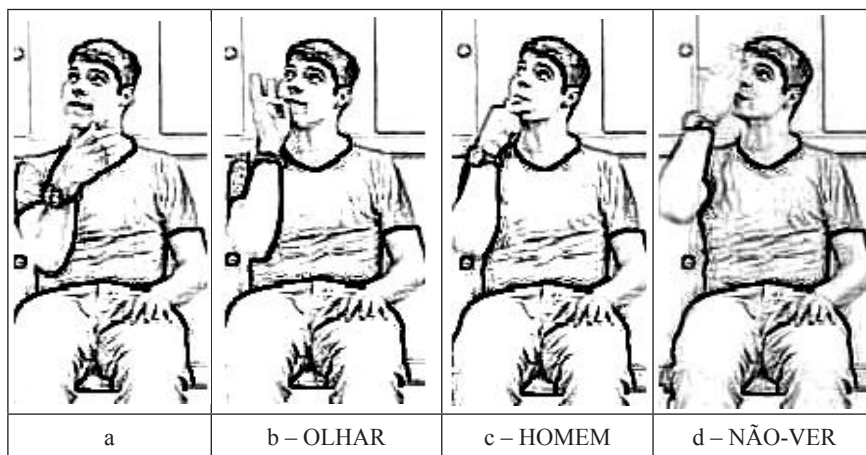


Figura 5 – O menino a olhar para o camponês na árvore

Na Figura 5a, acima, o que vemos é o corpo do sinalizador/narrador integrado ao corpo do menino: sua mão direita está configurada como a de quem segura uma pera; sua cabeça e seu olhar estão voltados para a direita e para cima, demonstrando o menino com a pera na mão, ao pé da árvore, olhando para o

camponês trabalhando no topo da árvore. A voz do narrador não aparece nessa figura, diferentemente do que acontece na figura seguinte (5b), em que ocorre uma partição de corpo. Enquanto o corpo continua demonstrando o menino olhando para cima, a mão direita ‘fala’ como narrador, ao sinalizar OLHAR. Essa sinalização é redundante; ela simplesmente reforça aquilo que está sendo demonstrado pelo corpo. A situação é diferente da das Figuras 5c e 5d, em que o corpo continua sendo do menino, mas é a voz do narrador, consubstanciada na mão, que sinaliza HOMEM NÃO-VER. Esses sinais podem ser interpretados como o *pensamento* do menino.⁹

Na sequência, ocorre a transição do espaço do menino para o do camponês. Na Figura 6a, o narrador sinaliza novamente HOMEM, mas, dessa vez, fechando os olhos. Embora a posição do corpo e da cabeça se mantenham como a demonstração do menino, a mão esquerda do sinalizador já está começando a se mover, saindo do estado de repouso.

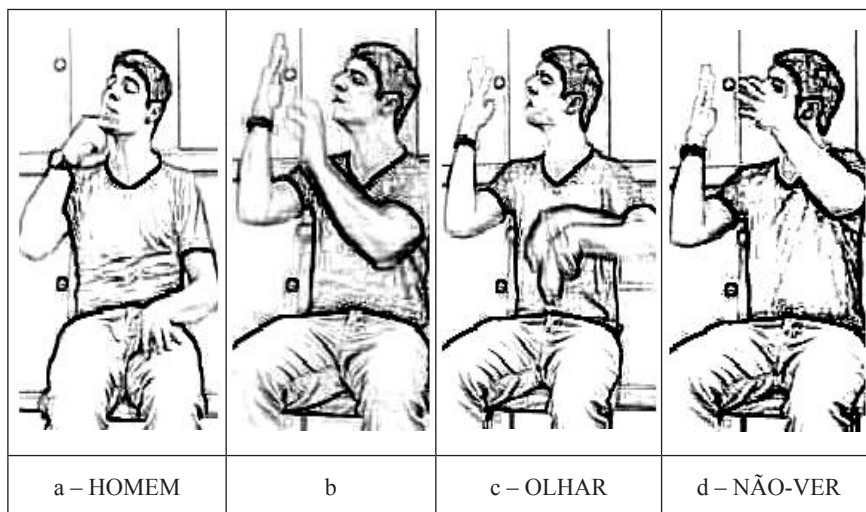


Figura 6 – O camponês na árvore

Entre as Figuras 6a e 6b, nota-se uma mudança na postura. O torso gira para a direita, fazendo com que a cabeça seja vista de perfil. Simultaneamente, com

⁹ Em uma interpretação alternativa, não haveria partição do corpo. A sinalização manual poderia ser considerada a voz do menino, falando consigo mesmo.

o corpo partido, o narrador realiza o sinal ÁRVORE, de tal modo que a parte do sinal que iconicamente representa o tronco e a copa se posiciona na frente do rosto que, agora, demonstra o rosto do camponês, concentrado em seu trabalho de colher peras. A mão esquerda, ao realizar o sinal icônico PEGAR-PÔR (Figura 6b), funciona tanto como demonstração da ação do camponês, quanto como a voz do narrador.

A Figura 6c continua a mostrar o camponês concentrado em seu trabalho. A partição do corpo se mantém, agora para que o narrador sinalize OLHAR com a mão esquerda. Esse sinal está direcionado para baixo, para o local em que conceitualmente está o menino. A interpretação que se faz desse enunciado é: *O camponês não está olhando para baixo*. Na figura 6d, essa interpretação é reforçada por meio do sinal NÃO-VER, realizado com a mão esquerda, do lado esquerdo da face do camponês, o que significa: *O camponês não vê o que está acontecendo a sua volta*.

A seguir, o sinalizador/narrador volta seu torso para a frente e olha para seu narratário. Este é um intervalo, em que o segundo nível de integração se desfaz e o primeiro permanece: o narrador aparece sozinho, na transição entre o espaço do camponês e o espaço do menino. Prosseguindo, o narrador olha para baixo em direção aos cestos de pera e, com sua mão direita, aponta para os cestos. Ainda com o olhar voltado para baixo, ele sinaliza HOMEM. Na sequência, ele volta a olhar para a copa da árvore, uma vez mais com a expressão facial do menino, e, com as duas mãos, faz uma representação icônica de quem segura um guidão. O corpo se parte novamente: a expressão facial e a direção do olhar são do menino; o gesto icônico que representa o guidão é do narrador.¹⁰ Depois disso, o narrador sinaliza IDEIA e estala os dedos como quem se refere a uma ideia genial. Desse ponto em diante, a narrativa segue com o roubo do cesto.

10 Esse gesto icônico não pode ser uma demonstração das ações do menino, que, nesse ponto da narrativa, não está montado na bicicleta. Trata-se de uma das estratégias referenciais da libras, que envolve associar uma personagem a um objeto por ela usado na história (BOLGUERONI, 2013).

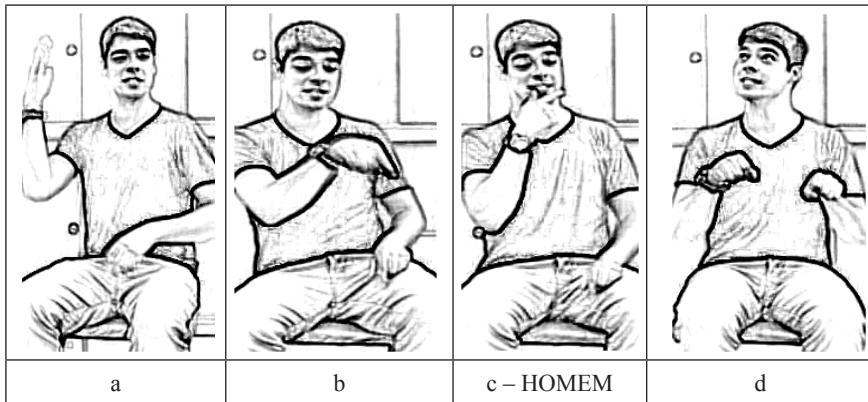


Figura 7 – A volta para o menino da bicicleta

Nossa descrição da história da pera sinalizada ilustra a indispensabilidade da presença do corpo do sinalizador para a organização de todos os níveis de estruturação narrativa, tanto em termos da própria organização espacial, fundamental para o processo de referenciação, quanto para a identificação das personagens, de suas ações, falas e pensamentos. No caso de histórias ficcionais, como a que apresentamos, é clara a presença mediadora da figura do narrador, que, por sua vez, também se vale do mesmo corpo do sinalizador/enunciador.

Conclusão

O estudo de narrativas sinalizadas nos faz redescobrir a natureza intrinsecamente corporeada, intersubjetiva e situada de nossa experiência. Quando, a partir de um estudo como o que apresentamos aqui, olhamos novamente para as narrativas orais face a face, tomamos consciência de que lá também ocorrem fenômenos da mesma natureza daqueles que tanto chamam nossa atenção no estudo de línguas sinalizadas. Este artigo chama a atenção para a necessidade de investigar o papel do corpo na interação face a face, como estruturante da própria significação da narrativa, mas também da conversação, e de outros gêneros. Muito se fala sobre a enunciação, mas sempre a partir do texto. O que nós estamos defendendo é que o estudo da enunciação seja feito a partir dela própria, da interação, em um mundo físico espaçotemporal, de pessoas de carne e osso, em uma relação construída intersubjetivamente dentro de um contexto sociocultural.

Blended spaces and partitioned bodies: voices and perspectives in signed narratives

Abstract

Based on an analysis of stretches of a signed narrative, we raise two issues. The first draws attention to the need for narrative studies to dedicate more attention to the investigation of face-to-face narratives. The second emphasises that, in the investigation of face-to-face narratives, consideration must be given to the activity of the bodies of the participants in the interaction within which the narrative is told, as a factor in the construction of meaning and the structuring of the narrative. Even theories of the dynamic construction of discourses, like the theory of conceptual integration of mental spaces are omissive in this regard. We aim here to join those who seek to reverse this tendency.

Keywords: Face-to-face narratives. Sign language. Theory of mental space blending. Body partitioning.

Referências

- BOLGUERONI, Thais. **Uma descrição do processo de referenciação em narrativas contadas em língua de sinais brasileira (libras)**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- BOOTH, Wayne C. **The rhetoric of fiction**. 2nd ed. Chicago: University of Chicago Press, 1983.
- BRANDT, Line; BRANDT, Per Aage. Making sense of a blend: A cognitive-semiotic approach to metaphor. **Annual Review of Cognitive linguistics**, v. 3, n. 1, p. 216-249, 2005.
- CHAFE, Wallace L. **The pear stories**: Cognitive, cultural and linguistic aspects of narrative production. Norwood, NJ: Ablex, 1980.
- CLARK, Herbert H. **Using language**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 1996.
- DANCYGIER, Barbara. **The language of stories**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2012.

DUDIS, Paul G. Body partitioning and real-space blends. **Cognitive Linguistics**, v. 15, n. 2, p. 223-238, 2004.

FAUCONNIER, Gilles. **Mental spaces**: Aspects of meaning construction in natural language. Cambridge, MA: MIT Press, 1994.

FAUCONNIER, Gilles. **Mappings in thought and language**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1997.

FAUCONNIER, Gilles; TURNER, Mark. **The way we think**: Conceptual blending and the mind's hidden complexities. New York: Basic Books, 2002.

FLUDERNIK, Monika. **Towards a "natural" narratology**. New York: Routledge, 1996.

GOFFMAN, Erving. The frame analysis of talk. In: GOFFMAN, Erving. **Frame analysis**: An essay on the organization of experience. Boston, MA: Northeastern University Press, 1974. cap. 13, p. 496-559.

GOFFMAN, Erving. Footing. **Semiotica**, v. 25, n. 1/2, p. 1-29, 1979.

GOODWIN, Charles. **Conversational organization**: Interaction between speakers and hearers. New York: Academic Press, 1981.

HERMAN, David. Toward a socionarratology: new ways of analyzing natural-language narratives. In: HERMAN, David (Ed.). **Narratologies**. Columbus, Ohio: Ohio State University Press, 1999. p. 218-246.

HERMAN, David. Word-image/utterance-gesture. Case studies in multimodal storytelling. In: PAGE, Ruth (Ed.). **New perspectives on narrative and multimodality**. New York/London: Routledge, 2009. p. 78-98.

KENDON, Adam. **Gesture**: Visible action as utterance. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2004.

LIDDELL, Scott K. **Grammar, gesture, and meaning in American Sign Language**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2003.

LABOV, William; WALETZKY, Joshua. Narrative analysis: Oral versions of personal experience. In: HELM, June (Ed.). **Essays on the verbal and visual arts**. Seattle, WA: University of Washington Press, 1967. p. 12-44.

MCCLEARY, Leland. História oral: Questões de língua e tecnologia. In: SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa (Ed.). **Memória e diálogo**: Escutas da Zona Leste, visões sobre a história oral. São Paulo, SP: Letra e Voz, 2011. p. 93-123.

- McCLEARY, Leland; VIOTTI, Evani. Sign-gesture symbiosis in Brazilian Sign Language narrative. In: PARRILL, Fey; TOBIN, Vera; TURNER, Mark (Ed.). **Meaning, form, and body**. Palo Alto, CA: CSLI, 2010. p. 181-201.
- McCLEARY, Leland; VIOTTI, Evani. Língua e gesto em línguas sinalizadas. **Veredas**, Juiz de Fora, v. 15, n. 1, p. 289-304, 2011.
- McNEILL, David. **Hand and mind**: What gestures reveal about thought. Chicago/London: University of Chicago Press, 1992.
- McNEILL, David. **Gesture and thought**. Chicago/London: University of Chicago Press, 2005.
- OAKLEY, Todd. Conceptual blending, narrative discourse, and rhetoric. **Cognitive Linguistics**, v. 9, n. 4, p. 321-360, 1998.
- OAKLEY, Todd. **From attention to meaning**: explorations in semiotics, linguistics, and rhetoric. New York, Oxford, Brussels: Peter Lang, 2009.
- SACKS, Harvey. **Lectures on conversation**. Oxford: Blackwell Publishers, 1992.
- TANNEN, Deborah. A cross-cultural study of oral narrative style. **Proceedings of the 4th Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society**, 1978. p. 640-650.
- TURNER, Mark. **The literary mind**. Oxford/New York: Oxford University Press, 1996.

Estratégias de ação e manipulação tópica: o embate de perspectivas em uma entrevista jornalística

Erik F. Miletta Martins*

Resumo

Neste artigo procuramos relacionar, nos planos teórico e analítico, as noções de Contexto e Tópico Discursivo enquanto categorias fundamentais à análise e descrição sociocognitiva do trabalho interpretativo dos participantes em uma interação diante do material verbal e não verbal disponibilizado. Em nosso percurso, assume-se que essas noções são imprescindíveis à ancoragem e estabilidade de sentidos em fenômenos responsáveis pela categorização referencial, na qual é estabelecida uma relação sociocognitiva entre uma referência linguística e os objetos/ eventos do mundo. Para atingirmos nosso objetivo, realizamos uma análise das estratégias de ação e manipulação tópica empregadas no contexto de uma entrevista jornalística, realizada ao vivo e em estúdio, marcada por uma divergência, entre entrevistadores e entrevistado, no enquadre dos referentes topicalizados. Em nossas considerações finais, sugerimos que a relação entre as noções de contexto e tópico discursivo está atrelada à progressão da interação (em termos de emergência e de incorporação de campos simbólicos) e ao desenvolvimento de modelos mentais de contexto apropriados a essas estratégias, além de apontarmos para os efeitos de sentido derivados das estratégias de ação e manipulação tópica no dado selecionado.

Palavras-chave: Contexto. Categorização. Tópico discursivo. Estratégias textual-interativas. Sociocognição.

1. Contexto, discurso e categorização

1.1 Introdução: O estatuto sociocognitivo da noção de contexto e o problema da inferenciação

Não é raro o caso em que a noção teórica de contexto cumpre um papel coadjuvante àqueles que se debruçam sobre o problema do funcionamento de qualquer fenômeno (social, linguístico, político, antropológico, biológico, físico

* Instituto de Estudos da Linguagem – Universidade Estadual de Campinas.

etc.) e sua significação dentro de um recorte epistemológico específico. A principal característica da noção de contexto remete, nesses casos, àquilo que, supostamente, não faz parte do fenômeno em si e, portanto, está fora do alcance de sua própria ferramenta analítica.

Se, por um lado, esses usos da noção de contexto tendem a enriquecer o entorno analítico de um fenômeno, agregando maior coerência e alcance à ferramenta que ele complementa, por outro, obliteram uma discussão sobre o estatuto epistemológico e, também, fenomenológico, dessa noção no campo dos estudos da linguagem. Por essa razão, diversos estudos vêm questionando-se sobre esses limites e propondo alternativas a seu papel na composição da significação ao longo das diversas práticas simbólicas humanas. Nesses estudos, a maleabilidade e versatilidade dessa noção, aplicada de maneira intuitiva em outros quadros teóricos, está ligada a um caráter regulador entre diferentes instâncias dos fenômenos da significação emergentes no uso da língua.

As investigações de crivo linguístico-interacional, dentre as quais se insere este artigo, costumam enfatizar a ubiquidade da noção de contexto para a constituição e manifestação de um fenômeno da significação, em um quadro teórico no qual essa noção é tida como um processo interativo, relativo às interpretações situadas dos falantes cujas inferências dão-se através do reconhecimento de pistas de contextualização (cf. COOK-GUMPERZ; GUMPERZ, 2011), ou como um fenômeno sociocognitivo (cf. VAN DIJK, 2012) relativo a construtos intersubjetivos concebidos passo a passo em uma interação.

De um ponto de vista teórico e metodológico, a noção de contexto aqui reivindicada adquire um caráter processual e indissociável de outras práticas, e dá margens para tratarmos da “inter-relação funcional” (MORATO; KOCH, 2003, p. 83) entre linguagem e cognição ao longo da produção de sentido. Assim, discute-se aqui o estatuto sociocognitivo da noção de contexto através da relação entre as noções de categorização e de discurso, fundamentais para darmos conta da tensão entre os diversos níveis de contexto atuantes na inferenciação e, portanto, responsáveis pela progressão textual em seus diversos níveis (referencial, temático e tópico).

Por meio da descrição e análise do percurso linguístico-inferencial trilhado pelos interactantes, revelado pelo emprego de estratégias textual-interativas variadas, como suas ações tópicas, procura-se mostrar que a inferenciação e sua relação com o contexto não se limita à interpretação de pistas de contextualização

(como a prosódia ou a seleção lexical, cf. GUMPERZ, 1998), ao emergir em meio a processos textuais de categorização e recategorização referencial e da constituição de representações semânticas construídas localmente. Assim como as pistas de contextualização, esses processos possuem natureza reflexiva e indexical (cf. AUER, 1992), mas compreendem configurações sociais incorporadas ao contexto em que emergem as dimensões implícitas da significação. Tais dimensões são responsáveis por ancorar (MARCUSCHI, 2005) ou situar em um domínio referencial os variados modelos de conhecimento acionados e construídos em uma interação e conduzem em larga escala as práticas discursivas de categorização de referentes.

Ao longo desse processo, o percurso linguístico-inferencial, segundo Gumperz, consiste em uma relação entre “o que é dito a qualquer hora e em qualquer lugar com o conhecimento adquirido através de experiências passadas”. (GUMPERZ, 1992, p. 230, tradução nossa). Embora o caráter geral dessa proposta esteja em consonância epistemológica com reivindicações atuais de natureza sociocognitiva sobre a noção de contexto (cf. VAN DIJK, 2012), algumas de suas dimensões concretas, como o papel e a projeção de conhecimentos partilhados, vêm sendo rediscutidas (cf. MARCUSCHI, 2008) e reconfiguradas através da integração entre as macro e microestruturas contextuais (cf. COOK-GUMPERZ; GUMPERZ, 2011) e seus efeitos para as práticas discursivas.

Se concordarmos com a afirmação de que o contexto tem a ver com “um estado de coisas que em parte está organizado *a priori*, e em parte com uma significação que vem de sua própria organização” (MORATO, 2008, p. 83), podemos agregar uma dinâmica necessária à relação entre as expectativas dos falantes, suas suposições, e o desenvolvimento da interação. Nesse quadro, os cálculos inferenciais, tanto os de base textual quanto os de base contextual (cf. MARCUSCHI, 2008), promovem a construção situada de novas informações semânticas fundadas e ativadas em meio a conhecimentos partilhados e enquadres comuns. Ao mesmo tempo, tornam-se índices relevantes para a configuração contextual ao veicularem proposições de caráter implícito, mas reconhecidas pelos participantes. Depreende-se, pois, que muitas das informações geradas em um (con)texto e relevantes à interação são de natureza implícita e atuam de maneira indireta, ao fundarem-se no reconhecimento de similaridades não assinaladas/explicitadas pelos participantes, mas que garantem estabilidade (em diversos níveis) e sequencialidade a essa interação.

Assim definida, a noção de contexto compreende um arrazoado baseado na

relação dialética entre a objetividade dos fenômenos e a subjetividade de sua interpretação. Esse arrazoado é defendido por diversos autores, como Van Dijk (2012), para quem a noção de contexto refere-se a “construtos intersubjetivos concebidos passo a passo e atualizados na interação pelos participantes enquanto membros de grupos ou comunidades”. (VAN DIJK, 2012, p. 11). Esses construtos são fruto da interação entre as contingências materiais (como as estruturas objetivas da interação social responsáveis por delimitar os papéis assumidos pelos falantes ao longo do discurso) e as interpretações individuais dessas contingências. Essas interpretações, por sua vez, são restringidas por modelos mentais únicos, formados pela experiência subjetiva. Assim proposto, contexto é um tipo específico de modelo da experiência humana, no qual se representa uma interpretação da situação comunicativa definida em termos de “modelos de contexto”, enquanto “esquemas de categorias¹ compartilhadas, convencionais”. (VAN DIJK, 2012, p. 35).

Há de se notar, contudo, que a proposta de Van Dijk, por uma questão de escopo, não oferece muitas ferramentas para darmos conta da relação entre as macro e microestruturas do contexto atuantes na inferenciação e, assim, adensarmos o problema da projeção de conhecimentos partilhados. Antes de abordarmos essa questão, porém, faz-se necessário adentrar as dimensões da significação em que a inferenciação atua de maneira a controlar a instabilidade de sentidos própria à categorização.

1.2 Contexto, discurso, categorização e o problema da instabilidade referencial

Em face de uma hipótese sociocognitiva sobre a noção de contexto, torna-se pertinente evocar a noção de categorização desenvolvida no campo da Linguística Textual-Interativa por autores como Lorenza Mondada e Danièle Dubois (2003), Ingedore Koch (2004) e Luiz Antônio Marcuschi (2006, 2008). *Grosso modo*, a hipótese fundamental às investigações dessa área também assume um papel constitutivo da linguagem frente à cognição e, assim, à experiência humana socialmente organizada, compartilhada por membros de uma comunidade linguística. Para a sustentação dessa hipótese, admite-se uma grande flexibilidade

¹ Algumas dessas categorias são: Tempo, Lugar, Participantes (Identidades ou Papéis), Ação, Propósitos e o Conhecimento.

nessa relação ao longo dos processos de categorização referencial, uma vez que “os sistemas cognitivos humanos parecem particularmente adaptados à construção de categorias flexíveis, *ad hoc* e úteis a todos os fins práticos...”. (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 24).

Ao longo desses processos, manifestados pelo emprego de estratégias textuais,² os modelos de contexto podem vir a funcionar enquanto uma interface entre os modelos mentais ativados (cf. KOCH, 2004) ao longo da categorização referencial, e o discurso, responsável por controlar sua produção e a compreensão. Essa “força influenciadora” (VAN DIJK, 2012, p. 170) está na base das representações ou construções que os membros da sociedade fazem de determinada estrutura social, e garante alguma estabilidade inferencial em meio à instabilidade da relação entre as categorias de organização do mundo e seus elementos de representação.

Assim definida, e tomada sempre em seu aspecto processual, a noção de contexto revela-se promissora para a análise de um episódio interacional protagonizado por distintos processos de categorização dos eventos e participantes de uma série de fenômenos sociais ocorridos em Londres durante o mês de agosto do ano de 2011. De maneira específica, observaremos uma entrevista veiculada à época desses eventos, na qual emergem categorizações referenciais conflitantes (entre entrevistado e a linha editorial do programa, mantida pelos entrevistadores) sobre esses eventos e seus participantes. Como veremos, os diferentes enquadres ideológicos desses referentes ativam *objetos de discurso* em domínios referenciais distintos, dando ensejo a uma disputa pelo tópico discursivo, manifestada pelas estratégias dos entrevistadores em evitar que as informações veiculadas pelo entrevistado adquiram relevância e concernência tópica.

Para entendermos melhor a origem e o desenvolvimento dessas conceptualizações divergentes, é preciso tratar de uma questão pouco desenvolvida³ por Van Dijk (2012), mas de caráter fundamental à compreensão da integração entre as variadas dimensões focais responsáveis por contextualizar a significação de um fenômeno. Falamos, aqui, da integração entre as micro e macrodimensões contextuais e seus efeitos ao longo das práticas discursivas.

2 Passíveis de serem definidas em meio aos processos fóricos (anáforas associativas, rotulações, encapsulamentos, etc.) necessários à manipulação tópica.

3 Justamente por uma questão de escopo, esse autor trata pouco dessa questão por ter em foco a problemática relação entre contexto, discurso e cognição. Já W. Hanks procura entender melhor o efeito da integração dessas dimensões às próprias instituições socioculturais que fazem parte de um contexto.

1.3 A integração entre as macro e microdimensões do contexto

O antropólogo norte-americano William Hanks, em um artigo de 1999,⁴ apresenta um breve histórico sobre a noção de contexto e divide-a em dois grandes blocos, entendendo que tanto um quanto outro apresentam limitações teórico-analíticas.

Por um lado, principalmente no campo dos estudos linguísticos de variadas inclinações (como a Psicolinguística e a Análise da Conversação), esse autor aponta para o emprego do termo contexto como “uma estrutura radial cujo ponto central é o enunciado falado...”. (HANKS, 2008, p. 171). Nesse caso, Hanks critica a abstração analítica dessas correntes, pois pressupõem um falante idealizado, implicando em uma redução de complexas estruturas sociais a comportamentos individuais. Trata-se, em, outros termos, de “microcontextos” construídos pela própria enunciação e cuja historicidade reduz-se ao próprio momento da ocorrência dos fenômenos.

Por outro lado, Hanks aponta para as correntes em que o escopo sócio-histórico desconsidera as diferenças individuais. Trabalhando com categorias analíticas como “comunidades”, “classes sociais”, “sexo”, “idade” etc., essas perspectivas, dentre as quais o autor cita a Análise Crítica do Discurso e a Sociologia (especialmente nos trabalhos de M. Foucault), tratam de coletividades como responsáveis por certa homogeneização do discurso: “os sistemas de referência explicativos são as condições sociais e históricas que são anteriores à produção do discurso e que o restringem”. (HANKS, 2008, p. 172).

De um lado ou de outro, Hanks considera haver uma polarização sobre essas noções de contexto, o que oblitera possíveis explicações mais ricas para qualquer fenômeno a ser contextualizado. Por isso, no quadro da Antropologia Linguística, a noção de contexto busca integrar esses diferentes níveis de contextualização. Assim como no raciocínio de Van Dijk, Hanks também segue um arrazoado dialético para a integração desses diferentes níveis: “as práticas discursivas são configuradas e ajudam a configurar os contextos em vários níveis” (HANKS, 2008, p. 174). Vale notar, contudo, que para Van Dijk a influência das macroestruturas (de caráter societal) na produção do discurso dá-se de maneira indireta (VAN DIJK, 2012, p. 113), enquanto as microestruturas (organização da interação) possuem influência direta.

⁴ Embora publicado em 1999, tomaremos como referência a tradução para o português publicada em 2008 em uma coletânea de textos traduzidos do autor.

Em sua proposta, William Hanks designa duas dimensões básicas para a descrição teórica do contexto: a emergência e a incorporação. Grosso modo, a primeira designa aspectos do discurso emergentes de sua produção e recepção, enquanto processos em curso. Essa dimensão diz respeito à atividade mediada verbalmente, à interação, à copresença, à temporalidade, em um contexto restrito como um fato sensível (em termos fenomenológicos), social e histórico. A segunda diz respeito à relação entre aspectos contextuais relacionados ao enquadramento (*framing*) do discurso, sua centração ou assentamento (*groundedness*) em quadros teóricos mais amplos. Para Hanks, esse processo não é apenas um acréscimo relativo ao entorno de um fenômeno interacional, pois em qualquer nível (como o campo demonstrativo, a situação e o cenário), o contexto é constituído de relações de incorporação.

Como podemos perceber, ambos os autores, apesar de suas diferenças de foco, propõem que o contexto é resultado da integração de diferentes instâncias inter-relacionadas de maneira constitutiva, não havendo polarização em qualquer um desses escopos: “Entretanto, a emergência pode ser facilmente concebida em níveis temporais diferentes, como qualquer historiador sabe, assim com a incorporação aplica-se a campos mais locais de produção do enunciado”. (HANKS, 2008, p. 175).

Assim definida, a integração entre essas dimensões pode ser mais adensada ao aproximarmos a noção de contexto a uma noção cara aos estudos que procuram relacionar texto e cognição; a noção de tópico discursivo. Com esse movimento, pretende-se contribuir para o desenvolvimento de ferramentas teórico-analíticas responsáveis por dar maior consistência à relação entre discurso, cognição e contexto, pela qual procuramos estudar as unidades linguísticas de construção de sentido.

2. O tópico discursivo: o lugar do contexto no discurso ou o lugar do discurso no contexto?

Assim como a noção de contexto, a noção de tópico discursivo apresenta-se – enquanto um fenômeno de natureza discursiva – como algo intuído,⁵ deduzido e esquematizado pelos participantes de uma interação, mas que “não faz parte”, na maioria das situações, da materialidade linguística de um texto. Também apresenta

⁵ Em uma interação, discrepâncias sobre a definição tácita do tópico podem levar tanto a seu abandono quanto a sua redefinição em termos metadiscursivos.

um caráter consensual, pois os usuários têm noção de quando estão discorrendo sobre o mesmo tópico (cf. PINHEIRO, 2006, p. 44).

Dado seu caráter intuitivo e consensual, definir o tópico discursivo de um texto revela-se como tarefa árdua a quem se dedica a identificá-lo e relacioná-lo às evidências linguísticas. As mínimas discrepâncias sobre o conhecimento do contexto em que emerge um tópico discursivo podem levar a categorizações e, por consequência, nomeações bastante distintas, pois essas relações discursivas são altamente instáveis do ponto de vista conceptual e “sua nomeação envolve o conhecimento sobre um complexo de fatores contextuais: circunstâncias, conhecimento recíproco, conhecimentos partilhados, visão de mundo, pressuposições”. (PINHEIRO, 2006, p. 44).

Essa unidade discursiva apresenta duas propriedades regulares, a centração e a organicidade. Como aponta Jubran (2006), suas particularidades assentam-se na integração de enunciados dentro de um conjunto relevante de referentes, e cujos limites são dados pela proeminência e relevância desse conjunto em determinado ponto do texto. (JUBRAN, 2006, p. 34).

A centração diz respeito a um “conjunto de referentes explícitos ou inferíveis concernentes entre si e em relevância em determinado ponto da mensagem”. (JUBRAN, 2006, p. 35). Segundo a autora, essa propriedade apresenta três características: i) Concernência: relação de interdependência entre elementos textuais, firmada por mecanismos coesivos de sequenciação e referenciação, que promovem a integração desses elementos em um conjunto referencial, instaurado no texto como alvo da interação verbal. ii) Relevância: proeminência de elementos textuais na constituição desse conjunto referencial, que são projetados como focais. iii) Pontualização: localização desse conjunto em determinado ponto do texto, fundamentada na integração (concernência) e na proeminência (relevância) de seus elementos.

Para essa autora, esses traços compõem os critérios a serem aplicados para o isolamento de certas unidades textuais para o reconhecimento do tópico, os segmentos tópicos, posto que materializam, na superfície linguística do texto, o princípio da centração.

Já a organicidade é uma propriedade do tópico discursivo que se manifesta por relações de interdependência tópica, estabelecidas, simultaneamente, em dois planos: i) Hierárquico (vertical), de acordo com as dependências de super- ou subordenação entre tópicos, que se implicam pelo grau de abrangência com que

são tratados na interação ii) Linear (horizontal): de acordo com as articulações intertópicas em termos de adjacência ou interposições de tópicos no discurso. Atualmente, essa propriedade vem sendo empregada de forma a abranger também as articulações intratópicas, relativas à organização interna de um segmento tópico.

Entre tópico discursivo e o contexto: metodologia para articulação e análise de estratégias interacionais

Apresentadas as principais características das duas grandes categorias teórico-analíticas que embasam nossa investigação, vejamos como elas podem ser empregadas para a melhor compreensão do fenômeno da categorização referencial, aqui analisada por meio do levantamento de variados processos de contextualização relevantes em uma entrevista jornalística muito comentada à época de sua difusão, dadas as divergências de ponto de vista entre a linha editorial do programa e o entrevistado.

Do ponto de vista metodológico, o registro do vídeo, disponível via internet, foi realizado com o uso da ferramenta de captura “Anytube downloader”. Em seguida, transcrevemos a íntegra do áudio (ver anexo), de acordo com o sistema empregado no Projeto NURC, adaptado para fins de análise, como a inserção de ferramentas de notação dos fenômenos focalizados: processos referenciais (**negrito e itálico**), segmentos tópicos relevantes (sublinhado).

Em nossa análise, chamamos primeiramente atenção às escolhas lexicais dos participantes, responsáveis tanto pela ativação de *objetos de discurso* em momentos distintos como pelo preenchimento de núcleos sintagmáticos de expressões referenciais. A coleta desses itens é significativa para defender a ideia de que a entrevista dá-se em meio a enquadres divergentes dos referentes topicalizados, expediente fundamental para analisarmos as estratégias de ação e manipulação tópica efetuada pelos participantes. Em seguida, destacamos e analisamos os segmentos tópicos em que podem ser descritas as estratégias de ação e contração tópica dos participantes, responsáveis por configurar uma disputa em torno da nomeação adequada dos referentes topicalizados, cuja relação de continuidade/descontinuidade podemos ver ao longo da sequencialidade tópica do dado.

A entrevista de Caccia Bava e as estratégias de manipulação tópica em um embate de perspectivas

No início do mês de agosto de 2011, os holofotes da mídia nacional e internacional voltaram-se para a cidade de Londres, em função de uma série de eventos marcados pela violência e revolta de parcela da população britânica, em resposta ao tratamento dado pela polícia inglesa ao homicídio de Mark Duggan, no dia 4 de agosto. No dia 6, em busca de esclarecimentos sobre as circunstâncias do falecimento, cerca de 300 pessoas reuniram-se em frente à delegacia de polícia da região de Tottenham e, dada a ausência de informações sobre o caso, começaram um protesto, prontamente reprimido pelas autoridades locais. Poucas horas depois, algumas pessoas⁶ atearam fogo em duas viaturas, e o movimento espalhou-se rapidamente por toda a cidade de Londres, dando início a um episódio conhecido como *2011 London riots* (“Revoltas/Tumultos de Londres”⁷ de 6 a 10/9/2011), no qual milhares de pessoas, em sua maioria jovens, saquearam lojas, depredaram e/ou incendiaram prédios públicos e privados.

Em resposta a esses acontecimentos, o atual Primeiro Ministro britânico, David Cameron, deixou claro, em entrevista coletiva, qual a percepção do Governo Britânico e quais seriam suas ações: “Isto é criminalidade, pura e simples, e precisa ser combatida.”⁸ Nesse discurso, não há menção ao episódio do falecimento de Mark Duggan ou à postura da polícia inglesa. Essa estratégia é fundamental para a dissociação entre os tumultos e qualquer motivação social que lhes dê legitimidade. Sua emergência em outros contextos revela a incorporação dessa estratégia a discursos alinhados ao posicionamento do governo britânico, como veremos abaixo.

Tendo em foco esses eventos, na manhã do dia 10 de agosto, o canal pago de notícias das Organizações Globo, o GloboNews, exibiu uma longa matéria sobre os eventos e, em seguida, convidou o sociólogo Sílvio Caccia Bava⁹ para aprofundar o conteúdo da matéria. De modo inicial, podemos apontar que ação

6 As fontes não deixam claro se essas pessoas estavam na manifestação.

7 Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Tumultos_na_Inglaterra_em_2011>. Acesso em: 15 ago. 2012.

8 Tradução minha de parte do discurso de David Cameron, disponível em: <<http://www.scotsman.com/news/london-riots-david-cameron-s-speech-in-full-1-1794077>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

9 Sociólogo e coordenador-executivo do Grupo Polis, voltado ao fortalecimento da capacidade de ação autônoma da sociedade civil, como os diversos movimentos sociais reivindicatórios.

tópica do entrevistador dá-se em torno de uma definição dos atores sociais e da natureza desses eventos alinhada à perspectiva do governo britânico e de outros meios de comunicação, como a BBC de Londres:¹⁰ a criminalização dos atores sociais dos eventos, por meio da dissociação causal entre a manifestação em torno da morte de Duggan e os tumultos subsequentes. Entretanto, o entrevistado oferece informações que são pouco “coerentes com as intenções do meio de comunicação” (MARCUSCHI, 2003 citado por ESSENFELDER, 2005, p. 5), de forma que as respostas pré-pautadas, próprias a esse gênero jornalístico (cf. ESSENFELDER, 2005), não são devidamente preenchidas, obrigando os entrevistadores a alterarem suas estratégias de obtenção das informações desejadas.

Nesse percurso, os entrevistadores, ao possuírem controle sobre a ação de perguntar, procuram preservar seu “controle sobre a introdução de tópicos” (cf. SILVEIRA, 2000, p. 80), empregando estratégias variadas para manterem o controle da progressão tópica, buscando dificultar possíveis implicaturas que deslegitimem o conteúdo da reportagem previamente veiculada, por meio da seleção e extração do que pode ser relevante, dentro de seus objetivos comunicacionais, da fala de Caccia Bava.

3.2 Vândalos ou insurgentes? Uma questão de contextualização.

Para darmos início a uma análise do trabalho interpretativo dos falantes nessa interação, a observação panorâmica das seleções lexicais enquanto pistas de contextualização (GUMPERZ, 1982; AUER, 1992) permite-nos definir os pontos de vista ideológicos adotados e defendidos ao longo de suas estratégias de ação e manipulação tópica. Como mencionado, a entrevista tem por objetivo agregar informações que contribuam para uma definição de dois referentes: Participantes

¹⁰ Poucos dias antes, a BBC de Londres realizou uma entrevista com o jornalista e escritor Darcus Howe, um senhor indiano de 68 anos residente em Brixton, local de violentas ondas de protestos. Nessa entrevista, de maneira similar, o entrevistado vai de frente ao ponto de vista proposto pelos entrevistadores, ao apontar que os eventos não podem ser nomeados como uma revolta (*rioting*): “não chamo isso de revolta, chamo isso de uma insurreição da massa popular”. Em consequência de seu posicionamento, a jornalista que o entrevista procura também desqualificar o ponto de vista proposto, mas, de maneira diferente à entrevista que iremos analisar, há um sem número de interrupções e quebras de turno pouco comuns para uma entrevista, no qual os sistemas de polidez são extrapolados. Na entrevista de Caccia Bava, porém, a polidez é relativamente preservada, se considerarmos que não houve uma discussão, como na entrevista de Darcus Howe, fato que, inclusive, gerou um pedido público de desculpas pela emissora pelo tratamento dado a ele. A entrevista pode ser vista em: <<http://www.youtube.com/watch?v=mzDQCT0AJcw>>.

e Eventos. Do ponto de vista da linha editorial do programa, o referente Eventos apresenta os seguintes itens lexicais: *caos*, *crimes*, *quebra-quebra* e *ataques*. Do ponto de vista do entrevistado, temos os seguintes registros: *revolta popular*, *insurreição*, *conflito*. Já com relação aos participantes, do ponto de vista da linha editorial temos: *criminosos*, *marginais*, *estudantes* (em férias). Já do ponto de vista¹¹ de Caccia Bava temos: *insurgentes*, *pobres*, *discriminados*, *negros*, *desempregados*, *de cor*, *de outras nacionalidades*.

Do ponto de vista textual, a interdependência entre estes itens lexicais configura o conjunto referencial do tópico discursivo, responsável pela concernência, relevância e pontualização dos referentes em foco. Também com esse levantamento é possível extrair e explicar os processos de categorização desses referentes, de acordo com o ponto de vista assumido através de sua nomeação. Observa-se, no extrato abaixo, que o tópico introduzido pelos entrevistadores é pontualizado pelo entrevistado em sua primeira resposta, na qual procura manipular o tópico discursivo dando foco maior ao referente Participantes e atribuindo menor relevância ao referente Eventos:

E1: (...) ô Sílvio como a gente viu nessas imagens... me parece que o estopim foi o protesto contra a morte do jovem nesse tiroteio com a polícia... mas o contexto social parece ter perdido né... o fundamento nessas manifestações... o que tá acontecendo (1) agora na sua visão é que pessoas e jovens estariam aproveitando o caos pra praticar crimes?

CB: ((rindo)) não... eu não vejo assim... eu acho uma surpresa inclusive a forma como o governo britânico tá encarando e analisando esses acontecimentos... transformando em bandidos e:m vândalos e:m predadores né? Milhares de jovens (2) que tão se insurgindo contra a condição mesmo que eles têm na sociedade inglesa... não é? (...) em um bairro como Tottenham por exemplo tem trinta e cinco por cento de desemprego entre os jovens de dezesseis a vinte e cinco anos... já sofreu e sofre uma presença intimidatória da polícia constante... (...) em Tottenham setenta e cinco por cento do dinheiro destinado a: projetos sociais com esses jovens foi cortado... na semana anterior dos treze centros de cultura jovem do bairro oito foram fechados... então nós tamos vendo um

¹¹ Também o entrevistado acessa itens lexicais próprios ao ponto de vista oposto, que, como podemos ver no início do dado, é atribuído ao sociólogo, que o nega prontamente e atribui esses usos a um tratamento dado pelo governo britânico como estratégia de dissociação desses eventos e alguma motivação social mais ampla, como o tratamento dado por policiais às minorias raciais em Londres: *bandidos*, *predadores*, *vândalos*, *gângsteres*.

horizonte em que esses jovens... pobres... um bairro multiétnico né?
Discriminados por suas origens... na maior parte negros

O riso inicial do entrevistado, confluindo com uma assertiva negativa, configura-se como uma pista de contextualização (cf. VAN DIJK, 2012), pela qual o entrevistado assinala o reconhecimento de uma série de pressupostos e premissas argumentativas embutidas na primeira pergunta. Nesse contexto, CB vê-se obrigado a posicionar seu ponto de vista em face da perspectiva a ele atribuída, explicitada na pergunta assinalada pelo segmento tópico (1).

A partir do emprego do item “inclusive”, no qual o entrevistado remete às proposições inferíveis junto à formulação da pergunta, procede a uma ação tópica ao estabelecer um foco no tratamento dado pelo governo britânico aos acontecimentos. Ao proceder à reorganização do modelo de contexto (inferido) proposto pelos entrevistadores, o entrevistado procura dar continuidade à sua ação tópica e centraliza o referente Participantes incorporando a seu domínio referencial um contexto de pobreza, descaso das autoridades e repressão policial. Embora não de maneira declarada, CB sugere que esse contexto poderia motivar as atitudes dos participantes, o que deslegitimaria o discurso do governo britânico sobre esses atores sociais e, por consequência, os pressupostos assumidos na formulação da primeira pergunta.

A pontualização dada por Caccia Bava confere organicidade ao tópico discursivo em torno do referente Participantes, nomeado como “jovens” tanto por ele quanto pelo entrevistador. Todavia, o entrevistado, atento à predicação dada a esse item (“aproveitando o caos para cometer crimes”) e à categorização dos eventos enquanto crimes (realizados por criminosos, diga-se), desenvolve a centração tópica ao chamar a atenção para um elemento do contexto que organiza o discurso do entrevistador, o pronunciamento de David Cameron¹² e as ações do governo britânico em face desses eventos, como pode ser visto no segmento tópico (2).

Na segunda pergunta, formulada por outra entrevistadora, a estratégia de

12 Nesse pronunciamento, Cameron define os participantes dos eventos em duas categorias: os que estão do lado da lei e da ordem (*law-abiding*) e os desordeiros e marginais (*these thugs*). Essa perspectivização de caráter legalista, na qual o Estado tem o dever de aplicar a lei para proteger os bons e punir os criminosos, está altamente incorporada no discurso adotado pelos entrevistadores, como pudemos notar na estratégia de dissociação adotada na pergunta inicial.

Caccia Bava em pontualizar o tópico discursivo em torno dos participantes revela-se ineficiente para seu objetivo de agregar um contexto do ponto de vista sociológico, e não legalista, às condições de vida desses jovens. Todavia, essa estratégia revela-se eficiente para a centração do tópico em torno desse referente, dada sua proeminência na resposta dada pelo entrevistado. Como veremos, a partir dessa ação tópica começa a emergir na entrevista um claro embate de perspectivas em relação ao enquadre ideológico desse referente. Como podemos ver abaixo, o emprego, por parte da entrevistadora, do marcador conversacional “pois é” indica, além de uma retomada de turno por parte da entrevistadora, uma espécie de sumarização (e descarte) das informações fornecidas e do modelo de contexto proposto. Contudo, a entrevistadora emprega uma estratégia aberta e indireta de polidez (cf. FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 1998), na qual deixa clara sua intenção discursiva ao inserir seu enunciado dentro da mudança tópica ensejada por CB, centralizando seu enunciado sobre o referente Participantes: “quem são estes jovens?”, mas não abandonando a relação de causalidade proposta na primeira pergunta:

E2: pois é... eu acho que o que impressiona o mundo todo.. é... nestes conflitos é o grande número destes jovens e da violência toda... se eles não são marginais como cê tá falando... quem são esses jovens? São estudantes que estavam em férias e seguiram o fluxo da violência (3)?

CB: não... são jovens que não encontram emprego.. que têm dificuldade de acesso à escola.. não é? E que:: vivem toda sorte de discriminações... eu gostaria de fazer por exemplo um paralelo com o que aconteceu em dois mil e cinco em Paris .. não é? (4) (...) vamo separar o que que é:: o evento que poderia ser dito é assim a fâisca.. não é? Na palha de um contexto que é cada vez mais conflitivo e se:: e sem esperanças pra esses jovens... não é?

Em sua resposta, CB dá continuidade à contextualização do referente incorporando aos eventos de Londres um contexto mais amplo de políticas públicas europeias em relação à imigração (Segmento 4). O entrevistado procura apontar, com o uso de uma recategorização metafórica, que os protestos iniciais após a morte de Duggan não eram um evento isolado, e sim uma “fâisca na palha de um contexto conflitivo”. Ao ampliar o escopo dado ao referente Participantes, desvia-

-se do jogo referencial proposto à formulação da pergunta, no qual a violência dos eventos seria resultado de falta de ocupação do tempo de seus participantes, argumento que daria respaldo a punições rápidas e severas.

Nesses dois extratos, vimos que as estratégias adotadas para a defesa de pontos de vista não dão margens a um acordo referencial para a negociação da realidade (GOFFMAN, 1974) em torno dos fatos reportados: a partir do material verbal e não verbal disponibilizado por Caccia Bava, o percurso inferencial trilhado pelos entrevistadores emerge em meio a perguntas que visam desajustar o foco proposto por ele através da desestabilização de suas categorizações. Isso fica muito claro com a recategorização efetuada pela segunda entrevistadora em torno do *objeto de discurso* “jovens” no segmento (3). Nesse processo referencial, a categorização, inferida a partir do modelo de contexto proposto por CB, emerge em meio à incorporação de elementos estereotípicos à categoria “jovem”: “estudantes”, “inconsequentes”, “desocupados (quando em férias escolares)”.

Em uma última tentativa de agregar informações coerentes às intenções comunicativas da reportagem, uma terceira entrevistadora busca pontualizar o tópico da interação dando ênfase ao referente Eventos, dentro do qual explora novamente a relação de causalidade direta: eles estão cometendo crimes, logo, são criminosos.

Vale a pena chamar a atenção para o emprego, por E3, do marcador discursivo “agora” (cf. JUBRAN, 2006, p. 36), que atua no plano intratópico tanto na mudança de orientação relativa à informação em curso como na introdução de um dado particular do tópico, e pelo qual é retomada uma informação através de um discurso reportado:

E3: agora.. Sílvio.. o senhor falou:: vai.. não é... não são marginais né? mas eles tão cometendo crimes e é preciso agir contra esses crimes... quer dizer... como que a polícia ou o governo vai agir diante de uma população que tá fazendo uma uma... promovendo um quebra-quebra desse... mas não são marginais... são jovens que tão revoltados com a situação... quer dizer... é é::... como é que fica a sociedade nesse momento... porque:: é:: é muito angustiante você ver... pessoas de bem promovendo ataques como esse né?

CB: você também chamaria de marginais os cem mil jovens estudantes do Chile que se enfrentaram ontem com a polícia?... que dizer... e/eu entendo que há:: um impasse né?

Como se vê, CB estabelece uma segunda analogia, de caráter metalinguístico, entre os contextos incorporados aos *objetos de discurso*, na qual fica evidente a impossibilidade de um acordo referencial entre as partes e, por consequência, da continuidade tópica. Ao evocar o contexto de reivindicação de melhorias no ensino chileno, o entrevistado aponta para um amplo quadro de escassez de políticas públicas que atendam às demandas populacionais, no qual deve ser inserida a análise dos eventos ocorridos em Londres. Essa recontextualização dos referentes permite a Caccia Bava estabelecer um contraste entre as categorizações propostas pelos entrevistados, autorizando-o a concluir a sua linha argumentativa de que esses eventos não ocorrem por motivos escusos, como alega o governo britânico, mas por problemas de política pública. Ao mesmo tempo, CB cria um desacordo em relação ao próprio caráter daquela interação, ao assinalar a parcialidade ideológica da análise da jornalista em meio à retomada da referência discursiva “marginal” em uma situação que, aparentemente, não possui similaridades com a dos eventos ocorridos em Londres.

Considerações finais

Uma análise das estratégias de ação e manipulação tópica, aqui avaliadas em meio a processos de categorização referencial e através de uma noção dinâmica de contexto, deve permitir uma visão aprofundada do trabalho sociolinguístico de interpretação de diversos elementos implícitos ao longo da progressão da interação, como os domínios referenciais emergentes e incorporados à situação, fundamentais à continuidade/descontinuidade tópica. No caso analisado, vimos que essas estratégias foram altamente regidas pela percepção da emergência de um conflito, por ambas as partes, entre pressupostos discursivos e ideológicos assumidos no tratamento dos referentes enfocados pela reportagem e atribuídos ao entrevistado.

Enquanto entrevistadores buscavam agregar informações coerentes a um tipo de proposição implicada pelo contexto mais amplo da imparcialidade jornalística, o entrevistado recusa-se a contribuir dentro do mesmo domínio referencial, ocasionando uma disputa pela nomeação dos referentes e pela continuidade tópica. As operações de enquadre, de textualização e de referenciação contribuem para a determinação dos domínios referenciais, conduzidos por diversas estratégias discursivas de manipulação tópica.

A inserção de curtas descrições e narrativas sobre esses atores, ao longo de suas respostas, comparece de acordo com sua necessidade de introduzir informações ou esclarecimentos adicionais, procurando contextualizar os assuntos tratados e inseri-los no universo sociocognitivo de seus interlocutores. Essa estratégia é recorrente nesse gênero jornalístico, como nos aponta Galembeck. (2006, p. 140). No caso da entrevista aqui analisada, porém, a inserção de informações incoerentes ao ponto de vista implicitamente assumido pelos entrevistadores implica um baixo grau de colaboração para que Caccia Bava atinja esse objetivo, como visto em algumas estratégias que visavam desestabilizar as categorias por ele evocadas e deslegitimar seu ponto de vista.

Apesar das tensões que permeiam a entrevista jornalística, esse gênero interacional mantém-se relativamente estável, dado o emprego de diversas estratégias de polidez, responsáveis por guiar as estratégias de ação e manipulação tópica aqui analisadas, situando possibilidades para a formulação de perguntas e respostas de forma a evitar um conflito direto diante de um desacordo referencial e tópico. Embora garanta a preservação do gênero, todavia, a polidez nessa entrevista não determina um contexto de preservação das faces, ao sugerir um contexto de atuação intersubjetiva, no qual emergem conflitos de perspectivização.

Na entrevista de Caccia Bava à GloboNews, nota-se um grande impasse de ambas as partes ao longo da progressão tópica, em especial quando a imparcialidade da análise jornalística começa a ser assinalada pelo entrevistado. Nesse quadro, as estratégias de ação e manipulação tópica empregadas pelo entrevistado também expõem algumas das estratégias empregadas pelos jornalistas para a obtenção de informações que sustentem um ponto de vista discursivo e ideológico. Em um plano geral, isso pode ferir um acordo sobre a (não) introdução de informações contraditórias a um senso comum assumido entre o veículo de informação e um terceiro interlocutor, a audiência: “é em razão de não se perder este aliado que se procede a reformulações” (FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 1998).

Strategies for topic action and manipulation: the clash of perspectives in a journalistic interview

Abstract

In this article we seek to relate, at the theoretical and analytical levels, the notions of Context and Discursive Topic as fundamental categories for the description and analysis of the interpretive sociocognitive work of participants in interaction in face of available verbal and non-verbal material. In our path, it is assumed that both notions are indispensable for anchoring and stabilizing senses along phenomena responsible for referential categorization, in a sociocognitive relation is established between a linguistic reference and the world's objects/events. To reach our goal, we conducted an analysis of strategies in discursive topic action and manipulation applied in a journalist interview context, presented live in a studio, marked by a divergence between interviewers and interviewed along framing topicalized referents. In our final words, we suggest that the relation between Context and Discursive Topic is rooted in interaction's progression (in terms of emergency and embedment of symbolic fields) and in the development of mental context models typical of these strategies. We also point to the effects on meaning derived from these topic action and manipulation strategies in the selected data.

Keywords: Context. Categorization. Discursive topic. Textual-interactive strategies. Sociocognition.

Referências

AUER, Peter. Introduction: John Gumperz' approach to contextualization. In: AUER, Peter; DI LUZIO, Aldo (Ed.). **The contextualization of language**. Amsterdam: John Benjamins, 1992. p. 1-39.

COOK-GUMPERZ, Jenny; GUMPERZ, John J. Commentary: Frames and contexts: another look at the macro-micro link. **Pragmatics**, v. 21, n. 2, p. 283-286, 2011.

ESSENFELDER, Renato. Marcas da presença da audiência em uma entrevista jornalística. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVel**, v. 3, n. 4, p. 1-23, mar. 2005. Disponível em: < <http://www.revel.inf.br/pt>>.

FÁVERO, Leonor Lopes; ANDRADE, Maria Lúcia C. V. O.; AQUINO, Zilda G. de O. Discurso e interação: a polidez nas entrevistas. In: Colóquio internacional a investigação do português da África, América, Ásia e Europa: **balanço crítico e**

discussão do ponto actual das investigações. Berlim, 23 a 27 de março de 1998. No prelo.

GALEMBECK, Paulo de Tarso. Correlação entre descontinuidade tópica e alternância de tipos textuais em programas de entrevistas e debates. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 48, n. 1, p. 135-142, 2006.

GOFFMAN, Erving. **Frame analysis**. New York: Harper & Row, 1974.

GUMPERZ, John J. Contextualization and understanding. In: DURANTI, Alessandro; GOODWIN, Charles. **Rethinking context: language as an interactive phenomenon**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 229-252.

GUMPERZ, John J. Convenções de contextualização. In: RIBEIRO, Branca Telles; GARCEZ, Pedro M. (Org.). **Sociolinguística interacional: Antropologia, Linguística e Sociologia em Análise do Discurso**. Porto Alegre: AGE, 1998. p. 98-119. Original publicado em 1982.

GUMPERZ, John J. Interactional Sociolinguistics: a personal perspective. In: SCHIFFRIN, Deborah; TANNEN, Deborah; HAMILTON, Heidi Ehernberger (Ed.). **The handbook of discourse analysis**. Malden, MA: Blackwell. 2001.

HANKS, William F. O que é contexto. In: BENTES, Anna Christina; REZENDE, Renato C.; MACHADO, Marco Antônio R. (Org.). **Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin**. Cortez: São Paulo, 2008. Original publicado em 1999.

JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi. Revisitando a noção de tópico discursivo. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 48, n. 1, p. 33-41, 2006.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Introdução à Linguística Textual: trajetória e grandes temas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina. Ainda o contexto: algumas considerações sobre as relações entre contexto, cognição e práticas sociais na obra de Teun van Dijk. **Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso**, v. 11, p. 79-91, 2011.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Referenciação e progressão tópica: aspectos cognitivos e textuais**. Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, SP, v. 48, n. 1, p. 7-22, 2006.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. **Construção dos objetos de discurso**

e **categorização**: uma abordagem dos processos de referenciação. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52. Coleção Clássicos da linguística: Referenciação. Original publicado em 1995.

MORATO, Edwiges Maria. O estatuto sociocognitivo do contexto na orientação argumentativa das práticas referenciais. **Investigações**. Investigações, UFPE, v. 21, p. 81-97, 2008.

MORATO, Edwiges Maria; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Linguagem e cognição: os (des)encontros entre a lingüística e as ciências cognitivas. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 44, p. 85-91, 2003.

PINHEIRO, Clemilton Lopes. O tópico discursivo como categoria analítica textual-interativa. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 48, n.1, p. 43-51, 2006.

SILVEIRA, Sônia Bittencourt. Ações tópicas e papéis discursivos em entrevistas de emprego. **Veredas**, Juiz de Fora, v. 4, n. 1, p. 79-89, 2000.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Discurso e contexto**: uma abordagem sociocognitiva. Tradução de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012. Original publicado em 2008.

Anexo

E1: Entrevistador 1 (estúdio RJ) / E2: Entrevistador 2 (Estúdio SP) / E3: Entrevistador 3 (Estúdio RJ)/CB: Caccia Bava

E1: a gente vai agora conversar com nosso entrevistado... a gente recebe o sociólogo Sílvio Baccia.. Caccia Bava melhor dizendo... muito bom dia Sílvio

CB: bom dia

E1: Sílvio está no nosso estúdio em São Paulo... ô Sílvio como a gente viu nessas imagens... me parece que o estopim foi o protesto contra a morte do jovem nesse tiroteio com a polícia... mas o contexto social parece ter perdido né... o fundamento nessas manifestações... o que tá acontecendo agora na sua visão é que pessoas e jovens estariam aproveitando o caos pra praticar crimes?

CB: ((rindo)) *não... eu não vejo assim...* eu acho uma surpresa inclusive a forma como o governo britânico tá encarando e analisando esses acontecimentos...

transformando em *bandidos e::m vândalos e::m predadores né? Milhares de jovens que tão se insurgindo* contra a condição mesmo que eles têm na sociedade inglesa... não é? Eu acho que:: nós precisaríamos ampliar essa análise pra poder entender que em um bairro como Tottenham por exemplo tem trinta e cinco por cento de desemprego entre os jovens de dezesseis a vinte e cinco anos... já sofreu e sofre uma presença intimidatória da polícia constante... na semana anterior a *estes eventos* que ocorreram agora a Scotland Yard tinha autorizado a polícia a fazer vistorias... *a parar transeuntes sem qualquer motivo pra poder ã:: verificar seus documentos e fazer u::m inquérito né?* Isso foi *um endurecimento que tem um caráter intimidatório não é?* E:: quando morre então o Mark assassinado pela polícia segundo todas as indicações não é? Há uma manifestação de cerca de trezentas pessoas... familiares vizinhos que vão à delegacia pedir satisfações... e durante quatro horas eles ficam lá sem resposta... quer dizer.. eu tô entendendo que *há uma falta de canais institucionais... políticos pra apresentar demandas.. e pra:: encarar uma situação que tamém tem os seus reflexos decorrentes da crise financeira... em Tottenham setenta e cinco por cento do dinheiro destinado a:: projetos sociais com esses jovens foi cortado... na semana anterior dos treze centros de cultura jovem do bairro oito foram fechados... então nós tamos vendo um horizonte em que esses jovens... pobres... um bairro multiétnico né? Discriminados por suas origens... na maior parte negros e se usam um capuz por exemplo na rua são parados pra averiguação né? *Esse bairro tem sofrido não é de hoje, não é? Uma constante vigilância.. uma constante discriminação... e esses jovens na verdade com uma educação muito precária... com a crise que temos hoje no:: sistema mundial com o futuro da economia da Inglaterra.. não veem futuro... não têm emprego e possivelmente não terão... então se se cortam as políticas sociais... eles... explodem em revolta...**

E2: pois é... eu acho que o que impressiona o mundo todo.. é::.. *nestes conflitos é o grande número destes jovens e da violência toda...* se eles não são marginais como cê tá falando... *quem são esses jovens? São estudantes que estavam em férias e seguiram o fluxo da violência?*

CB: não... *são jovens que não encontram emprego.. que têm dificuldade de acesso à escola.. não é? E que:: vivem toda sorte de discriminações...* eu gostaria de fazer por exemplo um paralelo com o que aconteceu em dois mil e cinco em Paris .. não é? A polícia perseguiu um conjunto desses jovens que de medo... por conhecer já a forma intimidatória das interrogações que a polícia faz... três deles

tentaram se esconder numa área de alta tensão de energia elétrica.. e morreram eletrocutados.. dois deles.. dando então margem ao surgimento de uma revolta popular.. jovem.. que acabou queimando dez mil carros em Paris.. né? ***Então vamo separar o que que é:: o evento que poderia ser dito é assim a fúisca.. não é? Na palha de um contexto que é cada vez mais conflitivo e se:: e sem esperanças pra esses jovens... não é?***

E3: agora.. Sílvio.. ***o senhor falou:: vai.. não é... não são marginais né?*** mas eles ***tão cometendo crimes*** e é preciso agir contra ***esses crimes...*** quer dizer... como que a polícia ou o governo vai agir diante de ***uma população que tá fazendo uma uma... promovendo um quebra-quebra desse...*** mas ***não são marginais... são jovens que tão revoltados com a situação...*** quer dizer... é é::... como é que fica a sociedade nesse momento... porque:: ***é:: é muito angustiante você ver... pessoas de bem promovendo ataques como esse né?***

CB: ***você também chamaria de marginais os cem mil jovens estudantes do Chile que se enfrentaram ontem com a polícia?***... quer dizer... e/eu entendo que há:: um impasse né? quer dizer... o governo não atende e não destina políticas e recursos ***pra esse segmento da população.. os jovens... discriminados... de cor... de outras nacionalidades.. dos bairros pobres*** né? e como não tem uma política de fato pra enfrentar ***o problema social*** transforma ***esses jovens em gângsters porque a resposta pra isso então é mais repressão...*** não é? ***E eu acho um equívoco enorme..*** quer dizer:: ***essas indicações elas são um termômetro da sociedade...*** se você percebe que um ato de violência... em um determinado lugar... permite que isso se espraie por outras cidades da Inglaterra... que se amplia em Londres ***esse conflito...*** é porque debaixo... ***desse tecido social né? há muita tensão... há muito conflito... há muita dificuldade pra sobrevivência...***

E2: muito bem... nós conversamos com o sociólogo Sílvio Caccia Bava... muito obrigada pela participação e um bom dia pro senhor

CB: é um prazer...

The structuring of narrative texts into figure and ground: attention, memory and language

Adriana Maria Tenuta*

Marcus Lepesqueur*

Maria Luiza Cunha Lima*

Resumo

In narrative texts, some events compose the core story line and, due to their cognitive status of focus and salience, are grammatically and discursively marked as figure. Events that do not share this status are marked as narrative ground and provide information that supports those central story elements (HOPPER, 1979; TENUTA, 2006). This process of figuration in narratives reflects the cognitive principle of human perception in terms of figure and ground, proposed by the Gestalt Psychology. (KOFFKA, 1975; WERTHEIMER, 1938). This article aims at reporting results of a study that investigated the process of figuration in oral narratives produced by 13 subjects. The hypothesis was tested of a relation between the occurrence of figure or ground narrative units and tasks with distinct cognitive demands of attention and memory. A logistic regression model showed patterns of narrative structuring connected to specific task types. The results suggest a correlation between linguistic representation of information from memory (BADDELEY, 2007's memory model) and the amount of narrative ground structures. From Bruner (2002) and Chafe's (1990) perspectives, it is understood that narratives produced from memory content tend to have more ground units, with greater manipulation of cognitive models, not reflecting an objective representation of reality.

Keywords: Attention. Memory. Cognition. Narrative. Figure and ground.

Introduction

This paper presents results of a research that investigated contributions of linguistic narrative studies to the comprehension of some cognitive processes. In the research, we tested the hypothesis of a relation between the narrative structure and tasks with distinct cognitive demands of attention and memory. More specifically, this work analyzes the figuration process, i.e, the process of distribution of linguistic figure and ground units in the narrative text.

* Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

The work was based on the assumption that there are some aspects of the narrative structure that relate to more general cognitive capacities, such as memory and attention. A rich body of research has brought to light strong evidence that attention and memory processes directly influence linguistic structure (TOMLIM, 1995; FORREST, 1997; GLEITMAN *et al.*, 2007) in a conception that the grammars of languages reflect, in some ways, certain cognitive pressures. Among the functions and linguistic components that might be influenced by the attention and memory systems are those that apparently allow speakers' manipulation of attentional or informational focus. Examples of such components are: prosodic focus and intonation patterns of emphasis; syntactic structures, such as topicalization, verbal voices, clause constituent order; reference forms and the figuration process in narratives. Specifically, this figuration process is understood as the linguistic realization of a cognitive principle proposed by the Gestalt Psychology, as discussed in the following section.

Figure and ground in narrative texts

The Gestalt Psychology proposed that human perception (visual perception, mostly, but not only) is governed by the principle of selective attention. According to this principle, the perception of the figure, or salient element, occurs, invariably, over a more homogeneous and undifferentiated background. In this perceptual process, we always select certain aspects of the scene in relation to others, and the figure depends on the background for its characterization. (KOFFKA, 1975; WERTHEIMER, 1938).

When discussing the Gestalt principle of figure and ground, people frequently use the well known Rubin's Vase image. In this image, we see either a black vase or two white faces: we can not see the vase and the faces at the same time, with the same salience. The Gestalt postulate of selective attention helps us understand the structure and the limits of our cognitive apparatus of perception. The view of this image in alternating figures is not a choice, but a condition imposed to perception by this apparatus.

In the field of Cognitive Linguistics, language and cognition are integrated. The process of distribution of linguistic material into figure or ground narrative elements, here termed figuration, is understood as the Gestalt cognitive principle acting in language.

Figuration in language was initially perceived by Hopper (1979), who showed that the verbal system of time, aspect and mood – TAM system – has an essential role in marking the distinction between foreground and background in narratives.¹ The TAM system constitutes a resource used by the speaker to organize his/her text and guide the listener in distinguishing the central narrative material, i.e. the line of sequential events (figure), from supplementary material (ground) (HOPPER, 1979; TENUTA, 2006).

Apart from TAM system markings, narrative figure and ground have other specific semantic-formal features. Part of those features was explained by Reinhart (1984) in terms of a parallel with the cognitive visual-spatial perception. This author proposed, based on Koffka (1975), that the process of figuration in narratives is governed by the same foundational principles that govern the spatial organization of visual perception, namely, ‘continuity’, ‘punctuality’ and ‘completeness’.

First, Reinhart proposes, concerning visual perception, that ‘continuity’ refers to a tendency to see a figure if we can provide some continuity to the stimulus. To Reinhart (1982), in narratives, a temporal sequence of events is generally interpreted as figure due to the fact that it is perceived as a continuum. Second, the author states that the ‘punctuality’ principle informs us that a small or punctual element is more easily perceived as figure than a big one. Linguistically, ‘punctuality’ is achieved by verb semantics. Punctual verbs, the ones that represent events that are cognitively perceived as taking little time to occur (enter, arrive, let go, blink), are prototypically interpreted as figure, while durative verbs (stay, live, study) occur preferably as narrative ground. ‘Completeness’ or closure, the third principle discussed, makes the stimulus more easily perceived as figure. In language, this cognitive effect of completeness is achieved by the perfective aspect. Thus, the combination of those criteria results in a prototypical narrative figure characterized by a sequence of punctual verbs in the perfective past.²

1 In Langacker’s Cognitive Grammar (1987, 2008), figure and ground are correlated to the concepts of trajector, the first participant in a relationship, and landmark, the secondary participant. Under this theoretical model, the semantic value of any linguistic unit (profile) is defined in terms of the relationship between these two participants. Talmy (2000), corroborating the importance of the concepts of figure and ground, also deals with this distinction in terms of primary and secondary objects, related to prominence, salience or focus. Tenuta and Lapesqueur (2011) discuss several examples of the cognitive process of figuration in language, such as the oppositions subject/predicate, topic/comment and previous discourse/current discourse.

2 In Portuguese, the verb tense that corresponds to perfective past is *pretérito perfeito*.

Research procedures

The study reported in this paper aimed at analysing distinct patterns of figuration in narratives produced in response to distinct tasks. There were 13 research participants³ between 9 and 12 years old, with normal performance in the D2 Test of concentrated attention.

Two comic strips⁴ and a short film, all without texts,⁵ were used as input for the production of the narratives. Beside those inputs, there was the request for each participant to produce an autobiographical narrative, related to a fact that he or she had experienced and considered ‘important’.

The participants were interviewed individually. They were shown the film and two slide presentations containing the comic strips, picture by picture. In the slide presentations, the subjects had control over the computer keyboard, to move from one picture to the next. As for the film, it was presented all at once, and the subjects had no control over that presentation.

Each participant performed four tasks: 1. told a story while watching each picture in the comic strips; 2. told a story after seeing all the pictures in the comic strips; 3. developed the end of a story from the presentation of the short film; 4. produced an autobiographical narrative. Therefore, each participant produced, in the context of a single interview of about 20 minutes, four narratives: two of them (N1 and N2) based on two different comic strips, one of them (N3) based on a film, and another one (N4) in response to the request for a personal story. Each subject performed all tasks in a random order, defined at the time of data collection. The narratives collected were transcribed according to Castilho and Pretti (1986).⁶

Using these different tasks, we intended to observe the influence of various cognitive processes in the construction of narratives. In particular, we aimed

3 They were all students at Centro Pedagógico, UFMG, attending 4th to 6th year of primary school.

4 Papa Capim in Solta eles – **Chico Bento** n. 419, p. 26-32; Chico Bento in Goiabadas – **Mônica** n. 179, p. 28-32 and **Red’s dream** by Pixar Animation Studios, 1987.

5 The title and name of the characters that originally appeared in the beginning of each story were withdrawn, so that this information could not have any influence on the understanding of the story by the subjects.

6 The notation is based on Castilho and Pretti (1986), adapted for the analysis. For example, we indicated pause duration longer than 1.5 seconds. We registered some speech characteristics of the participants, such as omissions of plural that were not conventional, or neologisms. On the other hand, we filled out phonological elements that are normally not provided by most of the speakers in Minas Gerais, Brazil, as with gerund: ‘fazeno’ was transcribed as ‘fazendo’.

at investigating the relationship between attention, memory, and the narrative structuring into figure and ground.

The specialized literature has provided evidence of a strong relationship between language and the processes of attention and memory. Psycholinguistic experiments, as the ones performed by Tomlin (1995), Forrest (1997) and Gleitman et al. (2007), have shown that attentional salience influences the syntactic structuring of sentences. Using images and attentional cues, these authors reported a relation between the perceptual salience of the stimulus and the syntactic position of its linguistic referent.

Studies conducted with clinical populations also suggest that changes in attention and memory processes have an impact on language production. Almor et al. (1999) found a strong correlation between working memory deficit and the use of pronominal forms for reference of discourse participants in the linguistic production of Alzheimer patients. Similarly, Cunha Lima and Tenuta (in press) show specific usage patterns of anaphoric elements in ADHD⁷ children's narratives. Menezes et al. (2007) and Montgomery (2003) suggest a relation between specific language impairment and the performance on tasks demanding visual and phonological memory.

Narrative figuration, investigated in this research, is among the linguistic functions and structures that might be influenced by the cognitive processes of attention and memory, since it constitutes one of the linguistic resources for the manipulation of informational and attentional focus.

The tasks proposed to the research participants for the production of their narratives were devised based on Baddeley's (2000) multiple components model of working memory. This model is known for offering a coherent explanation for several experiment results of memory studies. In this model, working memory has visual and phonological components (visuo-spatial sketchpad and phonological loop) coordinated by a central executive system that is responsible for: division of attention, selection of attentional focus, and organization of the relationship between working and long term memory (episodic buffer).

In the present research, task 1 differs from task 2 in terms of the kind of processing involved. Task 1 triggers a narrative production based on visuo-spatial attentional focus. On the other hand, task 2 triggers a final product primarily

⁷ Attention deficit hyperactivity disorder.

based on the retrieval of information from short-term memory.⁸ Task 3, on its turn, requires the creation of new content departing from previously presented information. Task 4, differently, requires the retrieval of autobiographical information from long-term memory. The data, then, was composed of narrative units of four types: N1, N2, N3, and N4, produced in response to task 1, task 2, task 3, and task 4, respectively.

The linguistic unit analyzed was the clause.⁹ Each clause was categorized as figure or ground. As previously stated, as figure, we find the central events of the story, and these events are usually expressed grammatically through independent or main clauses; as ground, which is the place for complementary information, such as description, judgment, evaluation, review, etc., we find independent, embedded, and subordinate clauses. This categorization took into account formal and semantic aspects, especially the verbal system of tense, aspect and mood.¹⁰

From a total of 1305 clause units, figure and ground clauses were counted in each narrative type, N1, N2, N3 and N4. Specific patterns of distribution of figure and ground in this narrative production were identified quantitatively, and the results are presented in the following section.

Results

The analysis of N1, N2, N3 and N4 indicated different patterns of narrative structuring in terms of the proportion of figure and ground elements. Table 1 shows the distribution of the 1305 clause units in each of these types of narrative.

8 We use short-term memory to refer, according to Baddeley (2011), to the performance on a task that involves the retention of small amounts of information after a small time period.

9 Clause, in this research, is a linguistic unit centralized by a verb. Discourse markers such as *sabe?*, *acho que*, *tô entendendo* (you know?, I think, I understand), were not considered clauses in the analyses. Structures such as *pegou e disse* and *foi e fez* (got and said, went on and did), or others, were computed as just one clause, since one of the constituent elements of these structures conveyed an aspectual meaning, rather than conveying a separate event. Furthermore, the cases of modal and aspectual periphrases were also counted as only one clause unit. Sequences produced as responses to interviewer's questions were not considered part of the narrative, neither were sequences of plain meta-narration.

10 We followed Reinhart (1982), considering subordinate and embedded clauses as ground units. Negative structures, unlike Reinhart, have been marked as figure, since they indicate development in the story and can be replaced by their assertive opposed elements (*did not agree* can be understood as *disagreed*). For a more specific discussion on classification criteria for figure and ground units see Tenuta (2006).

Table 1 – Description of the analyzed corpus

Clause unit category	Total sample	Sample by task/narrative				Participant Subjects
		N1	N2	N3	N4	
Figure	740	378	164	61	137	
Ground	565	175	189	22	179	13
Total	1305	553	353	83	316	

The data were analyzed using the R Statistical Software (R DEVELOPMENT CORE TEAM, 2012). Logistic regression was used to quantify the associations between the occurrence of narrative figure and ground (the categorical dependent variable) and the type of task involved in the production of narratives (the categorical independent variable). The subject who produced the narrative was also included as a predictor variable in the model. The contribution of each individual predictor was examined through Wald's test. Table 2 displays the logistic regression coefficient (β) and the Wald's test result for each predictor. Table 3 displays the *odds ratio* (e^β) and its confidence intervals.

Table 2 – Logistic regression analysis of 1305 clause units produced by 13 subjects in four different tasks

Predictor	Regression coefficients (β)	Standard error	z value	P (Wald's Test)
(Intercept)	-0.77979	0.19108	-4.081	*** 4.48e-05
N2	0.93301	0.14534	6.419	*** 1.37e-10
N3	-0.24850	0.27271	-0.911	0.362
N4	0.96638	0.15278	6.325	*** 2.53e-10
Subject02	-0.22832	0.30109	-0.758	0.448
Subject03	-0.07004	0.24267	-0.289	0.773
Subject04	0.14543	0.22936	0.634	0.526
Subject05	0.38693	0.24637	1.571	0.116
Subject06	-0.29238	0.48313	-0.605	0.545
Subject07	0.11630	0.33360	0.349	0.727
Subject08	-0.23094	0.30762	-0.751	0.453
Subject09	-0.75072	0.33493	-2.241	*0.025
Subject10	0.33536	0.24366	1.376	0.169
Subject11	0.10420	0.31379	0.332	0.740
Subject12	-0.34121	0.27494	-1.241	0.215
Subject13	0.16638	0.33171	0.502	0.616
		.d.f		
Null deviance	1785.6	1304		
Residual deviance	1683.6	1289		
:AIC	1715.6			

Table 3 – Estimated odds ratio and confidence interval

Predictor	Odds ratio	Confidence interval	
		Inf. (2.5%)	Sup. (97.5%)
(Intercept)	0.4585024	0.3139689	0.6648173
N2	2.5421434	1.9143076	3.3850258
N3	0.7799678	0.4490048	1.3136118
N4	2.6284013	1.9506599	3.5514878
Subject02	0.7958734	0.4378785	1.4294754
Subject03	0.9323524	0.5790319	1.5006909
Subject04	1.1565420	0.7381305	1.8155165
Subject05	1.4724518	0.9095660	2.3916908
Subject06	0.7464847	0.2815274	1.9053125
Subject07	1.1233341	0.5796872	2.1525874
Subject08	0.7937858	0.4316790	1.4459977
Subject09	0.4720277	0.2400096	0.8971347
Subject10	1.3984461	0.8683096	2.2590619
Subject11	1.1098273	0.5968558	2.0482585
Subject12	0.7109104	0.4126316	1.2146428
Subject13	1.1810170	0.6126215	2.2577732

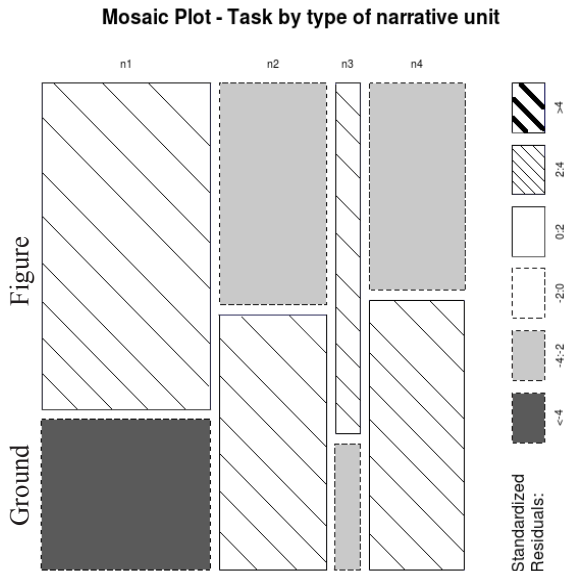
The logistic model formula estimates the odds of occurrence of a selected response (figure or ground) as a function of predictor variables (the type of task and the subject who produced the narrative). None of the participants was a statistically significant predictor of the occurrence of narrative figure or ground.¹¹ No individual subject manifested tendency for a specific pattern of figuration. The type of task, however, was a determinant factor ($p < 0.001$) for narrative structure. Concerning task types, the production of narrative ground is positively associated to N2 and N4 ($p < 0.001$), comparatively to N1 (intercept). More precisely, N2 and N4 increase, by a factor of 2.54 and 2.63 (e^β), respectively, the odds of occurrence of narrative ground, compared to N1.

Even though the model does not fit the entire data set exactly, since there

¹¹ Assuming a significance level of .01.

is a highly significant difference between fitted values and observed values ($\chi^2 = 1683.6$, $df = 1289$, $p < 0,001$), the logistic regression model has a better prediction performance comparatively to the null model, leading to a significant reduction in deviance ($\chi^2 = 102$, $df = 15$, $p < 0,001$). This means that while figuration depends on other non-modeled factors, the task type is crucial for the distribution of figure and ground in the narratives.

Task type influence on the figuration process can be better visualized through Graph 1. This mosaic plot graph displays the standardized residuals for a model in which task type and figuration are independent. The blocks have bases that are proportional to the figure or ground observed frequencies. The gray color indicates when the standard residue is lower than 2. This means an observed frequency that is much lower than expected for a model in which task type and figuration are independent. An intensification of this color, toward black, means an even lower residue (lower than 4). Conversely, the blocks with diagonal lines correspond to residues that are higher than 2, indicating an observed frequency that is much higher than expected. Thicker diagonal lines mean an even higher residue (higher than 4).



The graph shows similar characteristics of figuration for N1 and N3. This group of narratives displays ground occurrence that is lower than expected and figure occurrence that is higher than expected. Inversely, the other group, N2 and N4, displays figure occurrence that is lower than expected and ground occurrence that is higher than expected.

The difference in figure and ground proportions in the two groups of narratives was interpreted as a reflex of the different cognitive demands of the tasks involved in the production of those narratives. Task 2 and task 4 demand, respectively, the retrieval of information from short-term and long-term memory, without the aid of visual cues. In contrast, task 1 requires the immediate reproduction of content presented through visual input, demanding, therefore, a visual-spatial attentional focus. Task 3, in its turn, involves the production of new content, based on some initial input.

Discussion of Results and Conclusion

Sinha assigns psychology the status of a ‘bridge discipline’ for biological, social and language aspects, and, according to the author, many of the theoretical concepts of Cognitive Linguistics were adopted from Cognitive Psychology. Sinha, in this context, acknowledges insights from Cognitive Linguistics related to “what have traditionally been known as the ‘higher mental processes’: memory, reasoning, and language” (SINHA, p. 1268).

There are, therefore, notions that are common to both linguistics and psychology, making studies of linguistic phenomena decisive for the investigation of specific aspects of cognition. Schema, frames, and mental models, for example, from Cognitive Psychology, are used in Cognitive Linguistics. For Bruner (1990), in Cognitive Psychology, mental models and schemas are cognitive structures that provide meaning and organization to experience. In Cognitive Linguistics, several linguistic phenomena are explained, more or less explicitly, through the same notions of schemas, frames (FILLMORE, 1982; CIENKI, 2007), or cognitive models (LAKOFF, 1987). These cognitive structures, then,

organize language but are part of our conceptual system, i.e. they structure the way we understand the world and make sense of our experiences.

Thus, since the notions of schemas, frames, and mental models base both the construction of linguistic meaning and the structuring of certain psychological mechanisms related to the understanding of the experience by the subject, we believe that linguistic studies can serve purposes of psychological investigations, such as the one conducted through this research. Our linguistic figure and ground quantitative analysis led us to the postulation of a relationship between narrative structure, in linguistics, and attentional focus and memory, in psychology.

The higher proportion of narrative ground in relation to figure in N2 and N4 suggests a relationship between the amount of ground structures and the cognitive demand for retrieval of information from memory. This pattern of narrative structuring of an increased proportion of narrative ground can be understood in both Bruner (2002) and Chafe's (1990) perspective. Our memory does not serve truth (BRUNER, 2002), and our mind does not represent an external reality in a trustworthy manner, but creates it according to its own mixture of cultural and individual expectations (CHAFE, 1990). To those authors, our narratives are basically structured by schemas, frames and cognitive models. Thus, aspects of the world and of ourselves are reformulated and enriched in this storytelling process. A narrative can be seen not only as a discourse type or genre, but also as a cognitive ability to organize experience, through which the human being internally reinforces, destroys and reconstructs models of the world, making sense of experience (BRUNER, 2002).

A proportionally higher amount of ground in N2 and N4 can be interpreted, then, as the result of a reconstruction and enrichment process from memory content. That is, the content of the narratives is not restricted to the sequence of events in the story line (narrative figure). N2 and N4 elude objective representation of reality and moves toward the manipulation of world models and schemas. These narratives that have proportionally more ground elements than figure elements present more comments, explanations, evaluations, etc. On the other hand, N1 and N3 do not deal essentially with memory content, and may, therefore, be more objective in terms of the events represented in the story.

The research reported here reinforces the importance of interdisciplinary work to reach broader understanding of certain phenomena. In addition, this research supports a central tenet of Cognitive Linguistics, which is the intrinsic relationship between language and cognition, indicating, specifically, that linguistic studies of the narrative may shed light on psychological aspects of individuals.

There was also a significant methodological contribution of this study regarding linguistic narrative research in general. There are tasks that demand retrieval of information from short-term memory with or without visual cues; other tasks demand retrieval of information from long-term memory; still others demand content that is created or imagined. The study revealed that tasks with specific cognitive demands result in specific patterns of narrative structuring.

Naturally, there are other lines of investigation that can be assumed departing from this research. These investigations can, for example, involve clinical populations related to attention and memory disorders, such as ADHD and Alzheimer. Also, there can be investigations of more qualitative aspects of the figuration performed by subjects. This would complement the study conducted here and provide conditions to make further generalizations concerning the relationship among narrative structure, attentional focus, and memory.

A estruturação de textos narrativos em figura e fundo: atenção, memória e linguagem

Resumo

Nos textos narrativos, alguns eventos compõem a linha principal da história e, devido ao seu estado cognitivo de foco e saliência, são gramatical e discursivamente marcados como figura. Eventos que não compartilham esse *status* são marcados como fundo narrativo e fornecem informações que sustentam os elementos centrais da história (HOPPER, 1979; TENUTA, 2006). Esse processo de figuração em narrativas reflete o princípio cognitivo da percepção humana em termos de figura e fundo proposto pela psicologia da *Gestalt* (KOFFKA, 1975; WERTHEIMER, 1938). Este artigo tem como objetivo relatar os resultados de um estudo que investigou o processo de figuração em narrativas orais. Analisamos unidades oracionais de textos narrativos, produzidos por 13 indivíduos, a partir de tarefas com demandas cognitivas distintas de atenção e memória. Foi testada a hipótese de uma relação entre a ocorrência de unidades de figura ou fundo narrativos e tarefas específicas, utilizando um modelo de regressão logística. Foram encontrados padrões específicos de estruturação das narrativas a depender do tipo de tarefa. O modelo estatístico utilizado sugeriu uma correlação positiva entre a representação linguística de informação proveniente da memória (nos termos de Baddeley, 2007) e a quantidade de estruturas de fundo narrativo. Compreende-se, com base nas perspectivas de Bruner (2002) e Chafe (1990), que narrativas produzidas principalmente a partir de conteúdos da memória tendem a apresentar mais unidades de fundo, fugindo de uma representação objetiva da realidade, com uma maior manipulação de modelos cognitivos.

Palavras-chave: Atenção. Memória. Cognição. Narrativa. Figura e fundo.

References

- ALMOR, Amit; KEMPLER, Daniel; MACDONALD, Maryellen C.; ANDERSEN, Elaine S.; TYLER, Lorraine K. Why do Alzheimer patients have difficulty with pronouns? Working memory, semantics, and reference in comprehension and production in Alzheimer's disease. **Brain and language**, v. 67, p. 202-227, 1999.
- BADDELEY, Alan D. The episodic buffer: A new component of working memory? **Trends in Cognitive sciences**, v. 4, n. 11, p. 417-423, 2000.
- BADDELEY, Alan D. **Working memory, thought and action**. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- BRUNER, Jerome. **Acts of meaning**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

- BRUNER, Jerome. **Making stories**. Cambridge: Harvard University Press, 2002.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. PRETTI, Dino (Ed.). **A linguagem falada culta**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1986.
- CHAFE, Wallace. Some things that narrative tells us about the mind. In: BRITTON, Bruce K.; PELLEGRINI, Anthony D. **Narrative thoughts and narrative language**. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1990.
- CIENKI, Alan. Frames, idealized cognitive models, and domains. In: GEERAERTS, Dirk; CUYCKENS, Hubert. **The Oxford handbook of cognitive linguistics**. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 170-187.
- CUNHA LIMA, Maria Luiza; TENUTA, Adriana M. Aspectos atencionais da linguagem: a escolha da forma referencial em narrativas de crianças portadoras de TDAH In: MOTA, M. **Perspectivas da psicolinguística**. Petrópolis: Vozes. In press.
- FILLMORE, Charles J. Frame semantics. In: Linguistic Society of Korea (Ed.). **Linguistics in the morning calm**. Seoul: Hanshin, 1982. p. 111-37.
- FORREST, Linda B. Discourse goals and attentional processes in sentence production: the dynamic construal of events. In: GOLDBERG, Adele E. (Ed.). **Conceptual structure, discourse and language**. Stanford: CSLI Publications, 1997. p. 149-162.
- GLEITMAN, Lila R.; JANUARY, David; NAPPA, Rebecca; TRUESWELL, John C. On the *give* and *take* between event apprehension and utterance formulation. **Journal of memory and language**, v. 57, p. 544-69, 2007.
- HOPPER, Paul J. Aspect and foregrounding in discourse. In: GIVON, Talmy (Ed.). **Syntax and semantics**. New York: Academic Press, 1979. p. 213-241.
- KOFFKA, Kurt. **Princípios da psicologia da Gestalt**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1975. Original publicado em 1935.
- LAKOFF, George. **Women, fire, and dangerous things**: What categories reveal about the mind. Chicago: University of Chicago Press, 1987.
- LANGACKER, Ronald W. **Foundations of cognitive grammar**: Theoretical prerequisites. Stanford, CA: Stanford University Press, 1987. v. 1.
- LANGACKER, Ronald W. **Cognitive grammar**: a basic introduction. New York: Oxford University Press, 2008.

MENEZES, Camila Gioconda de Lima e; TAKIUCHI, Noemi; BEFI-LOPES, Debora Maria. Visual short-term memory in children with specific language impairment. **Pró-Fono Revista de atualização científica**, Barueri, v. 19, n. 4, dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-56872007000400007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 out. 2013.

MONTGOMERY James W. Working memory and comprehension in children with specific language impairment: what we know so far. **Journal of communication disorders**, v. 36, n. 3, p. 221-31, 2003.

REINHART, Tanya. Principles of *Gestalt* perception in the temporal organization of narrative text. **Linguistics**, v. 22, n. 6, p. 779-809, 1984.

R DEVELOPMENT CORE TEAM, **The R project for statistical computing**, 2012. Disponível em: <<http://www.r-project.org/>>.

SINHA, Chris. Cognitive linguistics, psychology and cognitive science. In: GEERAERTS, Dirk; CUYCKENS, Hubert (Ed.). **The Oxford handbook of cognitive linguistics**. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 1.266-1.294.

TALMY, Leonard. **Toward a cognitive semantics: concept structuring systems**. Cambridge, MA: The MIT Press, 2000. v. 1.

TENUTA, Adriana Maria. **Estrutura narrativa e espaços mentais**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006.

TENUTA, Adriana Maria; LEPESQUEUR, Marcus. Aspectos da afiliação epistemológica da Linguística Cognitiva à Psicologia da *Gestalt*: percepção e linguagem. **Ciências & cognição**. v. 16, n. 2, p. 65-81, 2011.

TOMLIM, Russel S. Focal attention, voice, and word order: an experimental, cross-linguistic study. In: DOWNING, Pamela; NOONAN, Michael (Ed.). **Word order in discourse**. Amsterdam: John Benjamins, 1995. p. 517-554.

WERTHEIMER, Max. Gestalt theory. In: ELLIS, Willis D. (Org.). **A source book of Gestalt psychology**. London: Routledge & Kegan Paul, 1938.

Readers as overhearers and texts as objects: joint attention in reading communities

Vera Tobin*

Resumo

Models of language that emphasize the interactive dimension of meaning construction tend to talk about published texts such as the novel as an arena of language use in which writers and readers occupy the positions of speaker and addressee. This paper argues that readers of published texts function in many ways more like overhearers than addressees. It uses tools from Conversation Analysis and Mental Spaces Theory to examine several case study interactions, drawn from the Michigan Corpus of Spoken Academic English and videotaped data from gesture research, as well as illustrative examples from literary history. The overhearer model that emerges suggests that the interactions between different readers of the same text are a more important locus of collaboration in literary discourse than is typically assumed, and shows that joint activities between readers also often exclude authors in interesting and important ways.

Keywords: Interaction. Literature. Overhearers. Addressees. Joint attention. Mental spaces.

Introduction

Conversation analysis, gesture studies, linguistic anthropology, and other investigations of the interactive dimensions of language use have increasingly demonstrated just how many aspects of meaning and linguistic structure in conversation are inextricable from the situated, interactive occasion of their production—that, in the words of Goodwin, sentences “emerge as the products of a process of interaction between speaker and hearer and that they mutually construct the turn at talk.” (GOODWIN, 1975, p. 98) These valuable insights into the role of collaboration in the construction of meaning run into some trouble, however, when applied to the production, dissemination, and interpretation of written, published texts.

* Case Western Reserve University, Cleveland, Ohio, USA.

Writing and reading can be, and often are, understood as a sort of conversation between author and reader. However, the insights into the role of interactivity in language that make this model so useful for theorists also render it problematic. We know that in person, people coordinate their communicative activities in real time and get immediate feedback about whether they have succeeded or failed in their communicative intentions. Participants in face to face conversation also typically have access to a host of visual cues that help them to keep track of the immediate attentions of their interlocutors, and this knowledge provides important information about what they can consider part of the common ground underlying a conversation. In a situation where readers and writers are unknown to one another, how can they be said to interact? Should we conclude that literary texts (for example) involve only displaced, imaginary interactions, or no interactions at all? Or do the dynamics of immediate, direct interaction have real bearing on the experience of producing and consuming these texts?

This paper argues that readers of published texts function in many ways more like **overhearers** than like addressees, and that the interactions between different readers of the same text are perhaps a more important locus of collaboration in the process of meaning construction involved in reading literature. These joint activities between readers also often exclude authors in interesting and important ways.

Language use as a collaborative process

In conversation, sentences and conversational turns are constructed not in isolation, but as the products of an interactive process between speaker and hearer. Elements such as pauses, repairs, and restarts, as well as linguistic and non-linguistic displays of agreement, confusion, or lack of interest all contribute to the construction of coherent streams of talk. (GOODWIN, 1986; 1980).

Models of language use that emphasize this interactional factor tend to treat texts as communicative acts that are very much like conversation, in which authors play the part of speakers and readers play the part of hearers. In this account, authors and readers have to do some extra imaginative work that ordinary conversations may not require, but they are still in some fundamental sense interacting with one another. For instance, Clark (1996) suggests that the authors and readers of

fictional texts “jointly pretend” that the communicative acts depicted by a text are really taking place. Bruce (1981) writes of a “social interaction between author and reader” in which readers understand authors to be depicting a communicative interaction between an implied author and an implied reader, which itself depicts an interaction between a narrator and a narratee.

There are some obvious limitations to this analogy. For example, the production and comprehension of literary texts lack most of the concrete opportunities for direct interaction that are available in face-to-face communication. In person, people coordinate their communicative activities in real time and get immediate feedback about whether they have succeeded or failed in their communicative intentions. The readers of published works generally have no way of confirming what they have understood or asking for clarification, and authors have no way of modifying their contributions on the fly in response to the reactions of their readers. While cognitive psychologists, linguists in the field of pragmatics, and scholars working on conversation analysis are generally very comfortable saying that understanding an utterance requires a hearer to recognize or at least formulate some notion of a speaker’s communicative intentions, literary critics are often exceedingly wary of appeals to authorial intention or any kind of fixed, knowable interpretation of a text.

At the same time, there are many excellent reasons to believe that the same kinds of conceptual work that underlie language use in conversation are crucially involved in the production and interpretation of novels, screenplays, essays, and any number of other uses of language in “nonbasic” settings (CLARK; BRENNAN, 1991). Many influential works in cognitive linguistics and related fields (e.g. LAKOFF; JOHNSON, 1980; CHAFE, 1994; GIBBS, 1994; TURNER, 1996) have argued convincingly that the language of literature and the language of everyday conversation are expressions of the same cognitive mechanisms. All of these settings of language use involve human beings with the same social and cognitive capacities and limitations, using a hugely overlapping set of linguistic resources: lexical, semantic, grammatical, and pragmatic. A published story or advertisement can use indexical expressions, generate implicatures, and trigger presuppositions. It can do rhetorical work and perform a variety of speech acts: it can exhort, request, perhaps even promise.

Furthermore, it is very common for authors and readers to act as if reading a novel has a great deal in common with being on the hearing end of a conversation,

and as if writing one has a great deal in common with speaking to someone. Readers use what they know – or think they know – about an author in generating inferences and making judgments about what a text “means” (see, for example, NOLEN, 1995 and GIBBS, 1999). Similarly, readers often draw or attempt to draw explicit inferences about authorial intent as they read – does the author *mean* for this to be ironic? Is this *supposed* to be funny?

Defining some terms

This paper has proceeded so far as if the main salient difference between the sort of language use exemplified by face-to-face conversations and the sort that is exemplified by the novel is that the latter is *written*. The primary distinguishing feature of this kind of discourse would seem, so far, to be that it has authors and readers, rather than speakers and hearers. The questions to be answered seem to be: Is reading really like being on the receiving end of a conversation? Is writing really like talking to someone?

This is not an uncommon way of defining the problem. Dixon and Bortolussi, for example, criticize the application of conversational models to text processing by arguing that there are crucial ways in “many forms of written discourse” are “unlike oral communication” and like one another. (2001, p. 1). Chafe writes of “the desituatedness of writing” and observes that “[t]he writing situation is itself unreal in its detachment from the co-presence and interaction which are normal for conversational language”. (CHAFE, 1994, p.224).

However, I want to pause here to point out that while many of the discourse types at issue here are indeed written rather than spoken, the sheer fact that they are writing is not the most important thing they have in common. The questions above have unstated assumptions. They might be more explicitly phrased: Is reading *published texts* really like being on the receiving end of a conversation? Is writing *for publication* really like talking to someone?

It is worth noting that people can be engaged unambiguously in direct, conversational interaction in written media. For example, my neighbor and I can scribble notes to one another during a colloquium. When we do this, we are clearly addressing our written utterances to one another. We can also see one another, and share a visible and audible, jointly accessible shared environment. We can

immediately provide both linguistic and non-linguistic indications of whether we are attending to and understanding what the other person is writing.

Conversations conducted via instant messaging, another written arena of conversational language use, usually lack some of these features: typically the participants are not visible to one another and do not share a common perceptual ground. They are, however, known to one another in the same way that any ordinary participants in a conversation would be. They may be strangers, but they understand themselves and one another to be directing their utterances to a specific individual or individuals. They can also respond to one another immediately. They can interrupt, after a fashion; they can ask for clarification, take up or reject proposed construals, and modify what they say quickly and flexibly in response to one another's contributions.

Private letters, meanwhile, lack the conversational qualities of co-presence and simultaneity. Nonetheless, if all goes well, and the letter is delivered and read as intended, most analysts would agree that the writer and addressee are engaged in a real, if distant, interaction with one another. Anyone who intercepted the letter before it reached its intended destination, or who happened across the letter after the fact, is plainly a bystander to the original interaction.

The discourse types that I have been calling "texts", by contrast, generally lack both immediacy and participant transparency. When an article is written for publication, its author has no idea who, in particular, will be reading the magazine in which it is published; nor does she have a sense beyond an educated guess about when or in what contexts it will be read – and this aspect of the discourse situation is something that the author understands to be the case as she is writing.¹ The same is true for any text produced for public media: comic strips, films, radio broadcasts, or novels. I will continue to use the terms *text*, *author*, and *reader* to describe this kind of public discourse types, their producers, and their audiences. However, I will freely include examples from discourse genres other than written narratives, and will exclude directly conversational genres, even if they are conducted in writing.

¹ There are several interesting edge cases. Durable works originally created for private settings may be later disseminated to a wider audience, or as was common in early modern manuscript culture (as well as in many contemporary online communities), works may be created for semi-public distribution within a relatively well-defined reading community.

Common objections to the conversation model for texts

A variety of objections are frequently raised to the idea that reading may be usefully understood as a collaborative, or conversational, activity. These fall into two broad categories: complications that arise from the separation of readers and authors in space and time, and complications that arise from the difference between the ostensible speaker of a literary text and the real, historical author or authors of that text.

Authors and readers are not physically co-present

Authors are not present during the comprehension of a text, nor are readers present during a text's creation. There is a long tradition in literary criticism, based fundamentally on this observation, to avoid considerations of authors' intentions as much as possible. W. K. Wimsatt and Monroe Beardsley (1942, 1954) coined the term "intentional fallacy" to dismiss critical readings of literary texts that rely on external evidence about what an author "meant" when writing them. Post-structuralist theorists (e.g. BARTHES, 1977) have argued more radically that the very concept of the author as a means of understanding literature has lost its validity.

Concretely, there are several ways in which this lack of co-presence makes for significant disanalogies with basic conversational interaction: The discourse situation of the published text means that author and reader have no shared perceptual and referential common ground in which the discourse is situated. They have no access to the usual physical cues regarding their interlocutor's interest, comprehension, and visual attention. Most importantly, perhaps, they have no opportunity to engage in the immediate feedback loop that is so crucial to conversation.

Readers cannot ask authors for clarification; they cannot confirm their understanding or contribute new ideas. Authors cannot modify their contributions on the fly in response to an individual reader's responses. What's more, there is no shared interaction between a reader and an author leading up to the production and comprehension of a narrative. Narratives in conversation normally emerge out of

the ordinary give and take of conversational turn taking; they are locally occasioned (JEFFERSON, 1978), their progress is shaped by audience contributions over the course of many turns (GOODWIN, 1986), and conversation generally continues after the narrative is complete. There is rarely any comparable preliminary and consequent interaction between the author and the reader of a text.

Pascual (2002) points out that all sorts of discourse invoke varieties of “fictive interaction”, conceptualizations that are underwritten by a particular and pervasive conceptual blend (FAUCONNIER; TURNER, 2002) in which a situation is imaginatively reconstructed in terms of a canonical conversation frame (FILLMORE, 1982). The result is discourse that invokes or relies on an imagined interactional structure that diverges significantly from the observable communicative situation. Certainly both authors and readers understand what they are doing at least in part by means of this fictive interaction blend. As we will see, however, many of the concrete interactive experiences that characterize face-to-face communication do literally, or *factively* (TALMY, 1996) take place as part of the interpretation of texts – but these take place between readers, rather than between readers and authors.

Who Is speaking?

Dixon and Bortolussi (2001), among others, have argued that the text communication model is rendered fatally problematic by the fact that the speaker or narrator of a literary text is not the author. Readers typically have even less access to the intentions of an author than the mere lack of co-presence would suggest, because the real person who wrote a given text is not speaking as herself, and readers are often in a very poor position to tease apart the author from the speaker. This complication is especially obvious in the case of texts with overt narrators (BOOTH, 1961) who clearly diverge from the beliefs, feelings, and biographical details of the author. However, it is also importantly true even in cases such as expository texts in which the narrator appears to be identical with the author, or narratorless and dramatic texts, such as narrative films, radio plays, comics, and other kinds of sequential art.

Where one is available, readers often focus more on the narrator than on the real or implied author of a text. Indeed, they will often make unsupported or

faulty assumptions about the author based on information provided by a narrator or focalizing character. For example, readers tend to assume that the author of passages in which perceptual information is attributed to a male focalizer is also male, and also assume that passages in which perceptual information is attributed to a female character were written by a woman (DIXON; BORTOLUSSI, 2001).

Graesser, Bowers, Olde, and Pomeroy (1999) suggest that even third-person narrators are generally not nearly as accessible in memory as first-person narrators and other characters. Perhaps this is why readers often conflate the expressed beliefs of narrators and even nonnarrator characters with those of the author or implied author of a text. Take, for example, the assertions in (1) and (2):

(1) Robert Frost said good fences make good neighbors. He never knew John Ames and Perry Brooks. (BATTIATA, 2005)

(2) Robert Frost said that good fences make good neighbours. I would say that good hedges do much the same thing. (ROBERTSON, 2003)

As it happens, Robert Frost said no such thing; even these sophisticated consumers of texts are conflating Frost, the author of “Mending Wall” (1915), with a character from that poem. The character himself is only parroting an already well-established adage, and the speaker, or narrator, of the poem is quoting the neighbor in order to criticize him:

There where it is we do not need the wall:
He is all pine and I am apple orchard.
My apple trees will never get across
And eat the cones under his pines, I tell him.
He only says, “Good fences make good neighbors”.

It is not clear, however, that these mistakes defeat the general claim that readers take the author of a text to be their interlocutor, and that they infer an author’s intentions as they interpret a text. Readers who are familiar with the conventions of Western-style fictional narratives do understand that the author of a text created its narrator, and can draw inferences about the narrator based on what they know or assume about the author or implied author. For example, knowing

something about the character, publication history, and contemporary social norms of Jonathan Swift can help us to recognize the irony in “A Modest Proposal”, and we can seek out more specific information about his expressed beliefs in trying to sort out what is and is not meant to be ironic in **Gulliver’s Travels**. Readers also commonly wonder whether inconsistencies in a text are deliberate or accidental, which similarly requires appeal to the real author’s communicative intentions.

Where the divergence between the implied or apparent author of a text and the real author becomes more problematic for the text-as-communication model is in the pervasive assumption of unitary authorship. In order to read the narrative as a narrative, readers must act as if the communicative intentions behind the text are coherent. Yet a single work is often not – perhaps even usually not – a unified performance of just one person’s communicative intentions. For one thing, any extended narrative may be the work of several years. It is hard to imagine that an author’s intentions don’t shift over the course of that writing, and the order in which various parts were written is not at all visible to most readers.

While a published text generally gives the appearance of unitary authorship, there is almost always a great deal of collaboration and revision involved that is not visible to the audience. Editors intervene, pre-publication readers make comments and suggestions, publishers request title changes, and so on. Films and television, of course, are the product of many different people’s communicative intentions: screenwriters, producers, directors, cinematographers, actors, and editors. If ordinary readers cannot and do not sort out what elements of a text were contributed by what real agent and when, surely they are not interacting in any meaningful way *with those agents*, fictively or otherwise.

Readers as overhearers

Part of the solution to these difficulties may be to remember that even in ordinary conversation, not all hearers are addressees. Readers have several points in common with certain kinds of overhearers. Authors and readers alike behave in many ways as if readers were ratified bystanders, for whose benefit the ostensible speech acts of a text are displayed.

Hearers come in a number of different varieties: one may be an addressee, a deliberate or accidental eavesdropper whom the speaker is not aware of, or a

bystander whose access to a piece of talk is perceivable by those who are doing the talking. Bystanders can be ratified participants in an encounter (cf. GOFFMAN 1981, p. 131-137) as when a professor answers one student's question during a twelve-person seminar, or not, as when diners at different tables in a restaurant expect one another to engage in the polite fiction that they cannot hear one another. The degree to which speakers are aware of their bystander listeners can vary, as can the degree to which they take their needs into account.

Gerrig proposes that readers do indeed correspond to one particular kind of non-addressee hearer commonly involved in ordinary face-to-face conversation. In his account, both authors and readers typically "behave as if readers are side-participants" – not overhearers – to the discourse of a narrative text, and "in that role, authors intend readers to be genuinely informed by narrative utterances". (GERRIG, 1993, p. 110) While overhearers have to try to make sense of utterances that were produced with no attempt to ensure that they share the speaker's perspective, Gerrig argues, authors conceptualize their readers as intended, ratified participants in the narrative discourse, whose needs must be taken into account.

The side-participant account has the merit of explaining some common ways in which narrative texts tend to defy verisimilitude. For example, we often see a character or narrator using nominals that correspond to a much lower degree of accessibility (ARIEL, 1990) than one would expect given the supposed state of shared knowledge between the represented speaker and her ostensible addressee. Striking examples of this phenomenon are common in serial narratives, in which a mere handful of represented conversational turns may be published over the course of many days or months. The first panels of daily comic strips are full of them. Example (3) is from an installment of the soap-opera strip **Mary Worth**:

(3) Dawn: My father wouldn't approve of my dating Drew! He wouldn't be able to overlook the age difference! Mary: Give Wilbur more credit, Dawn!

Stilted though this dialogue may be, it does some useful work anticipating the needs of many of the strip's likely readers. **Mary Worth** is a daily comic with a wide variety of secondary characters. Readers, even those who frequently read the comic strip but have not been following the current story arc, may be unfamiliar with who Dawn's father is, despite Dawn and Mary's knowledge. The side-participant hypothesis explains this sort of usage nicely.

At the same time, there are important ways in which readers are more like overhearers of a text's author than they are like co-participants of any sort. Overhearers have access to the utterances that make up a stretch of discourse, but lack the opportunity to participate in the negotiation of meaning and exchange of clarifications. This missed opportunity has real effects on their ability to understand what speakers are saying, even when they can hear every word and see every gesture. Because they have no chance to collaborate in establishing a shared perspective, they are slower to comprehend a stream of discourse than direct participants in that discourse (SCHOBER and CLARK, 1989). Readers of published texts are in much the same position: no matter how thoroughly an author's communicative intentions are directed towards generating particular interpretations for a text's real readers, readers are at a major disadvantage with comparison to any co-present interlocutor.

Overhearers as interlocutors

Collaboration in conversation

When speakers and hearers interact, they engage in what Clark calls *joint construal*: "For each signal, the speaker and addressees try to create a joint construal of what the speaker is to be taken to mean by it." (CLARK, 1996, p. 212) Sometimes this happens smoothly and without incident, but it always requires actions on the part of both speaker and hearer. In Clark's terminology, the speaker *proposes* a joint project and the hearer *takes it up*. The uptake response provides evidence that the hearer understood the speaker's utterance, and also of the way that the hearer is construing that utterance. For example, if Ann says to Bill, "Eat some spinach", each of the responses in (4) would suggest a different construal of that utterance:

- (4) a. Yes, ma'am! [*an order*]
- b. Thanks, I'm fine. [*an offer*]
- c. What a good idea! [*an advisory*]

If the displayed construal matches Ann's original intentions, she can proceed on that basis, which allows Bill to understand that this construal is now jointly held between them. If the construal doesn't match, she can correct it ("I'm not asking you, I'm telling you!") or leave Bill's construal unchanged and revise her own intentions about what she should be taken as doing.

Construals can be also revised or corrected over the course of multiple conversational turns, as illustrated by the following example, taken from an exchange on an Internet discussion board (Unfogged.com 2006):

(5) *Revised construal*

1BL: To the extent that your project here is instead just to emphasize that I, personally, am a bad person (because your contracts professor and I took some of the same classes in college), I disagree with you. At least in this respect.

2LB: No, no, I think you're a bad person for entirely different reasons.

3BL: Such as?

4LB: Crap, I'm such a wimp. I was considering pasting a "(just kidding! :-!!)" on the end of that, and decided not to, but now I have to. No, I don't think you're a bad person at all, not in the slightest. I just saw a straight line and took it.

Here the revised construals pertain to the affective content of the speaker's meaning. LB's utterance in 2 seems to be construed by BL in 3 as an insult; in 4, LB adopts that construal and apologizes, proposing a clarifying revision to her earlier remark.

References, too, can be worked out over the course of several conversational turns, as in the following example, from the **Michigan Corpus of Spoken Academic English** (MICASE OFC150MU042):

(6) *Clarifying reference*

S3: yeah yeah that's (right) and, remember like Lana Lane or some or Lana something

S1: Lois Lane? [*suggestion*]

S3: no no it's Lois Lane but no there's another girl Lana right? [*partial rejection, partial acceptance*]

S7: yeah that takes over the paper [*confirmation and continuation*]

S3: yeah [*acceptance*]

Collaboration in text interpretation

Authors and readers are not in a position to engage with one another in the kinds of exchanges found in (5) and (6). However, co-present readers of the same text certainly are, and this is exactly what they often do, putting the text into the stream of talk and requesting or suggesting glosses, fresh interpretations, and alternate construals as they go, using all the usual resources of face-to-face communication.

Narayan (2012) provides an excellent example of how co-present interpreters of texts make use of the resources afforded by face-to-face interaction, including gestures, posture, and gaze management. In this study, pairs of subjects sat facing one another, positioned so that one participant could see panels from various comics projected on a screen, while the other could not. The task of the first participant (here, P1) was to describe each panel until both participants agreed that the second participant (P2) understood what was being depicted.

In this example, P1 has difficulty coming to the canonical explanation of what the panel depicts – a car pulling across traffic to nab a parking spot, while the car’s driver triumphs and the driver of the car he has cut off honks his horn in anger. P1 has repeatedly described the car as “pulling out of a spot”, and once as “tryna pull out into the road”. P2 is able to recognize that there is something wrong with P1’s interpretation, and over four and a half minutes and several dozen turns of conversation, the two work to revise P1’s original construal, arriving eventually at a mutual understanding of the image that matches the canonical one.

(7) *Revised construal*

P1: The car parked behind the bug is so hard to see, could even be a taxicab, it’s just a yellow car, um...

It’s hard to see because the word honk

Um

Is basically over the top of it.

P2: It’s interesting that it says SCORE, maybe what it means is he actually got the spot, as opposed to...

looks at P1

P1: Ohhh! Yeah!

Here P1 and P2 have generated much the same kind of revised construal seen in (5). P2 uses his gaze to check P2's comprehension, prompting her to confirm that she agrees and will adopt his revised construal. While they have no opportunity to interact meaningfully with the creator of the original text, their interpretation of the text is highly interactive, and relies crucially on cues from one another's gestures and gaze as well as from their talk. They stand as overhearers with respect to the creator of the text, but active co-participants with respect to one another.

We see something similar in the following example, from an undergraduate classroom discussion on Philip Roth's novel **The Ghost Writer**. Here, a student, S4, combines quotation of the text with a variety of conversational resources to signal her own comprehension and confusion to the instructor, S1. For clarity, I have used italics to mark the words and phrases that the speakers are reading from the novel. Otherwise I have retained the transcription conventions of the original, in which punctuation indicates prosodic rather than grammatical features.

(8) *Clarifying references* (MICASE LES300SU103)

S1: um, can you start *too late mother*. page one-oh-six? and, read loud enough so that everybody can, hear you.

S4: *too late mother, didn't you read the ten questions from, Nathan Zuckerman? dear, i did possess a copy, and the letter too the big three mama um, strikers?*

S1: mm, they're those these are two Nazi um, officials. (actually)
[S4: and i,] they were both, they both were involved in Nazi propaganda.

S4: *and your son what about um, the judge's um, humility? where is his modesty? uh he only e- he only meant what happened, to the Jews in Europe not in Newark. we are, no- we are not the wretched of, Belsen who is Belsen?*

S1: Belsen uh Bergen-Belsen is a concentration camp and this is the camp where Anne Frank died.

Observe that S4's reading of the text here functions as a great deal more than simple quotation. S1 does not have to guess where S4 would benefit from her greater knowledge of the background information necessary to make sense of various references in this passage. Instead, she customizes her contributions and clarifications based on S4's performance. S4 uses intonation, pauses, restarts, and inserted requests for clarification to bring the advantages of face-to-face

communication to bear on her understanding of the text; Roth's text is being used as a discursive element reframed in her own voice, allowing her to signal what she does and does not understand.

Authors as overhearers

Finally, groups of readers can and do form eccentric, insular interpretive communities, generating bodies of interpretive work that may well be wholly or largely impenetrable to other readers and even to the original author of the source text. These groups constitute discourse communities in the sense proposed by Swales (1990): They have common public goals, they have established mechanisms for communication and information exchange among members of the group, they make use of community-specific genres and specialized terminology, and their interactions require a high general level of relevant expertise.

One example of this kind of inter-reader group is the "Sherlockian" community of fans of Arthur Conan Doyle's stories about Sherlock Holmes, which I have written about in some detail in Tobin (2006). These readers write scholarly articles, squibs, and entire books under the conceit that Holmes and Watson were real people. The writers of Sherlockian compositions also typically serve as the primary audience for one another's contributions to this body of work. To the uninitiated, the resulting productions can be difficult to distinguish from sincere confusion over the fictional status of the stories. Indeed, Arthur Conan Doyle himself found the pastime both distasteful and mystifying. (LELLENBERG; STASHOWER; FOLEY, 2007).

Today's popular culture supports a multitude of similarly idiosyncratic reading communities for all kinds of novels, television shows, comic books, and other texts, producing enormous quantities of collaborative interpretations and alternative "replottings" (GERRIG, 1993). It is common to find the authors of the source texts expressing a certain amount of bewilderment about these discourses, even if they are ultimately flattered by the attention and sympathetic with their readers' desire to find a creative outlet. J. K. Rowling, author of the wildly popular **Harry Potter** series, spoke of this experience in an interview:

For a long time I never looked. People used to say to me, “Do you ever look at the fan sites or see what people have said online?” I was truthful; I said I didn’t. Then one bored afternoon, I googled “Harry Potter.” Oh... my... God. I had NO idea.

What we see happening in these examples are situations in which authors are neither part of nor entirely oblivious to the kinds of extended, highly participatory, interpretive discourses taking place among communities of their readers. In this way, authors can find themselves transformed into the overhearers of their own readers’ interpretive conversations.

Conclusion

Theoretical analyses of discourse processing often assume that texts in general and published fictional narratives in particular should be thought of as a form of interaction between the author and the reader, in which writers and readers occupy the positions of speaker and addressee. While these analyses are right to look for interaction in the literary event, they are largely looking for it in the wrong place. In functional terms, readers act primarily as overhearers, rather than as addressees (even side-addressees), of authors’ textual utterances. In this role, they engage in side conversations with other readers, treating the texts as the objects of their joint attention. These interactions between readers draw on many of the concrete resources of immediate conversation that authors and their readers cannot share. Indeed, authors who encounter the product of these interactions often find themselves inhabiting the role of overhearers – even eavesdroppers – themselves.

Leitores como ouvintes casuais e textos como objeto: atenção compartilhada em comunidades de leitura

Resumo

Os modelos da linguagem que dão ênfase à dimensão interativa da construção do significado centram-se normalmente em textos publicados, como o romance, enquanto terreno do uso linguístico em que escritores e leitores assumem o lugar de falantes e destinatários. Este estudo propõe que os leitores de textos publicados funcionam antes como ouvintes casuais mais do que como destinatários. Com base nas ferramentas da Análise de Conversação e da Teoria dos Espaços Mentais, este trabalho examina várias interações retiradas do *Corpus* do Michigan de Inglês Acadêmico Americano e ainda dados gravados da investigação de gestos, bem como exemplos ilustrativos da história da literatura. O modelo de ouvintes casuais que aqui se apresenta sugere que as interações entre diferentes leitores do mesmo texto são um local mais importante de colaboração no discurso literário do que tipicamente se supõe e mostra, ainda, que as atividades compartilhadas entre os leitores também excluem normalmente os autores, de formas interessantes e importantes.

Palavras-chave: Interação. Literatura. Ouvintes Casuais. Destinatários. Atenção conjunta. Espaços mentais.

References

- ARANDA, Natalie. The Pros and Cons of Vinyl Fencing. **EzineArticles**. Disponível em: <<http://ezinearticles.com/?The-Pros-and-Cons-of-Vinyl-Fencing&id=434398>>. Acesso em: 1º ago. 2007.
- ARIEL, Mira. **Accessing noun phrase antecedents**. London: Routledge, 1990.
- BARTHES, Roland. The Death of the Author. In: BARTHES, Roland. **Image, music, text**. Tradução de Stephen Heath. New York: Hill and Wang, 1977. p. 142-47.
- BATTIATA, Mary. Blood Feud. **Washington Post**. 22 May 2005. W8.
- BOOTH, Wayne C. *The Rhetoric of Fiction*. Chicago: University of Chicago Press, 1961.

BRUCE, Bertram C. A Social Interaction Model of Reading. **Discourse processes**, v. 4, p. 273-311, 1981.

CHAFE, Wallace L. **Discourse, consciousness, and time**: The Flow and Displacement of Conscious Experience in Speaking and Writing. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

CLARK, Herbert H. **Using language**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

CLARK, Herbert H.; BRENNAN, Susan A. Grounding in Communication. In: RESNICK, Lauren B.; LEVINE, John M.; TEASLEY, Stephanie D. (Ed.). **Perspectives on socially shared cognition**. Washington: APA Books, 1991. p. 127-49.

DIXON, Peter; BORTOLUSSI, Marisa. Text Is Not Communication: A Challenge to a Common Assumption. **Discourse processes**, v. 31, p. 1-25, 2001.

FAUCONNIER, Gilles; TURNER, Mark. **The way we think**. New York: Basic Books, 2002.

FILLMORE, Charles J. Frame Semantics. In: THE LINGUISTIC SOCIETY OF KOREA (Ed.). **Linguistics in the morning calm**. Seoul: Hanshin, 1982. p. 111-37.

FROST, Robert. Mending Wall. In: FROST, Robert. **North of Boston**. New York: Dover Reprint, 28, 1915.

GERRIG, Richard J. **Experiencing narrative worlds**. New Haven: Yale University Press, 1993.

GIBBS, Raymond W. **The poetics of mind**: Figurative Thought, Language, and Understanding. New York: Cambridge University Press, 1994.

GIBBS, Raymond W. **Intentions in the experience of meaning**. New York: Cambridge University Press, 1999.

GOFFMAN, Erving. Footing. In: GOFFMAN, Erving. **Forms of talk**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1981. p. 124-59.

GOODWIN, Charles. The Interactive Construction of a Sentence in Natural Conversation. **Everyday language**: Studies in Ethnomethodology. Editado por George Psathas. New York: Irvington Publishers, 1979. p. 97-121.

GOODWIN, Charles. Restarts, Pauses, and the Achievement of a State of Mutual Gaze at Turn-Beginning. **Sociological inquiry**, v. 50, p. 272-302, 1980.

GOODWIN, Charles. Audience Diversity, Participation and Interpretation. **Text**, v. 6, p. 283-316, 1986.

GRAESSER, Arthur C.; BOWERS, Cheryl; OLDE, Brent; POMEROY, Victoria. Who said What? Source Memory for Narrator and Character Agents in Literary Short Stories. **Journal of educational psychology**, v. 91, p. 284-300, 1999.

JEFFERSON, Gail. Sequential Aspects of Storytelling in Conversation. In: SCHENKEIN, Jim. **Studies in the organization of conversational interaction**. New York: Academic Press, 1978. p. 219-48.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metaphors we live by**. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

Leaky Cauldron. 2000. Transcript: Joanne K. Rowling at Radio City in “An Evening with Harry, Carrie and Garp”. Disponível em: <<http://www.the-leaky-cauldron.org/page/event-reports/jknyrnyctnight1>>. Acesso em: 1º ago. 2007.

LELLENBERG, Jon; STASHOWER, Daniel; FOLEY, Charles. **Arthur Conan Doyle: A Life in Letters**. New York: Penguin Press, 2007.

NARAYAN, Shweta. Maybe what it means is that he actually got the spot: Physical and cognitive viewpoint in a gesture study. In: DANCYGIER, Barbara and Sweetser, Eve (Ed.). **Viewpoint in language: A Multimodal Perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

NOLEN, Susan Bobbitt. Effects of Visible Author on Statistics Texts. **Journal of educational psychology**, v. 87, p. 47-65, 1995.

PASCUAL, Esther. **Imaginary dialogues: Conceptual Blending and Fictive Interaction in Criminal Courts**. Utrecht: LOT, 2002. Dissertation Series, n. 68.

ROBERTSON, S. Good hedges make good neighbors. **The gazette**. 9 Aug. 2003.

SCHOBER, Michael F.; CLARK, Herbert H. 1989. Understanding by Addressees and Overhearers. **Cognitive psychology**, v. 21, p. 211-232, 1989.

SIMPSON, Rita C.; BRIGGS, Sarah L.; OVENS, Janine; SWALES, John M. **The michigan corpus of academic spoken english**. Ann Arbor, MI: The Regents of the University of Michigan, 2002.

Unfogged.com. Is Economics Science, Or Are Economists More Like 19th Century Natural Philosophers? Messages posted to <http://www.unfogged.com/archives/comments_5794.html>. Acesso em: 16 nov. 2006.

TALMY, Leonard. Fictive Motion in Language and “Ception”. In: BLOOM, Paul; PETERSON, Mary A.; NADEL, Lynn; GARRETT, Merrill F. (Ed.). **Language and space**. Cambridge, MA: MIT Press, 1996. p. 211-276.

TOBIN, Vera. Ways of Reading Sherlock Holmes: The Entrenchment of Discourse Blends. **Language and literature**, v. 15, p. 73-90, 2006.

TURNER, Mark. *The Literary Mind*. New York: Oxford University Press, 1996.

WIMSATT, William Kurtz; BEARDSLEY, Monroe C. Intention. In: **Dictionary of world literature**. Editado por Joseph T. Shipley. New York: Philosophical Library, 1942. p. 326-9.

WIMSATT, William Kurtz; BEARDSLEY, Monroe C. The Intentional Fallacy. **The verbal icon: Studies in the Meaning of Poetry**. Lexington: University of Kentucky Press, 1954. p. 3-18.

O discurso sobre futebol e violência em Minas Gerais

Luciane Corrêa Ferreira*
Pedro Henrique Sousa da Silva**

Resumo

Este artigo apresenta a linguagem metafórica, assim como metonímica, que surgiu em interações discursivas entre os participantes, quando conversaram sobre a convivência com a violência no futebol em Minas Gerais. Utilizamos uma abordagem da metáfora à luz da dinâmica do discurso que sustenta que as metáforas utilizadas pelas pessoas na fala refletem suas emoções, valores e opiniões. A análise foi centrada em dados coletados a partir da discussão em um grupo focal em Belo Horizonte, Minas Gerais. Nossa pergunta de pesquisa foi: de que maneira os participantes usam linguagem figurada quando falam sobre violência no futebol? Adotamos a análise do discurso à luz das metáforas (CAMERON *et al.*, 2009), que nos permite refletir sobre a maneira como os brasileiros enfrentam situações de violência urbana e sobre a linguagem figurada que eles usam para conceitualizar a violência.

Palavras-chave: Violência urbana. Futebol. Linguagem figurada. Metáfora.

Futebol e metáfora: motivações cognitivas

Em um estudo realizado anteriormente, buscou-se investigar expressões metafóricas motivadas pelo domínio experiencial futebol na mídia brasileira. Objetivou-se discutir que domínios experienciais fonte vão mapear o domínio-alvo futebol e vice-versa. Os resultados apontaram mapeamentos metafóricos que contemplaram os domínios experienciais fonte ARTE, GUERRA, RELIGIÃO, NEGÓCIO, EDIFÍCIO, utilizados para falar sobre o domínio-alvo FUTEBOL e o uso do esquema imagético de CONTÊINER (FERREIRA, 2011).

* Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. O projeto “Futebol, metáfora e violência urbana”, que contou com uma bolsa PIBIC/PROBIC FAPEMIG em 2012, foi desenvolvido sob minha coordenação na Faculdade de Letras da UFMG, em colaboração com o projeto “Metáfora e a constante ameaça de violência urbana no Brasil”, coordenado pela Profa. Ana Cristina Pelosi (UFC) no Ceará. O projeto guarda-chuva é coordenado pela Profa. Lynne Cameron da Open University, Milton Keynes, Reino Unido.

** Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará.

Estudos apontam que expressões metafóricas para descrever esportes e jogos frequentemente são motivadas pelos domínios experienciais ARTE, GUERRA, RELIGIÃO E VIOLÊNCIA (SIMÓ, 2008). Por exemplo, quando um repórter afirma que “a torcida não conseguia ver sangue durante o jogo”,¹ o domínio experiencial VIOLÊNCIA é ativado a fim de descrever a experiência abstrata de sofrimento envolvida quando os fãs assistem a um jogo de futebol. Simó distingue entre o domínio experiencial VIOLÊNCIA E GUERRA na conceitualização do jogo de xadrez, pois a autora argumenta que nem todas as expressões do domínio experiencial GUERRA, utilizadas para falar do esporte, são violentas, mas sim se referem à estratégia. O mesmo se aplica ao futebol, pois falamos de tática, ataque e defesa em futebol, e tais conceitos não estão necessariamente relacionados a atitudes violentas no campo.

Já que o futebol é considerado uma metáfora da sociedade e uma representação da vida social, a violência presente na sociedade brasileira tem se refletido também nos campos. O futebol – e os esportes em geral – são frequentemente descritos na Sociologia como rituais de violência simbólica com um objetivo civilizatório (ELIAS, 1994) por desestimularem a violência direta. A manifestação dessa violência, uma corda bamba entre o real e o simbólico, seria sempre acionada por um estímulo externo, como a impunidade, o descaso das autoridades e de políticas públicas, assim como por uma estreita relação com outras questões referentes à agressividade direta, como tráfico de drogas, xenofobia e racismo, ou indireta, como pobreza e exclusão social.

Portanto, o futebol não é violento, embora historicamente esteja associado a rituais de guerra e isso se reflita na linguagem utilizada para falar de e descrever o futebol, em que encontramos termos empregados no domínio experiencial GUERRA, como ‘tática’, ‘ataque’, ‘defesa’, entre outros. Os exemplos de violência no futebol que chamam mais atenção acontecem fora de campo e estão relacionados à atuação das torcidas organizadas no Brasil e ao fenômeno do hooliganismo na Europa. Embora um índice de violência de 5% (MURAD, 2007, p. 21) no futebol brasileiro seja considerado problemático, a mídia sensacionalista faz com que a sensação de insegurança com relação à ida do espectador brasileiro aos estádios de futebol aumente. Tal insegurança também se reflete no discurso dos participantes do presente estudo.

¹ DVD Penta a hegemonia do Flamengo, 2009.

Futebol e a metáfora discursiva

Cameron (2003) sugere que, para se compreender a metáfora, é necessário entendê-la no seu uso dialógico como parte integrante do uso da língua, como propõe Bakhtin. A língua é aqui entendida como sistema dinâmico complexo. Assim, nas interações, o fluxo discursivo ocorre como um processo de “pensamento e fala”, em que o uso de hifens na expressão sinaliza a estreita relação entre pensamento e linguagem. “Pensamento e fala” é um processo dinâmico e dialógico que exige a coconstrução situada por parte dos participantes da palavra do outro e a sua adaptação, a partir dessa compreensão, na proporção que intenções e emoções evoluem no fluxo do discurso. Dessa forma, cognição e linguagem seriam indissociáveis. As metáforas que emergem no discurso fazem parte de um processo dinâmico em constante mudança, motivado por fatores cognitivos, contextualmente e socioculturalmente situados, assim como fatores linguísticos. Objetivamos, assim, partindo do discurso produzido por vítimas diretas ou indiretas de violência no futebol em uma discussão com um grupo focal, verificar a emergência e constituição de expressões figuradas para conceitualizar a violência no futebol.

O método de análise do discurso à luz das metáforas trabalha com linguagem metafórica, especificamente, com veículos metafóricos (CAMERON, 2010) emergentes no discurso. Após a transcrição das gravações com auxílio do *software* Atlas.ti, as metáforas linguísticas são identificadas e codificadas. Em seguida, padrões de sistematicidade são identificados e examinados. Estudos realizados anteriormente apontaram para o fato de que as metáforas utilizadas pelos falantes revelam informações úteis sobre suas ideias, atitudes e valores. Por exemplo, o estudo de Cameron (2003) apontou que as metáforas utilizadas em interações em sala de aula revelam atitudes e expectativas de alunos frente ao processo de aprendizagem e possibilitam aos alunos outras maneiras de falar sobre os conteúdos aprendidos. Busca-se identificar metáforas sistemáticas no discurso que são como um fio encadeador na interação, sendo utilizadas e retomadas várias vezes pelos participantes do grupo focal. A metáfora sistemática configura-se como uma estabilização temporária no discurso e aparecerá nas análises em *itálico*.

Cameron mostrou como metáforas em conversas de reconciliação desvelam ideias-chave e mudam as atitudes dos participantes, conforme o processo de

reconciliação evolui por meio de deslocamentos metafóricos, *i.e.*, deslocamento do veículo (*vehicle re-deployment*), desenvolvimento do veículo e literalização do veículo. (CAMERON, 2008, p.61)

O discurso metafórico e o não metafórico se interconectam na concretização de objetivos discursivos, ao passo que as metáforas mudam na fala dos próprios participantes e entre participantes nas interações. Cada instanciação metafórica está fortemente encaixada no seu contexto discursivo imediato. À medida que se identificam, no fluxo da conversa, padrões no uso de metáforas, identificam-se os tópicos discursivos e, a partir daí, tem-se subsídios para a identificação das metáforas sistemáticas no discurso. O processo de listagem e separação das metáforas destaca o papel do contexto.

Este estudo foi desenvolvido em colaboração com o projeto “Metáfora e a constante ameaça de violência urbana no Brasil”, coordenado pela Profa. Ana Cristina Pelosi em Fortaleza, Ceará, e do qual participam ainda professores da UCS e da UFMG. O projeto guarda-chuva é coordenado pela Profa. Lynne Cameron, da Open University, Milton Keynes, Reino Unido, e investiga como a linguagem figurada é empregada na interação para se falar de atos terroristas, sendo também objetivo do projeto comparar os dados sobre terrorismo com os dados sobre violência urbana no Brasil. No presente estudo, investigamos como participantes de um grupo focal falam sobre sua experiência com violência no futebol e seus sentimentos quanto ao tema como pessoas que vivenciam o futebol em Minas Gerais como torcedores de clubes mineiros. Silva (2013) investiga a violência no futebol do Ceará utilizando a mesma metodologia e com o mesmo objetivo, em que torcedores dos dois maiores clubes cearenses, Fortaleza e Ceará, participam de uma discussão em grupo focal. Há muitos paralelos entre os resultados dos dois estudos com torcedores de Minas Gerais e do Ceará.

O risco de violência urbana no Brasil é contínuo. Infelizmente tais riscos também se referem à violência no esporte. Cameron fala em “estórias circulantes” (*circulating stories*), que são eventos significativos que se transformam em estórias compartilhadas, *e.g.* o caso dos torcedores do Corinthians na Bolívia e o caso do torcedor do Cruzeiro morto por membros da Galoucura na região central de Belo Horizonte.

Em um estudo anterior com grupo focal, buscamos mostrar como o nome da torcida de um clube de futebol da capital mineira é mencionado por uma participante com um uso metonímico em uma interação em que os participantes relatam a sua

experiência com violência urbana na cidade de Belo Horizonte. Veja no excerto acima como a participante Patrícia utiliza uma metonímia sistemática que veicula a imagem de um CONTÊINER (DENTRO/FORA) para referir a sensação de proteção por pertencer a um grupo, *i.e.*, o sentimento de estar DENTRO, no caso dentro do grupo da torcida da Galoucura:

Patrícia: Teve uma vez que o cara tentou me assaltar,
aí eu virei pra ele
<..qual é rapaz, aqui é galoucura
..cê vai mexer comigo, cê é doido?> [riso]
..aí ele saiu correndo, velho
saiu correndo de mim!
..Ele ficou com o maior medo

Bruno: ..Nó e eu passo mesmo
..não tô nem f
..morrer de graça não

Patrícia: ..Eu já tô muito experiente em assalto
..já fui assaltada sete vezes
..da última eu falei
..da última eu fui esperta, meu filho, agora
agora eu sei que eu sou da galoucura [risos]
agora ninguém me assalta mais não.
(FERREIRA, 2012, p.174-175)

Na fala de Patrícia, Galoucura funciona como uma metonímia NOME pela AÇÃO, em que o nome Galoucura é automaticamente identificado com as ações violentas perpetradas por membros da torcida Galoucura. Ao proferir aqui é Galoucura, Patrícia aciona intencionalmente a inferência de que, se o agente de violência causar algum dano a ela, estará agindo contra a torcida, estabelecendo uma relação metonímica de PARTE-TODO. Ao falar “agora eu sei que eu sou da Galoucura”, Patrícia também aciona a possível inferência de que inventou que é membro da Galoucura para motivar o sentimento de medo no seu interlocutor, o ladrão que ia assaltá-la. O submodelo com propriedades comuns que reúne semelhanças de família para configurar a categoria VIOLÊNCIA é o que congrega as propriedades AGENTE PERCEPTÍVEL, AÇÃO DIRETA, EMPREGO DA FORÇA FÍSICA e DANO MATERIAL (FELTES, 2007, p. 263), enfim algumas propriedades relacionadas com atividades com as quais a imagem da torcida Galoucura está relacionada.

Metodologia

Este é um estudo de natureza qualitativa. Seguimos os procedimentos metodológicos descritos em Cameron *et al.* (2009). Onze participantes, estudantes de graduação na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), participaram da coleta de dados em um grupo focal em outubro de 2012. A fim de promover a interação entre os participantes do grupo focal, um membro do grupo de pesquisa atuou como moderador da discussão. Foram adotados pseudônimos na transcrição, a fim de preservar a identidade dos participantes.

Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas. Procedeu-se a uma análise do discurso guiada por metáforas (CAMERON *et al.*, 2009), tendo os dados sido transcritos (13.880 palavras) com o apoio do *software* Atlas.ti, de análise qualitativa. Os dados foram posteriormente codificados em metáforas, metonímias, tópicos discursivos e cenários. Metáforas individuais foram reunidas em grupos de metáforas para se identificar padrões sistemáticos. Em primeiro lugar, identificaram-se os tópicos discursivos – TDs –, por exemplo, tópicos como ‘pessoas’, ‘violência’, ‘mídia’, ‘autoridades’, ‘local’, cf. Cameron (2010). A identificação dos TDs nos auxiliou a localizar os veículos metafóricos. Então, os veículos metafóricos depois foram identificados e agrupados. A identificação dos veículos metafóricos deu-se cf. uma versão adaptada do PIM ou MIP (Metaphor Identification Procedure), adotado pelo Grupo Pragglejaz (2007), que considera metafórico qualquer uso incongruente ou diferente de um termo que difere do seu significado mais concreto. Veículos metafóricos e metonímias foram identificados e codificados. Por exemplo, palavras ou expressões referentes à ‘mídia’ foram agrupadas, expressões relativas a ‘localização’ usadas com valor metonímico foram agrupadas, por exemplo ‘estádio’ e ‘rua’.

O método de análise do discurso à luz das metáforas (CAMERON *et al.*, 2009) se move constantemente por vários níveis que são o micronível de uma dada metáfora, os níveis intermediários de episódios de fala e veículos metafóricos, o macronível da conversação como um todo, finalmente tudo se insere dentro de um nível sociocultural mais amplo. A análise não é indutiva, de baixo para cima (*bottom-up*), baseada numa abordagem que ignora a possibilidade da existência de metáforas conceituais; nem dedutiva, de cima para baixo (*top-down*), partindo da premissa de que cada instância de metáfora na interação seria uma expressão

linguística licenciada por metáforas conceituais. Trata-se de um processo interativo e recursivo que vai dos dados resultantes da interação no grupo focal ao contexto social maior (MACEDO, 2010). Adotaram-se os seguintes procedimentos metodológicos na análise dos dados:

1. adaptação do questionário de Cameron (2006), traduzido pelos membros do Grupo de Pesquisa GELP²/COLIN, da Universidade Federal do Ceará, para investigar violência urbana no Brasil, com o objetivo específico de abordar no grupo focal a violência no futebol (FERREIRA, 2011);
2. coleta de dados com um grupo focal³ com onze participantes em outubro de 2012;
3. transcrição dos dados coletados com o auxílio do *software* Atlas.ti;
4. análise dos dados.

Trabalhamos com *corpora* oriundos da gravação e filmagem de um grupo focal, buscando identificar e analisar metáforas recorrentes em seus discursos para sentimentos de agressividade e/ou outras noções referentes a situações de violência experimentadas por adultos, vítimas diretas ou indiretas de violência urbana. Os informantes foram selecionados entre frequentadores de cursos acadêmicos em nível de graduação da Universidade Federal de Minas Gerais, na faixa etária de 18 a 40 anos. Onze pessoas participaram da pesquisa, sendo sete mulheres e quatro homens. Os nomes dos participantes foram modificados para pseudônimos, a fim de preservar o sigilo de sua identidade. A participação de cada informante foi voluntária e todos os participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido concordando em participar da pesquisa.⁴ A duração máxima do período de discussão em grupo foi de 80 minutos. Treze perguntas foram lançadas uma a uma para o grupo conforme procedimentos previamente adotados quando da coleta de dados para o projeto sobre metáfora e violência urbana em Minas Gerais (FERREIRA, 2012). As discussões foram filmadas e transcritas para análise. Identificamos nas interações os tópicos discursivos, narrativas, veículos metafóricos, metáforas e metonímias sistemáticas referentes à conceitualização

2 Grupo de Estudos da Metáfora na Linguagem e no Pensamento.

3 Houve duas coletas de dados anteriores em 2012, uma anterior (9.035 palavras), com oito participantes, também sobre violência no futebol.

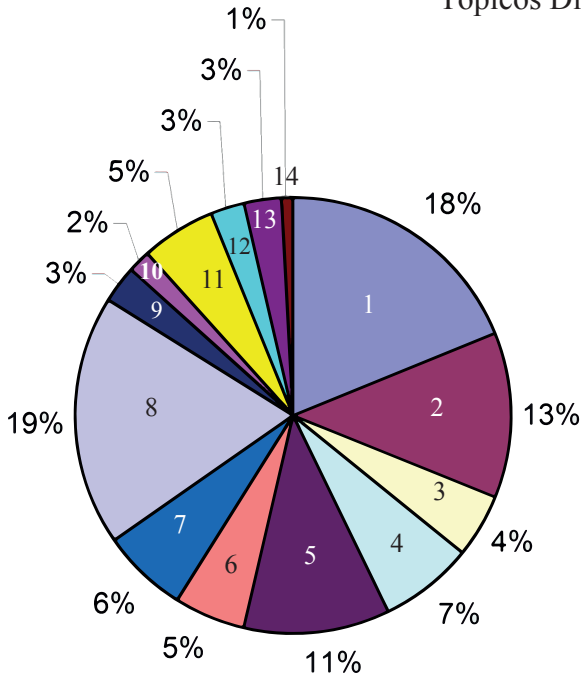
4 Projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa – COEP – da UFMG em 2011.

da violência no futebol, nosso objeto de estudo. Os dados foram codificados para identificar as metáforas e metonímias, assim como narrativas pessoais e cenários. Metáforas individuais foram agrupadas para se encontrarem padrões sistemáticos de metáforas. Também foi realizada uma análise das metáforas conceituais (LAKOFF; JOHNSON, 1980) e dos esquemas imagéticos, por exemplo: FONTE-CAMINHO-META e CONTENIMENTO (JOHNSON, 1987) observados nos dados, *i.e.*, os elementos cognitivos identificados nos dados, o que nos auxiliou a entender as motivações cognitivas nas interações discursivas.

Resultados apontam para os seguintes tópicos discursivos nas interações do grupo focal analisado (FERREIRA, 2013):

- Emoções
- Estrutura do futebol no Brasil
- Fazer parte de um grupo
- Futebol no exterior
- Mídia
- Mudança
- Política
- Educação
- Atitudes dos jogadores
- Autoridades
- Comparação com outros esportes
- Grupos afetados pela violência
- Respeito
- Violência

Tópicos Discursivos



- 1 ■ Emoções
- 2 ■ Estrutura do futebol no Brasil
- 3 ■ Fazer parte de um grupo
- 4 ■ Futebol no exterior
- 5 ■ Mídia
- 6 ■ Mudança
- 7 ■ Política
- 8 ■ Violência
- 9 ■ Respeito
- 10 ■ Educação
- 11 ■ Atitudes dos jogadores
- 12 ■ Autoridades
- 13 ■ Comparação com outros esportes
- 14 ■ Grupos afetados pela violência

Figura 1 – Tópicos Discursivos (FERREIRA, 2013)

Veja-se na sequência como esses Tópicos Discursivos (TDs) aparecem nos dados de uma maneira recorrente, motivando metáforas discursivas:

Excerto 1:

Toni: eu acredito que o futebol era pra ser

..um

..um esporte

..em que você pudesse assistir igual você assiste um jogo de tênis

..em que

..você pode levar seu filho,

você pode levar sua esposa

..e

..nós estamos caminhando pra que isso não aconteça mais

No excerto 1, Toni veicula o Tópico Discursivo ‘comparação com outros esportes’ do quadro acima e vai utilizar um esquema imagético FONTE-CAMINHO-META para descrever a trajetória para onde a violência está nos conduzindo. Nesse caso, a violência está sendo conceitualizada nos dados como um CAMINHO, com início, que percorre uma trajetória e cujo objetivo é acabar com a liberdade do cidadão de se deslocar livremente. No excerto a seguir, foi constatado um uso metonímico.

Excerto 2:

Lívia: sou igual a ele,

sou pessimista

..e tô achando cada vez mais que isso tende a piorar

..até mesmo ao ponto de chegar o time não jogar mais na casa,

vir só os times adversários

..pra cá,

Maria: eu penso em não ir no estádio de futebol

...infelizmente

No excerto 2, por meio do Tópico Discursivo ‘localização’, identificamos o veículo metonímico ‘casa’, que se repete nos dados sobre violência no futebol, já que ‘jogar na casa’ significa jogar ‘no estádio do seu time’, e é muito importante para o time por poder jogar com o apoio da sua torcida, *i.e.*, sentir-se seguro. Coincidentemente, ‘casa’ significa, metonimicamente, ‘segurança’ nos dados sobre violência urbana no Brasil (FELTES; PELOSI; FERREIRA, 2012), e não poder jogar ‘na casa’ é descrito pela torcedora como um motivo de grande tristeza, pois jogar e vencer ‘na casa’, *i.e.*,

na sua sede, no seu estádio, está associado com um grande valor simbólico para a torcida. No excerto 3, a participante revela seu temor em ir ao ‘estádio’, trata-se do temor do que pode vir a acontecer no que vem sendo denominado na mídia como ‘o caminho do torcedor’. Nesses dois casos, foi detectado nos dados o que Cameron (2010) denominou de ‘metáforas da paisagem social’, *i.e.*, um conjunto de metáforas espaciais utilizadas para conceitualizar as relações entre a sociedade e vários grupos sociais, principalmente metáforas que indicam ‘PAISAGEM’, ‘MOVIMENTO’ e ‘CONTÊINER’ (p. 606). Tal cenário, acessado por meio de tais metáforas, possibilita o ‘pensar e falar’, à medida que as pessoas podem ajustar as suas concepções de como grupos sociais interagem. Segundo Cameron, isso está relacionado ao fato de diferentes grupos sociais geralmente ocuparem locais diferentes nas cidades. No caso dos dados de Cameron, as comunidades de muçulmanos vivem restritas a uma determinada área de cidades industriais na Inglaterra e constituem uma comunidade homogênea. No caso dos dados do Brasil sobre metáfora e violência urbana, também se verificam referências a grupos sociais restritos a uma determinada área da cidade, como é o caso das favelas e aglomerados nas grandes cidades brasileiras, lugares que são referidos nos dados sobre violência urbana por meio do esquema imagético do ‘CONTÊINER’, em que temos as dicotomias ‘rua’/‘casa’ e ‘rua’/‘estádio’, sendo que os lugares fechados significam, metonimicamente, ‘lugar seguro’, e os lugares abertos onde, como fala a participante Clara, a seguir, ocorre a ‘batalha’ significam ‘perigo’ para os torcedores. A seguir, veja como o ‘medo’, outro Tópico Discursivo que aparece nos dados sobre violência urbana no Brasil em geral, é conceitualizado pela participante Clara.

Clara: O campo de batalha vai mudar, né.

Ricardo: [Uhum, vai sair da rua e],

Clara: ..naquele episódio que teve ali na frente do Chevrolet Hall, ...

Ricardo: os caras desceram pra brigar.. e um⁵ morreu.

Excerto 5:

Ricardo: ..no Mineirão,

dentro do estádio a segurança é muito efetiva,

dá muito certo.

5 Aqui está implícita a palavra ‘torcedor’, pois um jovem torcedor do Cruzeiro foi assassinado a pauladas. A imagem do seu corpo estendido no meio da rua apareceu na mídia televisiva em todo o Brasil.

Veja, no excerto a seguir, como a participante Maria lamenta o fato de não poder ‘vestir a camisa’ do time. “Vestir a camisa’ pode ser interpretado literalmente, mas também tem um significado metafórico à medida que ‘vestir a camisa’ também significa para o torcedor a identificação com o time de futebol para o qual torce. Inclusive, a expressão metafórica ‘vestir a camisa’ é utilizada em outros contextos, como, por exemplo, o empresarial, quando queremos dizer que uma pessoa se identifica totalmente com uma proposta ou uma política. Por exemplo, na frase ‘ela vestiu a camisa da empresa’, a expressão ‘vestir a camisa’ significa que a funcionária é muito motivada e vai fazer todo o possível para beneficiar o seu empregador.

Excerto 6:

Maria: ..até em dias comuns a gente fica
..se perguntando
<será que dá pra vestir a camisa do time,
será que não dá>
porque
..um torcedor
..muito fanático,
no extremo do fanatismo,
com certeza não vai se agradar de ver a gente com a –
com –
do time oposto do dele

Nos excertos a seguir, resultantes da investigação de Silva (2013) sobre a experiência dos torcedores de Fortaleza sobre a sua ida ao estádio, verificamos o mesmo fenômeno: a palavra ‘camisa’ é utilizada primeiro literalmente (l.33) e depois metonimicamente (l.39) ao longo da fala do torcedor para referir emoções como medo e insegurança quando o torcedor fala na sua ida ao estádio para assistir a um jogo.

29. Carlos Eu sou uma pessoa que sou fanática pelo Ceará e tudo, eu vou pro estádio e eu gosto de ir no caminho do torcedor –
30. Alex <XX> O cara ainda vai com medo ainda, vai com medo –
31. Carlos Não sei o que vai acontecer –
32. Alex <XX> A pessoa vai assim, não sabe se volta, não sabe se volta.
33. Carlos Eu gosto de usar a camisa –
34. Alex Infelizmente tá assim.
35. Carlos Eu gosto de usar a camisa da torcida organizada, eu gosto

36. Carlos Mas só que eu não me misturo com eles.
37. Antônio Dois
38. Carlos Mas se alguém me pegar vestido com aquela camisa na saída do estádio, na <XX>, sei lá.
39. Alex Aí o pessoal apanha por causa que tá usando a camisa, mesmo não sendo do –

Veja como, na linha 39, ‘camisa’ significa metonimicamente o sentimento de pertencimento do torcedor a um determinado clube de futebol, no caso o Ceará. Contudo, veja como na linha 36, o participante nega o seu pertencimento à torcida organizada, chegando mesmo a afirmar que ‘não se mistura’ com eles, em função da imagem de torcida violenta do time.

No excerto acima, na linha 29, Carlos usa o veículo metafórico “gosto de ir no caminho do torcedor”, metaforizando o deslocamento espacial do torcedor e promovendo, logo em seguida, a retomada da discussão na qual o tópico ‘medo’ se inscreve. A retomada desse tópico pode ser observada na linha 30, em que o informante Alex usa um veículo metonímico “O cara vai com medo ainda”, conectando-o ao tópico discursivo ‘medo’.

Na linha 38, Carlos retoma o veículo metonímico ‘camisa’, usado em linhas anteriores, associando-o aos tópicos medo e insegurança: “...se alguém me pegar usando aquela camisa na saída do estádio..” Logo em seguida, na linha 39, Alex, por sua vez, também faz uso desse veículo metonímico, associando-o aos tópicos medo e insegurança: “...Aí o pessoal apanha por causa que tá usando a camisa, mesmo não sendo do – ...”. Nesse sentido, os veículos metafóricos e os metonímicos vão se readaptando recorrentemente no fluxo da interação discursiva, formando redes de metáforas e de metonímias semanticamente semelhantes entre si, conectadas aos também recorrentes tópicos ‘medo’, ‘insegurança’ e, sobretudo, ao macrotópico em debate, ou seja, à ‘violência no futebol’. Tendo em vista essas ocorrências, o processamento da conceitualização da violência no futebol a partir da interação discursiva em análise estabilizou-se temporariamente como a seguinte metáfora sistemática proposta: VIOLÊNCIA NO FUTEBOL É UM AGENTE QUE LIMITA O DESLOCAMENTO DO TORCEDOR.

Verificou-se que tanto os participantes do grupo focal em Belo Horizonte como os participantes do grupo focal em Fortaleza (SILVA, 2013) conceitualizaram a violência no futebol como um AGENTE QUE LIMITA O DESLOCAMENTO DO TORCEDOR.

Considerações finais

Vimos, no presente artigo, como metáforas e metonímias sistemáticas são utilizadas pelos participantes de um grupo focal, a fim de discutir a sua experiência e expressar suas emoções como vítimas diretas e indiretas de violência no futebol. Um participante do grupo focal recorre à metonímia sistemática camisa para descrever como as pessoas procuram disfarçar a sua condição de torcedor para evitar despertar a atenção do agente da violência.

Vimos, portanto, como metáforas e metonímias sistemáticas são utilizadas numa interação por participantes de um grupo focal ao discutir sobre sua experiência e as suas emoções com relação à violência no futebol vivenciada na cidade de Belo Horizonte. Constatamos, como observou Cameron (2010), que metáforas e metonímias sistemáticas não são exclusivas de um único evento discursivo, como pudemos verificar nos dados do grupo focal do presente estudo, sobre violência no futebol em Belo Horizonte e nos dados de Silva (2013) sobre violência no futebol em Fortaleza, em que a metonímia sistemática ‘camisa’ se repete na fala dos participantes nas duas discussões.

The discourse about football and violence in Minas Gerais

Abstract

This paper presents metaphorical as well as metonymical language which emerged in discursive interactions among participants when they talked about violence and soccer in Minas Gerais, Brazil. We take a discourse dynamics approach to metaphor that holds that the metaphors people use in talk reflect their emotions, values and understandings. The analysis is focussed on data gathered from the discourse produced by a focus group discussion in Belo Horizonte, Minas Gerais. Our research question is how do participants use figurative language when they talk about violence and soccer? We adopted metaphor-led discourse analysis (CAMERON *et al.*, 2009), which enables us to reflect on the way how Brazilians face situations of violence related to soccer and the figurative language they use in order to conceptualize violence.

Keywords: Urban Violence. Football. Figurative language. Metaphor.

Referências

CAMERON, Lynne. **Metaphors in educational discourse**. London: Continuum, 2003.

CAMERON, Lynne. Responding to the risk of terrorism: the contribution of metaphor. **Delta**, v. 26, n. spe, p. 587-614, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/delta/v26nspe/v26nspe10.pdf>>.

CAMERON, Lynne. Metaphor shifting in the dynamics of talk. In: ZANOTTO, Mara Sophia; CAMERON, Lynne; CAVALCANTI, Marilda C. (Org.). **Confronting metaphor in use: an applied linguistic approach**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2008. p. 45-62.

CAMERON, Lynne; MASLEN, Robert. **Metaphor analysis: research practice in applied linguistics, social sciences and the humanities**. London, UK: Equinox Publishing Ltd, 2010.

CAMERON, Lynne; MASLEN, Robert; TODD, Zazie; MAULE, John; STRATTON, Peter; STANLEY, Neil. The Discourse Dynamics Approach to Metaphor and Metaphor-led Discourse Analysis. **Metaphor and Symbol**, v. 24, n. 2, p. 63-89, 2009.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. v. 1.

FELTES, Heloísa Pedrosa de Moraes. **Semântica cognitiva: ilhas, pontes e teias**. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.

FERREIRA, Luciane Corrêa. **Social status, metaphor and discourse about urban violence in Belo Horizonte, Brazil**. No prelo.

FERREIRA, Luciane Corrêa. O discurso sobre futebol e violência em Minas Gerais. In: CONFERÊNCIA LINGÜÍSTICA E COGNIÇÃO, 5., 2013, Santa Cruz do Sul. **Caderno de resumos: Simpósio Metáfora e Violência**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2013. Comunicação oral.

FERREIRA, Luciane Corrêa. A conceitualização de violência e futebol. **Antares**, v. 4, n. 7, p. 166-177, 2012.

FERREIRA, Luciane Corrêa. Futebol e metáfora na mídia. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DO DISCURSO, 9., 2011, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: FALE, UFMG, 2011. 1 CD-ROM.

JOHNSON, Mark. **The body in the mind**. Chicago: Chicago University Press,

1987.

MACEDO, Ana Cristina Pelosi Silva de. **Metáfora, cognição e cultura: um estudo sobre conceitualizações de violência urbana em Fortaleza-Ceará-Brasil.** Projeto PIBIC, PPGL, UFC, Fortaleza, 2010.

MURAD, Mauricio. **Violência e futebol.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

PRAGGLEJAZ GROUP. MIP: A method for identifying metaphorically-used words in discourse. **Metaphor and symbol**, v. 22, n. 1, p. 1-39, 2007.

SILVA, Pedro Henrique Sousa da. **Emergência de metáforas sistemáticas na interação discursiva entre torcedores vítimas da violência no futebol.** Ensaio de Qualificação. Dissertação em andamento. Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

SIMÓ, Judit. Chess Metaphors in American English and Hungarian. **Metaphor and symbol**, v. 24, n. 1, p. 42-59, 2008.

Dossiê
Metáfora e cognição

O papel subestimado do interlocutor na abordagem cognitiva da metáfora

Ulrike Schröder*

Resumo

Uma das maiores críticas voltadas para a Teoria da Metáfora Conceitual é que Lakoff e Johnson (2003, 1999) partem de uma constelação idealizada de interlocutores, de modo que o processo da compreensão de uma metáfora simplesmente se dá por meio da ativação de metáforas conceptuais, entrincheiradas no cérebro dos participantes (GIBBS, 2007). Procurar-se-á investigar quais as abordagens que dirigem sua atenção ao ouvinte como parte ativa por coconstruir o significado particular da expressão metafórica em dependência do contexto pragmático, social e cultural em que os interlocutores estão inseridos. A questão central é até que ponto os estudos existentes conseguem reintegrar o processo holístico da comunicação, e, para tal, distinguimos entre três linhas de pesquisa a serem aprofundadas: estudos psicolinguísticos, textual-discursivos e pragmático-interacionais.

Palavras-chave: Teoria da Metáfora Conceitual. Interlocutor. Compreensão. Comunicação. Interação.

1 Introdução

Junto à publicação do livro **Metaphors we live by** (LAKOFF; JOHNSON, 2003, 1980), surgiu a Semântica Cognitiva como nova linha de pesquisa, que até hoje não perdeu sua popularidade. Muito pelo contrário, observa-se, por um lado, um crescimento do interesse interdisciplinar na Teoria da Metáfora Conceitual¹ e, por outro lado, um aumento de estudos empíricos em busca de evidências que tornem as bases da teoria mais sólidas. Contudo, apesar das exaltações, há

¹ Convém salientar que Lakoff e Johnson não inventaram a teoria. De fato, há um número indefinido de antecipações no campo da filosofia, psicologia e linguística (cf. SCHRÖDER, 2012).

* Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

uma série de críticas reivindicando uma mudança paradigmática acerca do foco representacional da teoria, uma mudança tal que tirasse as expressões metafóricas do seu contexto comunicativo-funcional, reduzindo, destarte, o fenômeno da metáfora a princípios cognitivos pré-linguísticos.

Sendo assim, coloca-se a questão de qual seria o papel da metáfora na estrutura específica da interação comunicativa, estabelecida pelas coordenações recíprocas dos interlocutores, que interagem com base na força persuasiva da língua. Nas antecipações da teoria cognitiva da metáfora, tais questões já foram aprofundadas, especialmente na linha de pensamento de Philipp Wegener (1991, 1885), Karl Bühler (1982), Gerold Ungeheuer (2004, 1987) e Heinrich Walter Schmitz (1998, 2003, 1934). Convém lembrar alguns postulados desses autores.

O estudo da comunicação é visto como a busca pelas condições estruturais e funcionais da interação como coordenadoras recíprocas da ação, mediada simbolicamente. Por conseguinte, o foco está no uso situativo dos meios verbais, paraverbais e não verbais, em vez de uma abordagem que descreva a língua exclusivamente como ferramenta pré-dada. Ressaltando a diferença entre essas duas visões, Ungeheuer (2004) introduz, por um lado, a distinção entre ‘perspectiva comunicativa’ e ‘extracomunicativa’ com base na filosofia fenomenológica, recorrendo à distinção de ‘*Zuhandenem*’ (estar à disposição) e ‘*Vorhandenem*’ (ser existente) de Heidegger (1957) e à diferença entre ‘*fungierend*’ (funcionando) e ‘*thematissierend*’ (tematizando) de Husserl (1921, p. 261-265). Por outro lado, Ungeheuer segue a abordagem linguística de Karl Bühler, que separa entre teorias da língua como ato e como formação, as quais são fundamento para uma perspectiva funcionalista do falar, ligada ao sujeito, e uma perspectiva do objeto, desligada do sujeito. (BÜHLER, 1982, p. 48-69) Ora, em perspectiva comunicativa, a unidade entre falante e ouvinte na sua ação coorientada é de uma importância imprescindível para qualquer tipo de análise. Tal ângulo rejeita uma divisão do “evento comunicativo em eventos parciais, quase autônomos no lado do falante e do ouvinte” (SCHMITZ, 1998, p. 318),² como a posição que se encontra no modelo tradicional da transposição ou na teoria dos atos de fala. (SCHMITZ, 2003, p. 200-201). É esse papel do interlocutor, até hoje ainda marginal, que queremos tematizar a seguir. Pergunta-se até que ponto as críticas voltadas para a falta de uma contextualização interacional da metáfora conceitual, no decorrer dos últimos anos, já desenvolveram abordagens na direção de uma reintegração

² “Kommunikationsgeschehens in quasi-autonome Teilgeschehen auf Sprecher- und Hörerseite”.

do interlocutor, tirando-o da sua passividade e tornando-o um construtor ativo do significado metafórico.

2 Abordagens no campo da psicolinguística

O interesse no ouvinte surge em pesquisas do campo da psicolinguística que buscam por evidências empíricas da interação entre os níveis linguístico e cognitivo. Gibbs debruça-se sobre as vagezas da Teoria Conceitual da Metáfora e formula quatro hipóteses a serem testadas em estudos empíricos distintos.

1. Metáforas conceituais motivam o significado em perspectiva histórica, mas não têm mais papel na interação concreta.
2. Metáforas conceituais motivam o significado de expressões metafóricas, embora não façam parte do sistema conceitual dos interlocutores.
3. Metáforas conceituais motivam o significado de expressões metafóricas e fazem parte do sistema conceitual dos interlocutores, embora não sejam mais ativadas no uso atual.
4. Metáforas conceituais motivam o significado das expressões ainda ativamente assim que um interlocutor usar e entender metáforas na fala. (GIBBS, 2007, p. 46-47)

Um dos primeiros estudos (GIBBS; O'BRIAN, 1990) pergunta pelas imagens mentais construídas por ouvintes quando ouvem expressões idiomáticas como *spill the beans* ('revelar um segredo'). O resultado revelou que a maioria dos participantes tinha imagens semelhantes: os feijões ficavam em uma tigela do tamanho de uma cabeça, foram vertidos por engano e cobriram o chão depois. Referindo-se a essas paralelas nas descrições do cenário, os autores concluem que metáforas conceituais assumem um papel-chave na motivação dos significados de expressões idiomáticas. Porém, pode-se acrescentar a pergunta não esclarecida de como tais imagens entram no estoque de conhecimento das pessoas e qual o papel da cultura delas.

Em outro experimento, os participantes receberam o seguinte texto:

Mary was very tense about this evening's dinner party. The fact that Bob had not come home to help was making her fume. She was getting hotter with every passing minute. Dinner would not

be ready before guests arrived. As it got closer to five o'clock the pressure was really building up. Mary's tolerance was reaching its limits. When Bob strolled in at ten minutes to five whistling and smiling, Mary
(1) blew her stack
(2) bit his head off
(NAYAK; GIBBS, 1990)

Os participantes tiveram que escolher qual das duas expressões se inseria melhor no contexto, e a maioria escolheu a primeira, resultado em concordância com o domínio-fonte já introduzido pelas expressões precedentes *fume*, *hotter*, *pressure*, *reaching its limits*. A primeira expressão é ativada pela metáfora conceitual ANGER IS HEAT IN A PRESSURIZED CONTAINER, ao passo que a escolha da segunda expressão resultaria em uma ruptura com a alegoria no contexto dado. Portanto, quando um segundo grupo teve que escolher entre as duas expressões com base no mesmo texto, no qual apenas foram substituídas aquelas expressões pelas palavras *grouchy*, *growling under her breath* e *savage*, o grupo optou pela segunda variante, por sua afinidade com a metáfora superior ANGRY BEHAVIOR IS ANIMAL BEHAVIOR. Sendo assim, como os participantes tenderam a uma congruência entre a informação linguística e contextual, segundo Gibbs, a terceira hipótese foi afirmada. (GIBBS, 2007, p. 50)

Wilson e Gibbs (2007) dedicam-se à correlação entre atividades corporais e processos de compreensão metafórica para testar a hipótese do *embodiment*.³ A pergunta estabelecida foi se os participantes entenderiam frases metafóricas como *grasp the concept* mais rapidamente se tivessem realizado a atividade corporal 'pegar algo' anteriormente. O resultado dá apoio empírico à quarta hipótese de Gibbs: "engaging in body movements associated with these phrases should enhance the simulations that people create to form a metaphorical understanding of abstract notions". (GIBBS, 2007, p. 53). Uma vez que houve dois experimentos – um no qual os próprios participantes realizaram o movimento, e outro no qual a atividade somente foi mostrada numa tela – sem que tenha havido diferenças no resultado, conclui-se que a hipótese do *enactment* parece plausível, pois não faz

3 A Hipótese do Realismo Corporificado (*embodiment*) localiza a capacidade epistemológica do ser humano nas suas interações corporais com seu meio. Com este ponto de vista, a Semântica Cognitiva se distingue de posições filosóficas e linguísticas da lógica formal como também testemunha o título do livro *Philosophy in the Flesh. The Embodied Mind and its Challenge to Western Thought* (LAKOFF; JOHNSON, 1999) na qual os autores até falam de um *phenomenological embodiment* (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 36), referindo-se às teorias de Merleau-Ponty e Dewey.

nenhuma diferença se a ação é realizada ou simulada mentalmente.

Outra metodologia para se aproximar do processo da compreensão de metáforas é o procedimento do *Goal-directed Interactive Think Aloud (GITA)*, no qual um grupo lê um texto negociando, concomitantemente, os significados, isto é, busca-se captar as atitudes comunicativas e extracomunicativas entre as quais os participantes oscilam reciprocamente durante o processo da compreensão. Zanotto e Palma (2008) realizaram tal experimento com alunos que tiveram que definir o significado da expressão *foicinha* em um poema de Carlos Drummond de Andrade. Ora, revelaram-se interpretações distintas com relação à questão de se tratar de uma metáfora ou de uma metonímia, o que mostra que, na perspectiva comunicativa em vez de uma perspectiva extracomunicativa, desligada da situação, o fenômeno da metáfora apresenta “a more complex matter, a polysemous amalgam of metaphors and metonymies” (ZANOTTO; PALMA, 2008, p. 37), pois o significado não preexiste, mas é construído pelo interlocutor em sintonia com estratégias distintas como substituição, incongruência e a integração de indicadores dêicticos, textuais, contextuais e fatores culturais.

Para melhor analisar o processamento da metáfora, há estudos que realizam testes medindo o tempo de reação que leitores de expressões metafóricas necessitam (HOFFMAN; KEMPER, 1987) ou os movimentos dos olhos junto às atividades cerebrais (GIORA, 2003). Gibbs conclui que, em dependência do tempo corrido, há quatro formas de processamento metafórico interligadas à respectiva intensidade do processo da compreensão:

1. *Comprehension*: A compreensão refere-se ao processo atual e imediato da construção do significado perante o contexto e o conhecimento do mundo do interlocutor.
2. *Recognition*: O reconhecimento refere-se à identificação consciente e reflexiva da metáfora como *type*, processo que, por sua velocidade, está mais presente na leitura do que na fala.
3. *Interpretation*: A interpretação refere-se à análise de construções precedentes da compreensão como *tokens*. Uma crítica literária pode interpretar um texto como tendo um tópico alegórico prototípico em atitude reflexiva.
4. *Appreciation*: O julgamento refere-se ao aspecto estético com relação a um *type* ou *token*. (GIBBS, 1994, p. 116-117)

Apenas o primeiro processo é obrigatório. Na terminologia de Ungeheuer, os passos 2 a 4 marcariam uma atitude extracomunicativa, aquilo que Gibbs chama atitude ‘consciente’ ou ‘reflexiva’.

3 Abordagens no campo da linguística textual e discursiva

Seguindo o modelo de uma graduação do processo da compreensão, na sua obra **Understanding metaphor in literature**, Gerard Steen (1994) distingue entre níveis diferentes do processamento metafórico no discurso, considerando a divisão entre o sistema da língua e o seu uso. De acordo com essa distinção, metáforas podem (a) não ter mais relevância nenhuma no processo *online* dos interlocutores em uma interação atual, quando se trata, por exemplo, de uma simples desambiguação de polissemia motivada historicamente, (b) tornar-se ativas, quando se trata de uma atualização de mapeamentos metafóricos entrincheirados ou (c) ter relevância máxima, de tal forma que o mapeamento metafórico somente é construído pelos interlocutores no caso de metáforas desconhecidas e inovativas. Steen procede de modo experimental, pedindo a alguns voluntários que comentassem durante sua leitura se e como eles entendem uma expressão metafórica. Posteriormente, Steen estabelece dez tipos de estratégias utilizadas:

1. *Problem recognition*: O leitor exprime dificuldades e dúvidas com relação a uma expressão metafórica dada.
2. *Metaphor recognition*: O leitor articula metalinguisticamente sua compreensão.
3. *Labeling*: O leitor interliga os domínios-fonte e alvo explicitamente através de uma partícula.
4. *Focus processing*: O leitor processa a metáfora exclusivamente pelo domínio-alvo.
5. *Vehicle processing*: O leitor processa a metáfora exclusivamente pelo domínio-fonte.
6. *Metaphor construction*: O leitor interpreta a metáfora na interação entre domínio-fonte e alvo.
7. *Metaphor functionalization*: O leitor interliga a metáfora com outras partes do texto ou suas próprias interpretações precedentes.
8. *Metaphor context construction*: O leitor interliga a metáfora com a intenção do autor.
9. *Metaphor refunctionalization*: O leitor interliga a metáfora com outras metáforas já interpretadas.

10. Metaphor appreciation: O leitor enuncia sua opinião quanto à classificação ou qualidade da metáfora. (STEEN, 1994, p. 137)

Essa classificação já nos revela que Steen localiza o processamento metafórico primeiramente no seu meio cotextual e contextual. Adicionalmente, acerca dos gêneros textuais ‘literatura’ e ‘artigo jornalístico’, Steen chega à conclusão de que as atitudes perante a questão de o que etiquetar como ‘metafórico’ mudam em dependência do *status* educacional e profissional. Sendo assim, expertos literários, por exemplo, processam metáforas mais conscientemente do que outras pessoas. Mais tarde, Steen (2004) retoma a questão das características do texto que influenciam a identificação de metáforas e descobre que metáforas explícitas com uma estrutura ‘X é [metáfora]’ são mais transparentes para leitores do que metáforas implícitas. Concomitantemente, revelou-se que metáforas nominais são mais facilmente reconhecidas do que metáforas verbais, o que Steen explica a partir do contorno concreto, reificado e esquemático que substantivos possuem em oposição a verbos. Finalmente, outro ponto decisivo é a posição da metáfora no texto. Os voluntários reconheceram metáforas pós-verbais com mais facilidade do que pré-verbais, o que, segundo Steen, acontece devido à sequência tema/rema, uma vez que a segunda posição do rema guia a atenção do leitor. Pelo mesmo motivo, o leitor tem mais facilidade em identificar uma metáfora quanto mais ele tiver progredido no texto, uma vez que o mundo textual se torna cada vez mais delimitado. Destarte, como sugere Steen, textualidade determina de modo incisivo a percepção e identificação de uma metáfora por um leitor ou ouvinte (STEEN, 2007, p. 94-97). No que tange à abordagem cognitiva da metáfora, Steen defende uma nova orientação voltada para o interlocutor e seu processamento no contexto da interação em questão:

The behavioral study of metaphor in usage events can therefore not remain restricted to the sentence processing paradigms that are popular in psycholinguistics. It also requires attending to the definition of the usage event as a purposeful form of verbal action or communication, or discourse, to the participants. People use language on particular occasions in specific roles, for particular goals, about particular topics, in particular settings, and against the background of specific norms and expectations. (STEEN, 2007, p. 352-353).

Steen recorda os trabalhos no campo da Sociolinguística Interacional e da Etnografia da Comunicação, reivindicando uma ponte entre as duas linhas de pesquisa para superar a artificialidade dos estudos psicolinguísticos situados em laboratórios, ao invés de contextos discursivos reais. Embora a contribuição de Steen seja de importância fundamental para tal direção, é ele mesmo quem muitas vezes continua preso a uma terminologia emprestada da semântica formal, que busca superar. Ele até usa termos como *sender e receiver* (STEEN, 2004, p. 1297), que lembram os modelos transpositivos das teorias informacionais.

Como Steen, no caso da distinção entre expertos e leigos, Lynne Cameron (1999, p. 108) destaca a importância da questão para quem a instância linguística apresenta uma metáfora, diferenciando entre *process metaphors* e *linguistic metaphors* (CAMERON, 1999, p. 108): no primeiro caso, trata-se de metáforas na perspectiva dos participantes, utilizadas em uma ação específica. No segundo caso, trata-se de metáforas classificadas teoricamente por um observador externo. Aqui, Cameron introduz sua própria terminologia para apontar a diferença entre as perspectivas comunicativa e extracomunicativa. Semelhante a Ungeheuer, Cameron lamenta que a metáfora processual, nas abordagens científicas, até hoje em dia, não receba a atenção que merece. Como caso prototípico, ela aponta crianças que ainda recorrem ao domínio-fonte para entender expressões metatóricas que adultos já interpretam automaticamente como pertencentes ao domínio-alvo. Para ilustração, ela descreve uma situação na qual uma criança interpreta a expressão *hot spells (onda de calor)* de uma previsão do tempo com base no significado básico de *spell* como ‘magia’, estabelecendo uma associação ao domínio BRUXAS. (CAMERON, 1999, p. 109).

Voltando para a questão do experto e do leigo, Charteris-Black e Ennis se perguntam se, para a comunidade de especuladores de bolsa, o uso de palavras como *fall* e *rise* ainda apresentam metáforas. (CHARTERIS-BLACK; ENNIS, 2001, p. 254) De modo similar, Giora (2003) coloca em questão a metafóricidade de expressões como *window* e *mouse* para especialistas em computadores, cujo acesso *online* aos significados dessas palavras pode ter sido influenciado pela habitualização do seu uso. Sendo assim, tais significados salientes são ativados primeiro em certas comunidades discursivas.

4 Abordagens pragmáticas e interacionais

Embora, já em 1999, Gibbs reivindicasse estudos que não continuassem localizando metáforas “in the head”, mas em sistemas dinâmicos de acoplamento estrutural, “which model how people interact with the world, including different linguistic environments” (GIBBS, 1999, p. 152), é só aproximadamente dez anos depois que ele começa a se dedicar mais aos objetivos das ações dos participantes envolvidos na comunicação. Assim, Tendhal e Gibbs (2008) mostram como as perspectivas da TCM e da Teoria da Relevância de Sperber e Wilson são complementares, uma vez que os últimos representam uma linha cognitiva dentro da pragmática. Na visão de Sperber e Wilson (2008), a metáfora apenas apresenta uma de várias formas da assim chamada *loose talk*, por sua vez entendida como prática cotidiana da fala cheia de vaguezas. Sendo assim, cabe ao ouvinte construir um significado contextual ao aplicar estratégias interpretativas baseadas no Princípio da Relevância, e ao aplicar seu conhecimento contextual à enunciação dada. Os autores (SPERBER; WILSON, 2002, p. 319) dão um exemplo:

Peter: Can we trust John to do as we tell him and defend the interests of the Linguistics department in the University Council?

Mary: John is a soldier! (SPERBER; WILSON, 2002, p. 319).

Ora, pode-se entender o termo *soldado* em vários sentidos: (a) John está consciente dos seus deveres, (b) John está à disposição para seguir ordens, (c) John não questiona autoridades, (d) John identifica-se com os objetivos do seu grupo, (e) John é um patriota e pode-se contar com ele, (f) John recebe o salário de um soldado e (g) John é membro do exército. Todavia, através do esquema conhecido apresentado por Peter (*confiar, defendendo, interesses*), Mary pode entender diretamente o que Peter quer dizer. Tais metáforas representam um fenômeno onipresente na fala cotidiana. Em oposição a outras teorias do campo pragmático, Sperber e Wilson não diferenciam entre modos distintos de compreensão no caso da metáfora em comparação aos demais meios linguísticos, uma vez que cada significado puro de uma frase continua sendo subdeterminado. Nesse sentido, a teoria de Sperber e Wilson, de fato, pode ser vista como compatível e complementar à TCM, pois se dedica ao processo inferencial, aspecto descuidado por Lakoff e

Johnson. Não obstante, há divergências entre as duas linhas de estudo com relação a definições básicas, como os próprios autores (SPERBER; WILSON, 2008, p. 84) destacam: enquanto os linguistas cognitivos veem a metáfora como fenômeno da língua, constitutivo para a cognição humana, o foco de Sperber e Wilson está na perspectiva comunicativa dos participantes, entendendo a metáfora como “emerging in the process of verbal communication”. Nesse ponto, concordamos com Tendhal e Gibbs, para os quais Sperber e Wilson introduzem um aspecto fundamental na discussão. Apesar da perspectiva de Sperber e Wilson também ter suas falhas por se limitar a uma abordagem modular, racionalista, egológica e modelada por uma visão instrumental, voltada apenas para a máxima da relevância, seu lucro está no destaque do caráter complexo e inferencial do processo da compreensão. Com isso, Sperber e Wilson conseguem superar as abordagens intencionalistas de Searle (1995) e Grice (1975), nas quais ambos excluem o lado do ouvinte.⁴ Um ponto decisivo de congruência entre as duas linhas de pesquisa está no caráter ubiqüitário da metáfora, que os respectivos autores proclamam. Outro aspecto complementar, a nosso ver, está na introdução implícita das perspectivas comunicativas e extracomunicativas, pois Sperber e Wilson assinalam que, na visão do falante e do ouvinte, não importa a categorização de uma expressão como metafórica, “communicative intentions – like those of all speakers – are about content and propositional attitude, not rhetorical classification”. (SPERBER; WILSON, 2008, p. 97). Com isso, a noção da metáfora torna-se um construto do (auto-)observador linguisticamente competente.

Dentro de um quadro de uma ‘gramática comunicativa da ação linguística’, Beckmann (2001) descreve metáforas como parte de estruturas complexas de ação, entendendo o caminho da metáfora inovativa e criativa à sua lexicalização como guiado por regras e variação. Dirigindo sua atenção ao ouvinte, ela parte de suposição semelhante à de Sperber e Wilson, de que o ouvinte, por seu encaixamento em uma situação comunicativa específica e por ter seu estoque de conhecimento voltado para certos ‘padrões de procedimento’, *per se* pressupõe um sentido, de modo que a interpretação de uma expressão é canalizada pelas respectivas

4 Grice (1975) distingue entre significado da sentença e significado do enunciado, de modo que a metáfora é vista como violação das Máximas da Conversação. De modo similar, na teoria da reinterpretação segundo Searle (1993), a compreensão da metáfora passa por um processo de dois passos, no qual o ouvinte (1) deriva uma interpretação literal (2) percebe uma anomalia e, como consequência, só agora tenta aplicar uma interpretação metafórica. Ambos veem atos de fala como ações individuais e não sociais, uma vez que a diferença entre os dois significados apoia a suposição de uma diferença entre competência e *performance*.

pressuposições e implicações. A classificação de ‘*settings* comunicativos’ distintos possibilita uma observação de fases diferentes do uso da língua metafórica: por exemplo, anúncios de procura de parceiros para relacionamentos são muitas vezes dominados por uma analogia central. As pessoas, muitas vezes, costumam se apresentar como animais ou objetos desejados, como, por exemplo, carros. Sendo assim, a recepção já é preparada pelo quadro textual: o leitor espera um anúncio de procura de parceiros para relacionamentos, de modo que segmentos aliados ao padrão textual como o domínio ‘carro’ já são entendidos perante esse horizonte de expectativa. Pela característica semelhante da ação em si, a descrição do produto (carro) do domínio-fonte já é comparável àquela do casamento. No nível funcional, tal analogia permite um distanciamento: o ofertante pode se apresentar sem correr risco de perder a face, o que resolve problemas comunicativos por expor características pessoais sem nomear explicitamente as exigências altas e a oferta baixa. (BECKMANN, 2001, p. 121-124).

Em oposição à convicção da maioria dos representantes da Linguística Cognitiva, em um estudo até hoje único, Hülzer-Vogt (1991) não indaga a predominância da função estruturadora de discurso e criadora de compreensão da metáfora, mas traz à tona conflitos e mal-entendidos de comunicação causados por metáforas. Com isso, a pergunta tradicional pela convencionalidade da metáfora é substituída pelos trabalhos interpretativos dos usuários da língua em uma situação conversacional concreta. Mal-entendidos causados por metáforas acontecem quando uma metáfora é entendida literalmente, quando sua função não é reconhecida ou quando ela é julgada como inadequada. (HÜLZER-VOGT, 1991, p. 360).

Em um estudo-piloto, Hülzer-Vogt descobre que o suposto entendimento recíproco de uma metáfora, muitas vezes, é apenas superficial. (HÜLZER-VOGT, 1991, p. 101-106) Perguntado retrospectivamente pelo sentido da metáfora utilizada durante uma conversação gravada, as explicações do falante e do ouvinte divergiram em alto grau. Hülzer-Vogt conclui que não se pode simplesmente postular uma compreensão automática e desligada do contexto no caso de metáforas ‘convencionais’. Tal resultado incitou uma pesquisa com base em encontros regulares entre idosos e estudantes em que se discutem temas políticos, revelando conflitos e mal-entendidos causados por um entendimento divergente das metáforas utilizadas. Por exemplo, em uma discussão, um participante fala sobre o amor, descrevendo-o em conformidade com um artigo jornalístico intitulado *Amor*

é falta de espaço. Uma participante não consegue seguir a estrutura argumentativa do falante e quer saber de onde, então, vem essa falta de espaço. Outro participante explica para ela que se trata da ideia do ‘espaço’ como ‘oportunidade’, o que já ilustra, semelhantemente ao estudo de Zanotto e Palma (2008), uma interpretação em direção à metonímia, uma vez que o interlocutor estabelece uma conexão entre causa (falta de espaço) e consequência (falta de oportunidade). O destinatário original da pergunta recorre a essa proposta para voltar para o seu campo original, respondendo: “... pois nem cada homem tem a oportunidade de estar *em todo lugar* e conhecer todas as pessoas potenciais [...] Na vida inteira, a gente se encontra em um [...] *espaço pequeno* comparado ao *espaço*, teoricamente imaginável, em que se poderia *mover...*”⁵ (HÜLZER-VOGT, 1991, p. 360-367). É só essa explicitação do problema ligado ao entendimento da metáfora que contribui para uma compreensão verdadeira dela. Convém salientar que, concomitantemente, a análise de todas as conversações traz à luz que, na fala autêntica, normalmente não há pistas de contextualização explícitas como estratégia para guiar o interlocutor, o que, para Hülzer-Vogt, evidencia que metáforas, geralmente, são utilizadas inconscientemente de modo que não se vê a necessidade de ‘prepará-las’ para o outro. (HÜLZER-VOGT, 1991, p. 233) Por conseguinte, não surpreende que as estratégias mais utilizadas no *corpus* foram a paráfrase, a caracterização da fala como correção e a exclusão linguística, *ergo*, primeiramente meios da condução retrospectiva da atenção. Resumindo, Hülzer-Vogt frisa que a metáfora, em oposição às vantagens da transparência, virtualidade e eficiência, devido a sua elipticidade, ao mesmo tempo abre espaço para a ambiguidade do significado e, com isso, para problemas na comunicação. Tais conflitos podem ser explicitados, porém, na grande maioria das situações, continuam escondidos.

O estudo de Hülzer-Vogt revela a falibilidade da metáfora, aspecto frequentemente descuidado em outras pesquisas pelo fato de que muitos estudos partem ou de situações comunicativas idealizadas ou apenas focalizam um corte pequeno de um evento comunicativo mais complexo, deixando de fora o(s) interlocutor(es) e seu trabalho interpretativo. É certo que metáforas podem tornar as intenções de um falante mais transparentes, contudo, por outro lado, elas sempre apenas selecionam certos aspectos do domínio-alvo, deixando em aberto qual a analogia exata relevante para a construção do significado no nível

5 “... weil nicht jeder Mensch die Gelegenheit hat, *überall* zu sein und alle Menschen kennenzulernen, die in Frage kämen [...] Man befindet sich eh Zeit seines Lebens in einem [...] *kleinen Raum*, gemessen an dem theoretisch denkbaren *Raum*, in dem man sich *bewegen* könnte...”

cognitivo, o que causa elipticidade e abre o caminho para uma pluralidade de significados. (HÜLZER-VOGT, 1991, p. 370). Outro ponto decisivo para nossa questão é que Hülzer-Vogt revela que as características da fala para especificar e desambiguar uma metáfora são introduzidas durante a conversação primeiramente de modo retrospectivo. Além disso, no campo metodológico, a autora trabalha com entrevistas retrospectivas. Sendo assim, ela já considera o fato de que, por um lado, os próprios participantes da comunicação oscilam constantemente entre uma atitude comunicativa e extracomunicativa e, por outro lado, o pesquisador sempre deveria indicar qual o *modus* em que ele procede nas suas interpretações.

Um impulso elucidativo face à questão da compreensão vem do campo dos estudos da língua estrangeira: o estudo-piloto de Littlemore (2003) trata de motivos culturais para o mal-entendido de uma metáfora e sua relevância para o ensino e aprendizagem da língua estrangeira. Intercambistas bengaleses, em uma universidade britânica, foram perguntados por sua compreensão e avaliação de certas metáforas utilizadas pelos professores. As metáforas foram escolhidas conforme o sistema de valores de Hofstede (1983) que, por sua vez, localiza culturas em quatro escalas: ‘Resistência à Incerteza’, ‘Distância do Poder’, ‘Individualismo/Coletivismo’ e ‘Masculinidade/Feminilidade’. Os resultados revelaram que os estudantes bengaleses tenderam a entender apenas aquelas metáforas que estão de acordo com seu sistema de valores. Destarte, por exemplo, tiveram problemas com a compreensão da expressão *freeing up external trade* e sua avaliação positiva inerente, uma vez que *up* não foi avaliado positivamente, porque na cultura de origem, protecionismo é avaliado mais positivamente do que liberalismo mercantil. Mesmo quando os estudantes não tiveram problemas com relação à interpretação do conteúdo da metáfora, muitas vezes, houve uma reinterpretação em sintonia com o próprio quadro cultural, como na expressão *we have these top-down, bottom-up forms of assessment*, expressão que é avaliada negativamente pelo professor inglês, mas positivamente pelos intercambistas, pois em Bangladesch, hierarquias são aceitas e não questionadas. Para Littlemore, uma conclusão que apoia a Teoria da Metáfora Conceitual é que de fato não se pode simplesmente postular a existência de ‘metáforas mortas’, uma vez que, especialmente para aprendizes da língua estrangeira, tais metáforas são mais transparentes do que para os falantes nativos.

5 Considerações finais

Os trabalhos psicolinguísticos de Gibbs marcam o começo de uma integração do interlocutor e seu processamento metafórico nas pesquisas cognitivas da metáfora, introduzindo a questão-chave de até que ponto a etiquetagem ‘metáfora’ de fato assume um papel relevante no processo atual da compreensão. Embora essa fundamentação de um campo de pesquisa específica apresente um lucro indispensável, cabe perguntar se os resultados obtidos realmente conseguem aproximar o pesquisador da função da metáfora na comunicação real, pois as frases com que se opera nos experimentos foram recortadas do seu contexto de uso e de seus objetivos na ação. Com isso, o entrelaçamento entre o subjetivo e o social continua no escuro. No entanto, especialmente pelos protocolos do Thinking Aloud,⁶ Gibbs e também Steen focalizam, pela primeira vez, uma documentação microscópica dos processos reflexivos e autoreflexivos que ocorrem durante a construção do significado, acrescentando uma metodologia inovativa ao campo da TCM. Não obstante, tanto Gibbs como Steen reivindicam mais do que conseguem cumprir. É surpreendente que Gibbs (1999) defenda tirar a “metaphor out of our heads and putting it into the cultural world” e Steen proponha uma recordação de Gumperz e Hymes, mas os dois não vão além do texto escrito, de modo que conversações ou até formas não verbais de interações ficam fora da base empírica deles. Com isso, eles perdem um aspecto importante, pois é justamente Gumperz (1982) quem ilustrou precisamente como pistas da contextualização não verbais e paraverbais devem ser integradas na análise da conversação, embora Gumperz não tenha observado a metáfora como fenômeno específico. Contudo, o artigo de Tendhal e Gibbs mostra uma direção promissora ao integrar os processos inferenciais a um estoque de conhecimento e de atitudes compartilhadas por uma certa comunidade de fala. É este o caminho que também os estudos no campo da análise do discurso de Cameron, Giora e Charteris-Black e Ennis escolheram, por olhar por trás das palavras, tematizando a situação comunicativa como gênero específico ou a constelação e o *status* dos participantes.

Opondo-se ao otimismo face à eficiência da metáfora como meio comunicativo, Hülzer-Vogt dá uma olhada profunda na sua vagueza e seu potencial para mal-

⁶ Porém, o método tem um ponto fraco: o paradoxo está no fato de que o pensar alto apenas pode articular o que já foi acessado pela consciência, embora os processos da compreensão geralmente vão além disso.

-entendidos e problemas de comunicação, o que marca um campo inovativo dentro dos estudos sobre a metáfora cognitiva e, ao mesmo tempo, um campo ainda a ser explorado muito mais no futuro. Dentro desse cenário, os trabalhos de Littlemore demonstram *par excellence* como os estudos sobre a língua estrangeira podem contribuir com resultados válidos para a Semântica Cognitiva. Nessa perspectiva, metáforas podem representar um obstáculo no processo da compreensão, devido a sua motivação cultural. Aqui, vem à luz como a metáfora rapidamente torna a comunicação falível, assim que ela sai do seu meio habitual.

Em nossas interações cotidianas, a metáfora faz parte da enunciação de um falante como instrução para o ouvinte realizar certos atos experienciais. Se o ouvinte de fato compreende a metáfora da forma intencionada ou não, representa uma questão complexa, que depende da interação entre rotinas de interpretação e focalizações contextuais com base nas hipóteses individuais sobre o mundo e sobre a situação comunicativa em andamento. Por muito tempo, a complexidade do processo da compreensão da metáfora e a construção ativa do significado por um interlocutor foram aspectos marginalizados nos estudos sobre a metáfora conceitual, também devido à exclusão antagonista de questões localizadas habitualmente no campo da retórica. Entender o processo da comunicação como coordenação de ações que envolvem os dois lados do interlocutor – seu papel como falante e ouvinte – poderia indicar um caminho para superar tais limitações artificiais.

The underrated role of the interlocutor in the cognitive approach of metaphor

Abstract

One of the most salient critical considerations of Conceptual Metaphor Theory targets Lakoff and Johnson's approach (2003, 1999), which departs from an idealized constellation of interlocutors, implying that metaphor comprehension is realized by the mere activation of conceptual metaphors entrenched in the mind of the participants (GIBBS, 2007). The article deals with approaches that direct their attention to the hearer as having an active part in the communication process, co-constructing the particular meaning of a metaphoric expression depending on the pragmatic, social and cultural context in which the interactants are engaged. The central question is to which extent the presently existing studies manage the necessary reintegration of the holistic communication process. Therefore, we distinguish between research studies in the fields of psycholinguistics, textual and discourse analysis as well as interactional pragmatics.

Keywords: Conceptual Metaphor Theory. Interlocutor. Comprehension. Communication. Interaction.

Referências

BECKMANN, Susanne. **Die Grammatik der Metapher**. Eine gebrauchstheoretische Untersuchung des metaphorischen Sprechens. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 2001.

BÜHLER, Karl. **Sprachtheorie**: die Darstellungsfunktion der Sprache. Stuttgart: Fischer, 1982. Original publicado em 1934.

CAMERON, Lynne. Identifying and describing metaphor in spoken discourse data. In: CAMERON, Lynne; LOW, Graham (Ed.). **Researching and applying metaphor**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 105-132.

CHARTERIS-BLACK, Jonathan; ENNIS, Timothy. A comparative study of metaphor in Spanish and English financial reporting. **English for specific purposes**, v. 20, p. 249-266, 2001.

GIBBS, Raymond W. Jr. **The poetics of mind**: figurative thought, language, and understanding. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

GIBBS, Raymond W. Jr. Taking metaphor out of our heads and putting it into the cultural world. In: GIBBS, Raymond W. Jr.; STEEN, Gerard J. **Metaphor in cognitive linguistics**. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1999. p. 145-166.

GIBBS, Raymond W. Jr. Why cognitive linguists should care more about empirical methods. In: EVANS, Vyvyan; BERGEN, Benjamin; ZINKEN, Jörg (Ed.). **The Cognitive Linguistics Reader**. London: Equinox Publishing, 2007. p. 40-56.

GIBBS, Raymond W. Jr.; O'BRIAN, Jennifer. Idioms and mental imagery: The metaphorical motivation for idiomatic meaning. **Cognition**, 36, 1990. p. 35-64.

GIORA, Rachel. **On our mind**: salience, context, and figurative language. New York: Oxford University Press, 2003.

GRICE, Herbert P. Logic and conversation. In: COLE, Peter; MORGAN, Jerry L. **Syntax and semantics**. New York: Academic Press, 1975. p. 41-58.

GUMPERZ, John. **Discourse strategies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

HEIDEGGER, Martin. **Sein und Zeit**. Tübingen: Niemeyer, 1957. Original publicado em 1927.

HOFFMAN, Robert R.; KEMPER, Susan. What could reaction-time studies be telling us about metaphor comprehension? **Metaphor and Symbolic Activity**, v. 2, p. 149-186, 1987.

HOFSTEDE, Geert. National Culture in Four Dimensions. A Research Based Theory of Cultural Differences among Nations. **International studies of management and organization**, v. 13, p. 46-74, 1983.

HÜLZER-VOGT, Heike. **Kippfigur Metapher** – metaphernbedingte Kommunikationskonflikte in Gesprächen. Ein Beitrag zur empirischen Kommunikationsforschung. Band 1: *Gesprächsanalyse*. Münster: Nodus Publikationen, 1991.

HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. Band 2, Zweiter Teil: Elemente einer phänomenologischen Aufklärung der Erkenntnis. Halle: Max Niemeyer, 1921. Original publicado em 1901.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metaphors we live by**. Chicago: The University of Chicago Press, 2003. Original publicado em 1980.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Philosophy in the flesh**. The Embodied Mind and its Challenge to Western Thought. New York: Basic Books, 1999.

LITTLEMORE, Jeannette. The effect of cultural background on metaphor interpretation. **Metaphor and Symbol**, v. 18, n. 4, p. 273-288, 2003.

NAYAK, Nandini P.; GIBBS, Raymond W. Jr. Conceptual knowledge in the interpretation of idioms. **Journal of Experimental Psychology: general**, v. 119, p. 315-330, 1990.

SCHMITZ, Heinrich Walter. Über Kommunikative und Extrakommunikative Betrachtungsweisen. In: KRALLMANN, Dieter; SCHMITZ, Heinrich Walter. **Perspektiven einer Kommunikationswissenschaft**. Münster: Nodus Publikationen, 1998. p. 315-326.

SCHMITZ, Heinrich Walter. Die Einheit des kommunikativen Ereignisses. In: RICHTER, Helmut; SCHMITZ, Heinrich Walter. **Kommunikation – ein Schlüsselbegriff der Humanwissenschaften?** Münster: Nodus Publikationen, 2003. p. 197-206.

SCHRÖDER, Ulrike. Trinta Anos da Teoria Conceptual da Metáfora: uma Retrospectiva Crítica. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 53, p. 59-71, 2011.

SCHRÖDER, Ulrike . **Kommunikationstheoretische Fragestellungen in der Kognitiven Metaphernforschung**. Eine Betrachtung von ihren Anfängen bis zur Gegenwart. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 2012.

SEARLE, John R. Metaphor. In: ORTONY, Andrew. **Metaphor and thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. Original publicado em 1979.

SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. Pragmatics, modularity, and mind-reading. **Mind & Language**, v. 17, p. 3-23, 2002.

SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. A deflationary account of metaphors. In: GIBBS, Raymond W. Jr. **The Cambridge handbook of metaphor and thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 84-105.

STEEN, Gerard J. **Understanding metaphor in literature: An empirical approach**. London: Longman, 1994.

STEEN, Gerard J. Can discourse properties of metaphor affect metaphor recognition? **Journal of Pragmatics**, v. 36, p. 1.295-1.313, 2004.

STEEN, Gerard J. **Finding metaphor in grammar and usage**. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 2007.

TENDHAL, Markus; GIBBS, Raymond W. Jr. Complementary perspective on metaphor: cognitive linguistics and relevance theory. **Journal of Pragmatics**, v. 40, p. 1.823-1.864, 2008.

UNGEHEUER, Gerold. Kommunikative und extrakommunikative Betrachtungsweisen in der Phonetik. In: UNGEHEUER, Gerold. **Sprache und Kommunikation**. Herausgegeben von Karin Kolb und Heinrich Walter Schmitz. Münster: Nodus Publikationen, 2004. p. 22-34. Original publicado em 1972.

UNGEHEUER, Gerold. Was heißt ‚Verständigung durch Sprechen‘? In: UNGEHEUER, Gerold. **Kommunikationstheoretische Schriften I**: Sprechen, Mitteilen, Verstehen. Herausgegeben von Johann G. Juchem. Aachen: Rader Publikationen, 1987. p. 34-69.

WEGENER, Philipp. **Untersuchungen über die Grundfragen des Sprachlebens**. Wiederherausgegeben von Konrad Koerner. Amsterdam: John Benjamins, 1991. Original publicado em 1885.

ZANOTTO, Mara Sophia; PALMA, Dieli Vesaro. Opening Pandora's box: Multiple readings of 'a metaphor'. In: ZANOTTO, Mara Sophia; CAMERON, Lynne; CAVALCANTI, Marilda C. **Confronting metaphor in use**. An applied linguistic approach. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 2008. p. 11-43.

A emergência de metáforas multimodais: análise da metaforização e da compressão no debate político-eleitoral

Maíra Avelar Miranda*
Paulo Henrique Aguiar Mendes**

Resumo

Neste artigo, pretendemos analisar a emergência das metáforas multimodais em interações face a face no debate político-eleitoral, levando em consideração duas variáveis: a verbal – que pertence à modalidade auditiva – e a gestual – que pertence à modalidade visual. Partimos da hipótese de que, quanto mais entrincheirada a expressão metafórica está em nosso sistema conceitual, mais difícil é reconhecer essa expressão como sendo metafórica. Por outro lado, quanto menos entrincheirada a expressão está em nosso sistema conceitual, mais fácil é reconhecê-la como uma expressão metafórica. Além disso, hipotetizamos que a veiculação de metáforas menos entrincheiradas funciona como um mecanismo de compressão da argumentação desenvolvida no turno de fala. A fim de demonstrar a emergência das metáforas nas modalidades acima citadas, bem como a relação entre essas modalidades, selecionamos cenas provenientes de uma réplica da candidata Dilma Rousseff, de um debate presidencial de segundo turno exibido pela Rede Record. Os resultados de análise corroboram as nossas hipóteses de trabalho e, além disso, tornam possível demonstrar como as variáveis verbais e gestuais podem interagir, a fim de gerar metáforas multimodais.

Palavras-chave: Metáforas multimodais. Metaforicidade. Compressão. Debate político-eleitoral.

Introdução

Neste artigo, pretendemos analisar a emergência das metáforas multimodais em interações face a face pertencentes ao gênero discursivo “debate político-eleitoral”, levando em consideração duas variáveis: a verbal – que pertence à modalidade auditiva – e a gestual – que pertence à modalidade visual. Tomando

* Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

** Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

como base a teoria da mente corporificada, bem como uma visão experiencialista da linguagem, selecionamos as seguintes categorias para orientarem a nossa análise: a metafóricidade multimodal em compostos verbogestuais, a compressão na argumentação e, finalmente, os efeitos perlocucionais. Considerando todas essas categorias, pretendemos realizar uma análise da emergência das metáforas no discurso da candidata Dilma Rousseff, do PT. Selecionamos, então, uma réplica formulada pela candidata. Após realizarmos as análises, pretendemos demonstrar como as variáveis verbais e gestuais podem interagir, a fim de gerar metáforas multimodais, que podem ser mais ou menos convencionais, dependendo do contexto de emergência delas.

As abordagens corporificada e experiencialista

Tal como anunciado anteriormente, as abordagens corporificada e experiencialista constituirão a base teórica que orientará este trabalho. A abordagem corporificada – tal como a abordagem experiencialista – parte do questionamento de uma longa tradição científica, filosófica e mesmo do senso comum que dicotomiza a questão “corpo x mente”. Essa tradição é nomeada por Johnson (2007) de teoria representacional da mente. De acordo com a abordagem corporificada, em vez de considerar os processos cognitivos como puramente abstratos ou como padrões de reconhecimento separados das emoções e das ações motoras no mundo, tais processos entrelaçam-se com os ambientes materiais, sociais e culturais em que o corpo está imerso:

Usando o termo *corporificada* queremos chamar a atenção para dois pontos: primeiro, que a cognição depende de tipos de experiência decorrentes de se ter um corpo com várias capacidades sensório-motoras, e segundo, que essas capacidades sensório-motoras individuais estão, elas mesmas, embutidas em um contexto biológico, psicológico e cultural mais abrangente. Utilizando o termo *ação* queremos enfatizar novamente que os processos sensoriais e motores – a percepção e a ação – são fundamentalmente inseparáveis na cognição vivida. De fato, os dois não estão apenas ligados contingencialmente nos indivíduos: eles também evoluíram juntos.¹ (VARELLA; THOMPSON; ROSCH, 2003, p. 177, grifos dos autores).

¹ Substituímos o termo “incorporada”, em destaque, por “corporificada”, pois achamos que o segundo termo se adequa com maior precisão à palavra inglesa “embodied”. Essa substituição também foi feita nas traduções em que consta o termo “incorporação” – substituído por “corporificação”.

A partir das considerações acima, é possível inferir que as estruturas de processamento cognitivo não estão limitadas aos processos neuronais no/do cérebro, pois a abordagem corporificada estabelece que os processos cognitivos emergem de interações sensório-motoras contínuas entre cérebro, corpo e ambiente. Assim, é possível constatar que, ao contrário do que estabelecem as abordagens representacionistas – que, no âmbito das Ciências Cognitivas, podem ser representadas pelas abordagens cognitivista e conexionista –, a abordagem da ação corporificada não concebe os pensamentos – ou os processos mentais em geral – como entidades trancafiadas na mente, tentando desesperadamente fazer contato com o mundo exterior: ao contrário, pensamentos seriam formas de ação e interação. Eles seriam, então, “no” e “do” mundo, em vez de serem “sobre” o mundo, pois são processos de experiência (JOHNSON, 2007). Consequentemente, a abordagem corporificada propõe um distanciamento do senso comum, para o qual a “representação” é compreendida em sentido estrito, como a re(a)presentação de um mundo previamente dado.

Do ponto de vista de sua aplicabilidade, a abordagem corporificada, partindo do princípio de que o corpo, o cérebro e o ambiente importam nos estudos cognitivos, conta com diversos teóricos em domínios de pesquisa que vão desde a neurobiologia e a linguística até a robótica e a filosofia. Isso resulta numa abordagem teórica ampla e multidisciplinar. A relação de continuidade entre corpo e mente, bem como a abordagem experiencialista servem como pano de fundo para as discussões que desenvolveremos sobre como se dá a emergência das metáforas, situadas numa prática sociocultural específica – o debate político-eleitoral –, que possui especificidades. O foco de nossa análise é a emergência de metáforas multimodais no debate. Portanto, questões relativas aos mapeamentos metafóricos, tanto no domínio verbal quanto no domínio gestual, serão amplamente discutidas em nossas análises. Antes, porém, de apresentarmos os dados, apresentaremos a abordagem experiencialista, outra abordagem-chave deste trabalho, do ponto de vista teórico.

No que diz respeito à abordagem experiencialista – ou mito experiencialista –, ela surgiu como uma tentativa de fazer frente aos mitos objetivista e subjetivista que, segundo Lakoff e Johnson (1980), dominam a maneira de pensar ocidental. Os autores questionam esses mitos, argumentando que ambos ignoram uma maneira de compreender o mundo por meio de nossas interações com ele: por um lado, o objetivismo ignora o fato de que a compreensão – e, portanto, a verdade – é

relativa ao nosso sistema conceitual, que é culturalmente construído. Portanto, a compreensão não pode ser moldada por um sistema conceitual absoluto e neutro. O subjetivismo, por outro lado, ignora o fato de que a compreensão, mesmo a mais imaginativa, é construída nos termos de um sistema conceitual, que, por sua vez, é construído a partir do funcionamento bem-sucedido nos ambientes físico e cultural. Sendo assim, a metáfora, por exemplo, seria uma forma imaginativa de racionalidade.

Com base em evidências linguísticas – sobretudo relativas à metáfora conceptual –, Lakoff e Johnson (1980) argumentam que uma abordagem adequada para compreender nossa experiência, nossos pensamentos e nossa linguagem requer uma visão de que as questões do sentido e de como nós compreendemos nossa linguagem sejam moldadas pela nossa experiência. Sendo assim, ao contrário de isolar o homem do ambiente a fim de compreender aspectos externos e internos, no mito experiencialista, a compreensão emerge da interação; da negociação constante com o ambiente e com outros homens. Segundo Lakoff e Johnson (1980), a natureza dos nossos corpos interage com o ambiente e impõe uma estrutura à nossa experiência: experiências recorrentes levam à formação de categorias, que são *Gestalten* experienciais. Essas *Gestalten*, então, fornecem coerência à nossa experiência.

Segundo Lakoff e Johnson (1980), a proposta experiencialista fornece mais do que uma síntese entre objetivismo e subjetivismo: ela fornece uma perspectiva mais ampla a algumas das mais importantes áreas relativas à nossa experiência da vida cotidiana. Uma dessas áreas é a Política, domínio ao qual pertence o nosso objeto de estudo:

as ideologias políticas e econômicas são enquadradas [*framed*] em termos metafóricos. Como todas as outras metáforas, as metáforas políticas e econômicas podem esconder aspectos da realidade. Mas na área da política e da economia as metáforas importam mais, pois elas direcionam nossas vidas. (LAKOFF; JOHNSON, 1980, p. 236).

Pretendemos analisar como as metáforas emergem no discurso político-eleitoral, ecoando determinadas visões de mundo, moldando e sendo moldadas pela experiência dos sujeitos envolvidos no debate político.

A cognição nas interações: metaforicidade e compressão da argumentação

Assumimos como desafio, neste trabalho, demonstrar como os fatores socioculturais moldam a nossa cognição. Estendendo ao âmbito cognitivo a questão de o homem e o ambiente se moldarem reciprocamente:

O ponto é que não só o corpo molda a mente corporificada, mas que as experiências do corpo-no-mundo também moldam a mente corporificada. Mas os mundos experienciais com os quais interagimos são mais do que simplesmente físicos; nós nascemos inseridos em meios sociais e culturais que transcendem nossos corpos individuais [situados] no tempo (...). A linguagem é outra porção do meio sócio-cultural dentro do qual existimos. É possível investigarmos como os fatores sócio-culturais (tais como a linguagem dentro da qual nascemos) moldam a nossa cognição? (ROHRER, 2007, p. 343, tradução nossa).²

Nosso foco recai, sobretudo, em como interações face a face que ocorrem no debate político-eleitoral moldam e são moldadas pela cognição. No caso deste trabalho, o estudo das interações face a face demonstra que o processamento cognitivo, em geral – e o processamento metafórico, em particular – ocorrem por meio da ativação de mapeamentos *online*. Isso significa que esses mapeamentos são moldados pela interação, podendo ser modificados e reformulados no curso das interações, ao mesmo tempo em que moldam e direcionam a interação: levando-se em conta a estrutura do debate, a pergunta de um determinado candidato molda a resposta do seu oponente, sendo que o mesmo ocorre com as réplicas e tréplicas. Desse modo, os mecanismos cognitivos ativados – as metáforas e gestos utilizados, por exemplo – moldam e são moldados pela interação.

Nesse sentido, o conceito de Metaforicidade parece-nos bastante útil para abordar a emergência de metáforas nas interações, uma vez que a Metaforicidade pode desencadear elaborações metafóricas em várias modalidades e de maneira sucessiva no tempo. Sendo assim, em vez de se falar em Metáfora Conceptual

² The point is not just that the body shapes the embodied mind, but that the experiences of the body-in-the-world also shape the embodied mind. But the experiential worlds with which we interact are more than simply physical; we are born into social and cultural milieus which transcend our individual bodies in time (...). Language is another part of the socio-cultural milieu within which we exist. Can we investigate how socio-cultural factors (such as the language into which we are born) shape our cognition?

como um princípio cognitivo estático, aborda-se a Metaforicidade como um princípio cognitivo geral, em que os mapeamentos metafóricos podem ser processados *online*. Dessa forma, a análise dos contextos sintático, semântico, prosódico e corporal revela que a Metaforicidade é uma propriedade dinâmica dos itens linguísticos, que pode estar mais ou menos em primeiro plano e, conseqüentemente, receber mais ou menos atenção focalizada. Dessa forma, a metaforicidade pode ser analisada como sendo uma forma dinâmica de cognição corporificada, ou seja, o processo cognitivo de entender uma coisa em termos de outra, tal como proposto pela Teoria da Metáfora Conceptual. Portanto, a emergência das metáforas nas enunciações em curso é gradativa, e não estática. Essa gradatividade da elaboração das expressões metafóricas pode ser descrita de maneira metafórica:

Em outros termos, é possível dizer que, neste momento, a metáfora estava dormindo; apenas como o falante está avançando, ele está construindo suas elaborações em palavras e gestos nesta expressão metafórica adormecida, usando-a, então, como fonte. Fazendo isso, ele deixa claro que metaforicidade se torna sucessivamente mais ativa, na medida em que o falante avança com o seu argumento, de modo que podemos falar, então, em metáforas acordadas [*waking metaphors*] (MÜLLER; CIENKI, 2009, p. 216, tradução nossa).³

Em outras palavras, quanto mais a atenção do falante é direcionada à expressão metafórica, mais alto é o grau de ativação da Metaforicidade (CIENKI; MÜLLER, 2008). E o que direcionaria, em maior ou menor grau, a atenção do ouvinte? Acreditamos que, quanto mais alto o grau de convencionalidade das metáforas, mais entrincheiradas elas estão no sistema conceptual do falante e do ouvinte e, conseqüentemente, menor atenção é direcionada a elas. Por outro lado, quanto mais alto o grau de novidade das metáforas, menos entrincheiradas elas estariam no sistema conceptual do falante e do ouvinte e, conseqüentemente, maior atenção seria direcionada a elas. Além disso, hipotetizamos que, no debate político-eleitoral, as metáforas funcionam como mecanismos de compressão da argumentação expressa

3 Put differently, at this moment the metaphor was sleeping; only as the speaker is moving on is he building his elaborations in words and gestures on this sleeping metaphoric expression, thus using it as source. Doing this makes clear that metaphoricity becomes successively more active, as he moves along with his argument, such that we may now speak of waking metaphors.

no turno de fala: as metáforas mais convencionais expressariam um baixo grau de compressão, enquanto as menos convencionais expressariam um alto grau de compressão.

A fim de explicitarmos melhor essa hipótese, abordaremos o conceito de compressão (FAUCONNIER; TURNER, 2002, p. 119), como também o funcionamento da compressão nas interações (HOUGAARD; RASMUSSEN, 2008). O conceito de compressão e a sua contraparte, a descompressão, foram desenvolvidos por Fauconnier e Turner (2002). Segundo os autores, um dos benefícios centrais da Integração Conceitual – doravante, IC – é a sua capacidade de fornecer compressões, para a escala humana, de redes difusas de eventos, de modo que determinadas relações conceituais, tais como tempo, espaço, causa-efeito, identidade, analogia e mudança, aparecem repetidas vezes na compressão obtida por meio da IC. Essas relações de suma importância conceitual são chamadas de “relações vitais”. A compressão maximiza e intensifica essas relações vitais, sendo que a IC pode realizar compressões maciças e expressá-las de forma simples.

No caso do discurso político e, mais especificamente, da argumentação desenvolvida no discurso político-eleitoral, a exemplo do debate eleitoral, que ora nos interessa, destacamos a importância do processo de compressão promovido pela IC, no sentido de que questões políticas extremamente complexas (relativas à administração pública, às condições de vida, trabalho, economia, etc.) teriam que ser ostensivamente explicadas, o que não impediria de serem dissimuladas, técnica e didaticamente, para um público extremamente heterogêneo, demandando grande quantidade de tempo, se elas não pudessem ser objeto do processo de compressão, através do qual podem ser mapeadas/projetadas metaforicamente através de domínios mais primitivos da nossa experiência, tornando-se, assim, mais compreensíveis – mas também dissimuláveis – num intervalo menor de tempo, ou seja, mais rapidamente. Nesse sentido, o processo de compressão por meio da IC satisfaz cognitiva e pragmaticamente as condições de processamento do discurso político eleitoral e, por extensão, do debate eleitoral, submetido a regras comunicacionais que restringem o tempo e a forma de argumentação dos candidatos. Assim, acreditamos que o processamento discursivo do debate eleitoral se faz estrategicamente através de metáforas multimodais que comprimem a argumentação, produzindo *Gestalten* experienciais, de modo a torná-la mais eficiente, em termos interacionais.

A partir das considerações teóricas feitas ao longo deste trabalho, discutiremos modelos de análise que possam contemplar a complexidade das trocas comunicativas que ocorrem no debate político-eleitoral, como também elencaremos categorias que possam orientar a análise de metáforas multimodais em nosso *corpus* de análise.

Em busca de um modelo de análise: o modelo da semiótica cognitiva

Desenvolvendo e problematizando a formulação da Teoria da Integração Conceitual, Brandt e Brandt (2005) propõem que a noção de espaço-base não seria um dado *a priori*, mas ontologicamente construída, tendo como base a semiose. Sendo assim, o espaço-base seria discursivo, pois é construído a partir de “o ato de dizer e aquilo que é dito” – é importante ressaltar que as duas operações são observadas como sendo distintas uma da outra e são, então, representadas separadamente. Portanto, “a semiose (a situação em que enunciados ou outras trocas de sinais ocorrem) é a base para a construção de espaços” (BRANDT; BRANDT, 2005, p. 19 – tradução nossa).⁴ Em suma:

Um espaço (base) semiótico é um espaço mental em que o [sujeito] cognoscente representa a situação atual de cognoscer. Ou é uma cena de comunicação, envolvendo as pessoas que participam na construção de significado compartilhado através da rede semântica considerada, ou uma cena de reflexão envolvendo o sujeito “refletor” e a situação em que a reflexão tem lugar, tal como representada pelo sujeito. Assim, é assumido como sendo o caso, fenomenologicamente, que quando as pessoas se comunicam, elas representam a situação de comunicação, e essa representação compartilhada é um pré-requisito para a construção de sentido (BRANDT; BRANDT, 2005, p. 20, tradução nossa).⁵

4 The semiosis (the situation in which utterances or other exchanges of signs occur) is the base for space building.

5 A semiotic (base) space is a mental space in which the cognizer represents the present situation of cognizing. It is either a scene of communication, involving the persons participating in shared meaning construction through the semantic network considered, or a scene of reflection involving the reflecting subject and the situation in which the reflection takes place, as represented by the subject. It is thus assumed to be the case, phenomenologically, that when people communicate, they represent the situation of communication, and this shared representation is a prerequisite for meaning construction.

Como podemos perceber, para Brandt e Brandt (2005), o processo de cognoscer tem o sujeito cognoscente como elemento central, assim como o ato de comunicação é decorrente das trocas comunicativas entre sujeitos. Dessa forma, a cognição decorre do ato de cognoscer, realizado por um ou mais sujeitos, e é construída pela comunicação entre sujeitos e pelo contexto situacional. Sendo assim, no modelo da Semiótica Cognitiva, é proposta uma arquitetura de espaços projetados pelos sujeitos em suas interações. Nessa perspectiva, a noção de espaço pode ser traduzida pela projeção de esquemas/cenários cognitivos construídos pelos sujeitos em suas interações.

Na versão apresentada por Brandt e Brandt (2005) e adaptada por nós (2013), a arquitetura dos espaços é composta: (i) pelo espaço-base semiótico (o qual é desdobrado em três esferas: a da semiose propriamente dita, como instância de realização de atos de linguagem pelos interlocutores; a da situação de comunicação em que se encontram os participantes da interação; e a do mundo fenomenológico mais amplo, acessível à nossa experiência vivida); (ii) pelos espaços de entrada, chamados de espaços de apresentação (instância textual) – desdobrados em duas dimensões: a dos recursos gestuais e prosódicos e a dos significados linguísticos – e de referência (instância objeto); (iii) pelo espaço virtual (*blend*), projetado a partir da seleção de elementos dos cenários (*frames*) dos dois últimos espaços; e (iv) pelo espaço de relevância, o qual orienta o sentido emergente do espaço virtual.

Em conclusão, o modelo da Semiótica Cognitiva torna possível analisar como nós processamos cognitivamente mesclas (*blends*). Segundo Brandt e Brandt (2005), no Espaço Semiótico (ES), as integrações são construídas *online* e são sensíveis ao contexto, tanto no que diz respeito à construção das entradas (*inputs*) quanto no que diz respeito à relevância semântica e pragmática de se integrar as entradas (*inputs*) em questão. Na seção seguinte, aplicaremos o modelo descrito ao nosso *corpus* de análise, com vistas a contemplarmos a natureza multimodal e interativa desse *corpus*.

Seleção do *corpus* e descrição dos procedimentos de análise

Analisaremos uma réplica da candidata Dilma Rousseff, que pertence a uma sequência do debate de segundo turno transmitido pela Rede Record no dia

25/10/2010. É importante salientar que o segundo turno das eleições foi marcado pelo surgimento de diversas questões polêmicas, tanto nos debates quanto fora deles: houve uma larga difusão de informações, especialmente via internet e via revistas de grande circulação, que visavam a desqualificar os candidatos. Abaixo, temos um exemplo bem emblemático disso:



FIGURA 1 – Capas das revistas *Veja* e *IstoÉ* – Fontes: *Sites das Revistas Veja e IstoÉ*.

Como é possível observar, os veículos impressos se valeram da seguinte metáfora: “MENTIR É TER DUAS CARAS”, bastante recorrente também nos debates. A capa da revista *Veja*, referente à edição de 11 de outubro de 2010 – veiculada um dia após o debate da Band –, faz uma crítica explícita ao posicionamento contraditório de Dilma em relação ao aborto. Em resposta, a capa da revista *IstoÉ*, referente à edição de 16 de outubro de 2010, nove dias antes do Debate da Record, faz uma crítica explícita ao posicionamento contraditório de Serra em relação ao ex-assessor da Casa Civil paulista, Paulo Vieira de Souza.

Na sequência escolhida para análise, especificamente, Dilma faz uma pergunta sobre emprego, e a resposta de Serra, a réplica de Dilma e a tréplica de Serra abordam o tema da privatização do pré-sal, que pode ser considerado como o tema mais recorrente dos debates de segundo turno,

atrelado à comparação entre os governos FHC e Lula – como pode ser ilustrado e comprovado no trecho.

Optamos por analisar as metáforas tendo em vista a integração de dois níveis: o verbal e o gestual. A fim de realizarmos a descrição do nível verbal, sublinhamos os trechos onde foram identificadas ocorrências verbais de metáforas e procuramos contextualizá-los, trazendo algumas frases que os antecediam e os sucediam, bem como a transcrição completa dos trechos analisados (Anexo A). Em relação à análise do nível gestual, tal como apontado por diversos pesquisadores de gestos (referenciados em obras como **Metaphor and Gesture** e *Multimodal Metaphor*), estabelecer uma metodologia adequada ao estudo dos gestos constitui um desafio, sobretudo em casos de análises como a proposta neste trabalho, que reúne informações pertencentes a diferentes modalidades. A fim de realizarmos a análise dos gestos, optamos por fotografar o Curso dos gestos (KENDON, 2004) que veiculam metáforas, acompanhados da fala, bem como dos gestos que acompanham as frases metafóricas. As análises gestuais a que tivemos acesso mostram desenhos dos gestos feitos pelos interlocutores. No entanto, achamos mais preciso e mais ilustrativo fotografarmos o *corpus*. Além de sublinharmos os trechos em que são veiculadas as metáforas verbais, optamos por destacar com negrito o momento da fala em que a excursão gestual acontece, fotografar o Curso e descrever a excursão gestual como um todo, focalizando três aspectos:

- a direção do gesto: ascendente, descendente, para a esquerda, para a direita etc.;
- a configuração das palmas das mãos: para cima, para baixo, em soco etc.;
- outros aspectos relevantes, que não incluem apenas as mãos: posição do corpo, expressões faciais etc, quando julgamos relevante descrever.

A escolha pela focalização feita no curso do gesto pode ser assim justificada: “Enquanto o gesto prototípico passa por três fases – a preparação, o curso e a retração – é a fase do curso que é considerada como a que constitui minimamente um gesto” (CIENKI, 2008, p. 6 – tradução nossa).⁶ A seguir, descreveremos as categorias que orientarão as nossas análises.

⁶ While a prototypical gesture passes through three phases – the preparation, stroke, and retraction – it is the stroke phase which is considered to minimally constitute a gesture.

No âmbito das metáforas multimodais, é possível descrever duas ocorrências-padrão da relação entre gestos e fala (MÜLLER; CIENKI, 2009, p. 307):

1 – É possível encontrar a mesma fonte e o mesmo alvo em modalidades diferentes. Nesses casos, o gesto corporifica o domínio-fonte da expressão metafórica verbal, indicando que a metaforicidade dessa expressão foi ativada ou estava no primeiro plano da atenção do falante.

2 – É possível, também, encontrar fontes diferentes e o mesmo alvo, em modalidades diferentes. Nesses casos, encontramos uma expressão metafórica gestual, com um alvo que é verbalizado de uma forma não metafórica.

Análise dos dados

Analisaremos, a seguir, um trecho correspondente a um fragmento da réplica, que é constitutiva da sequência de turnos típica do gênero debate, caracterizada por: Pergunta-Resposta-Réplica-Tréplica, pertencente, no nosso caso específico, ao Debate da Record. Por questões de economia de espaço/tempo, reproduziremos a seguir, no corpo do texto, apenas um excerto da réplica de Dilma, em que a presença de metáforas se destaca.

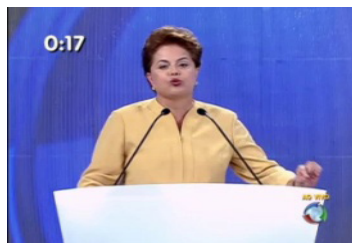
Dilma: (...) e é bom que você saiba que a grande maioria dos países agiu dessa forma: descobriu reserva do tamanho do pré-sal. Porque a diferença entre você descobrir **uma mina de ouro** (1) e descobrir **uma minazinha pequenininha** (2). Então o quê que eu digo para vocês? Eu digo que eles tão querendo **privatizar o filé-mignon** (3). **A carne de pescoco** (4) era o que existia antes. Agora tão querendo **entregar o filé-mignon do país** (5).

(1)



Gesto ascendente, mão direita,
lado direito do corpo.

(2)



Gesto descendente, mão esquerda,
lado esquerdo do corpo.

(3)



Gesto lateral, ambas as mãos,
palmas paralelas uma à outra.

(4)



Gesto lateral, mão esquerda, lado
esquerdo do corpo, polegar e indicador
fechando-se em círculo.

(5)



Gesto descendente, mão direita
fechada, lado direito do corpo.

Fazendo um breve histórico da temática em questão, o processo de privatizações está associado a uma doutrina liberal de desregulamentação das instituições e de minimização do papel do Estado ou do setor público na economia. Na América Latina, a doutrina e a política de privatizações tiveram seu apogeu nos anos noventa, como estratégia tanto discursiva quanto acional voltada para supostamente produzir o crescimento econômico dos países da região. Pesquisas de opinião,

realizadas sobretudo a partir do ano 2000, passaram a apontar para uma insatisfação grande da sociedade civil nos países da América Latina em relação ao processo de privatizações. No Brasil, o jornalista Elio Gaspari cunhou, inclusive, o termo “privataria”, como forma pejorativa de designar esse processo no caso específico brasileiro, o que, de certo modo, ganhou visibilidade política nas eleições.

Como tema de campanha, as privatizações foram objeto de polêmica entre os dois principais candidatos, Dilma (PT) e Serra (PSDB), sendo que a estratégia de base da candidata do governo petista foi a comparação entre o governo anterior (FHC) e o governo então vigente (Lula), criticando as privatizações do governo anterior e elogiando a valorização do patrimônio público do governo vigente. A candidatura governista se ancora em uma memória discursiva nacionalista, em uma herança getulista do ‘petróleo é nosso’ e em uma história republicana de construção do Estado.

Assim, na réplica recortada acima, Dilma refuta as críticas feitas por Serra ao fato de o PT ter feito privatizações na Petrobras. A candidata encadeia uma sequência de enunciados contra o partido de seu adversário, cujo principal ato ilocucional corresponde à predição de pretender privatizar o pré-sal. Depois de dizer que Serra é mal-informado e de defender o regime de partilha da exploração do Petróleo com predomínio do controle pela Petrobrás, Dilma, na primeira parte do exemplo apresentado acima – gestos 1 e 2 –, utiliza a metáfora “RESERVAS DE PETRÓLEO SÃO MINAS DE OURO”, que é apresentada dentro de uma oposição: descoberta atual > mão direita no alto, coocorrendo com “mina de ouro” x descoberta anterior > mão esquerda embaixo, coocorrendo com uma variação, no diminutivo, da metáfora: “minazinha pequenininha”. Além da representação verbogestual representar oposição, ela também expressa uma relação temporal, que pode ser formulada da seguinte maneira: “O FUTURO É PARA FRENTE” – no caso, para a direita – e “O PASSADO É PARA TRÁS” – no caso, para a esquerda. Ainda sobre o exemplo fornecido, é possível explorar a questão dos eixos horizontal e vertical, em que o gesto realizado com a mão direita, do meio para cima, representa crescimento (CALBRIS, 2008), enquanto o gesto realizado com a mão esquerda, do meio para baixo, representa diminuição.

Já na segunda parte do exemplo – gestos de 3 a 5 –, Dilma utiliza metáforas que remetem a elementos do universo popular, recorrendo a uma memória discursiva relacionada ao presidente Lula, que frequentemente se utilizava de situações cotidianas para veicular metáforas mais próximas do imaginário popular. Nesse caso,

Dilma faz referência a partes/cortes de carne animal tradicionalmente conhecidos e consumidos para metaforizar a dicotomia “passado x futuro”, utilizando o filé-mignon, parte nobre do boi, para sinalizar o presente, e a carne de peçoço, carne barata, para sinalizar o passado. É relevante assinalar que ela encena ambas as metáforas com as mãos: primeiramente, ela encena o filé, que é representado como um objeto grande, e, posteriormente, ela encena a carne de peçoço, que é representada como um objeto pequeno. A última metáfora verbogestual articula a frase – “Agora estão querendo entregar o filé-mignon do país” – à encenação, com a mão direita, do gesto de entregar (gesto 5), comprimindo a argumentação desenvolvida por Dilma no turno em questão. Temos aqui um processo fortemente metafórico de compressão, a partir de algumas relações vitais: analogia [petróleo = carne], espaço/tempo [direita = futuro x esquerda = passado, alto = mina grande x baixo = mina pequena], causa-efeito [governo Serra → privatização do pré-sal], etc.

Aplicando o modelo da Semiótica Cognitiva à réplica de Dilma, teríamos o seguinte resultado: a cena enunciativa colocada em funcionamento é “filtrada socioculturalmente” pelo Domínio Discursivo político-eleitoral, em que, do ponto de vista da Relevância Argumentativa, os candidatos utilizam estratégias para minar a credibilidade do adversário, desqualificando-o. Na situação comunicativa em questão, ou seja, no debate político-eleitoral, Dilma fez uso do histórico privatista do PSDB, partido de Serra, abordando o tema da privatização do pré-sal, principal tema abordado no debate. Lançando mão de uma estratégia de antecipar discursivamente as ações do adversário num futuro governo, hipoteticamente vitorioso – repetindo a estratégia, utilizada na campanha do PT de 2006, de satanização das privatizações – a candidata do PT, em 2010, afirmou que os tucanos defendiam a privatização da Petrobras e do pré-sal, prevendo que o candidato adversário iria privatizar as reservas de petróleo.

Ao se referir ao pré-sal e às reservas de petróleo, Dilma os apresenta como “mina de ouro” e “filé-mignon”. Por meio da utilização dessas metáforas, a candidata compara as reservas de petróleo descobertas anteriormente com o pré-sal, encenando gestualmente, em ambas as sequências comparativas, dois objetos que ocupam posições opostas no espaço, promovendo, assim, a distinção “passado” x “futuro”. Ela também utiliza a metáfora verbogestual “entregar o filé-mignon do país”, que corresponde a privatizar as reservas de petróleo. A predição e a consequente acusação das ações futuras do adversário resultam, de certo modo,

num efeito demagógico que podemos chamar de “profecia eleitoral”, que mobiliza a emoção do medo, ao mesmo tempo em que projeta uma imagem da candidata do governo como a grande protetora do patrimônio nacional. Essa aplicação do modelo descrita pode ser ilustrada da seguinte maneira:

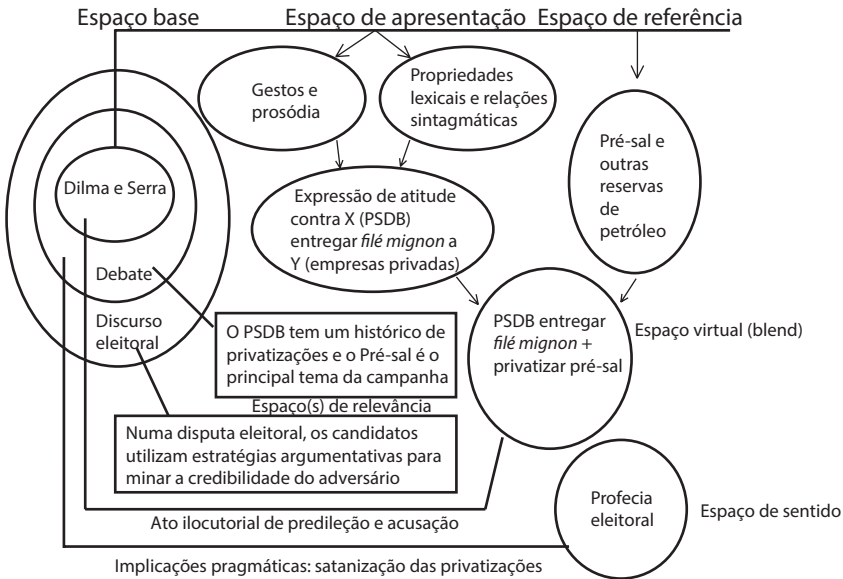


FIGURA 1 – Modelo semiótico adaptado, aplicado à réplica de Dilma

Fonte: Elaborado pelos autores.

Considerações finais

Fundamentada em uma concepção experiencialista (LAKOFF; JOHNSON, 1980) e corporificada (JOHNSON, 2007; ROHRER, 2007) da linguagem, e amparada numa versão adaptada do modelo da Semiótica Cognitiva (BRANDT; BRANDT, 2005), a análise de metáforas multimodais emergentes no debate eleitoral nos permitiu atestar, ao menos nos exemplos de nossa amostra, que, por um lado, quanto mais convencionalizadas elas são, maior a dificuldade de reconhecer a natureza metafórica das expressões que as manifestam. Por outro lado, quanto menos convencionais elas são, maior a facilidade de reconhecer a

natureza metafórica das expressões que as manifestam e, além disso, mais recursos gestuais tendem a ser utilizados para direcionar a atenção do ouvinte para o que está sendo dito, potencializando a geração de efeitos perlocucionais. Essa hipótese se relaciona a outra, também corroborada pelos dados aqui avaliados: a de que o uso dessas metáforas no discurso político-eleitoral e, mais especificamente, no debate eleitoral constitui, mais do que uma simples manifestação do fenômeno da compressão das relações vitais produzida pela integração conceitual, estratégias de compressão da própria argumentação dos candidatos, como busca de satisfazerem cognitivamente e pragmaticamente as restrições típicas dessa situação de interação, com vistas a serem bem-sucedidos em seus projetos discursivos.

The emergence of multimodal metaphors: the analysis of the metaphorization and of the compression in the political-electoral debate

Abstract

In this paper, we intend to analyze the emergence of multimodal metaphors in face to face interactions in the political-electoral debate, taking into consideration two variables: the verbal – pertaining to the aural modality – and the gestural – pertaining to the visual modality. Our hypothesis is that the more entrenched in our conceptual system the metaphoric expression is, the more difficult it is to recognize it as metaphoric. On the other hand, the less entrenched in our conceptual system the metaphoric expression is, the easier it is to recognize it as a metaphoric expression. Moreover, we hypothesize that the emergence of less entrenched metaphors works as a compression mechanism of the argumentation developed in the speech turn. In order to demonstrate the emergence of metaphors in the modalities listed above, as well as the relation between these modalities, we selected scenes from a reply formulated by the candidate Dilma Rousseff, from a second turn presidential debate broadcasted by Rede Record, a Brazilian TV channel. The analysis results support our research hypothesis and also allow us to demonstrate that the verbal and gestural variables can interact, generating multimodal metaphors.

Keywords: Multimodal metaphors. Metaphoricity. Compression. Turn-packing. Political-electoral debate.

Referências

- BRANDT, Line; BRANDT, Per Aage. Making sense of a Blend. **Annual Review of Cognitive Linguistics**, Amsterdam, v. 3, p. 216-249, 2005.
- CALBRIS, Geneviève. From left to right...: coverbal gestures and their symbolic use of space. In: CIENKI, Alan; MÜLLER, Cornelia (Ed.). **Metaphor and gesture**. Amsterdam: John Benjamins, 2008. p. 27-54.
- CIENKI, Alan. Image Schemas and Gestures. In: HAMPE, Beate; GRADY, Joseph E. (Ed.). **From perception to meaning: Image Schemas in Cognitive Linguistics**. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2005. p. 421-442.
- CIENKI, Alan. Why to study metaphor and gesture? In: CIENKI, Alan; MÜLLER, Cornelia (Ed.). **Metaphor and gesture**. Amsterdam: John Benjamins, 2008. p. 3-26.
- FAUCONNIER, Gilles; TURNER, Mark. **The way we think: Conceptual blending and the mind's hidden complexities**. New York: Basic Books, 2002.
- HOUGAARD, Anders; RASMUSSEN, Gitte. Implications of cognitive metaphor and gesture studies for Ethnomethodology and Conversation Analysis and vice versa. In: CIENKI, Alan; MÜLLER, Cornelia. **Metaphor and gesture**. Amsterdam: John Benjamins, 2008. p. 265-273.
- JOHNSON, Mark. **The meaning of the body: aesthetics of human understanding**. Chicago, London: The University of Chicago Press, 2007.
- KENDON, Adam. **Gesture: visible action as utterance**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metaphors we live by**. Chicago, London: The University of Chicago Press, 2003. Original publicado em 1980.
- MIRANDA, Maíra Avelar. **A emergência de metáforas multimodais no discurso político-eleitoral: análise das variáveis verbais, prosódicas e gestuais em debates de segundo turno às eleições presidenciais de 2010**. 2013. Tese (Doutorado em Linguística) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- MÜLLER, Cornelia; CIENKI, Alan. Words, gestures, and beyond: Forms of multimodal metaphor in the use of spoken language In: FORCEVILLE, Charles J.; URIOS-APARISI, Eduardo (Ed.). **Multimodal metaphors**. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2009. p. 297-328.

ROHRER, Tim. **The body in space**: Embodiment, Experientialism and Linguistic Conceptualization. In: ZIEMKE, Tom; ZLATEV, Jordan; FRANK, Roslyn; DIRVEN, René (Ed.). *Body, Language and Mind* Berlin: Mouton de Gruyter, 2007a. v. 1, p. 339-378.

VAN DIJK, Teun A. Discurso político e cognição política. In: VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 197-230.

VARELA, Francisco J.; THOMPSON, Evan; ROSCH, Eleanor. Cognition as Embodied Action. In: THOMPSON, Evan; VARELA, Francisco J.; ROSCH, Eleanor. **The embodied mind**. Cambridge, MA: MIT Press, 2003. p. 172-179.

Anexo

Dilma: Olha, candidato Serra, você ficou caladinho quando mudaram o nome Petrobrax, substituindo o Brás de Brasil. Naquela época, chegaram ao cúmulo de tirar até a bandeira do Brasil, BR, lá do nome da Petrobras. Privatizar o pré-sal, candidato, é um absurdo e é isso que vocês propõem sim. O seu partido votou contra o modelo de partilha. O senhor não tem coragem de assumir a sua posição, e que fica falando que num se influencia pelos outros. Ora, então, o senhor tá no partido errado, porque seu partido vota contra a garantia de que a Petrobras será a exploradora do pré-sal. Aliás essa fala dele, da maioria dos blocos serem estrangeiros, ela é mentira. Por que que é mentira? Eu não estou dizendo que você mente: eu estou dizendo que você é muito mal-informado e a frase é mentirosa. Por quê? Porque, na maioria dos casos, há o controle pela Petrobras dos blocos. A questão não é essa. A questão é que, no modelo anterior, tudo ficava pra empresa privada estrangeira ou pra qualquer empresa. Agora não: agora, como é muito dinheiro e o recurso é muito grande, e é bom que você saiba que a grande maioria dos países agiu dessa forma: descobriu reserva do tamanho do pré-sal. Porque a diferença entre cê descobrir uma mina de ouro e descobrir uma minazinha pequenininha. Então o quê que eu digo para vocês? Eu digo que eles tão querendo privatizar o filé-mignon. A carne de pescoço era o que existia antes. Agora, tão querendo entregar o filé-mignon do país.

Sinestesia e metáforas

Hugo Mari*

Resumo

O objetivo do texto é discutir e avaliar, de modo específico, os processos de metáforas sinestésicas, avaliando as condições sensório-motoras que integram a sua construção. Inicialmente, relato, retomando autores da área, alguns posicionamentos sobre a questão da sinestesia como um fenômeno neurofisiológico e sua importância como uma atividade perceptiva multimodal. Na sequência, enfatizo as discussões que foram desenvolvidas por diversos autores (Ullmann; Williams; Werning, Fleischhauer e Beseoglu; Yu) sobre o alcance das metáforas sinestésicas. Além do mais, procuro contemplar o essencial de cada uma das abordagens, com ênfase especial sobre limites combinatórios sensoriais e a direcionalidade preferencial para certas combinações. Como esses estudos foram realizados a partir de *corpora* específicos ou de avaliação experimental, esses autores apontam restrições às combinações que, intuitivamente, parecem naturais numa dimensão interpretativa. Por último, aponto a necessidade de se restringirem os limites e as condições sob as quais o aparelho sensório-motor opera na integração de percepções advindas de sensores diferentes.

Palavras-chave: Metáfora. Sinestesia. Percepção sensorial. Direcionalidade. Integração sensorial.

I am a synesthete, and I study synesthesia.
Synesthesia is not a disease, nor is it a deficit in most cases
(DAY, 2005, p. 13).

Preliminares

Toda a discussão atual sobre manifestações metafóricas e seus processos de produção destaca a importância da metáfora como um fenômeno que transcende a sua dimensão discursiva restrita de se fazer dela uma estilização de sentido. A metáfora torna-se um processo cognitivo de ampla repercussão e se faz representar

* Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Pesquisa associada ao Grupo “Complex Cognition” e desenvolvida através do projeto “Uma visão integrada da cognição humana: corpo/significação, cérebro, mente, linguagem”, financiado pela FAPEMIG (SHA-APQ-00121-10).

sob as formas de conhecimento as mais variadas. Assim, ao discutir a metáfora, não estamos mais discutindo o teor idiossincrático de uma forma linguística e dos efeitos que pretendemos com ela – até podemos fazê-lo –, mas, sobretudo, a natureza do conhecimento, os aspectos mentais e neurofisiológicos de que nos valemos para sua apreensão e para sua produção.

Na presente reflexão, pretendemos desenvolver a discussão de um fenômeno específico, ainda repleto de incertezas, mas de relevância fundamental, envolvendo a construção de metáforas. Trata-se da sua dimensão sinestésica, isto é, da integração de modalidades perceptivas distintas que concorrem para a sua produção. Ao estudar a metáfora sob esse ponto de vista, somos levados a refletir sobre dois pontos específicos na análise da questão: a compreensão mínima da sinestesia enquanto uma atividade perceptiva do homem em sua interação com o ambiente e a sua extensão aos procedimentos discursivos de construção de metáforas.

Aspectos fundamentais da sinestesia

A sinestesia, como mostram pesquisadores da área – Cytowic (1989), Baron-Cohen e Harrison (1997), Ramachandran e Hubbard (2001), Robertson e Sagiv (2005), entre outros –, não constitui um corpo coeso e único de conhecimento sobre a atividade perceptiva do homem. Encontramos padrões diversos para justificar o funcionamento da sinestesia, os quais vão desde a sua caracterização neurofisiológica em certos organismos,¹ passando pela sinestesia causada por disfunções neuronais, ou manifestações sinestésicas geradas pelo uso de psicotrópicos, como também processos sinestésicos associados à construção de metáforas (até um certo momento, uma falsa sinestesia para alguns autores). Apesar de toda essa tipologia que se associa ao campo dos fenômenos sinestésicos, existem controvérsias sobre muitos dos seus aspectos, e é, talvez, por essa razão que Baron-Cohen e Harrison iniciem sua obra da seguinte forma:

Por que um livro sobre sinestesia? Começamos com esta pergunta, porque o tema da sinestesia atualmente goza de uma reputação

¹ Um percepto sinestésico que alcança cerca de 1 em cada 25.000 pessoas costuma ser apontado, com base em avaliação de sujeitos que integram pesquisas empíricas no campo.

controversa, já que alguns cientistas descartam-na como sendo uma ilusão ou um artifício, enquanto outros a percebem como um fenômeno natural e genuíno, requerendo explicações e com implicações importantes para a neurociência cognitiva (BARON-COHEN; HARRISON, 1997, p. 3 – tradução nossa).²

A resposta que os autores formulam para essa pergunta capta a ‘reputação controversa’ da sinestesia, num percurso delineado pelos colaboradores da edição, os quais confrontam fundamentos psicológicos com fundamentos neurológicos e com modulações da mente; processamento sensorio-perceptivo com emergência da consciência; problemas relativos a déficits neurológicos com sua base genética; manifestação de processo orgânico natural com valores estéticos que ela engendra. É esse leque de concepções sobre a sinestesia, um objeto de conhecimento que vem sendo perscrutado, sistematicamente, há mais de três séculos que recebe, com desenvolvimentos das ciências cognitivas, abordagens mais afinadas aos processos de conhecimento. Assim, o teor da experientiação corpórea, implementada por processos perceptivos, atencionais, socioculturais, de consciência (re)discutem a questão da sinestesia num quadro amplo que a situa como um processo importante para a cognição humana.

Essa revisitação da sinestesia, nas quatro últimas décadas do século passado, colocou em evidência amplas pesquisas desenvolvidas sob as mais diversas perspectivas, incluindo o próprio valor testemunhal e experiencial dos sujeitos, mas também de sujeitos circunstancialmente submetidos a testes gerais de neuroimagens. Em muitos casos relatados pelos pesquisadores da área, eles próprios como sinestetas confirmam sua atividade perceptiva sinestésica, conforme detectamos num artigo de Day:

Para mim, o sabor de um bife é azul escuro. O odor de amêndoas é laranja pálido. E quando toca um saxofone tenor, a música parece a espiral de uma cobra de tubos de neon roxo vívido que flutua e se alça. Eu sou um sinesteta e estudo sinestesia. Sinestesia não é uma doença, nem um déficit, na maioria dos casos (DAY, 2005, p. 11 – tradução nossa).³

2 Why a book on synaesthesia? We begin with this question because the topic of synaesthesia currently enjoys a controversial reputation, with some scientists dismissing it as an illusion or a contrivance, whilst other perceive it as a genuine natural phenomenon, in need of explanation and with important implications for cognitive neuroscience (BARON-COHEN; HARRISON, 1997, p. 3).

3 To me, the taste of beef is dark blue. The smell of almonds is pale orange. And when tenor saxophones

Muitos ensaios sobre a sinestesia guardam certo traço de intimidade experiencial de um sujeito com o fenômeno e acabam, em muitas circunstâncias, por servir de testemunhos vivenciados pela experiência sinestésica de sujeitos que têm dispositivos neurológicos aptos à percepção dessa natureza. Nessa dimensão, ela é um fenômeno essencialmente vivido, mas nem por isso deixa de ser um objeto de conhecimento desafiador para o campo das neurociências, da psicologia, da cognição e da linguística. Nessa parte do texto vamos repassar a sua conceituação como uma orientação necessária para aquilo que é o maior objetivo deste texto: a compreensão dos processos de metaforização sinestésica.

Conceito de sinestesia

O conceito de sinestesia é, ele próprio, circunscrito à especificidade dos fenômenos a que viermos atribuir essa denominação. Se o campo da sinestesia se faz representar por fenômenos de natureza distinta, como apontamos anteriormente, assim também deve ser um conceito que se proponha a abarcar tudo isso. Para os nossos propósitos na sequência deste texto, o que propõe Sagiv nos atende de modo adequado:

O termo sinestesia (do grego *syn* = junto, *estesia* = sensação) tem sido usado para descrever uma grande variedade de fenômenos. Mais comumente, é utilizado para indicar uma condição em que a estimulação de uma modalidade sensorial, também dá origem a uma experiência de uma modalidade diferente (SAGIV, 2005. p. 3 – tradução nossa).⁴

Mesmo considerando as diferentes dimensões que o estudo da sinestesia assume, sobretudo em relação aos seus fundamentos, o conceito acima, proposto por Sagiv, atende ao essencial da questão, à medida que especifica que os processos sinestésicos envolvem, em seu teor fundamental, a integração de ao menos duas

play, the music looks like a floating, suspended coiling snake-ball of lif-up purple neon tubes. I am a synesthete, and I study synesthesia. Synesthesia is not a disease, nor is it a deficit in most cases (DAY, 2005, p. 13).

4 “The term synesthesia (Greek: *syn* = together, *aesthesia* = sensation) has been used to describe a wide variety of phenomena. Most commonly, it is used to denote a condition in which stimulation in one sensory modality also gives rise to an experience in a different modality”.

modalidades sensoriais distintas. Destacando as cinco modalidades essenciais (visual, auditiva, tátil, gustativa, olfativa), numa combinatória simples de duas modalidades, seríamos levados a supor nove formas de sinestesia. Entretanto, existem restrições para essas combinações: (a) quando testemunhadas por muitas experiências de sujeitos sinestetas;⁵ (b) quando se constata a sua manifestação nas expressões de línguas e culturas diferentes, como veremos a seguir nas pesquisas de diversos autores. Esse potencial de combinações tende também a aumentar quando, virtualmente, comparamos a inversão de uma modalidade-fonte (V/G) com uma dada modalidade-alvo (G/V) que pode mostrar sinestésias diferentes: assim, V(azul) + G(azedo) é distinto de um G(azedo) + V(azul), já que o primeiro caso tipifica uma experiência visual qualificando-a pelo sabor, enquanto a segunda tipifica uma experiência gustativa, qualificando-a pela cor. Além do mais, existem modalidades mais ativas do que outras em termos combinatórios, como aponta Day (2005, p. 14-15) em levantamento feito a partir de 572 casos de sinestesia analisados. O resultado geral dessa análise (cf. Anexo I) mostra que todas as modalidades sensoriais se fazem presentes tanto do domínio-fonte como do domínio-alvo. Ressalta-se na pesquisa o grande número de casos relativos à percepção visual – conjugada com modalizações de som, de odor, de sabor, de temperatura, etc. –, incluindo, de modo específico e dominante, a presença de cores, que se funde na percepção de todas as outras modalidades.

O nosso interesse, todavia, para a presente reflexão não é um percurso geral sobre os aspectos mais importantes do estudo funcional da sinestesia como um processo perceptivo normal do organismo⁶ humano, percurso que tem permitido, muitas vezes, o reconhecimento de sujeitos que dispõem, como mostram pesquisas, de certo pendor para a experiencição sinestésica. Estamos nos orientando, de modo mais específico, para a avaliação dos processos sinestésicos de produção discursiva de metáforas, a partir dos estudos desenvolvidos sobre a metáfora

5 Numa pesquisa com 572 casos de sinestesia, Day (2005, p. 15) não detectou nenhum caso de sinestesia combinando o teor gustativo com o olfativo, nem modalidade tátil (temperatura), combinando com olfato (quente cheiroso), ou com gosto (frio doce). É claro que evidências para a exclusão ou admissão de tais combinações podem estar relacionadas a aspectos socioculturais da pesquisa, como o próprio autor reconhece.

6 Já em 1988, Maurer e Maurer (*The world of the newborn*) apud Maurer e Mondloch (2005) afirmavam que o fenômeno da sinestesia se faz presente no organismo humano desde os primeiros meses de sua existência: "... the newborn does not keep sensations separate from one another, but rather mixes sights, sounds, feeling, and smells into a sensual bouillabaisse in which sights have sounds, feelings have tastes...". Pesquisas sobre esse fato foram realizadas e confirmadas posteriormente por Maurer e Mondloch (1996, 2005), Maurer, D. (1993).

conceitual, que, mesmo não estando atrelada unicamente ao fundamento essencial da sinestesia – a experiencição –, constitui uma relação importante a ser avaliada do ponto de vista neuronal, como sugerem Ramachandran e Hubbard:

Uma vez que sabemos muito pouco sobre a base neural da metáfora, dizer que “sinestesia é exatamente metáfora” não ajuda a explicar nem sinestesia nem metáfora. De fato, neste artigo vamos transformar o problema em seu foco central e sugerir o oposto: a sinestesia é um fenômeno sensorial concreto cuja base neuronal estamos começando a entender e que pode, portanto, fornecer uma alavanca experimental para compreender fenômenos mais evasivos, como metáfora. (RAMACHANDRAN; HUBBARD, 2001a, p. 3 – tradução nossa).⁷

Essa colocação dos autores evidencia a importância da metáfora (sinestésica, acrescentamos), enquanto fenômeno neuronal complexo cujo processo de compreensão precisa ser ainda melhor avaliado. Além do mais, essa formulação contribui também para anular o teor secundário que lhe fora atribuído nos estudos da sinestesia, como também de livrá-la do caráter de excepcionalidade que configura o seu papel nos estudos linguísticos da metáfora. Metáforas sinestésicas implicam, por hipótese, os mesmos desafios de justificativas neurofisiológicas para a sua produção que outra sinestesia qualquer; igualmente em relação à metáfora conceitual, os processos sinestésicos de metaforização não podem mais ser vistos como algo de menor valor, ao contrário, constituem formas legítimas de expressão da atividade cognitiva do homem. Segundo os autores, o que integra todos esses processos, ainda que com níveis de detalhamento diferenciado, é a ligação cruzada (*cross-wiring*) que interconecta regiões do cérebro com funções diferentes de processamento. Ramachandran e Hubbard (2001a) apontam como a sinestesia mais disseminada é aquela que integra grafema e cor (letras e números), e é sobre ela que lançam uma hipótese explicativa:

⁷ “Since we know very little about the neural basis of metaphor, saying that ‘synaesthesia is just metaphor’ helps to explain neither synaesthesia nor metaphor. Indeed, in this paper we will turn the problem on its head and suggest the very opposite: Synaesthesia is a concrete sensory phenomenon whose neural basis we are beginning to understand and it can therefore provide an experimental lever for understanding more elusive phenomena such as metaphor”.

Será uma coincidência que a forma mais comum de sinestesia envolva grafemas e cores e que as áreas cerebrais correspondentes a eles sejam bem próximas umas das outras? (RAMACHANDRAN; HUBBARD, 2001a, p. 7 – tradução nossa).⁸

Para os autores, a proximidade das áreas de processamento é algo a ser destacado como uma hipótese a justificar a larga presença de sinestésias, associando grafemas a cores. De fato, conforme estudo desenvolvido por Zeki (1993),⁹ originalmente para o córtex visual do macaco, a área V3 do córtex visual, especializada no processamento espacial de linhas, traçados – grafemas: letras e números – é contígua à área V4, que processa cores. Embora a hipótese esteja formulada para justificar o processamento local de sinestésias de grafemas-cores, Ramachandran e Hubbard admitem que se trata de uma hipótese genérica, a ser avaliada para os processos gerais de sinestesia. Existem muitos detalhes e problemas envolvidos nessa questão que foram apontados também por outros autores; sua extensão, todavia, ultrapassa os objetivos deste texto.

Nas próximas seções deste texto, vamos discutir, de forma mais sistemática, os estudos da metáfora sinestésica (MS doravante), destacando suas realizações mais recorrentes e os problemas relativos à concepção de alguns limites que a ela costumam ser impostos por pesquisadores que têm avaliado a sua emergência nas línguas naturais.

Metáforas sinestésicas

Como se trata de um fenômeno de natureza psiconeurofisiológica, as MSs não são um fenômeno local exclusivo, ou seja, elas não representam um fato privilegiado para nenhuma língua natural em particular: uma língua não é mais propícia a metáforas sinestésicas do que outras. Sua emergência é partilhada, potencialmente, em todos os sistemas naturais. É possível, todavia, que também como um fato de ramificações estéticas e culturais sua recorrência possa ser mais ou menos marcada, considerando a diferença de gêneros discursivos, de sexo dos

⁸ “Can it be a coincidence that the most common form of synaesthesia involve graphemes and colours and the brain areas corresponding to these are right next to each other?”

⁹ ZEKI, Semir. The multiple visual areas of the cerebral cortex. In: ZEKI, Semir. **A vision of the brain**. Oxford: Blackwell, 1993. p. 87-93.

falantes, das diferenças idioletais, de usos específicos de língua, entre outros que serviram de orientação para muitas pesquisas. É possível, pois, que algum falante se valha mais desse tipo de metáfora do que outro; que ele seja mais recorrente num gênero do que em outro. Os estudos, realizados por muitos pesquisadores que se ocuparam da questão, mostram diferenças de detalhes, mas evidenciam uma longa extensão de semelhanças de comportamento das MSs. Antes de passarmos a uma avaliação mais detalhada do conceito desse tipo de metáfora, consideremos as preocupações apontadas por Cacciari:

Deve-se notar que as relações da metáfora linguística com propriedades sensório-perceptuais não foram ainda teoricamente explicitadas. São as metáforas perceptualmente fundamentadas, são elas alicerçadas em modelos culturais de nossas experiências diárias, ou são elas fundamentadas em representações amodais abstratas de nossa experiência perceptiva? (CACCIARI, 1998, p. 122).

Cacciari coloca duas questões iniciais extensivas à MS e que repercutem sobre o seu conceito: qual a natureza do seu fundamento – perceptivo ou cultural? Embora a sua base seja as propriedades sensório-perceptivas, a autora coloca em questão a razão que leva os usuários a construir metáforas em geral, isto é, o fato de estarem alicerçadas em modelos culturais da experiência diária ou em representações amodais abstratas. De fato, temos expressões como *sorriso amarelo* / *amizade colorida*, que são culturalmente criadas numa tradição de fatos sociais corriqueiros como decepção sobre um episódio ou como afeição homossexual. É possível que uma explicação para *sorriso amarelo* tenha um valor perceptivo mais direto: o processo físico de tensão/distensão muscular dos lábios, associado a uma cor; enquanto *amizade colorida* pudesse ter uma caracterização mais cultural, pelo valor que pode assumir o termo *amizade* nas relações interpessoais, certamente qualificadas pelas variações cromáticas do espectro solar.

Em acréscimo a essas duas dimensões apontadas pela autora, gostaria de ressaltar a importância a ser admitida para a experienciação, um termo fundamental para as MSs, ainda que, a partir de sua emergência, muitos outros comportamentos possam a ela ser associados. Certamente, para Rimbaud, as cores atribuídas às vogais em seu famoso poema *Les voyelles – A noir, E blanc, I rouge, U vert, O bleu* :

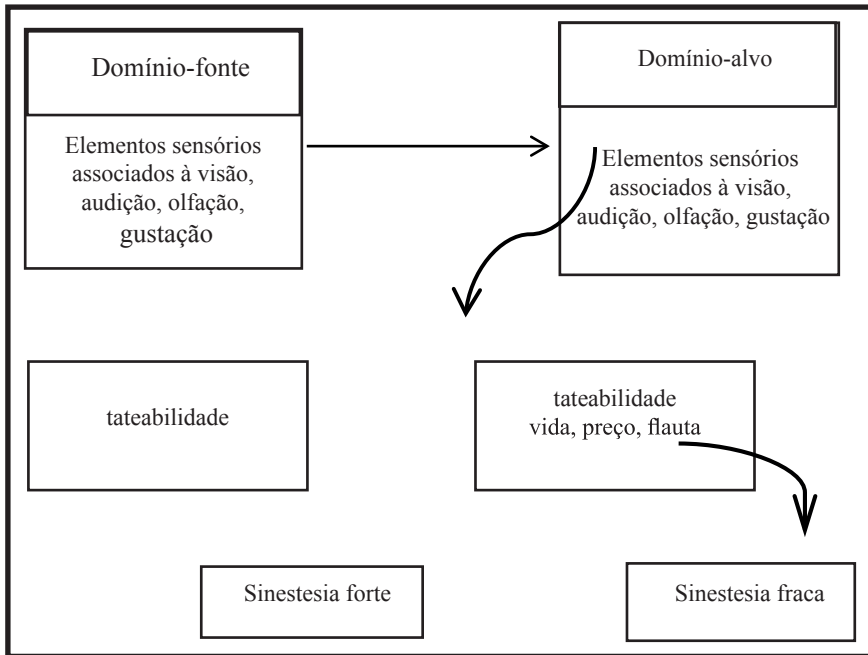
voyelles, conforme a primeira linha da estrofe inicial –¹⁰ podem surgir como algo essencialmente experiencial, mas eventualmente experiencial para seus leitores e, sobretudo, estético-perceptivo para seus estudiosos. Enfim, a caracterização entre aquilo que podemos isolar como perceptivo, cultural ou experiencial na produção/percepção de uma MS parece escapar a uma codificação precisa, já que se mostra com um teor reversível. É possível, todavia, que possamos, independentemente do reconhecimento de limites, considerar as três dimensões como centradas em processos corpóreos, como veremos, mais à frente, no esquema de análise proposto por diversos autores.

Essas dificuldades iniciais colocam em jogo a necessidade de uma conceituação mínima da MS, a partir da qual essas dificuldades poderão ser melhor visualizadas. Para os nossos objetivos nesse texto, recorreremos à formulação de Petersen *et al.* (2008, p. 2), que apresentam seu conceito com base em dois domínios de dados que se comprimem numa única unidade de sentido. Assim, para os autores:

Uma metáfora sinestésica é a projeção de um conceito a partir de um domínio fonte de percepção sobre um conceito do domínio alvo. [...] Em metáforas estritamente sinestésicas o conceito do domínio alvo é também um conceito perceptual. Por exemplo, *loud yellow* (amarelo intenso) é a projeção de um conceito auditivo sobre um conceito visual, tratando-se, pois, de uma metáfora sinestésica específica no sentido mencionado [...]. A synaesthetic metaphor is a mapping of a concept out of a perceptual source domain onto a concept of the target domain. In the studies, only strictly synaesthetic metaphors were used. In strictly synaesthetic metaphors the target domain's concept is a perceptual concept, too. For example *loud yellow* is a mapping of an auditory concept onto a visual concept and so a strictly synaesthetic metaphor in the mentioned sense (PETERSEN *et al.*, 2008, p. 2).

Podemos discutir o conceito acima a partir do seguinte esquema, virtualmente compatível para todos os sensores humanos:

10 O poema de Rimbaud “*Les voyelles*” (ou, como costuma ser denominado, “Le sonnet des voyelles”), <<http://www.mag4.net/Rimbaud/poesies/Voyelles.html>>, mantém correlação, talvez como fonte inspiradora, com o poema de Baudelaire *Correspondences*, <<http://fleursdumal.org/poem/103>>, marcadamente a partir do verso oitavo: “*Les parfums, les couleurs et les sons se répondent*”. Nesse campo de discussão cabe lembrar também o poema de Ernest Cabaner *Sonnet des sept nombres*, <<http://lequichotte.wordpress.com/2012/12/30/une-source-du-sonnet-des-couleurs-de-rimbaud-ernest-cabaner/>>, dedicado a Rimbaud, em que o músico-poeta explora a sinestesia a partir das notas musicais: “*La OU cinabre, Si EU orangé, Do O // Jaune, Ré A vert, Mi E bleu, Fa I violet, // Sol U carmin...*”. Essa sequência de produções no século XIX traduz a importância que a sinestesia assumiu para a literatura.



Esquema 1 – Domínio-fonte → domínio-alvo

Para padronizar o conceito proposto por Petersen *et al.*, optamos por listar no domínio-fonte e no domínio-alvo a função sensorial associada à dimensão corporal relativa aos sensores,¹¹ mas, evidentemente, a indicação poderia ser feita com outros termos. A exigência que se faz para o mapeamento entre os dois domínios é que a combinação seja feita a partir de elementos sensoriais de natureza diferente, logo não existe, pela definição dos autores, sinestesia em expressões como *amarelo esverdeado* ou *ruído estridente*; o que existe em exemplos dessa natureza é apenas uma qualificação do domínio-alvo por um termo do domínio-fonte, sendo ambos pertencentes à mesma modalidade sensorial. Assim, o esquema mantém um teor genérico (explicativo) do potencial de que podemos dispor nas línguas naturais

¹¹ Existem dificuldades para se fazer uma referência direta aos sensores humanos, em razão de certa diversidade de denominações que pode ser usada. Podemos usar as partes do corpo como uma referência metonímica (olho, ouvido, nariz, boca, mãos), ou a função associada essas partes (visão, audição, olfação, gustação, tateabilidade), ou ainda a classe geral das propriedades inerentes aos sensores (cor, som, odor, sabor, tato). Tais formas mostram vantagens e desvantagens: as *mãos* não representam todo o sistema háptico; *cor* não expressa toda capacidade do sistema visual; *tateabilidade* é um termo de pouco uso. Os indicadores para função parecem ser os mais adequados, mas existe, em geral, certa mistura de termos para indicar atividades sensoriais.

para construir MSs. Numa combinação livre, poderíamos realizar sinestésias diferentes, associando duas fontes sensoriais, que seriam desdobradas com base nos termos disponíveis para cada sensor, conforme discutiremos na sequência, sob a denominação de sinestesia forte e sinestesia fraca.

Em sentido restrito – sinestesia forte –, existe MS quando combinamos qualidades sensoriais do domínio-fonte com qualidades sensoriais de outro domínio-alvo, ficando as restrições a essas combinações sujeitas a condições ulteriores. Por exemplo, *vermelho amargo* pode ser uma MS, porque combina uma qualidade gustativa (amargo) com uma visual (vermelho) e pode se prestar a caracterizar um evento esportivo desastroso a partir do uso de uma camisa vermelha; mas *setembro vermelho* pode ter um valor metafórico, mas não sinestésico, ao menos em sentido restrito, já que *setembro* não representa uma qualidade sensorial. Seria possível metaforizar eventos como *doce agudo*, *macio amarelo*, *azedo tosco*, para os quais seria possível criar condições de interpretabilidade. No caso do português, o primeiro elemento da expressão funciona como o domínio-alvo, isto é, as propriedades sensoriais associadas ao olho (vermelho), à boca (azedo) e à mão (macio); o segundo elemento da expressão representa o domínio-fonte, ou seja, o ouvido (agudo), o olho (amarelo) e o tato (tosco). Como muitas formas podem ser reversíveis – *vermelho amargo*; *amargo vermelho* –, o efeito de sentido metafórico proporcionado por *vermelho*, qualificado como *amargo*, ou por *amargo*, quando qualificado por *vermelho*, pode ter condições de interpretabilidade diferentes.¹²

A definição aponta o potencial de combinações possíveis, mas pesquisas realizadas em diversas línguas mostram não apenas restrições combinatórias, como também preferências, como veremos a seguir. Entretanto, em nome de uma flexibilização do uso é sempre possível supor uma condição de interpretabilidade possível para qualquer combinação que viermos a formular, ainda que a experiência sinestésica nem sempre registre realizações de qualquer combinação. Quando confrontamos possibilidade e realização, ao mesmo tempo confrontamos interpretabilidade e experiência. Além do mais, a definição dos autores) permite gerar metáforas sinestésicas fracas, o que pode ser melhor explicitado pela definição complementar seguinte:

12 No caso da MS forte, formada por dois adjetivos de origem sensorial, a relação determinante e determinado expressa melhor o teor semântico da expressão. De toda forma, estamos considerando, determinante como fonte e determinado como alvo.

Uma metáfora é sinestésica se e somente se o seu domínio-fonte for perceptual. Ela é fracamente sinestésica se o seu alvo não for perceptual, e fortemente sinestésica se o seu domínio-alvo for também perceptual.¹³ (WERNING *et al.*, 2010, p. 2.376 – tradução nossa)

A definição proposta, no nosso atendimento, permite gerar sinestésias fracas, já que destaca o alcance a outras possibilidades de sinestésias que teriam, com certeza, um valor metafórico, como uma *noite doce*, um *dia azedo*, uma *vida áspera*, uma *voz aveludada*, um *sorriso amarelo*, entre tantos outros. Supondo que elementos sensoriais sejam apenas propriedades associadas aos sensores, e elas o são de fato, excluimos do âmbito da definição objetos, de um modo geral. Por exemplo, atribuir cores às vogais, como o fez Rimbaud, não seria, em sentido restrito, uma sinestesia (e muito menos uma metáfora). Todavia, podemos avaliar o exemplo sob dois aspectos, considerando que as vogais têm um caráter visual – a forma como são desenhadas – ou um caráter auditivo – o modo como são produzidas. Assim, ao atribuir cores às vogais, deparamos com duas situações: visão (forma) + visão (cores) ou som (produção) + visão (cores), o que justifica o teor sinestésico da metáfora.

Para além das dificuldades localizadas na própria forma de concepção das MSs, existem algumas questões básicas que estão a elas associadas e que são decisivas para a sua compreensão. As MSs são operações fundamentais para o processo linguístico, pois potencializam padrões diferentes de cognição e, conseqüentemente, de sua forma de expressão: a mesclagem de modalidades perceptuais parece assegurar uma outra forma para dizer nossas experiências, algumas absolutamente naturais, outras submetidas a processos de valoração interpretativa mais amplos. Por outro lado, existem dificuldades em operar com as MSs, pela extensão que o fenômeno assume e por uma compreensão ainda parcial de seu funcionamento, como apontou Cacciari, em texto citado anteriormente.

Podemos apontar algumas das dificuldades que se fazem presentes nas pesquisas desenvolvidas por diversos autores: (a) A partir das possibilidades combinatórias dos sensores, que mesclas intermodais são possíveis? Em outros termos, devemos apontar alguma escala de restrição combinatória ou os processos

13 “A metaphor is synaesthetic if and only if its source domain is perceptual. It is only weakly synaesthetic if its target is not also perceptual, and strongly synaesthetic if its target domain, too, is perceptual.”

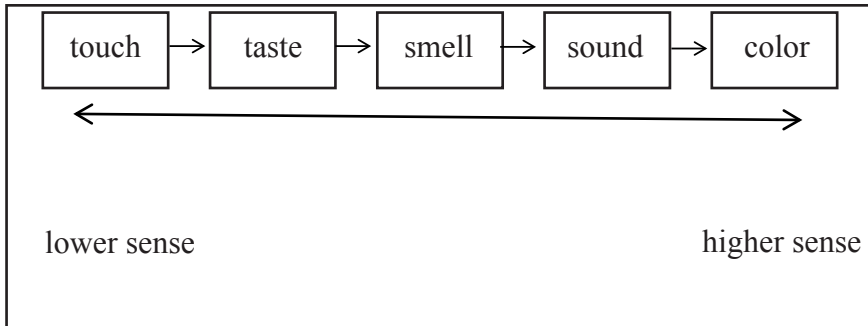
se desenvolvem livremente, deixando para o campo da interpretação justificativas ulteriores? (b) Se existe alguma restrição combinatória, devemos priorizar alguma forma de combinação? Nesse caso, alguma prioridade a ser fixada por essa ou aquela modalidade perceptiva decorre de critérios neuronais, ou de condições linguísticas de sua expressão? (c) Qual a natureza do processamento sinestésico da metáfora: conceitual ou neurofisiológico? Os padrões de processamento são os mesmos a serem considerados para a metáfora conceitual, por exemplo?

Podemos reorganizar parte dessas questões, considerando dois aspectos fundamentais no processamento das MSs que se determinam mutuamente: um relaciona-se à *direcionalidade* na modalização perceptiva, isto é, em grande parte das pesquisas até hoje desenvolvidas, os autores consideram que algumas ordenações são mais frequentes do que outras, embora não exista um consenso, sobretudo quando se confrontam exemplos de línguas distintas. O outro aspecto pode ser considerado como uma modalização do primeiro, ou seja, a direcionalidade é qualificada *hierarquicamente* em termos de um movimento de baixo para cima. Essa tese tem origem em um estudo desenvolvido por Ullmann (1959) e foi sintetizada em termos de três tendências gerais, conforme apresentado por Yu:

Especificamente, Ullmann descobriu três tendências globais (1959: 276-284). A primeira tendência, que ele denomina ‘distribuição hierárquica’, mostra que as transferências sinestésicas tendem ao percurso dos modos sensoriais *mais baixos* para os *mais altos*, a saber, tato → gosto → odor → som → visão. A segunda tendência, alinhada à primeira, mostra que o tato, o nível mais baixo de sensação, é o domínio-fonte de transferência dominante. A terceira tendência mostra que o som, mais do que a visão, é o domínio-alvo predominante para as transferências sinestésicas, o que é um tanto inesperado do ponto de vista hierárquico (YU, 2003, p. 21 – tradução nossa).¹⁴

¹⁴ “Specifically, Ullmann discovered three overall tendencies (1959: 276-284). The first tendency, which he calls “hierarchical distribution”, is that synesthetic transfers tend to go from the “lower” to the “higher” sensory modes, namely, touch → taste → smell → sound → sight. The second tendency, in keeping with the first one, is that touch, the lowest level of sensation, is the predominant source of transfers. The third tendency is that sound, rather than sight, is the predominant destination for synesthetic transfers, which is somewhat unexpected from the hierarchical point of view. According to Ullmann’s interpretation, this is because visual terminology is incomparably richer than its auditory counterpart.”

Na retomada de Ullmann feita por Yu, destacam-se aspectos importantes para a compreensão dos processos metafóricos sinestésicos, os quais serviram de referência para uma discussão mais depurada do problema. Retomando um esquema proposto pelo próprio Ullmann, podemos avaliar melhor as questões levantadas por essa definição.



Esquema 2 – Direcionalidade e hierarquia dos sentidos de acordo com Ullmann (1967)
Fonte: WERNING *et al.*, 2010.

O estudo de Ullmann destaca como tendências para a produção de MSs três fatos importantes: (a) a distribuição hierárquica dos sensores que segue uma organização com base em sua distribuição no corpo humano – do mais baixo, TATO, para o mais alto, VISÃO. Por esse fundamento, teríamos sinestésias ordenadas como *sabor áspero, verde adocicado, aroma azedo*, mais comumente e não o inverso. (b) a importância da tateabilidade como domínio-fonte mais proeminente, o que implicaria uma grande quantidade de sinestésias como *som áspero, voz fria, verde quente, azul liso*; (c) a presença da audição como domínio-alvo predominante nos processos sinestésicos de construção metafórica – *agudo liso, estridente saboroso*.

Essa última afirmação de Ullmann é motivo de controvérsias, até mesmo pela extensão dos elementos disponíveis para o campo da visão (cor e forma) nas línguas naturais e, com certeza, pela quantidade de MSs, associadas a cores. Por outro lado, assumir (c) implica supor que o repertório de termos ligados à audição tivesse também uma presença maciça nas línguas e, em consequência, na construção de sinestésias. Além de todo o teor corpóreo presente na construção da MS em razão da associação imediata dos termos com partes do corpo, é importante ainda ressaltar que pares como *frio/quente, suave/áspero* poderiam representar padrões comuns da metáfora conceitual, ou seja, *quente/liso* imprime um valor de destaque aos elementos

do domínio-alvo, enquanto *frio/áspero* caracteriza um efeito inverso. Assim, uma *eleição quente* versus uma *eleição fria*, um *jogo quente* versus um *jogo frio* contrastam entre si pela existência de episódios, fatos, eventos (não necessariamente positivos numa eleição ou num jogo), presentes no primeiro elemento do contraste e ausentes no segundo. Igualmente, pode-se dizer de um *discurso suave* versus um *discurso áspero*, um *sabor suave* versus um *sabor áspero* pela presença de traços agradáveis no primeiro elemento da oposição e sua ausência no segundo.

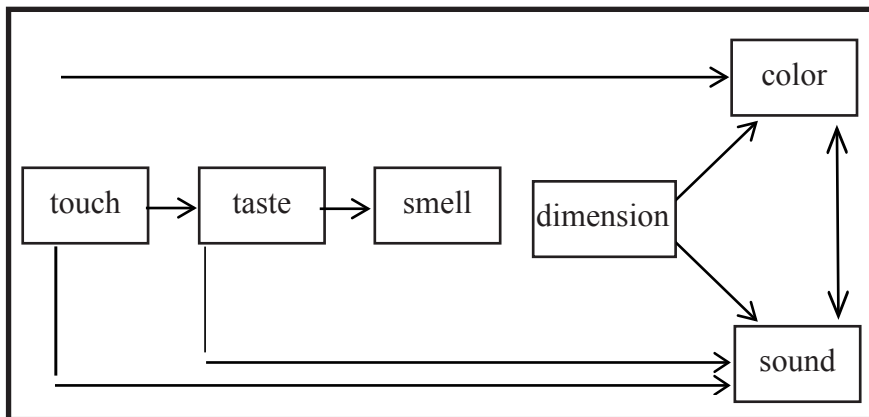
Embora reconhecendo o seu pioneirismo nas pesquisas linguísticas sobre sinestesia, existem objeções à formulação de Ullmann, mas duas se destacam de forma mais efetiva: a linearização do processo de produção das sinestésias, supondo sua ocorrência apenas dos sensores mais baixos para os mais altos, e a base de sua pesquisa que, embora em diversas línguas, privilegiou a linguagem literária. Há estudos recentes, todavia, que hoje neutralizam essa segunda objeção, por considerar que os processos gerais de obtenção de MSs são os mesmos, independentemente do padrão de linguagem. Quanto à primeira objeção, diversos pesquisadores retomaram a questão e fizeram propostas de outras formas de cruzamento das modalidades sensoriais. Na sequência, vamos avaliar as alternativas apresentadas por Williams e por Werning *et al.* a esse quadro formulado por Ullmann.

Williams desenvolve sua análise do ponto de vista diacrônico, com a preocupação de mostrar mudanças semânticas que ocorrem nas transferências sinestésicas. Segundo o próprio autor:

Um dos tipos mais comuns de transferência metafórica, em todas as línguas, é a sinestesia – a transferência de um lexema de uma área sensorial para outra: cores tediosas, sons brilhantes, gostos afiados, música azeda etc. (WILLIAMS, 1976, p. 463 – tradução nossa).¹⁵

Embora tenha esse enfoque histórico, a formulação do autor parece contemplar grande parte das discussões que, de um ponto de vista sincrônico, tem sido o foco de todas as análises da MS. Rejeitando a linearidade do esquema de Ullmann, Williams apresenta a seguinte proposta de ordenação para as modalidades sensoriais:

¹⁵ “One of the most common types of metaphoric transfer in all languages is synaesthesia—the transfer of a lexeme from one sensory area to another: dull colors, brilliant sounds, sharp tastes, sour music etc.” (WILLIAMS, 1976, p. 463).



Esquema 3 – Direcionalidades segundo Williams – Fonte: WILLIAMS, 1976, p. 463.

Na pesquisa desenvolvida pelo autor, foram detectados seis caminhos possíveis para as mudanças sinestésicas, conforme a configuração apresentada no Esquema 3, que podemos resumir nos itens seguintes: (i) partindo do TATO, temos possibilidade de sinestésias com o SABOR – *gosto cortante* –, com a COR – *verde áspero, amarelo liso* –, com o SOM – *som quente, grunhido áspero, voz macia*; (ii) partindo do SABOR, temos uma combinação com ODOR – *perfume azedo, cheiro doce*; com o SOM – *música azeda, ruído doce*; (iii) partindo do OLFATO, segundo o autor, nenhuma sinestesia foi registrada; (iv) partindo de COR e SOM, tem-se um processo reversivo de sinestésias, isto é, podemos ter: *vermelho agudo, amarelo sonoro*, como também *sons brilhantes, sons azulados*; (v) o parâmetro DIMENSÃO, embora abrigue termos não sensoriais, foi destacado pelo autor como importante para a mudança semântica e representa escalas gradientes que um conceito perceptivo pode comportar: para CORES – claro, escuro, denso, fosco –; para SOM – suave, agitado.

A pesquisa de Williams é densa porque traz detalhes sobre o processo histórico de mudança semântica sinestésica de muitos adjetivos em inglês, inclusive detalhando a hipótese sobre sucessivas mudanças que um mesmo item lexical pode comportar; é o que percebemos em seu estudo ao analisar o comportamento do adjetivo *harsh* (áspero) que se aplica a qualificações sensoriais do TATO, do SABOR, da COR e do SOM. Esse caso, dentre muitos outros,

é analisado com detalhes de registros históricos e de levantamentos estatísticos que serviram de base para uma discussão sobre as mudanças sucessivas. Sua pesquisa é também ampla, não apenas pelo número de exemplos que analisa no inglês, mas pela recorrência dos fatos analisados em outros sistemas, numa análise comparativa com dados apontados em seu estudo.

Por outro lado, embora a questão da direcionalidade tenha se mostrado de modo mais claro para os fatos linguísticos na formulação de Williams, até mesmo por ter se fundamentado no uso comum da língua, a proposta ainda apresenta dificuldades, conforme se pode verificar no comentário de Werning *et al.*

Dado que alguma versão de direcionalidade é verdadeira para certas línguas, a escolha do domínio-fonte e do domínio-alvo deve significativamente influenciar a acessibilidade a uma metáfora sinestésica. Todavia, devem também existir outros fatores: a frequência global das palavras usadas como modificadores ou núcleos, a morfologia das palavras, bem como fatores pessoais relativos ao sujeito, como idade, gênero, língua materna. Nosso experimento, realizado para a língua alemã, foi projetado para isolar os fatores que se relacionam com a acessibilidade cognitiva das metáforas sinestésicas e para explorar explicitamente o papel de direcionalidade.

O que, inicialmente, podemos extrair dessa formulação dos autores em termos de ajustes ou de objeções aos modelos propostos por Ullmann e Williams? (WERNING *et al.*, 2010, p. 2.266-2.267)¹⁶

Dois fatos merecem destaque, por serem recorrentes nas abordagens dos processos sinestésicos: a acessibilidade e a direcionalidade, numa relação complementar. A primeira, entendida como uma decisão sobre a escolha entre o domínio-fonte e o domínio-alvo consequente, coloca em questão se uma sinestesia pode se iniciar por qualquer sensor. A segunda, entendida como um

¹⁶ “Given that some version of a directionality claim is true for a certain language, the choice of source and target domain should significantly influence the accessibility of a synaesthetic metaphor. But there could also be other factors: the overall frequency of words used as modifiers or heads, the morphology of the words, as well as personal factors of the interpreter, like age, gender, and mother tongue. Our experiment performed for the German language was designed to isolate the factors that correlate with the cognitive accessibility of synaesthetic metaphors and to explicitly explore the role of directionality.”

percurso a ser realizado em relação aos sensores, coloca em questão a seguinte dúvida: que sensor a ser alcançado, a partir do passo inicial? A primeira é um processo aleatório e a segunda é uma decisão preferencial do sujeito? Enfim, o processo de produção de uma MS é contingencial a preferências do sujeito ou existe uma ordem determinante condicionada a combinações possíveis de modalidades sensoriais? Os dois fatos se mostram presentes no foco das discussões de Ullmann e de Williams, mas foram retomados, de forma mais sistemática, por Werning *et al.*

Na pesquisa que realizaram, Werning *et al.*, conforme trecho da citação anterior, colocaram como objetivo a necessidade de ‘isolar os fatores’ que pudessem prover alguma explicação tanto sobre a acessibilidade, quanto sobre a direcionalidade. Dentre os parâmetros testados, nem todos se mostraram relevantes para os propósitos da pesquisa. Fatores como idade e gênero dos falantes não foram considerados determinantes, porém certos aspectos da estrutura gramatical de um sintagma, quando formado por adjetivos na posição de determinante e determinado, mostraram-se mais naturais para umas modalidades do que para outras. Esse é um fator, todavia, que, na pesquisa desenvolvida, ficou circunscrito à estrutura de uma língua específica e não pode, sem avaliações ulteriores, ser validado como generalização necessária.

Sabemos que a forma linguística das MSs é uma questão importante e ainda merece uma discussão mais precisa, pois o reconhecimento de formas mais autênticas, constituídas a partir de qualidades associadas às modalidades sensorio-motoras, contrasta com formas híbridas e que são também importantes. Em português, há muitas alternativas para a expressão linguística das MSs, algumas com um processo de reversibilidade da relação determinante/determinado. Assim, podemos combinar padrões linguísticos diferentes com reversões possíveis:¹⁷

17 Mesmo tratando-se de exemplos hipotéticos, alguns soam, necessariamente, mais naturais do que outros.

		[nome [sensorial] + adjetivo [sensorial]]
		↓
Relação básica	<i>verde suave vermelho áspero amarelo insípido</i>	<i>verdidão suave vermelhidão áspera sabor amarelo</i>
	↑ [adjetivo [sensorial] + adjetivo [sensorial]] ↓	<i>aroma macio / aroma amaciado som azul / som azulado música saborosa</i>
Reversão	<i>suave verde áspero vermelho insípido amarelo</i>	<i>suavidade verde / suavidade esverdeada aspereza vermelha / aspereza avermelhada amarelidão saborosa</i>
		<i>maciez aromática azul sonoro sabor musical</i>

Esquema 4 – Reversibilidade

Outro problema apontado pelos autores é a fixação do D-fonte e do D-alvo: há trajetões de sinestesia que parecem mais naturais e mais processáveis do que outros, o que levaria certamente a uma flexibilização nesse processo. Em português, por exemplo, é discutível se na maioria dos casos não podemos reverter os domínios – *verde gostoso, sabor esverdeado/verde; cheiro verde, verde cheiroso* –, mas é

claro também que reversibilidade entre os domínios pode implicar perspectivas diferentes para o efeito de sentido almejado, como se pode apurar pelos exemplos do Esquema 4.

Outro fato de natureza linguística importante e que foi destacado na pesquisa dos autores é a frequência global das palavras usadas nos processos de construção de MSs. O número de itens lexicais que as línguas disponibilizam na esfera dos sensores é muito diferenciado. Existe discrepância enorme, em português, entre os termos representativos para o olfato e para a visão, basta admitir que nesse último se incluem os nomes de cores. Certamente, teremos para a visão um número muito maior de possibilidades sinestésicas do que para o olfato,¹⁸ como também para outros sensores. Por exemplo, ao longo de toda a pesquisa histórica sobre a gustação (de Aristóteles a meados do século XX), houve unanimidade no reconhecimento de quatro elementos básicos – *doce, amargo, azedo, salgado* –; outros elementos – *metálico, pungente, áspero, aromático* –, eventualmente constantes da lista de algum pesquisador, fariam parte de algo que Williams apontou como transferências de segunda, terceira ou quarta ordem.¹⁹ À quantidade de elementos disponíveis na esfera de um sensor, devemos acrescentar o fato de que muitos deles apresentam uma baixa frequência de uso, o que os torna menos afeitos à integração sinestésica. Por exemplo, o uso pouco frequente de termos como *adstringente, amaro, oblongo, ciano, magenta, absinto, olor, acre*, certamente atenuam possibilidades de transformações sinestésicas. Embora com recorrência menos frequente, nada impede, todavia, a criação de uma forma como *oblongo suave* para nomear o formato de uma folha cuja extensão vertical fosse pouco acentuada em relação à horizontal.

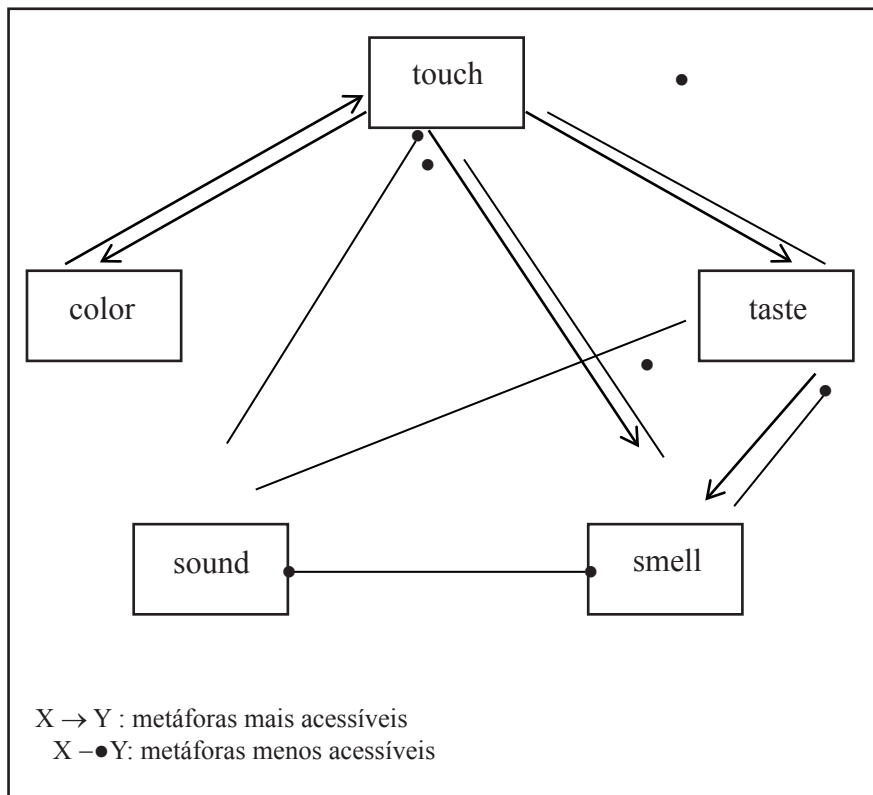
Por outro lado, como um dos destaques do seu estudo esteve centrado na direcionalidade, Werning *et al.* apontam orientações que se revelaram mais próximas às de Williams do que às de Ullmann. Entretanto, se a linearização proposta por Williams foi refutada, por parecer muito fechada nas possibilidades

18 No esquema proposto por Williams, o olfato não se constitui como um D-fonte, logo, a partir dele não existem ramificações sinestésicas; mas isso pode representar apenas uma particularidade da pesquisa diacrônica sobre adjetivos em inglês, desenvolvida pelo autor.

19 Conforme Williams, “Um grande número destes lexemas (aqueles implicados com atividades sensoriais), evidentemente, implica transferência por uma segunda, terceira e até mesmo por uma quarta vez.” (“A large number of these lexemes, of course, transfer a second, third, even fourth time (WILLIAMS, 1976, p. 465).”

de integração sensorial, certa transtividade proposta por Williams foi também criticada pelos autores. Por exemplo, Williams coloca a relação entre D-fonte e D-alvo reversível em se tratando das modalidades som e cor; essa hipótese foi refutada por Werning *et al.*, pela ausência de registro nos dados pesquisados. Além do mais, os autores propõem novas correlações, adicionadas à proposta de Williams: D-Fonte [cor] > D-Alvo [tato] (liso esverdeado) é destacado, bem como a correlações D-Fonte [cor] > D-Alvo [odor] (cheiro azul) e o inverso foram registradas.

Recolocando como hipóteses grande parte dos resultados apontados pela pesquisa, Werning *et al.* propõem o esquema seguinte,



Esquema 5 – Direcionalidade e frequência para Werning *et al.*
 Fonte: WERNING *et al.*, 2010, p. 2.367.

O que os autores representam nesse esquema, em grande parte, já foi comentado anteriormente e precisa ser considerado dentro do escopo da pesquisa realizada, isto é, um trabalho envolvendo *corpora* específicos, como registram no texto. Esse fato precisa ser destacado, já que a ausência ou a presença qualificada das relações entre os sensores precisa ser relativizada em função da natureza do trabalho desenvolvido. Compensa assinalar alguns fatos que são apresentados nesse esquema, a partir da análise desenvolvida:

(a) mesmo considerando o nível de acessibilidade diferenciado, a pesquisa em pauta mostrou um número de correlações sinestésicas muito maior do que aquele apresentado por pesquisas anteriores – cinco relações mais acessíveis e seis menos acessíveis;

(b) o esquema não apresenta combinações sensoriais entre COR e TATO e entre COR e OLFATO e, estranhamente, entre COR e SOM; provavelmente isso se deve a uma limitação dos dados, pois é curioso que o léxico sensorial de maior profusão nas línguas naturais – a cor – esteja ausente em três correlações sensoriais;

(c) por outro lado, destaque especial deve ser dado a COR e TATO por duas razões distintas: (i) por se tratar de relações reversíveis na mesma intensidade de acesso e (ii) por ser o TATO, confirmando hipótese de outros autores, o sensor com maior número de correlações sinestésicas;

(d) toda relação mais acessível (TATO \rightarrow OLFATO), por exemplo, tem como compensação uma relação inversa menos acessível (TATO \leftarrow OLFATO), exceto para a relação COR e TATO, que é reversível na mesma intensidade;

(e) na análise dos autores, o estranhamento se deve à ausência de qualquer forma de correlação entre os sensores COR e SOM; certamente, tal fato deve-se a uma limitação dos dados, uma vez que tal correlação foi amplamente exemplificada por Ullmann e por Williams.

Por tudo que pôde ser observado ao longo da discussão proposta pelas pesquisas aqui comentadas, como um processo de ativação do pensamento humano, a metáfora sinestésica precisa ser pensada para além dos limites, muitas vezes assegurados pela revelação de dados empíricos. Virtualmente, devemos assumir que todas as relações entre sensores estarão sempre abertas a novas experiências; certamente, não podemos impor um limite a elas nem supor que aquelas que já foram experienciadas sejam as únicas possíveis e que as demais

devam ser ‘interditadas’. É claro também que não podemos desconhecer que algumas tenham uma saliência cultural destacada em certos momentos, já que a metáfora mantém uma estreita correlação com nossas atividades culturais.

Uma última observação a ser lembrada nessa discussão é a necessidade de rever o TATO para além da manipulação exclusiva das mãos e passar a rever essa dimensão sensorial numa perspectiva do SISTEMA HÁPTICO, que passaria a incluir articulações, tensões musculares, pressões corporais diversas. Isso implicaria ampliar as possibilidades das MSs para incluir muitos outros casos de mescla sensorial. Assim, *beijinho doce*, um *beijo saboroso*, um *passo barulhento*, um *abraço perfumado*, um *abraço gostoso*, uma *respiração pesada* envolvem, em alguma dimensão, uma atividade háptica associada a alguma outra forma sensorial. Um *beijo saboroso* implica tensão muscular dos lábios, das mandíbulas e, certamente, a presença da gustação; um *passo barulhento* envolve contato dos pés com alguma superfície e uma forma de pressão sobre ela, associada a um fator sonoro, e assim por diante poderíamos ampliar o alcance dos processos metafóricos sinestésicos. Há, entretanto, restrições que precisam ser feitas a essa extensão, uma vez que grande parte das atividades sensoriais se faz acompanhar de movimentos musculares: a atividade visual decorre de movimentos intensos das partes integrantes do globo ocular. Nessa especulação, fica então uma pergunta: afinal, que dimensão sensorial não se faz acompanhar de manifestações do sistema háptico?

Considerações finais

A metáfora tornou-se, sem dúvida, um tema importante e devastador nos estudos da linguagem; não que por isso devêssemos partilhar de um pensamento, às vezes generalizado, de que tudo é metáfora, o que, certamente, leva ao seu esvaziamento como uma categoria de análise, como um instrumento que sempre procurou associá-la a um processo de linguagem que demarcasse algum diferencial nos processos de produção de sentido. É certo também que o advento da metáfora conceitual ampliou, de modo exponencial, o seu alcance na compreensão dos fatos de linguagem e possibilitou o seu reconhecimento como algo central à cognição humana e, por extensão, aos processos de produção e de representação do conhecimento, muito além, portanto, de vê-la como um adendo estilístico.

Guttenplan, numa passagem bem-humorada, chega a qualificar o seu estatuto atual como algo *desesperador*, como expressa no seguinte trecho:

A única resposta *racional* para os estudos filosóficos [e linguísticos, acrescentamos] sobre a metáfora é algo de desesperador. Isso não se dá porque aquilo que se encontra seja ruim; longe disso. (...) Nem é o desespero fundamentado no volume farto de estudos e no seu crescimento exponencial nos anos recentes. Certamente, se você pensou que poderia obter alguma compreensão sobre o tema num final de semana, em uma semana, ou mesmo em um mês, a impossibilidade disso deverá deprimi-lo. Todavia, tal volume é também um sinal de vitalidade na área de investigação. Ele não deve servir, com certeza, como uma justificativa *racional* para o desespero. (GUTTENPLAN, 2005, p. 1 – tradução nossa)²⁰

No campo específico da linguagem, as discussões que se originaram do texto de Reddy (1979, p. 288) acentuaram o teor disseminativo da metáfora, enquanto um processo de contínuo engendramento de significados, a partir de “A lógica da estrutura que estamos considerando – uma lógica que denominaremos daqui para frente de *metáfora do canal*”.²¹ Essa lógica não vê mais a metáfora como figura de linguagem, mas como um processo que explicita a atividade dos falantes de uma língua sobre processos diversos da significação, tornando-se um sistema de pensamento que apresenta uma extensão cultural ampla e que, por sua vez, se acha estruturado no próprio sistema linguístico, como tem sido enfatizado ao longo das pesquisas recentes sobre a metáfora.

20 “The only reasonable response to the philosophical literature on metaphor is one of despair. This is not because what one finds there is bad; far from it. (...) Nor is the despair grounded on the sheer volume of the literature and its almost exponential increase in recent years. To be sure, if you thought you could get some grip on it in a weekend, a week, or even a month, the impossibility of this might well depress you. But of course such volume is also a sign of health in an area of investigation. It is certainly not a reasonable ground for desperation.”

21 “The logic of the framework we are considering – a logic which will henceforth be called conduit metaphor...”

Synesthesia and metaphors

Abstract

The objective of this paper is to discuss and evaluate, in a specific way, the process of synaesthetic metaphors, assessing sensorimotor conditions that underlie their construction. First, I will report some positions on the question of synesthesia as a neurophysiological phenomenon and its importance as a multimodal and perceptual activity. I emphasize the discussions that have been developed by several authors (Ullmann; Williams; Werning, Fleischhauer & Beseoglu; Yu) on the scope of synaesthetic metaphors. I also try to cover the main point of each approach, with special emphasis on sensory combinatorial limits and preferred directionality for certain combinations. Because these studies were performed from specific corpora or experimental evaluation, these authors point out restrictions on combinations that intuitively seem natural in an interpretative dimension. Finally, I indicate the need to restrict the limits and conditions under which the sensory motor apparatus operates on the integration of perceptions arising from different sensors.

Keywords: Metaphor. Synesthesia. Sensory perception. Directionality. Sensorial integration.

Referências

BARON-COHEN, Simon; HARRISON, John E. Synaesthesia: an introduction. In: **Synaesthesia**: classic and contemporary readings. Oxford: Blackwell Publishers, 1997. p. 3-16.

CACCIARI, Cristina. Why do we speak metaphorically? Reflections on the functions of metaphor in discourse and reasoning. In: **Figurative language and thought**. Oxford: Oxford University Press, 1998. p. 44-87.

CYTOWIC, Richard E. **Synesthesia**: A union of senses. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1989.

DAY, Sean. Some demographic and socio-cultural aspects of synesthesia. In: ROBERTSON, Lynn C.; SAGIV, Noam (Ed.). **Synesthesia**: Perspectives from cognitive neuroscience. Oxford: Oxford University Press, 2005. p. 11-33.

GUTTENPLAN, Samuel. **Objects of metaphor**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

MAURER, Daphne. Neonatal synesthesia: implications for the processing of speech and faces. In: BOYSSONS-BARDIES, Benedicte de et al. (Ed.). **Developmental neurocognition: speech and face processing in the first year of life**. Dordrecht: Kluwer, 1993. p. 109-124.

MAURER, Daphne; MAURER, Charles. **The world of the newborn**. New York: Basic Books, 1988.

MAURER, D.; MONDLOCH, C.J. Neonatal synesthesia: a reevaluation. In: ROBERTSON, L. C., SAGIV, N. (Ed.) *Synesthesia. Perspectives from cognitive neuroscience*. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 193-213.

PETERSEN, W., FLEISCHHAUER, H.B., BÜCKER, P. A frame-based analysis of synaesthetic metaphors. In: **The Baltic International Yearbook of Cognition, Logic and Communication**. v. 3, A figure of speech. Kansas: Kansas State University, 2008, p. 1-22. Disponível em: <http://newprairiepress.org/biyclc/vol3/iss1/>

RAMACHANDRAN, Vilayanur S.; HUBBARD, Edward M. Synaesthesia: A Window into Perception, Thought and Language. **Journal of Consciousness Studies**, v. 8, n. 12, p. 334, 2001.

REDDY, Michael J. The conduit metaphor. A Case of Frame Conflict in our Language about Language. In: ORTONY, Andrew. **Metaphor and Thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979. p. 164-201.

SAGIV, Noam. Synesthesia in Perspective. In: ROBERTSON, Lynn C.; SAGIV, Noam (Ed.). **Synesthesia: Perspectives from cognitive neuroscience**. Oxford: Oxford University Press, 2005. p. 3-9.

ULLMANN, Stephen. **Romanticism and Synaesthesia: a comparative study of sense transfer in Keats and Byron**. In: PMLA, Princeton, 1945, p. 811-827.

WERNING, Markus; FLEISCHHAUER, Jens; BESEOGLU, Hakan. The cognitive accessibility of synaesthetic Metaphors, 2010. p. 2.365-2.370. Disponível em: <<http://www.ruhr-uni-bochum.de/mam/phil-lang/content/cogsci2006b.pdf>>.

WILLIAMS, Joseph M. Synaesthetic Adjectives: A Possible Law of Semantic Change. **Language**, v. 52, n. 2, p. 461-478, Jun. 1976.

YU, Ning. Synesthetic metaphor: A cognitive perspective. **JLS**, v. 32, p. 19-34, 2003.

ZEKI, Semir. The multiple visual areas of the cerebral cortex. In: ZEKI, Semir. **A vision of the brain**. Oxford: Blackwell, 1993. p. 87-93.

Metaphor as a window on talk about trauma and post traumatic growth

Adriana Costa*

Gerard Steen*

Abstract

People who have suffered traumatic experiences struggle to speak out loud about those events and the resulting pain. At the same time, talking about the trauma and its consequences is a precondition for recovery. This paper adopts Conceptual Metaphor Theory (LAKOFF; JOHNSON, 1980) to investigate how and when trauma sufferers use metaphor as a helpful means to talk and reason about their life stories. It analyzes a set of 7 interviews with traumatized people to study Posttraumatic Growth (PTG), a positive change in people who have struggled with challenging situations in life. The verbal data were analyzed with a cognitive-linguistic approach to metaphor, focusing on a selection of central metaphors for emotions of trauma and life. The patterns that emerged from this analysis were used to construct a model that reveals how survivors use the same conceptual metaphors in two different ways to talk about the different moments of the trauma itself and the subsequent process of recovery.

Keywords: Interviews. Metaphor. Posttraumatic growth. Recovery. Trauma.

Introduction

Although much has been said about the negative aspects of trauma, research has also been conducted to study its potential positive impact. Ordinary responses to very stressful situations tend to persist even after the danger has passed (HERMAN, 1997) and the journey of recovery can be long—but it can also be rewarding. During the healing process victims have the chance to both restore their lives and develop an even more meaningful and rich one. In the past decades, scholars and clinicians have tried to describe what they call Posttraumatic Growth

* Faculty of Arts, VU University Amsterdam, Netherlands.

(PTG), which has been defined as “the process of developing profound and healthy insights into living as result of surviving trauma” (TEDESCHI; CALHOUN, 1995, p. 29).

Tedeschi and Calhoun (1995) organize aspects of Posttraumatic Growth (PTG) into three categories: changes in philosophy of life, changes in self-perception, and changes in interpersonal relationships. One of the aspects of posttraumatic growth is a deeper appreciation for life. Often this element occurs in combination with the strengthening of one’s faith and beliefs. In a posttraumatic growth context, people normally declare themselves to be more connected to people and to have a greater sense of spirituality. As in the recovery process of the trauma, communication is essential to achieve posttraumatic growth. To experience posttraumatic growth it is therefore necessary to realize and understand the situations and attitudes that led up to the victim’s current state of being. The trauma, thus, is seen as an essential element in their lives that triggered development and positive change.

Current theories and research of metaphor suggest that emotional, physical and mental disruptions need heavy use of metaphor to think about these experiences, express them in language, and communicate about them with other people (KÖVECSSES, 2000; CAMERON, 2011). An analysis of metaphor in therapy and health communication may throw new light on the way people think about trauma and subsequent recovery (TAY, 2013). There are four domains that are prominent in the metaphor literature that seem particularly suitable for such an analysis: the source domains UP/DOWN, CONTAINER, SIGHT, and MOTION.

Metaphorical use of UP/DOWN is one of the most pervasive conceptual mappings that shapes our understanding of life and the world. People seem to conceive good things, health and positive emotions as UP and bad things, illness and negative emotions as DOWN (LAKOFF; JOHNSON, 1980). Therefore it seems obvious that emotional talk makes use of such concepts. Further, in the frame of trauma and the development of Posttraumatic Growth, negative feelings are deeply explored and analyzed in order to gain positive ones (TEDESCHI; CALHOUN, 1995). We therefore expect that UP/DOWN concepts will play a fundamental role in how people talk and make sense of these feelings.

The CONTAINER schema emerges out of our primary embodied experiences. Several unrelated languages and cultures make use of the inside–outside concept in order to understand the relation between body and emotions, in which the emotions happen inside the body (KÖVECSSES, 2000). We are therefore interested

in how the CONTAINER schema is metaphorically applied in people's talk about trauma and recovery.

In making sense of their feelings and life experiences people can establish new goals, reassure or renew their values and plan their life. To *look* back to our past, to be able to *see* our current situation and to *project* our future is a metaphorical process of understanding ourselves in this world. Considering that different cultures exhibit the metaphor UNDERSTANDING IS SEEING, we may expect the use of metaphorical expressions related to the domain of vision in talk about trauma and recovery.

The LIFE IS A JOURNEY metaphor is structured by ideas such as DIFFICULTIES ARE IMPEDIMENTS TO MOTION and PURPOSES ARE DESTINATIONS (LAKOFF; JOHNSON, 1980). The metaphor LIFE IS A JOURNEY sanctions the idea of progress and achievements in life in terms of a physical journey. Further, the journey concept seems to be particularly suitable for events that emphasize stepwise procedures and daily affairs. In this sense, experiencing trauma and PTG also outlines a cluster of interconnected concepts appropriate for conceptualization and development of the metaphor of a journey. The interruption of one's life goals and plans by a trauma, the process of reconstitution of a meaningful world, and the ability to acknowledge the gains of such experience map physical points of this journey. All of these aspects may be reflected in metaphorical uses of MOTION words.

This paper explores the use of the four conceptual metaphors introduced above in the talk produced by trauma survivors who look back on their trauma and recovery. We analyzed a set of 7 interviews with traumatized people who experienced Posttraumatic Growth – PTG –. The verbal data were analyzed with a cognitive-linguistic approach to metaphor identification and analysis, focusing on the above selection of central metaphors for emotions of trauma and life. Our goal is to examine the way these are used and reflect on their relationships in such a way that a model may be constructed for further research.

Method

The interviews analyzed in this paper were initially collected for a doctoral research project at Adelfhi University-Demer Institute of Advanced Psychological

in Long Island, NY, and were provided for this study by Dr Kate Szymanski, committee chairperson of the research, with the permission of the Institutional Review Board (IRB). The aim of the doctoral research was to investigate the process of meaning making and posttraumatic growth. The structure of the interviews was, therefore, shaped in order to understand how the processes of recovery and healing are perceived, how individuals make sense of what has happened to them, and how they changed as a result of the experience. Since many interviewees had not been in therapy, they are not patients. The interviews were semi-structured and of a research kind—they cannot be seen as therapeutic talk either. The total number of words was 76,519, averaging 10,931 per interview.

Based on the illustrations in the cognitive-linguistic literature and the most relevant and frequent words identified in the first two interviews, a limited inventory of 22 interesting target words was made:

UP/DOWN	High, lift, up, down, deep, bottom
CONTAINER	Out, into, open, inside, stuff
SIGHT	Outlook, see, look, clear
MOTION	Move on, go on, path, way, forward, leave, through

The rest of the data was then analyzed to check whether these words were really relevant to the trauma and recovery scenario and when and how exactly they were used. Every single word of the list and their different forms were tracked within the protocols and analyzed according to the contexts in which they were found. In total, 816 instances of the 22 target words emerged from the data.

Results

UP/DOWN

The main picture created by the metaphorical use of words related to the UP/DOWN grouping refers to how traumatized people talk about their issues, their feelings and themselves.

(01) And I had a different apartment in this building 2 years before I hit *bottom*.

(02) At the time, *deep* shame, *deep* shame.

The positive feelings or moments of progress during the healing process are expressed with words connected to the idea of UP. The words *high* and *lift* from the UP/DOWN grouping are particularly relevant in these interviewees' narratives, which describe the transformation of bad emotions and states into positive ones. Analysis of the data reveals that the word *lift* is normally used to describe milestones of relief in the interviewees' journey. They mark a particular event associated with progress in the healing process.

(03) I felt like 500 lbs. had been *lifted* off me because I really felt for the first time that I had an illness and I was not bad.

The word *high* is also metaphorically used by the interviewees to talk about moments of recovery in their narratives. What is striking is that this word is often used in a spiritual and religious connotation. Conceiving something spiritual or celestial as something high or existing in a higher place is part of a western Judeo-Christian culture that perceives heaven as a place *higher* than the earth. The example below is part of an victim's narrative about the moment in her life that she felt like she was being chosen and guided towards a greater purpose in life:

(04) ... even at the time this felt much bigger than me. It felt like this was coming from a much *higher* place and I was being moved from here to someplace I didn't know where.

In accordance with this idea, the adjective higher, as in *higher place*, imbues the object with divine and superior qualities. An example of how this appears in the data is given below:

(05) But it's being able to share it from somebody else and come from like a *higher* place in myself that was somehow above the trauma.

A second main idea is now illustrated. Metaphorical uses of words from the UP/DOWN grouping here indicate the notion of particular directions that people can take in life:

(06) I could either die, not physically but spiritually and I could just sink and give up or I could go *down* the other road of growth and healing and you know developing and so forth.

These sentences presuppose the idea of a path, or road, being traveled and the possibilities of different directions that can be followed by the traveler. The

schema of a path is reinforced by the use of the word *up* in a similar case. However, in this case, the word *up* indicates not only the concept of a path but also the understanding of this path as a continuum in time.

(07) I knew that who I was going to be from then on was totally different from who I had been *up* until then.

There are therefore two analyses involved in this part of the UP/DOWN grouping. The first analysis is the understanding of this path as a continuum in time that situates past (path already traveled), present (path being traveled) and future (path to be traveled). The second is the conception of different directions to be taken in life, and therefore a path being followed. Their combination is coherent with the scenario of the LIFE IS A JOURNEY metaphor. In this scenario the individual is a traveler, his or her purposes in life are destinations, locations along the way are moments in life and progress is the distance traveled. We will explore this idea further below.

CONTAINER

The words from the CONTAINER grouping are mainly connected to how interviewees express the dynamics of their feelings in the trauma and recovery context. Interviewees acknowledge that they *stuffed* their feelings related to the traumatic experience. They also understand the need to look *into* themselves and to get in contact with the emotions that they kept *inside* and bring them *out*. Further, they conceive the idea of *opening* themselves up as a precondition to healing.

The word *into*, however, seems to be deployed in an even broader sense of the meaning than the one described above. Interviewees not only use this word to express the idea of containment of themselves but also to talk about certain situations:

(08) that just represented the end of anything that I had any connection with respectability, and I went *into* another depression.

(09) So then when I got *into* recovery there was all this shame of having done that.

Yet, the rest of the words belonging to the CONTAINER group are mostly used by interviewees to refer to themselves. The word *inside*, for example, plays an important role in how interviewees understand the relationship with their feelings. They seem to acknowledge that whatever they keep *inside* needs to be accessed

in order to heal. In the trauma context, to get to know your self means to be able to probe into your own feelings, thoughts and values as an essential part of the recovery. In fact, evidence from the data shows that interviewees understand the search for healing as something that originates within themselves:

(10) And I'm smart enough to know that things, external things don't do that. That comes from *inside*.

(11) I've always been a searcher. I think I searched outside and then I started searching *inside* and if there was meaning it was, to maybe tenderize my pride.

If interviewees assume that *inside* is where their feelings occur and where the transformation begins, they also acknowledge the need to express those feelings, memories and emotions regarding the trauma that they have suppressed. Further analysis of the UP/DOWN grouping suggested that interviewees understand the inability to talk about or even to admit to the existence of these feeling as an attempt to hide them *inside*. Considering that talking about and exploring the feelings related to the traumatic memory is a precondition for healing, the interviewees seem to understand the act of hiding feelings *inside* themselves as something negative. The idea that these feelings need to come *out* is reinforced by the appearance of the word *out* in this same context along the data.

(12) I guess I got it all *out* of my system.

(13) And what made it go away was just kind of talking about all the things that I'm anxious about and putting them *out* there.

The word *out* is also used to express the process of getting in contact and reestablishing connections with the world. Trauma can result in significant isolation and withdrawal of the victim. The ability to *open* themselves up is crucial for the interviewees' recovery since talking about the traumatic experience is a requirement to rebuild the interviewees' reality (HERMAN, 1997). Therefore, the use of metaphorical expressions related to this domain helps to express the idea of leaving this isolated inner place to again be connected with people in an outer life.

(14) I think you have to reach *out* and ask for help.

(15) And that got me to the point where I surrendered and I entered the now and self was allowed to come *out* and show me what it was all about.

This idea is complemented by the constant presence of the word *open* in the data in a context of reestablishing connections with the outside world. Interviewees often use this word to talk about their new attitude towards people and life, as illustrated below.

(16) And it began to *open* me up because I was so shut down emotionally all the time.

(17) That there is healing and there is transformation and you'll find your path, you'll be led if you're *open* to it.

SIGHT

Words related to sight are basically used to express the survivor's ability, or difficulty, to reflect on the trauma and their stories. In fact, the process of making sense of the survivors' journey through trauma and recovery still happens even during the interviews that comprise this data:

(18) *Looking* back I probably felt less than other people, part of that was that I didn't have anything.

The need and importance to *face* the trauma and its consequences is also expressed by the interviewees' narratives. The words from the SIGHT grouping are used to refer to moments in which the interviewees *look* at their trauma, *see* how it works in their lives and gain a *clear* understanding of their situation. The examples below exemplify these moments:

(19) When you know what it is and you're dealing with it, it's not as traumatic because you *look* at it and you say, Okay, that's what that is. I need to do something about it.

(20) When I first went to 12 Step programs I was terrified because I *saw* all this intimacy and on the surface I could fake it and participate but as I started to get more honest with myself I realized I was faking it and that nobody really knew who I was.

(21) Because I, some place along the way I *saw*, it became very *clear* that I had, could go down one of 2 roads.

To be able to *look* back at their previous life, values and attitudes and analyze their choices and current situation is also fundamental for victims to overcome the trauma. Moreover, a pre-condition for Posttraumatic Growth is the survivor's ability to reflect on the aspects of the traumatic event in order to reconstruct a meaningful world (CALHOUN; TEDESCHI, 2006). In this scenario, interviewees frequently use the word 'look' to refer to their process of making sense of their life stories.

(22) When I *look* back on it, the way I discovered to get away from my family

was to going for education because none of them are educated so it could not be a shared experience.

(23) I was incapable of breaking up the relationship. But I would create an environment, this is *looking* back, I always created an environment where they would.

In contrast with the picture above, the narratives about the trauma, or the period around it, suggest a great difficulty in seeing things. In fact, according to Wertheimer (2011), one of the main effects of the trauma is the struggle to understand what has happened. The words from the SIGHT grouping identified in this section of the narratives consequently emerge in the context of momentary lack of sight.

(24) Well, near the end, like, just kind of surviving. Going to my job, *not seeing* much in the future and being a wild lady on the weekend. And really not caring.

(25) I think it had a very powerful impact but in ways that really took me a *long time to see*.

MOTION

The words in this grouping clearly identify the concept of a path or a road being travelled. An obvious example is the expression through use of the words *path* and *way*. The examples below illustrate how interviewees understand and refer to their life stories as a pathway.

(26) Um, I just go on a different *path*, a different journey.

(27) So there were a lot of people that helped me out along the *way*, but I didn't get close to anybody.

Metaphorical use of the MOTION word *through* in these interviews also fits the journey perspective. It is used to refer to situations encountered by the survivors, which means a particular point of the journey that the people went through. Moreover, this word is also used by individuals to explain ways by which they handle certain situations, reach different points in their journeys and achieve particular goals in their lives. Example (28) illustrates cases in which *through* is related to a situation, (29) indicates how *through* refers to the ways in which interviewees handle those situations:

(28) But I had a purpose, a reason for going *through* everything I did and that

there was a reason.

(29) And once people get that then it opens up the door that they can do *through* behavioral changes and cognitive work and all the emotional work, they can develop new *ways* of dealing with their trauma.

When the individuals talk about the traumatic event and the short period thereafter, words from the MOTION grouping are mainly used to refer to other people, lives or time. This suggests that the speakers see themselves in a static position. The feeling of being *stuck* or *paralyzed* is explained by the fact that trauma, and the crisis that follows, breaks the regular flow of life (TEDESCHI; CALHOUN, 2004).

(30) I just couldn't accomplish, I didn't know what was *going on* and I wanted to really run away.

(31) Leave them alone, they've *moved on* with their life.

(32) I was just completely losing myself. I said that a number of times but it was, the drinking was taking me and I couldn't stop. And it was difficult, you know, like one more peel of the onion and there was nothing *left*.

However, this pattern changes and is *left* behind as soon as interviewees start to heal and *move on* with their lives. The first example in the list below is the statement of someone who lost her whole family in a car accident when she was a child. The second narrates the moment in the interviewee's life in which she realized that she did not have any other choice at the time but to send her son for adoption and therefore ease up her guilt. The last one refers to the speaker's confrontation with his abusive stepfather:

(33) But after a while, you know, the shock kind of wears off and you realize that you have to *go forward*. And the best way to *go forward* is to not harp on the past but to try and you know live each day again.

(34) So then I *went on* and I had Adam in my life and later we got married and we traveled around the world but I really, cried for about 7 years about losing this child.

(35) Now I was pretty much done, I knew I was never gonna, we were never gonna be buddies but it was something that I had to do to *move on*.

To be back in metaphorical motion is also a condition for Posttraumatic Growth since PTG is intertwined with the natural progress of the life narrative. As mentioned by the survivors, the healing and the personal development is an ongoing process and not the final result of their struggle (CALHOUN; TEDESCHI, 2006).

(36) Okay. And I think the healing to some extent is still *going on*. The whole trauma, I mean it was not a trauma, it was this 20-year trauma.

(37) So I know there's a lot of healing *going on*.

One final observation must be made here. Although survivors are referring to something other than themselves, the motion in these statements is happening now. Survivors are now integrated in the natural motion of life.

Discussion

The analysis developed in this paper has suggested a recurring pattern in the use of particular metaphorical expressions in narratives about trauma and recovery. We will now propose a simple model in which metaphorical expressions can be organized according to the dynamics of the trauma and the healing process. The model proposed therefore comprises two different scenarios (trauma and healing) that derive from the same basis: how and when the main recurring word groups in the data occur depends on the moment in the trauma or healing process that the individual is discussing. An explanation of the shared basis and how the scenarios work will follow below.

The basis – The basis of all four groupings can be structured by one common element: the understanding of life as a path or road to be travelled. Survivors express the conceptualization of their trauma experience as if it is a physical path using different words from the four groupings (UP/DOWN, CONTAINER, SIGHT, and MOTION). From this perspective, traumatized people refer to different moments of their lives as physical points on their journey. They transport themselves *into* particular places and travel along this *path* to make their way *through* many situations. People can follow different directions and go *down* different roads. During this travel they are able to *look* back, to events behind them, and *forward*, to possibilities in their future.

Scenario I – This scenario draws on how victims express themselves about the direct aftermath of the trauma. The metaphorical speech deployed here by the survivors creates a scenario of:

No MOTION
DOWN

Closed CONTAINER
No SIGHT / Blindness

Traumatized people seem to observe themselves in no motion during the trauma or in its aftermath. This idea is mainly supported by the use of different words related to motion that refer to other people, time and life but not about themselves. From this perspective, people *move on*, time *goes by*, life *goes on*. The victims themselves, however, remain still. Consistent with this idea is the fact that narratives from this period of their life include specific words related to their own motionless state. The feeling of being *stuck* or *paralyzed* is coherent with the Tedeschi and Calhoun (2004) explanation that the trauma and the following crisis interrupt the regular course of life. Before the trauma people would go through life, *going to school*, following a career *path*, *going* on dates, *going* out with friends, etc. Accounts like these become nearly nonexistent in narratives of the traumatic period. In the first scenario, therefore, such metaphors generate the notion of No MOTION.

Metaphoric systematicity derived from the concept of DOWN is also part of this scenario. People exhibiting PTG use words and expressions related to this grouping in two different ways. The first refers to their negative feelings and states. Depression, despair and sorrow dominate feelings in the trauma context and are often addressed through expressions such as *feeling down* or *hitting the bottom*. The second is related to the intensity of feelings. Since trauma and its aftermath are such overwhelming experiences, metaphorical speech suggesting that these feelings take place in deeper levels of the individual may include words and expressions such as *profound* and *deep down*.

The concept of a CLOSED CONTAINER is generated by a common effect of the trauma in which survivors are led to withdrawal and isolate themselves. The idea of isolation is expressed using the image of a closed container, where emotions are kept *inside*. Although contained, these emotions are not necessarily negative. As shown by the analysis, the decision to change and to heal also comes from inside. However, it is necessary that these feeling come out and become materialized in the outside world. Although the will to heal comes from inside, the transformation only begins to take place when the trauma is shared (HERMAN, 1997). *Shut in* and *bottled up* are more obvious examples of the CLOSED CONTAINER feature.

Interestingly, words related to sight are not frequently observed in this

scenario. The nature of trauma demands time and great effort from victims in order to process what has happened and start to make sense of everything. Therefore, since reasoning is metaphorically understood as seeing, very few metaphors in this moment of the narrative are related to the SIGHT grouping. In fact, this moment is marked by the confusion and a lack of understanding of the situation. Moreover, any metaphorical speech related to SIGHT deployed in this scenario normally express a difficulty to see. Thus, the notion of SIGHT loss or even blindness is another feature in scenario I.

Scenario II – The second scenario refers to later stages of the therapy and eventually to PTG. It therefore provides a representation of the victims' understanding of the trauma, the healing process and their current self and situation. Again, the same four word groupings are presented, this time, however, with opposite characteristics to scenario I:

More MOTION

UP

Opened CONTAINER

Enhanced SIGHT

During the healing process survivors find new tools and ways which can help them to move *through* this experience. Slowly, victims begin to get released from their static position and are able to *move on* with their lives. The return to life activities and the establishment and accomplishment of new goals reinforce the idea of more MOTION in the second scenario. Moreover, the acknowledgment that the healing process is ongoing also contributes to the use of metaphorical words related to the MOTION grouping.

People's narratives about their healing are pervaded with words related to UP. They often report the feeling of *being lifted* from this bad place or situation provoked by the trauma. Further, Posttraumatic Growth is also characterized by the development of a greater spirituality, which is often reported by trauma victims as something that comes from or is connected to a *higher* place or force. The appearance of the word *high* in narratives of spiritual rising shows the religious context in which this word is used. Narratives of the recovery process also include sections in which survivors refer to their ability to *bring up* their feelings and emotions. This idea is coherent with the previous scenario, in which interviewees

describe their feelings regarding the trauma as settled deep inside them. In fact, the process to bring up the trauma issues is an essential part of the recovery (HERMAN, 1997).

In the very same way, traumatized people need to *release* the negative feelings and thoughts related to the trauma that they keep inside them. They must open themselves to life and to the world again. During the period of the trauma and its aftermath people withdraw and shut into themselves, but during the healing process they start to *open* themselves up. They then learn how to reconnect with people and reality and how to recover old relationships while establishing new ones (HERMAN, 1997). Thus, the image of an open CONTAINER is strongly present in scenario II.

If scenario I suggests possible blindness, scenario II is strongly defined by the victim's ability to reflect about the trauma and their stories. To look back and reflect on their previous life, values and attitudes and analyze their choices and current situation is fundamental in overcoming the trauma. Even more, the ability to reflect about the different elements that compose a traumatic experience is essential to restore a meaningful world (CALHOUN; TEDESCHI, 2006). In this scenario interviewees not only express themselves as being able to *look* back, but also to *see* things *clearer*. Thus, this scenario is strongly characterized by enhanced SIGHT.

Both scenarios are connected by the same dimensions of the trauma. The overwhelming experience of the trauma affects the bounds between the victim and the others. Trauma can cause survivors to isolate themselves and break their relationships with family and friends. During recovery, victims learn how to open up themselves again and reestablish connections with the outside world. This process is achieved through communication with others. People need to bring up and share the feelings that they have kept deep down inside them. Verbalizing their experiences victims are able to reason about the trauma and see things that they were unable to realize during the traumatic period. Once they have done that, they can set their lives, which have been interrupted by the trauma, in motion again. Reaching the next stage of this process is defined as a positive outcome of the whole situation. In this new context, people become more open to people and are able to see events in the past even clearer and look further in the future.

Conclusion

Research suggests that the LIFE IS A JOURNEY metaphor is ultimately based in a source-path-goal schema. From this perspective, scenario I can be considered to be the SOURCE of the survivor's journey. It is the point from which they begin their journey through recovery and reconstruction of their life. Scenario II portrays both the PATH and the GOAL of the journey. This is due to two main reasons. First, healing is an ongoing process. The trauma is never forgotten, which means that trauma victims are still walking this path. Second, interviewees in this study have all experienced Posttraumatic growth, which gives them a greater ability to analyze their stories. Therefore this scenario represents not only the actions and improvements themselves but also people's perceptions of them. The understanding of their search for help, their healing process and their positive gain from the situation are, therefore, presented in scenario II.

The two scenarios and their four metaphorical dimensions comprise two sides of the same medal, the original trauma and the subsequent move away from it in recovery. The way in which this is signaled by metaphorical word use may be an important tool for health workers and patients to get a grip on their abilities to understand and communicate. For linguists, they present an opportunity to build a bridge between fundamental and applied research on the relation between metaphor in language, cognition, and communication.

Metáfora como uma janela para a discussão sobre trauma e crescimento pós-traumático

Resumo

Vítimas de eventos traumáticos enfrentam dificuldades para falar sobre as dores e horrores vividos. Entretanto, falar sobre o trauma e suas consequências é essencial para o processo de recuperação. Este trabalho adota a Teoria da Metáfora Conceitual para investigar como e quando pessoas que vivenciaram um trauma utilizam metáforas para falar e refletir sobre suas histórias de vida. Neste artigo, analisamos um conjunto de entrevistas realizadas com pessoas que experienciaram Crescimento Pós-Traumático, ou seja, mudanças psicológicas positivas após o confronto com situações de vida extremamente adversas. Os dados foram analisados sob a perspectiva da linguística cognitiva de identificação e análise de metáforas, com foco em uma seleção de metáforas centrais para emoções ligadas ao trauma e a vida. Os padrões evidenciados por esta análise foram utilizados na construção de um modelo que evidencia como sobreviventes utilizam as mesmas metáforas conceituais de maneiras distintas, de acordo com o momento de vida narrado.

Palavras-chave: Metáforas. Trauma. Crescimento pós-traumático. Recuperação.

References

- CALHOUN, Lawrence; TEDESCHI, Richard. **Handbook of posttraumatic growth: Research and practice**. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 2006.
- CAMERON, Lynne. **Metaphor and reconciliation: The discourse dynamics of empathy in post-conflict conversations**. New York: Routledge, 2011.
- HERMANN, Judith. **Trauma and recovery: The aftermath of violence: from domestic abuse to political terror**. New York: Basic Books, 1997.
- KÖVECSES, Zoltán. **Metaphor and emotion: Language, Culture, and Body in Human Feeling**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metaphors we live by**. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

PSALM 103:11. In **Holy Bible**: New International Version: standard rainbow study Bible, every verse color-coded. Cincinnati: Standard Pub, 2012.

TAY, Dennis. **Metaphor and psychotherapy**: A Descriptive and Prescriptive Analysis. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2013.

TEDESCHI, Richard; CALHOUN, Lawrence. **Helping bereaved parents**: A clinician's guide. New York: Brunner-Routledge, 2004.

TEDESCHI, Richard; CALHOUN, Lawrence. **Trauma and transformation**: Growing in the aftermath of suffering. Thousand Oaks: Sage, 1995.

WERTHEIMER, Alison. **A special scar**: The experiences of people bereaved by suicide. London: Tavistock/Routledge, 1991.

The human spark*

MARK TURNER

Tradução de Ana Margarida Abrantes

Mark Turner is professor of Cognitive Science at Case Western Reserve University, founding director of the Cognitive Science Network and co-director of Red Hen Lab. Turner is the author of several books, including **Reading Minds: the Study of English in the Age of Cognitive Science**, **The Literary Mind** and, more recently, **The Origin of Ideas: Blending, Creativity and the Human Spark**. Together with Gilles Fauconnier, Turner is one of the precursors of Conceptual Integration Theory (also known as Blending Theory), one of the most influential theories in Cognitive Linguistics and Cognitive Science in general. He has just won the Anneliese Maier Research Prize from the Alexander von Humboldt Foundation.¹ In this interview, Turner talks about the importance of blending as a foundational mechanism for human creativity, the relation between linguistics and the study of the human mind, and new methodologies and challenges for cognitive sciences.

Orgs. – Since the debate launched in 1959 by C. P. Snow on *The Two Cultures*, there have been numerous attempts to bridge the gap between science and the humanities in the pursuit of knowledge. In your 1994 book *Reading Minds: The Study of English in the*

Age of Cognitive Science you made an important contribution for this dialogue between humanities and science. Twenty years after that publication, do you see cognitive science as a bridge between the *Two Cultures*?

MT – Tastes differ, and in principle there is no harm if some people prefer artistic pursuits and others prefer technical pursuits. *De gustibus non disputandum est*. But there is a problem for science if those separate tastes become institutionalized as separate siloed disciplines, windowless monads, each of them trying to study the human mind as if it were a linear sum of independent topics: biology, history, evolution, physiology, linguistics, art, music, childhood development, and so on. Human beings are seamless complexes of biology, culture, history, and ontology. These days, the study of the human mind is much more plausible because it is much more integrated. The establishment of the field of cognitive science, serving as a hub discipline, advanced research wonderfully, by springing us from the morass of siloed disciplines and siloed methods.

Students in my cognitive science classes are surprised to hear that when I studied human neurobiology in the 1970s, my courses were run, with the exception of an extremely unusual informal seminar

¹ See <http://markturner.org> for information.

* This interview was conducted by Ana Margarida Abrantes, Sandra Cavalcante and André L. Souza (Orgs.).

led by Professor Hans Bremermann, as if human beings did not think, imagine, or construct meaning. My courses in the humanities and social sciences were run, pretty much, as if human beings did not have biology, bodies, or brains. Oddly, my courses in artificial intelligence and even mathematics did pay attention to questions of human creativity, art, and the human spark, but mostly regarded the evolution and biology underlying the human mind as too specific to serve as an important level of research for cognitive science: what mattered was formal computation; the brain was assumed to be just another formal computer, so we might more profitably, so went the logic, study formal computation. Luckily, although there are still a few siloed disciplinarians, for the most part researchers who study the human construction of meaning are broadly aware of the full range of human complexity, and the need to study it in an integrated way.

Orgs. – How do you view the relation between cognitive science and cognitive linguistics? In other words, what can we learn from the study of language about how our mind works, in contrast, say, with what we may derive from the study of other cultural products, such as art, music or mathematics?

MT – Cognitive science has admirably followed the maxim “catch as catch can”. It has been practical. Human beings present many remarkable distinctive behaviors, and any of them can in principle serve as a window on the mind, or, anyway, an indirect indication of the mind: counterfactual thinking, mathematical insight, scientific

discovery, art, religion, ritual, advanced social cognition, music, advanced tool use, gesture, graphics, and so on. But language has received concentrated study for at least 2500 years, and a great body of knowledge has been acquired that cognitive science can exploit. Indeed, the success of cognitive science in the area of language has been striking, and the challenge to cognitive science generally is whether we can bring our study of other distinctive human behaviors up to the level of insight achieved through cognitive linguistics. Cognitive linguists are, in a way, the luckiest of cognitive scientists: the data are everywhere and easy to gather, and almost any hypothesis can be checked very quickly by almost anyone against a vast database of out-of-sample data. Methodologically, it is the dream scenario for science. For other human behaviors, it can be extremely difficult to gather reliable data and extremely difficult to check hypotheses.

Orgs. – In this special issue of *Scripta* there is a large section devoted to metaphor. What is the place of Metaphor Theory after the work on Conceptual Integration and Blending Theory?

MT – Metaphor theory is an important part of cognitive science and cognitive linguistics. Some blending networks involve metaphoric connections. The original blending theorists had worked on metaphor and studied Hellenic scholars of classical antiquity on metaphor, who understood metaphor as conceptual rather than merely linguistic, as I discuss in my article “Figure”.² One of the most

² (http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1416433)

active areas of blending research is on “generic integration templates,” and basic metaphors are such templates. Any specific example of a basic metaphor involves not only that generic integration template but also many more mappings and compressions that are not metaphoric. Most of the confusion over “metaphor” and “blending” derives from the fact that they are different words. But they are just words. It doesn’t matter for science what labels we use. What matters is the analysis of the processes involved. When we look at research into the processes involved, it is clear that “metaphor” research and “blending” research are compatible.

Orgs. – In your latest book, *The Origin of Ideas: Blending, Creativity and the Human Spark* – reviewed in this issue of *Scripta* – you claim that what is distinctive about humans is their ability to generate ever new ideas, and that blending is the cognitive mechanism that drives this spark. Two essential ideas, which you consider in chapters 3 and 4, are the idea of you and the idea of I. What is particular about the concept of intersubjectivity for human cognition?

MT – The entire field of cognitive science recognizes that human beings are exceptionally advanced at constructing concepts of other minds and indeed at constructing concepts of their own identity. How they manage to achieve these concepts is a major open question for science. No one knows how this happens. There are proposals, very sketchy even as they are admirable. I propose that these advanced ideas are possible only because of our ability for

advanced blending, that these abilities are not stand-alone modular capacities, but consequences, even perhaps by-products, of advanced blending. I think this is a powerful and specific hypothesis, but of course, it is only one entry into a field of inquiry that at the moment is highly nebulous, highly uncertain. It is important in cognitive science not to seek premature conclusion. The field of research into other minds and into personal identity is at the moment only embryonic, across the board.

Orgs. – Blending is pervasive in cognitively modern humans: it permeates both individual thought and social life, and it is the source and drive of human creativity. Are there limits to blending? Do cultures pose limitations for conceptual integration?

MT – Researchers into human exceptional capabilities routinely extol human powers, because it is important to recognize what human beings can do. But the ability for advanced construction of meaning comes with advanced mental suffering. The blending story is not a triumphal story. Human beings routinely use blending to put together simulations, hypotheticals, counterfactuals, and they accordingly suffer. If we were to anthropomorphize evolution, we would say that evolution does not care if we suffer—evolution discards the individual human mind along with the individual human body—as long as that suffering does not lessen our differential fitness. Cultures spend extraordinary resources—time, money, attention—to provide, as it were, therapy or scaffolding for the over-

charged human minds that put together these difficult ideas. Human beings must deal, because of blending, with levels of shame and guilt, running over vast expanses of time, space, causation, and agency, that other species simply do not confront. Sure, a mammal can be abused in its early age and carry the conditioning of that abuse. But a human being can brood on something he or she did not do ten years ago, and grieve at the difference it made. These constructions of meaning—of causal surgery and prediction—are amazing, and often very sorry. The story of blending may be a story of success for the species, depending on how one considers success, but it is a story of both better and worse for the happiness of the individual human being. A second response to this question would be that although we inevitably focus on the shocking creativity of human thought, it is still the case that, for the most part, human thought is deeply conservative. This conservatism is recognized in blending theory: blending can begin only with what the mind already knows, what the mind already recognizes. Accordingly, it can take centuries for a blend to settle into place. Consider the progress of mathematics. I can teach a talented 17-year-old in one summer mathematics that would have flabbergasted Archimedes, Gauss, Newton, and the 17-year-old will not find it particularly surprising. It can take incredible work for a blending network to achieve stability, but once it does, it is often very easily learned. A classic example is complex numbers. The originators of the idea suffered nightmares and doubts over the idea. The talented 17-year old has no trouble swallowing the idea of the square root

of negative one. Any new blend has to compete with existing concepts, and routinely loses. The cognitive limits to blending are severe, as we have discussed under the label “governing constraints,” and cultures impose their own limits on the acceptability of new ideas.

Orgs. – Blending is the motor of creative and innovative ideas. However, not all ideas are equally good. How does blending relate to value (e.g. aesthetic, social)?

MT – Not all ideas are equally good. Indeed, some of the most successful blends are evil or ugly, but that does not mean that they do not grip the mind. It is apparent that they often do, and even more, that ideas judged to be good at one time are judged to be bad at another time, often without any pattern of linear progress. There is no cosmic insurance policy that protects us against blends with terrible consequences, such as the dehumanization of human beings. It's a constant struggle, and it brings suffering. I see no way out of that. The struggle and the suffering are in the nature of the cognitively modern human mind.

Orgs. – With your recent project of the Red Hen Lab you have made a turn to research on big data. Have the humanities given up hermeneutics in the age of cognitive science in favor of digital accumulation and of the quantification of culture?

MT – Different research goals require different paths and activities, even when the research goals are complementary

and mutually supporting. For example, a great deal of scholarly activity over millennia, but certainly since about 1930, has consisted in providing “readings” of texts. Cognitive science usually does not have that goal, and, when it does not, it will be misunderstood if it is construed as if it did. For example, blending analysis is never an “interpretation”, a “reading”, or an “exegesis”. It is especially necessary to clarify for scholars in the humanities, whose formation typically conditions them to imagine automatically that a discussion of a piece of discourse or a text is offered as interpretation, a reading, along the lines of priestly illumination, that a blending analysis is never, even remotely, meant to stand in for the complexity of mental operations necessary or useful to make sense of that discourse. Rather, the blending analysis attempts to throw a spotlight on some small part of the mental operation involved in constructing meaning in response to the discourse or text. So much backstage cognition is involved in understanding a piece of discourse, a painting, or any other representation, that any attempt to give a full model of the construction of meaning would involve perhaps hundreds of mental spaces, and hundreds of connections, and hundreds of projections. Blending is highly constrained, but as a mental process, extraordinarily flexible. This is what makes cognitively modern human beings so creative in coming up with new ideas and new understandings. The last thing a thinker should do in an effort to analyze the blending involved in a construction of meaning is to sketch a diagram of mental spaces and connections and then try to fill it in. In this way, blending theory is trenchantly antithetical to the

kind of semiotic analysis that produced the Greimasian semiotic square, an attempt to reduce vast ranges of meaning to a little sketch. In particular, blending is in operation much more general than any performance of communication or representation. Some things are discourse or representation, but most things are not. Of course, an “interpretation” or a “reading” of a text may point out that the interpretation or reading depends upon forming a particular blend in response to the text. Accordingly, blending theory can supply tools to the hermeneut, and of course, “interpretations” are themselves data for the cognitive scientist, who rarely tries to present new readings, being interested in explaining how readings are possible, how they are constructed. The object of study for the cognitive scientist is not the representation or the discourse but rather what the human mind is doing, and how it does it, when engaged in representation or discourse.

The Distributed Red Hen Lab was established and designed to foster a quite different, if compatible, research program. Human beings learn and use and extend networks of form-meaning pairs, and they do so in a multimodal fashion. Communication involves language, gesture, speech, text, graphics, and so on. There are seven billion people alive today, and human beings have been performing these amazing acts of multimodal communication for at least 50,000 years. That is a great deal of data, but our actually archives of multimodal communication are very small and limited. The Distributed Little Red Hen Lab serves a program of studying and modeling how human beings perform multimodal communication, with particular emphasis on big data and computational and

statistical methods for analyzing patterns in big data. We sometimes say that one of our goals is to assist in the study of the human “multimodal constructicon”—what are the systems of form-meaning pairs that members of a communicative community know and use? How do these systems in multiple modalities interact? That is not a question of providing readings but instead of doing research on the mental operations of meaning construction and formal behavior that make communication possible to begin with. Red Hen is an open-ended program, and we invite researchers to propose potential collaborations. There is a page on the Red Hen Lab website titled “What kind of Red Hen are you?” for anyone interested in joining.

must always be open to the possibility that there are other constructions of meaning consistent with the subject’s behavior and biological activity. We need more and better methods and for prospective cognitive scientists to be trained in as many of them as possible.

Orgs. – What do you see as the next big challenges of cognitive science?

MT—The biggest challenge is institutional. Universities are conservative, and the sociology of the academy systematically pressures researchers back into narrow tribes, with a few approved questions and a few approved methods. The biggest challenge is to prevent the re-segregation of research, the attempt to partition the human mind into bite-size morsels suited to a disciplinary routine. There are no methods for reading minds directly. Every method for detecting human conceptualization is indirect and inferential. Accordingly, cognitive science should attempt to bring to bear as many methods as are suitable, and derive greater confidence as more and more of them point to the same conclusion, the same inferences. There is never a sure way to read another mind, and the researcher

A centelha humana*

MARK TURNER

Tradução de Ana Margarida Abrantes

Mark Turner é professor de Ciências Cognitivas na Case Western Reserve University, e é ainda diretor fundador da Cognitive Science Network e como codiretor do Red Hen Lab. Autor de inúmeros livros, entre os quais se destacam **Reading Minds: the Study of English in the Age of Cognitive Science**, **The Literary Mind** e, mais recentemente, **The Origin of Ideas: Blending, Creativity and the Human Spark**, é também, em conjunto com Gilles Fauconnier, um dos fundadores da teoria da integração conceptual ou *Blending Theory*, uma teoria influente em Linguística Cognitiva e em Ciências Cognitivas em geral. Ele acaba de ganhar o prêmio Anneliese Maier Research Prize da Fundação Alexander von Humboldt. Para mais informações, veja <http://markturner.org>. Nesta entrevista, Turner aborda a importância do *blending* como mecanismo cognitivo na origem de processos humanos como a criatividade, da relação entre a Linguística e o estudo da mente humana, dos novos métodos em Ciências Cognitivas e, ainda, dos seus desafios mais imediatos.

Orgs. – Desde o debate lançado em 1959 por C. P. Snow sobre As Duas Culturas, houve várias tentativas de superar o fosso entre as ciências e as humanidades, na busca do conhecimento. O seu livro de 1994, *Reading Minds: The Study of*

English in the Age of Cognitive Science, foi um importante contributo para este diálogo entre as humanidades e a ciência. Volvidos vinte anos desde aquela publicação, entende as ciências cognitivas como a ponte entre as Duas Culturas?

MT – Os gostos diferem e, em princípio, não há mal se algumas pessoas preferem atividades artísticas e outras preferem questões técnicas. *De gustibus non disputandum est*. Contudo é um problema para a ciência se estes gostos separados se institucionalizam em disciplinas estanques mônadas sem janelas, cada uma tentando estudar a mente humana como se esta fosse uma soma linear de tópicos independentes: biologia, história, evolução, fisiologia, linguística, arte, música, desenvolvimento, e assim por diante. Os seres humanos são complexos contínuos de biologia, cultura, história e ontogénese. Presentemente, o estudo da mente humana é muito mais plausível porque está muito mais integrado. O estabelecimento do campo das ciências cognitivas, servindo como uma disciplina central, promoveu um enorme avanço da investigação, permitindo-nos ultrapassar o pântano das disciplinas estanques e dos métodos estanques. Nas minhas aulas de ciências cognitivas, os estudantes ficam surpreendidos ao ouvirem que quando eu estudei neurobiologia, nos anos setenta, os seminários, à exceção

* Entrevista realizada por Ana Margarida Abrantes, Sandra Cavalcante e André L. Souza (Orgs.).

do seminário extremamente incomum do Professor Hans Bremermann, eram conduzidos como se os seres humanos não pensassem, não imaginassem, nem construíssem significado. As minhas aulas nas humanidades e nas ciências sociais eram dadas, em grande medida, como se os seres humanos não tivessem biologia, corpo ou cérebro. Estranhamente, as aulas de inteligência artificial e mesmo de matemática dedicavam atenção às questões da criatividade, da arte e da centelha humana, mas a maior parte considerava a evolução e a biologia subjacente à mente humana demasiado específicas para constituírem um nível importante de investigação em ciências cognitivas: o que interessava era a computação formal; o cérebro era considerado apenas mais um computador formal, pelo que, de acordo com a lógica de então, poderíamos aproveitar mais do estudo da computação formal. Felizmente, embora ainda haja alguns disciplinistas estanques, a maior parte dos investigadores que estudam a construção humana do significado estão amplamente conscientes da vasta escala de complexidade humana e da necessidade de a estudar de uma forma integrada.

Orgs. – Como vê a relação entre as ciências cognitivas e a linguística cognitiva? Por outras palavras, o que podemos aprender com o estudo da linguagem sobre a forma como a nossa mente funciona, em contraste, por exemplo, com o que podemos aprender com o estudo de outros produtos culturais, como a arte, a música ou a matemática?

MT – As ciências cognitivas têm seguido a máxima de “luta livre” de forma

admirável: são práticas. O ser humano apresenta muitos comportamentos extraordinariamente distintos, e cada um deles pode, em princípio, servir como uma janela sobre a mente, ou, de uma forma ou de outra, como uma indicação indireta da mente: o pensamento contrafactual, a iluminação matemática, a descoberta científica, a arte, a religião, o ritual, a cognição social avançada, a música, o uso avançado de ferramentas, o gesto, os gráficos, etc. Mas a linguagem tem sido alvo de estudo concentrado ao longo dos últimos 2.500 anos, pelo menos, e isso permitiu adquirir um vasto corpo de saber que as ciências cognitivas podem explorar. Na verdade, o sucesso das ciências cognitivas na área da linguagem tem sido marcante, e o desafio para as ciências cognitivas é, em geral, conseguir trazer o estudo de outros comportamentos distintamente humanos para o nível de conhecimento a que chegou a linguística cognitiva. Os linguistas cognitivos são, na verdade, os cientistas com mais sorte: os dados estão em toda a parte e são fáceis de recolher, e praticamente qualquer hipótese pode ser verificada rapidamente por quase qualquer pessoa por confronto com uma alargada base de dados fora da amostra. Do ponto de vista metodológico, este é o cenário de sonho para a ciência. Para outros comportamentos humanos, pode ser extremamente difícil recolher dados fiáveis e igualmente difícil verificar hipóteses.

Orgs. – Neste número da *Scripta* há uma secção dedicada à metáfora. Qual é o lugar da Teoria da Metáfora depois do trabalho desenvolvido na área da Integração Conceptual e da Teoria do *Blending*?

MT – A teoria da metáfora é uma parte importante das ciências cognitivas e da linguística cognitiva. Algumas redes de *blend* envolvem ligações metafóricas. Os teóricos do *blending* originais trabalharam sobre a metáfora e estudaram os pensadores helénicos da antiguidade clássica, que consideravam a metáfora conceptual, mais do que meramente linguística, como refiro no meu artigo “Figure” (http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1416433). Uma das áreas mais ativas da investigação sobre o *blending* é sobre a “integração genérica de modelos” e as metáforas básicas são esses modelos. Qualquer exemplo específico de uma metáfora básica implica não apenas esse modelo genérico de integração como também muitos outros mapeamentos e compressões que não são metafóricos. Grande parte da confusão sobre “metáfora” e “*blending*” resulta do facto de que são palavras diferentes. Mas são só palavras. Não é importante para a ciência que etiquetas usamos. O que importa é a análise do processo envolvido. Quando olhamos à investigação sobre os processos envolvidos, torna-se claro que a investigação em “metáfora” e a investigação em “*blending*” são compatíveis.

Orgs. – No seu último livro, **Blending, Creativity and the Human Spark** – de que publicamos uma resenha neste número da *Scripta* – defende que o que é distintivo no ser humano é a sua capacidade de criar novas ideias, e que o *blending* ou integração conceptual é o mecanismo cognitivo que guia esta centelha. Duas ideias essenciais, que considera nos capítulos 3 e 4, são a ideia de um tu e a

ideia do eu. O que há de particular no conceito de intersubjetividade para a cognição humana?

MT – Todo o campo das ciências cognitivas reconhece que o ser humano é excepcionalmente avançado na construção de conceitos da sua própria identidade, Como o ser humano alcança estes conceitos, é uma questão em aberto para a ciência. Ninguém sabe como isto acontece. Há propostas, tão em esboço quanto admiráveis. Eu sugiro que estas ideias avançadas são possíveis apenas dada a nossa capacidade de *blending* avançado, que estas capacidades não são capacidades modulares independentes, mas consequências ou mesmo subprodutos do *blending* avançado. Penso que esta é uma hipótese poderosa e específica, mas naturalmente é apenas uma entrada num campo de investigação que, neste momento, é ainda muito nebuloso e altamente incerto. É importante em ciências cognitivas não procurar conclusões prematuras. O campo de investigação em outras mentes e na identidade pessoal é, neste momento e em geral, apenas embrionário.

Orgs. – O *blending* é prevalente no ser humano cognitivamente moderno: está presente quer no pensamento individual, quer na vida social e é a fonte e o motor da criatividade humana. Há limites para o *blending*? As culturas colocam limites à integração conceptual?

MT – Os investigadores que estudam as capacidades humanas excepcionais enaltecem sistematicamente os poderes humanos, porque é muito importante

reconhecer o que o ser humano é capaz de fazer. Mas a capacidade para a construção avançada do significado surge acompanhada de sofrimento mental avançado. A história do *blending* não é uma história de triunfo. O ser humano usa sistematicamente o *blending* para criar simulações, hipóteses, cenários contrafactuais, e sofre em consequência. Um olhar antropomórfico sobre a evolução levar-nos-ia a dizer que a evolução não se importa se sofremos – a evolução descarta a mente humana em conjunto com o corpo humano – desde que o sofrimento não diminua a nossa robustez diferencial. As culturas dispõem recursos extraordinários – tempo, dinheiro, atenção – a fornecer, por assim dizer, terapia ou estrutura à mente humana, sobrecarregada por ter combinado estas ideias difíceis. Por causa do *blending* o ser humano tem de lidar com níveis de vergonha e culpa que atravessam vastas áreas de tempo, espaço, causação e agencialidade, que outras espécies não confrontam. Sem dúvida que um mamífero pode ser explorado nos primeiros anos e trazer consigo o condicionamento desse abuso. Mas um ser humano pode remoer uma coisa que não fez há dez anos e sofrer com a diferença que isso fez. Estas construções de significado – de cirurgia causal e previsão – são extraordinárias e muitas vezes infelizes. A história do *blending* pode ser uma história de sucesso para a espécie, dependendo de como se considera o sucesso, mas é uma história do melhor e do pior para a felicidade do ser humano, individualmente. Uma segunda resposta a esta questão seria que apesar de inevitavelmente focarmos a criatividade chocante do pensamento humano, ainda é um facto que o pensamento humano

é profundamente conservador. Este conservadorismo reconhece-se na teoria do *blending*: o *blending* só pode começar com o que a mente já conhece, com o que a mente reconhece. Neste sentido, pode levar séculos até que um *blend* se estabeleça. Considere-se o progresso da matemática. Eu posso ensinar a um jovem talentoso de 17 anos, no decurso de um verão, uma matemática que teria espantado Arquimedes, Gauss ou Newton, e o jovem de 17 anos não a achará particularmente surpreendente. Pode custar muito trabalho a uma rede *blending* atingir a estabilidade, mas quando isto sucede, torna-se muito fácil aprendê-la. Um exemplo clássico são os números complexos. Os pensadores na sua origem sofreram pesadelos e dúvidas com esta ideia. O jovem de 17 anos não tem qualquer dificuldade em digerir a ideia da raiz quadrada do um negativo. Qualquer novo *blend* tem de competir com conceitos existentes, e perde sistematicamente. Os limites cognitivos ao *blending* são severos, como discutimos sob a etiqueta “condicionamentos governantes”, e as culturas impõem os seus próprios limites à aceitabilidade de novas ideias.

Orgs. – O *blending* é o motor das ideias criativas e inovadoras. Contudo, nem todas as ideias são igualmente boas. Como é que o *blending* se relaciona com o valor (por exemplo, estético, social)?

MT – Nem todas as ideias são igualmente boas. Na realidade, alguns dos *blends* de maior sucesso são nocivos ou feios, mas isso não significa que eles não assaltem a mente. Aparentemente, fazem-no com frequência, e mais ainda, ideias que se

pensa serem boas num determinado momento são consideradas más noutro, muitas vezes sem qualquer padrão de progresso linear. Não há nenhuma política de segurança cósmica que nos proteja de *blends* com conseqüências terríveis, como a desumanização do ser humano. É uma luta constante, que traz sofrimento. Não vejo uma saída para isto. A luta e o sofrimento estão na natureza da mente humana cognitivamente moderna.

Orgs. – Com o seu projeto recente do Red Hen Lab, deu um passo decisivo na investigação em big data. As humanidades dispensaram a hermenêutica na era das ciências cognitivas, a favor da acumulação digital e da quantificação da cultura?

Os objetivos de investigação diferentes requerem caminhos e atividades diferentes, mesmo quando esses objetivos são complementares e se apoiam mutuamente. Por exemplo, uma grande parte da atividade de pensadores ao longo de milénios, mas sobretudo desde cerca de 1930, consistiu em apresentar “leituras” de textos. As ciências cognitivas não têm normalmente esse objetivo, e ao não o terem são mal interpretadas se forem construídas como se o tivessem. Por exemplo, a análise do *blending* nunca é uma “interpretação”, uma “leitura” ou uma “exegese”. É especialmente necessário deixar claro aos investigadores das humanidades, cuja formação tipicamente os condiciona a imaginar automaticamente que a discussão de um segmento de discurso ou de um texto é apresentada como uma interpretação, uma leitura, semelhante a uma iluminação religiosa, e que não se espera que uma análise de *blending*

represente, nem mesmo remotamente, a complexidade das operações mentais necessárias ou úteis para fazer sentido desse discurso. A análise do *blending* antes pretende iluminar uma pequena parte da operação mental envolvida na construção do significado em resposta ao discurso ou texto. Para compreender um segmento de discurso, um quadro ou qualquer outra representação está envolvida tanta cognição de bastidores que qualquer tentativa de apresentar um modelo completo da construção do significado resultaria em centenas de espaços mentais, centenas de conexões e outras tantas projeções. O *blending* é altamente condicionado, mas enquanto processo mental é altamente flexível. Isto é o que torna o ser humano cognitivamente moderno tão criativo em imaginar novas ideias e novos entendimentos. A última coisa que um pensador devia fazer no esforço de analisar o *blending* envolvido na construção do significado é desenhar um diagrama de espaços mentais e conexões e depois tentar preenchê-lo. Desta forma, a teoria do *blending* é rigorosamente antitética ao tipo de análise semiótica que produziu o quadro semiótico Greimasiano, uma tentativa de reduzir vastas escalas de significado a um pequeno esboço. Em particular, o *blending* é uma operação muito mais geral do que qualquer desempenho de comunicação ou representação. Algumas coisas são discurso ou representação, mas a maior parte das coisas não o são. Claro que uma “interpretação” ou uma “leitura” de um texto pode apontar para o facto de que a interpretação ou a leitura depende da formação de um *blend* particular em resposta ao texto. Nesse sentido, a teoria do *blending* pode dar instrumentos ao hermenauta,

e naturalmente as “interpretações” são elas próprias dados para o cientista da cognição, que raramente tenta apresentar novas leituras, mais interessado em explicar como as leituras são possíveis, como são construídas. O objeto de estudo para o cientista da cognição não é a representação ou o discurso, mas antes o que a mente humana está a fazer e como o faz quando está envolvida numa representação ou num discurso.

O Distributed Red Hen Lab foi criado e desenhado para promover um programa de investigação muito diferente, ainda que compatível. O ser humano aprende e usa redes extensas de pares de forma-significado, e fá-lo de uma forma multimodal. A comunicação envolve a linguagem, o gesto, a fala, o texto, os gráficos, etc. Há hoje sete mil milhões de pessoas e o ser humano tem desempenhado estes atos extraordinários de comunicação multimodal pelo menos há 50.000 anos. São muitos dados, mas os nossos arquivos presentes de comunicação multimodal são muito pequenos e limitados. O Distributed Little Red Hen Lab serve um programa de estudo e modelação de como o ser humano desempenha a comunicação multimodal, com ênfase particular para *big data*. Por vezes dizemos que um dos nossos objetivos é ajudar ao estudo do “constructicon multimodal” humano – quais são os sistemas de pares de forma-sentido que os membros de uma comunidade conhecem e usam? Como é que estes sistemas de modalidades múltiplas interagem? Esta não é uma questão de criar leituras, mas antes de fazer investigação sobre as operações mentais da construção do significado e do comportamento formal que tornou possível, antes de tudo, a comunicação. O Red Hen é um programa aberto e

convidamos os investigadores a propor potenciais colaborações. Há uma página no sítio do Red Hen Lab que se chama “Que tipo de Red Hen és tu?” para quem estiver interessado em juntar-se ao projeto.

Orgs. – Quais pensa serem os próximos grandes desafios para as ciências cognitivas?

MT – O maior desafio é institucional. As universidades são conservadoras, e a sociologia da academia coloca uma pressão sistemática sobre os investigadores para regressarem a grupos estreitos, com algumas questões aprovadas e alguns métodos aprovados. O maior desafio é evitar a ressegregação da investigação, a tentativa de dividir a mente humana em pedaços digeríveis, mais adequados à rotina disciplinar. Não há métodos para ler a mente diretamente. Todos os métodos de detecção da conceptualização humana são indiretos e inferenciais. Neste sentido, as ciências cognitivas devem tentar explorar tantos métodos quantos sejam adequados, gerando mais confiança à medida que cada vez mais desses métodos apontam para a mesma conclusão, para as mesmas inferências. Nunca há uma forma certa de ler outra mente, e o investigador tem sempre de estar aberto à possibilidade de que haver outras construções de sentido consistentes com o comportamento e a atividade biológica do sujeito. Precisamos de mais e melhores métodos, e ainda de que os futuros cientistas da cognição sejam treinados em tantos desses métodos quanto possível.

The communicative mind*

PER AAGE BRANDT

Tradução: Ana Margarida Abrantes

Per Aage Brandt is the founding director of the Center for Semiotics at the University of Aarhus, where he taught for thirty years. While a Professor of Cognitive Science at Case Western Reserve University, he started the Centre for Cognition and Culture and led the editorial team of the *Journal of Cognitive Semiotics*. With numerous publications on semiotics, linguistics, literary theory and philosophy, he has also authored several volumes of poetry. In this interview he combines his research experience and his aesthetic perspective in addressing questions on the nature and development of cognitive semiotics, on possible bridges between science and the humanities and on the challenge of understanding human nature.

Orgs. – You are one of the precursors of cognitive semiotics, a field that aims to study the processes of the human mind by analyzing instances of meaning, produced and perceived. What exactly is cognitive semiotics?

PAaB – The foundational idea behind cognitive semiotics is that *the study of the human mind*, of its neurophysiological and neuropsychological underpinnings

should be related to *the study of meaning*, as it is developed in thought, in language, in communication, in social practices, in cultures and all along the history of our ‘symbolic’ species, from the earliest stages of our *semiotic evolution*. What were the ambitions of the intellectual movement of the structuralists in the 60s was transformed and even amplified into those of a cognitive semiotics at present. The perspective remains that of a transformation of the ‘human sciences’ into a cluster of studies on meaning, in its bodily, situational, material condition, yet always related to the mind that inhabits us, to mental activity, imagery, memory, emotions, natural logic, narrative, poetics, rhetoric, aesthetics – in sum, semiotics in all its states.

What makes semiotics *cognitive* is that it no longer just considers ‘discourse’ as its ontological base, but instead intends to dig deeper, into the sense-making machinery of the human mind and consciousness: cognition. The way we think and feel is considered directly connected to *the way we signify* – to ourselves and to each other. Everything looks different from this point of view. So for me, cognitive semiotics is not a specialty like any other in the field of disciplines, but it is rather a trans-discipline, or even an in-discipline,

* This interview was conducted by Ana Margarida Abrantes, Sandra Cavalcante and André L. Souza (Orgs).

as Paolo Fabbri¹ recently suggested – because it constantly questions local knowledge in the domains it touches upon.

Orgs. – Since the debate launched in 1959 by C. P. Snow on *The Two Cultures*, there have been numerous attempts to bridge the gap between science and the humanities in the pursuit of knowledge. When it comes to the study of the human mind, is cognitive semiotics one such possible bridge? What is its place between the human sciences and the natural sciences?

PAaB – The cognitive contribution implies a particular new approach to the old question of the relation between *nature* and *culture* in the production of meaning. Human beings emerge biologically along an evolution which comprises a semiotic or “symbolic”² evolution, by which *the conscious mind*, a neural phenomenon that we share with other animals, begins to develop autonomous mental spaces and articulate discrete and syntactically re-combinable expressions of them, which allow us to communicate contents referring both to present and to absent situations: these mental spaces are purely semantic, “theoretical” structures, but anchored in the concrete situation of communication. As proposed by neuropsychologist and philosopher Merlin Donald,³ this occurs

through different phases, beginning with hominids (particularly *homo erectus*) and their reinforcement of mimetic skills (mimic, gestural), which allow enlarged social communication, both technical and emotional. This cultural creation re-programs, so to say, cognition – conceptual processes of categorization and schematization, and agentic and motor processes – for communication and paves the way for language and cultural routines like music and dance. Which means that the *universal skills* of our species will now be specified, i.e. they come to be culturally ‘rewritten’. Culturally developed meaning is therefore both *natural*, by its ‘universal’ underlying conceptual components, and *cultural* by its profile, i.e. by the specific and rewritten use of these means. By taking into account this “semiobiological” data, we avoid the respective dogmatisms of both “fuzzy” culturalism and “techie” universalism, after Snow.

Orgs. – How can the study of meaning contribute to the understanding of human nature? In other words, what can semiotics contribute to this pursuit?

PAaB – *Saussurean* semiotics, based on the linguistic sign, clearly and even joyfully lines up with human sciences, with no major problems for that matter, either as critical discourse analysis (political, for instance), or as descriptive technique in the domain of communication, whether in aesthetic or in commercial fields.

Piercean semiotics classifies signs or rather tries to introduce a semiotic note into analytic philosophy or into biology (bio-semiotics). We may say, retrospectively, that “classical” semiotics

1 Lecture delivered at the Semiotic Seminar in Paris, 2013.

2 Cf. Biologist Terrence Deacon, **The Symbolic Species** – The Co-evolution of Language and the Brain. New York and London: NORTON, 1997.

3 Cf. DONALD, Merlin. **A Mind So Rare** – The Evolution of Human Consciousness. New York and London: Norton, 2001.

keeps a rather modest profile in the contemporary intellectual landscape, despite some breakthroughs, and notably the profile of one single person: the brilliant essayist and novelist Umberto Eco. Without his literature, it would not have broken the wall of indifference.

Cognitive semiotics, on the other hand, naturally inherits the Enlightenment ambition of the *sciences* of Man, an ambition that was still alive before the recent disaster, and in fact ever since rationalism. It concerns *what is human*, ontologically, in all possible registers, from all methodologies, those available and those yet to come.

Human sciences are, incidentally, presently in a strange condition, after the devastation caused by French-American and post-modern deconstructivism. They seem on the verge of collapse, by lack of a motivation other than ideology.

In the natural sciences, despite recent successes in particle physics, I rather have the impression that we live a moment of theoretical standstill, both in mathematics and in physics. Thanks to the historically incredible intensification of inter-scientific communication, experimental results accumulate and are known globally with raging speed; new syntheses, in contrast, are yet to be produced. We await in particular the great breakthrough of the neurosciences, namely the discovery of the precise processes by which the brain produces consciousness, imagination, representational memory; knowing *where*, anatomically speaking, – in such and such cellular networks – this production seems to take place, is interesting but not sufficient for knowing the secret of *how* it works. How can we experience mental content as reality

occurring outside of ourselves, in the world of our bodies? The philosophically famous being-in-the-world experience must be due to a fabulously complex projection onto the sources of our sensory data.

The neurobiology of the mind is evidently a domain that primarily affects psychology and psychiatry (and, why not, psychoanalysis), but it further concerns all disciplines that deal with the exchanges between our body, our language, and our emotional and intellectual life. Since knowledge of this domain is a particularly sensitive social topic, an ethical concern is raised and will be raised acutely: what are the benefits and the possible misuses and abuses related to the applications of such knowledge? Will we witness the rise of a normative natural science (since it is inherently ethical, so to speak), for the first time in the history of ideas? In this case, cognitive semiotics articulates itself without much difficulty the new neuroscientific paradigm, since its position and its tasks are already placed in this field, which is comparable to the classical position of medicine (and as such, already normative and ethically engaged).

Orgs. – The special issue of *Scripta* we are preparing is entitled: Language, Discourse and Cognition. In your view, how does cognitive semiotics relate to cognitive linguistics?

PAaB – First generation ‘cognitivism’ was symbolic, in the literal sense that the mind was thought to work by strings of abstract symbols. The computing Turing-machine – Alan Turing is the father of modern programmable computers – was thus supposed to be a good metaphor for

representing the real processes of human thought (since it “calculates”). At this stage, a corresponding semiotics was that of calculating machines, in particular of robots (Luc Steels): machine semiotics. It is still alive and kicking, by the way. We can connect Noam Chomsky’s linguistics to the first generation, in the sense that his symbolic theory of a generative syntax matched the “cognitivist” idea of meaning. Semiotics, whether European or American, was likewise “symbolistic”, since it considered the linguistic sign (the word) as a symbol, nothing else, and the syntax of word-strings as a linear mechanism comparable to an equation. Today we realize that this conception is insufficient for accounting for real syntactical processes.

The second cognitivist generation, in the 1970-1980s, in turn, admits *iconic* representations, especially in the form of metaphors and non-defined categories, which are constituted by means of prototypes, and it admits the existence of a schematizing semantics, built out of half-symbolic, half-iconic mental diagrams (Lakoff, Langacker, Talmy, Sweetser), so that a *semantic syntax* of schematized categories begins to emerge. This version is of course compatible with the *structural semantics* of the École de Paris, even if this connection is not always acknowledged; the substantial correlation, or rather parallelism, of the American and the French schools, for example in the analysis of modal semantics (the meaning of modal verbs and nouns), gave rise to the development of a *dynamic semiotics* in Denmark, in the 1980s. Nonetheless, cognitive science remained focused on meaning attributed to perception, and had not yet acknowledged the importance

of meaning in intersubjective, social communication, i.e. cognition embodied in the social realm. It had left in the shadow the pragmatic dimension of cognition, a dimension that in Greimas, for instance, emerges in the model of the so-called ‘generative trajectory’ (*le parcours génératif*) at the level of the discursive surface structure.

Cognitive *semiotics*, which accounts for the expressive activity in socio-cultural contexts, then constitutes a third generation of cognitive studies. Here is an example of this: *Deixis*, which consists in appealing to another, addressing the other and specifying the *enunciative mode* of this appeal – e.g. volitive, interrogative, instructive or affective – is a signifying gesture that is crucial to all communication and more fundamental than any other sign type; it is in fact the basis of the symbolic sign function.

Cognitively, the ‘invention’ of the deictic gesture increases the human capacity to direct attention entirely to *the attention of the other*, rather than to a referential object, and correlatively to call the attention of the other to our own.⁴

Here is my particular take on this: basically, this expressive phenomenon is dual and does not directly imply more than two subjects, but it becomes *triadic* by the superimposition of a third subject on it, who succeeds in turning his attention to the attention that the first subject brings to the attention of the second subject, by calling it: S3 → (S1 → S2); this is where a gesture freezes or

4 Cf. OAKLEY, Todd. **From Attention to Meaning**. Explorations in Semiotics, Linguistics, and Rhetoric. Bern: Peter Lang, 2009.

5 BENVENISTE, Émile. **Problèmes de linguistique générale**. Paris: Gallimard, 1966.

formalizes and becomes an autonomous impersonal symbolic sign, detached from the dual intersubjectivity, now transportable and susceptible of being learned by a community. Our personal pronouns – I, you, he, she, it, we, they... – are based on this triadic interplay of attentions, of which they are a trace. Émile Benveniste⁵ based his analysis of the representation of communicating subjects in language (*l'homme dans la langue*) on morphological personhood, which always is somehow related to deixis, like the demonstrative pronouns are.

Orgs. – Does our thought have a dialogical structure? Is communication a part of thinking?

PAaB – We are ‘thinking to ourselves’ when we experience a so-called stream of consciousness. Rather than a stream, it may be compared to a rhythmic sequence of musical phrases. In general, our thoughts are organised chunks of meaning and are already implicitly pre-addressed to some person we know – we get ideas *for* others; so thinking is intentional not only in the sense of being directed *at* something but also by being built *for* someone. This phenomenon is reflected in language. Relative clauses, for example, are uptakes or anticipations of the other’s thinking, and something similar can be shown to yield in all other cases of clausal embedding. Cleft sentences insist on an aspect of the uncleft idea which the addressee is supposed to not yet have got right – read a page of Jacques Lacan’s prose or seminar, and you will get my point. All argumentative prose is built sentence by sentence around implicit counterarguments. Even the

very predicative relation between subject and predicate is dialogical, I claim; one of these categorial entities – subject or predicate – is signed by the speaker, the other by the hearer. The dialogical phenomenon is, I think, closely related to the mental space structure in the mind: referring to the ‘Aarhus model’ (see below BRANDT; BRANDT, 2005),⁶ I now suggest to observe that one of the input spaces often ‘belongs to’ the first person, the other to the second person, whereas the relevance schema comes from an instance in the third person; so enunciation may be the direct building ground of all blending formations. But note that ‘dialogue’ could suggest that only first and second person instances are involved; third person instances are crucial to all stable symbolic functions. ‘Triologue’? (Esther Pascual’s suggestion.)⁷

Orgs. – An important theoretical contribution of your work in cognitive semiotics to cognitive linguistics and cognitive science was the “Aarhusian” version of blending theory (named so for it emerged at the Center for Semiotics that you directed at the University of Aarhus). What is the main difference between a semicognitive view of Blending and the theory proposed by Gilles Fauconnier and Mark Turner?

⁷ PASCUAL, Esther. *Imaginary Trialogues: Conceptual Blending and Fictive Interaction in Criminal Courts*. Utrecht: LOT Dissertation Series, n. 68, 2002.

⁶ BRANDT, Line; BRANDT, Per Aage. Making sense of a blend. A cognitive-semiotic approach to metaphor. *Annual Review of Cognitive Linguistics*, v. 3. Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins, 2005. See also BRANDT, Per Aage. *Spaces, Domains, and Meaning*. Essays in Cognitive Semiotics. Bern: Peter Lang, 2004.

PAaB – The cognitive theory of mental spaces and blending (Fauconnier and Turner)⁸ introduced the idea that we think by chunks of meaning more like scenarios than like objects. This is already an important step forward. These chunks, or mental spaces, can be rather independent semantically, but you can go from one such space to another by following the so-called ‘space-builders’, in fact *signifiers*, that are part of the scenarios, but linked to other spaces that they refer to, or in fact *signify*.

We can hold several mental spaces in our mind simultaneously, and these authors discovered that we often use that faculty in order to extract parts from the different spaces and project them into a space where they blend and form new meaning. This is the essential finding, and it is certainly important. Now, the Aarhus model takes three new steps forward: 1) it explicates the mental space where the input spaces come from: instead of being free-floating UFOs, they are themselves signified from the base space of a situated communication; 2) we build huge amounts of blends, and do so incessantly, but most of them collapse immediately due to their lack of *relevance* – a blend has to be stabilized by schematisms from base space – that is, from the current context – that can make a new construction meaningful in the situation of its production; 3) the processes of blending always takes place in networks, and these have a canonical format, which allows the construction of larger networks, and makes it possible for the addressee to complete and anticipate

8 Definitively formulated in FAUCONNIER, GILLES; TURNER, Mark. **The Way We Think**. New York: Basic Books, 2002.

the meaning of what is signified. A recent unfolding of this discussion is to be found in Line Brandt 2013.⁹

As she shows, with the introduction of the notion and the study of *enunciation*, semiotics – or rather semiolinguistics – makes an important contribution to the understanding of the intersubjective and social dimension of communication.

With the transformation of Mental Space and Blending Theory into a theory of cognitive processes *anchored* in semiotic base spaces, which determine signifying exchanges and their situational, emotional, institutional, social, cultural, phenomenological, cognitive, physiological and physical conditions, research has reached a new stage, I think. By the way, I would now reserve the term 'conceptual integration' for the integration of qualia into objects, objects into situations, situations into notions, notions into emotions – in the stratified *mental architecture* of meaning.¹⁰

Let me add that there is a strange incoherence in the Fauconnier-Turner ‘diamond’ model with its two input spaces, a generic space regulating the mappings, and the space of blending. This theory admits *multiple inputs*. But there is a problem with multiple input spaces. What happens to the mappings? So with four inputs, you already get six sets of possible dual interspace mappings, and therefore six generic spaces, in all eleven spaces, and a chaotic mess of ‘selective projections’ to the eleventh, the blend.

9 Cf. BRANDT, Line. **The Communicative Mind**. A Linguistic Exploration of Conceptual Integration and Meaning Construction. Cambridge: Cambridge Scholars, 2013.

10 BRANDT, Per Aage. **The Music of Meaning**. New Essays in Cognitive Semiotics, forthcoming 2014.

This chaos will never work in actual processes of blending in meaning production. Try five inputs: sixteen spaces..., and still no anchoring in any base space. What I think happens in our semantic processes is an open embedding of *formatted networks* into spaces in other *formatted networks*; most such networks – when multiple input spaces are connected – are of course not built online but preestablished and simply available. Such an ordered embedding will be as intelligible as the embedding of clauses in sentences.

Orgs. – With two university centers, at the universities of Lund and Aarhus, named after the discipline, cognitive semiotics seems to be a Scandinavian field par excellence. What do you see as the specificity of this field and its geographic and disciplinary future?

PAaB – The Scandinavian cultural area has a long tradition of double orientation, both Anglosaxon and ‘Euro-continental’. Philosophically, both analytical and hermeneutic-phenomenological. Contradictions are therefore frequent, sometimes violent, and often productive, in Nordic academia. In linguistics and literary studies, Russian and Czech formalism and French structuralism were strong here. The Linguistic Circle of Copenhagen, founded in 1931 by two great theoreticians, Viggo Brøndal and Louis Hjelmslev (who never agreed on anything theoretical), still exists and publishes its *Acta Linguistica Hafniensia*. In Sweden, the linguist Bertil Malmberg was an important inspiration for the leading figures now in Lund, such as visual semiotician Göran Sonesson. What about Finland and the Baltic countries,

where semiotics is high? I am curious and hopeful. – To me, Copenhagen has always been the hottest spot in the experimental scientific landscape; it is a place where the waves from Niels Bohr’s school may still be felt. Nevertheless, there is still no cognitive semiotics there, to my knowledge.¹¹ Its humanities stay, surprisingly enough, mainly deconstructive and postmodernist, and struggle as much with updating as do Paris, Liège, Bologna... A glorious past can generate a certain inertia in the present.

Orgs. – Considering your work as a poet, is there a point at which human nature can no longer be addressed by science and only art (poetry or music) is the only way to ask the relevant questions?

PAaB – Well, Cartesian science teaches us to study things both from the inside (as *res cogitans*) and from the outside (as *res extensa*): especially while studying expressive acts. So you will get the outside information from the semiotic functions that can be gathered from comparative observation, but this approach mostly favours the reception side of the process. The production side can only be approached from the inside, phenomenologically. Of course everyone speaks and knows what it is like to do so, but if you *write* – which is like speaking in extreme slow-motion – you will have a totally different experience. Poetry, which is indeed slow-motion writing, has

¹¹ The journal **Cognitive Semiotics**, created in 2007, in Cleveland, Ohio, and whose early co-editors included Ana Margarida Abrantes, Line Brandt, Todd Oakley and votre serviteur, is now in the hands of the groups at the universities of Lund and Aarhus.

always been my semiotic laboratory.

Meaning production in slow-motion is an invaluable experience; *translating poetry* is even more efficient as a 'window into' the laboratory of the mind. The fascinating thing about writing or translating poetry is that you are not 'thinking' in the ordinary sense of this word, you are listening inwards, and therefore you do not know where you are going; the only active operation left to you is that of eliminating what you don't want (and that is in itself a difficult question). Musicians also listen inwards and often have the impression to transmit, rather than to create. It is just like 'having an idea': we don't 'create' an idea, we just receive and have it, and secondly decide how welcome it is...

Research on the conscious mind and its content is very difficult, and in a sense more difficult than the sciences of physical nature, because looking and listening inwards is a very demanding exercise, inhibited by prejudices of all kinds. Poetry is a method for doing this, and *accounting for poetry in the making* would be the ideal method, but it is impossible; instead, we have different brands of cognitive poetics that try to catch up retrospectively. However, doing poetry or poetics requires a type and amount of semantic and emotional sensitivity that most good scientists and scholars do not have; semantic sensitivity can certainly be trained but only through a life-long process. The father of *Alice in Wonderland*, the mathematician Lewis Carroll, is a fine counter-example and teaches us a lesson: if you can keep up your infantile love of pure nonsense, you are on the right path towards meaning.

A mente comunicativa*

PER AAGE BRANDT

Tradução: Ana Margarida Abrantes

Per Aage Brandt foi o fundador e diretor do Centro de Semiótica da Universidade de Aarhus, na Dinamarca, onde ensinou durante trinta anos. Enquanto professor de ciências cognitivas na Case Western Reserve University, criou o Centro de Cognição e Cultura e dirigiu a equipa editorial da revista **Cognitive Semiotics**. Com inúmeras publicações nas áreas de semiótica, linguística, teoria da literatura e filosofia, publicou igualmente vários volumes de poesia. Nesta entrevista, Brandt combina a sua experiência de investigação e a sua perspectiva estética na abordagem de questões acerca da natureza e desenvolvimento da semiótica cognitiva, sobre pontes possíveis entre as ciências e as humanidades e, ainda, sobre o desafio de compreender a natureza humana.

Orgs. – O Senhor é um dos precursores da semiótica cognitiva, um campo que procura estudar os processos da mente humana através da análise de instâncias de significado, quer produzido, quer percebido. O que é exatamente a semiótica cognitiva?

PAaB – A ideia fundamental subjacente à semiótica cognitiva é que o estudo da mente humana, dos seus fundamentos neurofisiológicos e neuropsicológicos,

deve ser relacionado com o estudo do significado, desenvolvido no pensamento, na linguagem, na comunicação, nas práticas sociais, nas culturas e ao longo da história da nossa espécie ‘simbólica’, desde os estádios primordiais da nossa evolução semiótica. O que haviam sido as ambições do movimento intelectual dos estruturalistas nos anos sessenta transformou-se e ampliou-se naquilo que são as ambições da semiótica cognitiva no presente. Manteve-se a perspetiva de uma transformação das ‘ciências humanas’ num conjunto de estudos do significado, na sua condição corpórea, situacional, material, mas sempre relacionado com a mente que nos ‘habita’, com a atividade mental, o imaginário, a memória, as emoções, a lógica natural, a narrativa, a poética, a retórica, a estética – em suma, a semiótica, em todas as suas dimensões. O que torna a semiótica *cognitiva* é o facto de que ela já não considera o ‘discurso’ como a sua base ontológica, mas antes pretende ir mais além, analisando a arquitetura geradora de significado da mente humana e da consciência: a cognição. A forma como pensamos e sentimos é considerada na sua relação direta com a forma como significamos – para nós e para os outros. Tudo se torna diferente, nesta perspetiva. Assim, para mim, a semiótica cognitiva não é

* Entrevista realizada por Ana Margarida Abrantes, Sandra Cavalcante e André L. Souza (Orgs.).

uma especialidade como qualquer outra no campo das disciplinas, mas é antes uma trans-disciplina, ou mesmo uma in-disciplina, como recentemente sugeriu Paolo Fabbri¹ – porque ela questiona permanentemente o conhecimento local nos domínios que aborda.

Orgs. – Desde o debate lançado em 1959 por C. P. Snow sobre As Duas Culturas, houve várias tentativas de superar o fosso entre as ciências e as humanidades, na busca do conhecimento. No que respeita ao estudo da mente humana, será a semiótica cognitiva uma ponte possível? Qual é o seu lugar entre as ciências humanas e as ciências naturais?

PAaB – A contribuição cognitiva implica em particular uma abordagem nova sobre a velha questão da relação entre a natureza e a cultura na produção do significado.

O ser humano emerge biologicamente ao longo de uma evolução que inclui uma evolução semiótica, ou ‘simbólica’,² através da qual o *pensamento consciente*, um fenómeno neuronal que partilhamos com outros animais, começa a desenvolver espaços mentais autónomos e expressões articuladas destes, discretas e sintaticamente recombináveis, que nos permitem comunicar conteúdos referentes a situações tanto ausentes como presentes: estes espaços mentais são estruturas puramente semânticas, ‘teóricas’, mas ancoradas na situação concreta de comunicação. Como propõe o neuropsicólogo e filósofo

1 Comunicação oral no Seminário de Semiótica de Paris, 2013.

2 Cf. o biólogo Terrence Deacon, em sua obra *The Symbolic Species – The Co-evolution of Language and the Brain*. Nova Iorque e Londres: Norton, 1997.

Merlin Donald,³ este processo ocorre ao longo de fases diferentes, começando com os hominídeos (particularmente o *homo erectus*) e o seu reforço das competências miméticas (mímicas e gestuais), que permitem uma comunicação social mais ampla, quer técnica, quer emocional. Esta criação cultural reprograma, por assim dizer, a cognição – os processos conceptuais de categorização e esquematização, e ainda os processos agentivos e motores – para a comunicação, abrindo caminho à linguagem e às rotinas culturais, como a música ou a dança. Isto significa que as competências universais da nossa espécie são agora especificadas, ou seja, elas são ‘reescritas’ culturalmente. O significado desenvolvido culturalmente é, por isso, simultaneamente natural, pelas suas componentes conceptuais ‘universais’ subjacentes, e cultural, pelo seu perfil, ou seja, pelo uso específico e reescrito desses meios. Ao considerar estes dados ‘semiobiológicos’, evitam-se os dogmatismos respetivos, quer do culturalismo difuso (*fuzzy*), quer do universalismo tecnológico (*techie*) segundo Snow.

Orgs. – Como é que o estudo do significado contribui para a compreensão da natureza humana? Dito de outro modo, o que é que a semiótica contribui para este propósito?

PAaB – A semiótica saussuriana, baseada no signo linguístico, alinha-se claramente e até alegremente com as ciências humanas; de resto sem grande

3 Cf. *A Mind So Rare – The Evolution of Human Consciousness*. Nova Iorque e Londres: Norton, 2001.

dificuldade, quer enquanto análise crítica do discurso (político, por exemplo), quer como técnica descritiva no domínio da comunicação, tanto no campo estético como no comercial.

A semiótica pierciana classifica os sinais, ou antes tenta introduzir uma nota semiótica na filosofia analítica ou na biologia (biossemiótica). Pode dizer-se, em retrospectiva, que a semiótica ‘clássica’ mantém um perfil modesto na paisagem intelectual contemporânea, apesar de alguns avanços, e notavelmente o perfil de *uma única pessoa*: o brilhante ensaísta e romancista Umberto Eco. Sem a sua literatura, a semiótica não teria ultrapassado o muro de indiferença.

A semiótica cognitiva, por seu turno, herda naturalmente a ambição iluminista das *ciências* do Homem, uma ambição que ainda estava viva antes do desastre intelectual recente, e de resto desde o Racionalismo. A semiótica cognitiva ocupa-se do que é humano, ontologicamente, em todos os registos, a partir de todas as metodologias, as disponíveis e as que hão de vir.

As ciências humanas encontram-se presentemente numa estranha condição, após a devastação causada pelo desconstrucionismo franco-americano e pós-moderno. Parecem estar prestes a desmoronar-se pela falta de outra motivação que não a ideologia.

Nas ciências naturais, apesar dos sucessos recentes na física de partículas, tenho antes a impressão de que vivemos um período de estagnação teórica, quer na matemática, quer na física. Graças à intensificação da comunicação intercientífica, incrível do ponto de vista histórico, os resultados experimentais acumulam-se e tornam-se conhecidos globalmente a uma velocidade inebriante;

contudo, as sínteses estão ainda por fazer. Esperamos, em particular, o grande avanço das neurociências que seria a descoberta dos processos específicos por meio dos quais o cérebro produz a consciência, a imaginação, a memória representacional; saber *onde*, em termos anatómicos – numa dada rede celular – parece ocorrer esta produção, é interessante, mas não suficiente para saber *como* é que ela se processa. Como é que experienciamos o conteúdo mental como realidade que ocorre fora de nós, no mundo do nosso corpo? A experiência filosoficamente famosa de estar-no-mundo (*being-in-the-world*) deve-se provavelmente a uma projeção fabulosamente complexa nas fontes dos nossos dados sensoriais.

A neurobiologia da cognição é evidentemente um domínio que afeta primariamente a psicologia e a psiquiatria (e, porque não, a psicanálise), mas é igualmente de interesse para todas as disciplinas que estudam as relações entre o corpo, a linguagem, e a vida intelectual e emocional. Dado tratar-se de um interesse particularmente sensível, há uma preocupação ética que se coloca e que continuará a colocar-se de forma mais intensa: quais são os benefícios e os maus usos possíveis relacionados com a aplicação de tal conhecimento? Iremos assistir a uma ciência natural normativa (porque inerentemente ética, de certa forma) pela primeira vez na história das ideias? Neste caso, a semiótica cognitiva articula-se sem grande dificuldade com o novo paradigma neurocientífico, dado que a sua posição e as suas tarefas estão já situadas neste campo, comparável à posição clássica da medicina (desde logo normativa e eticamente comprometida).

Orgs. – Este número da revista *Scripta* tem o título: Linguagem, Discurso e Cognição. Do seu ponto de vista, como é que a semiótica cognitiva se relaciona com a linguística cognitiva?

PAaB – O ‘cognitívismo’ de primeira geração era simbólico, no sentido em que se supunha que a mente funcionava pelo encadeamento de símbolos abstratos. A máquina de computação de Alan Turing – o pai dos computadores programáveis modernos – era entendida como uma boa metáfora para representar os processos reais do pensamento humano (porque ela ‘calculava’). Nessa altura, a semiótica correspondente seria a de máquinas de cálculo, em particular os robôs (Luc Steels): uma semiótica de máquinas. De resto, continua viva e de boa saúde. Podemos relacionar a linguística de Noam Chomsky com esta primeira geração, no sentido de uma correspondência entre a sua teoria simbólica de uma sintaxe generativa e a ideia ‘cognitivista’ do significado. A semiótica, europeia ou americana, era igualmente ‘simbolista’, porque considerava o signo linguístico (a palavra) como um símbolo, nada mais, e a sintaxe como um mecanismo linear comparável a uma equação. Hoje percebemos que esta concepção é insuficiente para dar conta dos processos sintáticos reais.

A segunda geração cognitivista, nos anos setenta e oitenta, por seu turno, admite representações *icónicas*, especialmente sob a forma de metáforas e de categorias não definidas, constituídas através de protótipos. Ela admite ainda a existência de uma semântica esquematizante, feita de diagramas mentais parcialmente simbólicos, parcialmente icónicos

(Lakoff, Langacker, Talmy, Sweetser), começando, assim, a surgir uma *sintaxe semântica* de categorias esquematizadas. Esta versão é, naturalmente, compatível com a semântica estrutural da École de Paris, ainda que esta relação nem sempre seja reconhecida; a correlação especial, ou antes o paralelismo, entre as escolas americana e francesa, por exemplo na análise da semântica modal (o significado de verbos e substantivos modais), deu lugar ao desenvolvimento de uma *semiótica dinâmica* na Dinamarca nos anos oitenta. Contudo, as ciências cognitivas continuaram centradas no significado atribuído à percepção, não tendo ainda reconhecido a importância do significado na comunicação intersubjetiva, social, ou seja, a cognição corporealizada (*embodied*) no elemento social. Deixara na sombra a dimensão pragmática da cognição, uma dimensão que em Greimas, por exemplo, surge no modelo da chamada ‘trajetória generativa’ (*le parcours génératif*) ao nível de superfície discursiva.

A *semiótica* cognitiva, que se ocupa da atividade expressiva em contextos socioculturais, constitui assim uma terceira geração de estudos cognitivos. Vejamos um exemplo disso: a dêixis, que consiste em apelar a um outro, em dirigir-se a ele e especificar o modo enunciativo deste apelo – por exemplo, volitivo, interrogativo, instrutivo ou afetivo – é um gesto significante crucial a toda a comunicação e mais fundamental do que qualquer outro tipo de signo; é, na verdade, a base da função simbólica do signo.

Em termos cognitivos, a ‘invenção’ do gesto deítico aumenta a capacidade humana de dirigir a atenção inteiramente para a *atenção do outro*, em vez de para

um objeto referencial, e inversamente, de chamar a atenção do outro para a nossa.⁴

Esta é a minha perspectiva pessoal sobre isto: ainda que este fenómeno expressivo seja dual e não implique diretamente mais do que dois sujeitos, torna-se triádico pela sobreposição de um terceiro elemento, que consegue orientar a sua atenção para a atenção que o primeiro sujeito leva à atenção do segundo, ao chamá-lo: $S3 \rightarrow (S1 \rightarrow S2)$; é aqui que o gesto se fixa ou formaliza e se torna um signo simbólico impessoal e autónomo, desligado da intersubjetividade dual, agora transportável e suscetível de ser aprendido por uma comunidade. Os pronomes pessoais – *eu, tu ele, ela, nós, eles...* – baseiam-se neste jogo triádico de atenções, do qual são um vestígio. Na sua análise da representação de sujeitos em comunicação na linguagem, Émile Benveniste⁵ baseou-se na pessoa morfológica, que está sempre de certa forma relacionada com a dêixis, tal como estão também os pronomes pessoais.

Orgs. – O nosso pensamento tem uma estrutura dialógica? A comunicação faz parte do pensamento?

PAaB – Nós ‘pensamos para nós mesmos’ quando experienciamos a chamada corrente de pensamento (*stream of consciousness*). Em vez de uma corrente, pode comparar-se esta experiência a uma sequência rítmica de frases musicais. Em geral, os nossos pensamentos são

parcelas organizadas de significado e são implicitamente pré-dirigidas a uma pessoa que conhecemos – temos ideias *para* os outros; assim, o pensamento é intencional não apenas no sentido de ser dirigido *a* alguma coisa, mas também por ser construído *para* alguém. Este fenómeno reflete-se na linguagem. As orações relativas, por exemplo, são o retomar ou a antecipação do pensamento do outro, e algo semelhante ocorre em todos os outros casos de subordinação sintática (*clausal embedding* ou integração de orações). As frases clivadas insistem num aspeto da ideia não clivada que o interlocutor supostamente ainda não entendeu – ler uma página da prosa de Jacques Lacan é suficiente para perceber o que quero dizer. Toda a prosa argumentativa é construída frase por frase em torno de contra-argumentos implícitos. Afirmaria mesmo que até a própria relação predicativa entre sujeito e predicado é dialógica; uma destas entidades categoriais – sujeito ou predicado – é assinada pelo falante, a outra pelo ouvinte.

O fenómeno dialógico está, a meu ver, intimamente relacionado com a estrutura de espaços mentais na mente: refiro-me ao “modelo de Aarhus” (veja-se adiante BRANDT; BRANDT, 2005).⁶

Sugeriria que se observasse que um dos espaços de entrada (*input spaces*) frequentemente ‘pertence’ à primeira pessoa e o outro à segunda pessoa,

4 Cf. OAKLEY, Todd. **From Attention to Meaning**. Explorations in Semiotics, Linguistics, and Rhetoric. Bern: Peter Lang, 2009.

5 BENVENISTE, Émile. **Problèmes de linguistique générale**. Paris: Gallimard, 1966.

6 BRANDT, Line; BRANDT, Per Aage. Making sense of a blend. A cognitive-semiotic approach to metaphor. **Annual review of Cognitive Linguistics**, v. 3. Amsterdão e Filadélfia: John Benjamins, 2005. Veja-se ainda BRANDT, Per Aage. **Spaces, Domains, and Meaning**. Essays in Cognitive Semiotics. Berna: Peter Lang, 2004.

enquanto o esquema de relevância vem de uma instância na terceira pessoa; assim, a enunciação pode bem ser o terreno direto de construção de todas as formações de integração conceptual. Note-se, porém, que o ‘diálogo’ pode sugerir que apenas a primeira e a segunda pessoas estão envolvidas; as instâncias de terceira pessoa são cruciais para todas as funções simbólicas estáveis. ‘Triálogo’? (A sugestão é de Esther Pascual).⁷

Orgs. – Um contributo importante do seu trabalho em semiótica cognitiva para a linguística cognitiva e as ciências cognitivas foi a versão “de Aarhus” da teoria da integração conceptual ou *blending* (assim designada por ter tido origem no Centro de Semiótica de que foi Diretor na Universidade de Aarhus). Qual é a principal diferença entre a visão semiocognitiva da integração conceptual e a teoria proposta por Gilles Fauconnier e Mark Turner?

PAaB – A teoria cognitiva dos espaços mentais e da integração conceptual (Fauconnier e Turner)⁸ apresentou a ideia de que pensamos em parcelas de significado, mais como cenários do que como objetos. Este é já um passo muito importante. Estas parcelas, ou espaços mentais, podem ser bastante independentes, do ponto de vista semântico, mas é possível ir de um destes espaços para outro seguindo os chamados ‘geradores de espaços’ (*space-builders*), na realidade *significantes* que

são parte dos cenários, mas ligados a outros espaços aos quais se referem, ou que na realidade *significam*.

Podemos manter vários espaços mentais na nossa mente em simultâneo, e estes autores descobriram que usamos muitas vezes essa capacidade para extrair partes dos diferentes espaços e para as projetar para um outro espaço onde se integram e formam um novo significado. Esta é a descoberta essencial e é certamente importante. A partir dela, o modelo de Aarhus avança três novos passos: 1) explicita o espaço mental de onde surgem os espaços de entrada (*input spaces*): em vez de OVNIs à deriva, estes espaços são eles próprios significados a partir do espaço de base de uma comunicação situada; 2) construímos grandes quantidades de integrações ou *blends* e fazemo-lo incessantemente, mas a maior parte desmorona-se imediatamente devido à sua falta de relevância – um *blend* tem de ser estabilizado por esquematismos a partir do espaço de base, isto é, do contexto presente – que pode tornar uma nova construção significativa na situação da sua produção; 3) os processos de integração ocorrem sempre em redes, e estas têm um formato canónico que permite a construção de redes maiores, possibilitando ao destinatário completar e antecipar o sentido do que é assim significado. Um desenvolvimento recente desta discussão pode ser visto em Line Brandt, 2013.⁹ Como a autora demonstra, através da introdução da noção e do estudo da enunciação, a semiótica – ou antes, a semiolinguística – dá um contributo importante para a compreensão da dimensão intersubjetiva e social da comunicação.

7 PASCUAL, Esther. **Imaginary Dialogues: Conceptual Blending and Fictive Interaction in Criminal Courts.** Utrecht: LOT, 2002.

8 Na sua formulação definitiva, em FAUCCONNIER, Gille; TURNER, Mark. **The Way We Think.** Nova Iorque: Basic Books, 2002.

Com a transformação da Teoria dos Espaços Mentais e da Integração Conceptual numa teoria dos processos cognitivos ancorados em espaços de base semióticos, que determinam as interações significantes e as suas condições situacionais, emocionais, institucionais, sociais, culturais, fenomenológicas, cognitivas, fisiológicas e físicas, a investigação alcançou uma nova etapa, creio.

A propósito, eu reservaria agora a designação “integração conceptual” para a integração de *qualia* em objetos, objetos em situações, situações em noções, noções em emoções – na *arquitetura mental* estratificada do significado.¹⁰

Devo ainda acrescentar que há uma incoerência estranha no modelo de ‘diamante’ de Fauconnier e Turner, com os seus dois espaços de entrada, um espaço genérico que regula os mapeamentos e o espaço de integração ou *blending*. Esta teoria admite espaços múltiplos. Mas há um problema com múltiplos espaços de entrada. O que acontece aos mapeamentos? Assim, com quatro espaços *input* é já possível obter seis conjuntos de mapeamentos duais entre espaços, e por isso seis espaços genéricos, ao todo onze espaços (4 + 6 + 1), e uma confusão caótica de ‘projeções seletivas’ para o décimo primeiro, o *blend*. Este caos não funcionará em processos reais de integração na produção de significado. Experimentem-se cinco *inputs*: dezasseis espaços..., e ainda sem

9 Cf. BRANDT, Line. **The Communicative Mind**. A Linguistic Exploration of Conceptual Integration and Meaning Construction. Cambridge: Cambridge Scholars, 2013.

BRANDT, Per Aage, **The Music of Meaning**. New Essays in Cognitive Semiotics, a sair em 2014.

qualquer ancoragem num espaço de base. O que penso que acontece nos nossos processos semânticos é uma integração aberta de redes formatadas em espaços em outras redes formatadas; grande parte destas redes – quando múltiplos espaços de entrada estão ligados – não são naturalmente construídas *online*, mas antes preestabelecidos e estão simplesmente disponíveis. Uma integração assim organizada será tão inteligível como a integração de orações em frases.

Orgs. – Com dois centros nas universidades de Lund e Aarhus que têm o nome da disciplina, a semiótica cognitiva parece ser um campo escandinavo por excelência. O que considera ser a especificidade deste campo e o seu futuro geográfico e disciplinar?

PAaB – A área cultural escandinava tem uma longa tradição de orientação dupla, tanto anglo-saxónica como ‘continental europeia’. Do ponto de vista da filosofia, tanto analítica como hermenêutico-fenomenológica. Assim, as contradições são frequentes, por vezes violentas e muitas vezes produtivas na academia nórdica. Na linguística e nos estudos literários, o formalismo russo e checo e o estruturalismo francês foram aqui muito fortes. O Círculo de Linguística de Copenhaga, fundado em 1931 por dois grandes teóricos, Viggo Brøndal e Louis Hjelmslev (que nunca concordaram em nada, no que respeita à teoria) ainda existe e publica a sua *Acta Linguistica Hafniensia*. Na Suécia, o linguista Bertil Malmberg foi uma importante inspiração para as figuras agora na liderança, como o semiótico visual Göran Sonesson. E quanto à Finlândia e aos países bálticos, onde a

semiótica está em alta? Tenho curiosidade e esperança. Para mim, Copenhaga sempre foi o lugar fulcral na paisagem científica experimental; é um lugar onde ainda se sentem as ondas da escola de Niels Bohr. Contudo, não há ali ainda semiótica cognitiva, tanto quanto sei. As humanidades de Copenhaga mantiveram-se, surpreendentemente, sobretudo desconstrucionistas e pós-modernistas, e lutam com a atualização, tal como em Paris, Liège, Bolonha... Um passado glorioso pode gerar uma certa inércia no presente.

Orgs. – Considerando o seu trabalho como poeta, há um momento em que a natureza humana já não pode ser abordada pela ciência, e em que a arte (a poesia ou a música) se torna a única forma de colocar as questões relevantes?

PAaB – Bem, a ciência cartesiana ensinamos a estudar as coisas tanto a partir de dentro (como *res cogitans*), como a partir de fora (como *res extensa*): especialmente ao estudar os atos expressivos. Assim, obtém-se a informação exterior das funções semióticas a partir da observação comparativa, mas esta abordagem é mais favorável ao lado da recepção do processo. O lado da produção só pode ser abordado por dentro, fenomenologicamente. Claro que toda a gente diz e sabe como é fazê-lo, falar, mas se *escrevermos* – e escrever é como falar em câmara lenta – teremos uma experiência totalmente diferente. A produção de significado em câmara lenta

11 A revista **Cognitive Semiotics**, criada em 2007, em Cleveland, Ohio, e cujos coeditores incluíam inicialmente Ana Margarida Abrantes, Line Brandt, Todd Oakley e editores convidados pontuais, é agora dirigida pelos grupos de semiótica cognitiva das universidades de Lund e Aarhus.

é uma experiência inestimável; *traduzir poesia* é ainda mais eficiente como ‘janela para’ o laboratório da mente.

O que é fascinante com relação a escrever ou traduzir poesia é que, ao fazê-lo, não estamos ‘a pensar’, no sentido comum do termo; estamos a escutar para dentro, e por isso não sabemos para onde vamos. A única operação ativa que resta é eliminar o que não queremos (e esta é, por si só, uma questão difícil). Os músicos também escutam para dentro e têm muitas vezes a impressão de estarem a transmitir, em vez de criar. É como ‘ter uma ideia’: não ‘criamos’ uma ideia, simplesmente a recebemos e temos, e só depois decidimos se é bem-vinda...

A investigação sobre a mente consciente e o seu conteúdo é muito difícil, e em certo sentido mais difícil do que as ciências da natureza física, porque olhar e escutar para dentro é um exercício muito exigente, inibido por todo o tipo de preconceitos. A poesia é um método para o fazer, e dar conta *online* do processo de criação de poesia seria o método ideal, mas é impossível; em vez disso, temos vários tipos de poética cognitiva que tentam recuperar este processo retrospectivamente. Contudo, fazer poesia ou poética requer um tipo e uma quantidade de sensibilidade semântica e emocional que a maioria dos bons cientistas não tem; a sensibilidade semântica pode seguramente treinar-se, mas apenas através de um processo ao longo da vida. O pai de *Alice no País das Maravilhas*, o matemático Lewis Carroll, é um bom contraexemplo e ensina-nos uma lição: se conseguirmos manter o nosso amor infantil ao absurdo (*nonsense*) puro e simples, estaremos no caminho certo para o significado.

BRANDT, Line. **The communicative mind**: a linguistic exploration of conceptual integration and meaning construction. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars, 2013. 636 p.

A mente comunicativa: uma análise linguística da integração conceptual e da construção de sentidos

Josiane Militão*

A investigação linguística tem se pautado pela necessidade de levar em conta, em suas concepções teóricas e metodológicas, a dimensão multifacetada de seu objeto. A complexidade da linguagem, como um fenômeno do mundo natural, em que estão em jogo aspectos fenomenológicos, biológicos, psíquicos, cognitivos e sociais de um sujeito que a constrói e que nela se constrói para viver, exige do linguista a tarefa de, em seu trabalho investigativo, dialogar com outras áreas do conhecimento.

Com a preocupação de considerar o sujeito e, principalmente, a “harmonização com o outro” como o cerne da linguagem, Line Brandt investiga, em uma perspectiva interdisciplinar, a subjetividade na enunciação, com ênfase no processo de construção de sentidos, na estruturação e na troca de signos linguísticos. Nessa perspectiva, a pesquisadora entende que linguagem e cognição estão inerentemente imbricadas no intercâmbio das interações discursivas, em que um enunciador se dirige a um enunciatário ao compartilhar mutuamente a atenção. Brandt instaura seus estudos na área da Semiótica Cognitiva e neles incorpora o paradigma das Ciências Cognitivas das últimas décadas: o fato de que a cognição humana é fundamentalmente social.

A obra **The communicative mind**: a linguistic exploration of conceptual integration and meaning construction, lançada por Line Brandt pela Cambridge Scholars, em 2013, explora várias formas de manifestação da subjetividade na enunciação por meio de uma pesquisa que articula Ciências Cognitivas, Filosofia, Psicologia, Fenomenologia, Linguística, Semiótica e Estudos Literários.

* Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Texto vinculado ao Projeto: Uma visão integrada da cognição humana: corpo/significação, cérebro, mente e linguagem, financiado pela FAPEMIG (SHA APQ 00121/10).

Brandt deixa claro que não há como analisar a linguagem sem levar em conta sua dimensão fenomenológica e traz significativa contribuição ao utilizar dados naturais em suas análises (instâncias de uso da linguagem, oral e escrita, literária e não literária), opção não muito comum nas pesquisas em Linguística Cognitiva. Essa escolha requer um estudo sob um olhar multidisciplinar, mas seu percurso acadêmico lhe permite e lhe autoriza examinar e articular pressupostos teórico-metodológicos de áreas as mais diversas, o que faz com posicionamento crítico e rigorosa preocupação científica.

Line Brandt é doutora em Semiótica Cognitiva pela Universidade de Aarhus, na Dinamarca, e mestre em Filosofia e Inglês. Pesquisadora, professora, editora de obras literárias e acadêmicas, é também tradutora de textos da área de Teoria da Literatura e de textos literários, incluindo-se a Poesia Cognitiva. Suas pesquisas acadêmicas concentram-se, por outro lado, em Linguística Cognitiva, Semiótica Cognitiva e Filosofia.

The communicative mind é uma obra de fôlego, resultante de extensa e cuidadosa pesquisa de doutoramento da autora, realizada na Universidade de Aarhus sob a orientação de Steven Ostergaard, finalizada em 2010. A extensão e o esmero da pesquisa são revelados não somente pelo volume da obra (636 páginas), mas também pela cuidadosa atenção dada aos conceitos, pressupostos ou premissas que compõem e/ou subjazem a seus estudos. A linguista os explora por meio de uma análise, por vezes diacronicamente organizada, das pesquisas publicadas sobre o assunto, em várias áreas do conhecimento. Ora no corpo do texto, ora em longas notas de rodapé, preocupa-se em descrever e comparar as premissas básicas de cada abordagem, na medida em que colaboram ou se opõem aos conceitos ou pressupostos assumidos em sua pesquisa.

O livro estrutura-se em quatro partes, que podem ser lidas em sequência ou separadamente. Na primeira, a autora apresenta os propósitos do trabalho e trata da enunciação e dos aspectos da subjetividade na construção dos significados. Na segunda, da interação fictiva por via de uma retomada crítica da Teoria da Integração Conceptual – TIC – (FAUCONNIER; TURNER, 2002) e, a partir dela, apresenta um modelo de integração conceptual que descreve o processo de construção de sentidos em uma perspectiva semiótica. Na terceira e última parte, a pesquisadora preocupa-se em aplicar o modelo semiótico de integração conceptual na análise da construção de sentidos no texto literário e também em analisar estratégias enunciativas utilizadas na poesia cognitiva, ao que denomina enunciação poética.

Na introdução do livro, a autora apresenta os fundamentos de sua pesquisa e seus pressupostos teóricos e metodológicos, descrevendo os parâmetros a partir dos quais irá desenvolver seu trabalho: as premissas básicas da Semiótica Cognitiva, descritas pelo Grupo de Semiótica Cognitiva da Universidade de Aarhus, fundado em 2001 por Per Aage Brandt¹ e vários colaboradores.

Nesse primeiro momento, Line Brandt promete elaborar uma metodologia analítica que considera fatores pragmáticos da enunciação e da produção de enunciados como características nucleares da linguagem e como fundamentais para a teorização e a análise linguística (BRANT, 2013, p. 3). Ressalta os benefícios de analisar unidades de significados em seu contexto retórico e de trabalhar preferencialmente com dados naturais.

A pesquisadora retoma vários autores que orientam seus estudos pela dimensão social da linguagem para justificar suas escolhas e dá especial voz a Benveniste, ao abordar a presença do homem na linguagem. Para Brandt, a função referencial da linguagem parece ser secundária à ação enunciativa de se dirigir a outra pessoa: no cerne da linguagem está a harmonização com o outro (BRANDT, 2013, p. 5).

Brandt admite que essa premissa impõe aos pesquisadores da linguagem uma série de desafios a crenças amplamente aceitas, como a da primazia do domínio físico para a produção de sentidos. A semioticista finaliza essa parte introdutória da obra reforçando o foco e o objetivo de seu trabalho, que é esclarecer o papel da fictividade (*fictivity*), ou não realidade (*non-actuality*), na representação e identificar diversos aspectos da subjetividade na produção de sentidos como manifestações linguísticas de mentes que interagem.

Se, por um lado, o leitor de **The communicative mind** é brindado com o tratamento de variadas facetas da produção de sentidos, como aponta a autora, ressentindo-se, por outro lado, da falta de uma maior articulação entre os diversos objetos apresentados para estudo (subjetividade, enunciação, fictividade, enunciação poética). Considerar o fenômeno linguístico em sua complexidade é um mérito, mas o leitor mais atento e que se interessa pela obra como um todo pode buscar uma maior correlação entre as análises realizadas. A obra se revela mais como resultado de um programa de pesquisa do que de uma pesquisa de doutoramento propriamente dita. Ao que parece, identificam-se três pesquisas naquela que é apresentada como única: uma sobre a fictividade, outra sobre a integração conceptual (sua aplicação à análise de textos literários) e outra sobre a enunciação poética naquilo que denomina poesia cognitiva. Obviamente todas

¹ Line Brandt faz várias referências aos trabalhos do pai, o semioticista Per Aage Brandt. Para fins de distinção, doravante Per Aage Brandt será referido como “P. A. Brandt”, e Line Brandt, como “Brandt”.

estão inscritas em uma perspectiva que busca revelar a marcante presença da (inter)subjetividade no processo de produção de sentidos decorrente da interação enunciativa, o que parece ser o fio condutor que as tece em uma coerência argumentativa.

Na primeira parte da obra, em um capítulo único, são descritos os aspectos da subjetividade na construção do significado no discurso sob a ótica da Teoria da Enunciação, de Benveniste (1971). Brandt faz uma introdução à enunciação e uma discussão sobre sua relevância para os estudos linguísticos e literários. A linguista estabelece uma relação entre a enunciação e várias formas de uso criativo da linguagem, identificando traços de subjetividade de mentes interactantes na ficção, na poesia e na criatividade do dia a dia, sempre atenta à coerência de seu método de análise, que é sensível tanto a aspectos do uso da língua como à articulação entre semântica e conceptualização.

A enunciação é, na obra, tratada como “ato individual de produção da linguagem, em um dado contexto situacional, que se manifesta estruturalmente e pragmaticamente carregado de intenções e cujo significado é dependente da interação” (BRANDT, 2013, p. 47). A enunciação está sempre inscrita em uma subjetividade particular, e é sempre um ato desempenhado por um falante que estabelece relação com outro, ou seja, a subjetividade é inerente à gramaticalização.

A autora busca demonstrar marcas da subjetividade manifestadas em aspectos enunciativos da interação discursiva. Subjetividade, para ela, em consonância com Benveniste é: “a capacidade do falante de se posicionar como um ‘sujeito’” (BENVENISTE, 1971, p. 224) e se diferencia do ponto de vista, que é “o enquadramento que a subjetividade da mente realiza de conteúdo proposicional, implícito ou explícito” (BRANDT, 2013, p. 63). Na enunciação estão em jogo vários pontos de vista encaixados.

A partir dessas definições e, utilizando a tipologia de pontos de vista baseada em forças epistêmicas e experienciais (BRANDT, 2004), a pesquisadora faz um pequeno exercício de análise para ilustrar como vários pontos de vista podem estar relacionados em uma situação de enunciação. Line Brandt discorda da convergência estabelecida por P. A. Brandt entre os conceitos de enunciação e de ponto de vista e também questiona a regularidade da relação proporcionalmente inversa que ele apresenta entre a força experiencial (subjetiva) e a epistêmica (objetiva). Além disso, desconfia, na tipologia proposta por P. A. Brandt, da natureza do “ponto de vista olímpico”. Na perspectiva adotada por Line Brandt, voltada para o sujeito, para a subjetividade, não se pode sequer cogitar a possibilidade de atribuir um *status* de verdade inquestionável a um ponto de vista. A semioticista propõe que este seja

considerado o “ponto de vista de ninguém”, impessoal, mas sempre inscrito no ponto de vista editorial de um sujeito enunciador de primeira pessoa, uma subjetividade outra que não a do falante.

Assumindo a perspectiva de que a licença poética permite que a enunciação ficcional se diferencie bastante do endereçamento e da força epistêmica “comuns” na voz do narrador onisciente (BRANDT, 2013, p. 77), Brandt analisa a enunciação encaixada (*embedded enunciation*). A partir daí, descreve o sujeito editorial, que é aquele que organiza os significados, sem participar de sua construção, sem experienciá-los, mas que se constitui em um “eu” da enunciação. Busca em Talmy (2000) a noção de endereçamento para esclarecer essa função do sujeito editorial. Quer seja na enunciação natural quer na literária, o sujeito editorial é aquele “sujeito enunciativo, singular ou plural, que é a fonte em que se encaixam todos os outros pontos de vista. (...)” (BRANDT, 2013, p. 88). Conclui esse primeiro capítulo com a convicção de que a interação intersubjetiva é primária e fundamental para a linguagem e de que a função referencial, embora seja um componente crucial, é secundária à reciprocidade comunicativa.

A segunda parte, a mais extensa de todas, é subdividida em dois capítulos. O primeiro deles, capítulo dois, é dedicado a uma crítica à abordagem da Linguística Cognitiva ao fenômeno da interação fictiva, “tipicamente manifestada na forma de um enunciado imaginado cuja ‘não realidade’ (*non-actuality*) é marcada gramaticalmente e acompanhada, na língua falada, por alterações entoacionais e outros índices gestuais expressivos” (BRANDT, 2014, p. 116). Nas construções fictivas, utilizamos a dramatização como uma importante estratégia representacional. Para a pesquisadora, do ponto de vista semiótico-cognitivo, o único tipo de fictividade relevante é a fictividade representada: “fictividade do ponto de vista de um conceptualizador ou de um grupo de conceptualizadores que se comunicam (BRANDT, 2013, p. 130).” Os interactantes representam os fatos como se fossem reais, as entidades na fictividade são específicas, mas são revestidas de uma descrença por parte do enunciador.

Brandt baseia-se em Pascual (2006) para analisar o fenômeno da interação fictiva, já que seus estudos revelam um quadro teórico bastante compatível com a abordagem semiótica. Aponta, porém, duas distinções entre sua proposta e a de Pascual: i) uma distinção de natureza conceitual, porque a semioticista diferencia enunciação pessoal (ligada a um sujeito específico) de enunciação genérica (o enunciador é apresentado de forma genérica, sem especificação); ii) outra, mais importante, de natureza ontológica e, portanto, metodológica. Para ela, a TIC e a noção de espaços mentais não são tão úteis para analisar o fenômeno, como considera o pesquisador

(BRANDT, 2013, p. 108). Para Brandt, a operação de integração conceptual não é a melhor forma de explicar a interação fictiva representada metonimicamente, como considera Pascual (2006). Por outro lado, para análises que considerem a integração semiótica, a teoria se mostra vantajosa porque possibilita, do ponto de vista cognitivo, representar o fenômeno da interação fictiva de maneira clara por meio de diagramas.

Neste ponto julgo importante ressaltar uma opção teórico-metodológica da autora, que não se acanha em percorrer diversos quadros teóricos, criticá-los, descrever suas potencialidades e fragilidades para a análise do objeto em questão, e aplicar os pressupostos teóricos e metodológicos mais profícuos para suas análises. Brandt relativiza a aplicação de um dos princípios básicos da Teoria da Integração Conceptual, que é exatamente o pressuposto de que todo processo de produção de sentidos dá-se por meio da operação básica de integração conceptual, fatorada nas operações de identidade, integração e imaginação. Fauconnier e Turner as descrevem como “básicas, misteriosas, poderosas, complexas e quase sempre inconscientes e estão no cerne do significado mais simples possível” (FAUCCONNIER; TURNER, 2002, p. 6). Assim, todo e qualquer processo de produção de sentidos pode e deve ser explicado por meio da integração conceptual, inclusive a interação fictiva por via da metonímia. Relativizar a aplicação desse princípio que, segundo os próprios autores, é a chave para todo e qualquer processo de produção de sentidos requer, no mínimo, que tenhamos argumentos filosófica, semiótica e linguisticamente bastante fortes e convincentes, e Line Brandt realiza esse movimento com muita competência e rigor, apontando a quebra de paradigma dos trabalhos de Talmy e Langacker, em particular, que colocaram em cena o sujeito conceptualizador. Distingue os diferentes usos de fictividade, descritos por esses pesquisadores, e conclui que os efeitos da subjetividade humana são ubíquos na linguagem, e a virtualidade é fonte básica e fundamental na representação. A fictividade é um fenômeno de subjetividade, centrado no conceptualizador que enuncia, e o mais notável é o engajamento natural, sem esforço, da cognição virtual na construção do significado.

O capítulo seguinte, número três, é considerado pela autora “um livro dentro do livro”. Isso porque pode ser lido de maneira isolada pelo leitor interessado na Teoria da Integração Conceptual, proposta por Fauconnier e Turner (2002). Ainda analisando o fenômeno da interação fictiva, Brandt faz uma crítica bastante contundente à TIC ao colocar em debate seu escopo e a aplicabilidade de suas premissas básicas, incorporando a esta noções de Semiótica (estrutura dos signos) e da Teoria da Enunciação (instância enunciativa), que considera indispensáveis aos estudos do significado na comunicação humana e discutindo as implicações teóricas

dessa incorporação. Com o estudo da relação entre premissas desses quadros teóricos, pretende entender o papel da subjetividade na representação e identificar maneiras pelas quais o sujeito da enunciação se manifesta nos enunciados.

Ao tratar da abrangência e da propriedade das análises realizadas na Teoria da Integração Conceptual, a semioticista apresenta suas potencialidades. Pondera que, apesar de partir de uma visão tradicional da semântica, que “localiza o significado fora da mente humana” (BRANDT, 2013, p. 200), Fauconnier (1994), ao definir espaços mentais, acentua o lugar natural de suas configurações no discurso. Embora sejam realizadas análises lógicas e descritivas de sentenças por vezes descontextualizadas, a TIC foi projetada para lidar com fenômenos naturais da linguagem. Segundo a linguista, a teoria constitui-se em fonte de inspiração para estudos de objetos de campos os mais diversos, como a computação, a matemática, os estudos jurídicos, os estudos da linguagem de sinais, da tecnologia, da religião, do humor, da música e da criatividade literária. A vantagem da TIC, segundo Brandt, é que ela é profícua para entender os processos cognitivos da interpretação semântica sem invocar a lógica reversa como um fator para explicar o significado interpretado, que não dá conta de fenômenos como a metáfora, por exemplo.

Por outro lado, para ela, nesse quadro teórico, as noções básicas são dadas como aceitas, sem uma descrição de prós ou contras de sua aplicação para análise de fenômenos específicos. Somado a isso, os termos são aplicados de maneira abrangente, como que para prevenir uma apreensão clara de seu significado, e, conseqüentemente, evitar um questionamento sobre sua eficácia no avanço da compreensão científica. Isso vale, segundo ela, infelizmente, também para a noção de “integração conceptual” (BRANDT, 2013, p. 324). Nesse sentido, como se pode perceber, de maneira corajosa e altiva, a pesquisadora não poupa críticas à teoria, discutindo seus pressupostos filosóficos. Elejo aqui aquelas que considero mais marcantes e que inovam ao proporem uma releitura dos princípios básicos da TIC.

Para Brandt, não estão claros os critérios pelos quais construímos os espaços mentais. A noção de *space builder* (construtor de espaço), proposta por Fauconnier e Turner, apoiada em elementos linguísticos formais, não a convence, pois, segundo ela, não se consideraram, de maneira sistemática, os vários aspectos relevantes para a organização conceptual que nos levam a construir espaços (principalmente os pragmáticos, situacionais). Nesse sentido, há dificuldades para se determinar o conteúdo dos espaços. A determinação de parâmetros para a “escolha” do conteúdo dos espaços é absolutamente necessária, pois é improvável que fôssemos capazes de nos comunicar se a estrutura dos espaços variasse radicalmente de falante para falante.

Além disso, o pressuposto de que há uma propensão para a propagação descontrolada de espaços parece, em sua perspectiva, problemática, tanto do ponto de vista filosófico quanto prático, metodológico (BRANDT, 2013, p. 212). Isso porque os autores propõem a categorização dos espaços em termos de representações mentais (em uma perspectiva cognitiva) ou de construções de mundo (em uma perspectiva da semântica analítica) em que essas se tornam mais ou menos equiparadas a funções simbólicas. A pesquisadora admite que a solução para esse problema não é simples e gera outra questão, que é “quando nós verdadeiramente precisamos de espaços mentais?” (BRANDT, 2013, p. 213).

Essas questões nos levam a outras, cruciais para a teoria, cujas respostas Line Brandt busca, como sempre, ao percorrer um longo caminho entre outras abordagens que consideraram o assunto: o que é um espaço mental? Como podemos discernir a estrutura dos espaços? Qual a natureza do significado que está sendo construído?

Brandt opta por sustentar suas argumentações para corroborar ou questionar a TIC em análises nos exemplos clássicos² (principalmente metafóricos) de Fauconnier e Turner (2002). Com esse mesmo propósito, procura estudar as premissas da TIC com base em análises realizadas em diversos outros quadros teóricos, sejam eles do campo da Linguística Cognitiva (Lakoff; Johnson, Coulson, Sweetser), da Semiótica Cognitiva (P. A. Brandt, Talmy, Oakley), da Gramática de Construções e Stemática (Goldberg, P. A. Brandt), da Semiótica (Bundgaard), da Psicologia e Neurociência (Pöppel, Gibbs).

A partir dessas críticas, e tomando o modelo da integração conceptual de Fauconnier e Turner como ponto de partida, Brandt apresenta o modelo semiótico de integração conceptual do grupo de semiótica cognitiva da Universidade de Aarhus. Esse modelo é apresentado como uma alternativa que busca minimizar os problemas apontados, na medida em que tem uma orientação pragmática, sensível ao contexto e que incorpora análises específicas da produção de significados em seu contexto situacional de enunciação, além de permitir distinção entre a integração conceptual de signos de outros tipos de integração.

O modelo semiótico de integração conceptual prevê uma rede composta por, no mínimo, seis espaços, que podem ser de natureza ontológica ou semiótica. Segundo a pesquisadora, o espaço-base é aquele em que acontece a enunciação e em que se produzem os sentidos, noção mais próxima da noção de *ground* de Langacker (1999). Esse espaço é a base para a construção de todos os outros (apresentação, referência, *blend*, relevância e efeito de sentido).

2 A metáfora do “cirurgião e do açougueiro”, “cavar a própria cova” e do “papa boxeador”.

Fenomenologicamente falando, ao se comunicarem, as pessoas representam a situação de enunciação, e essa representação compartilhada é um pré-requisito para a construção do significado em um fenomundo em que tudo pode servir de objetos de pensamento, independentemente de sua possibilidade de existência fora da mente dos cognoscentes.

Na TIC, o que está sendo enunciado e como está sendo enunciado não são parâmetros para a construção de espaços de *input*, que podem ser múltiplos, aspecto veementemente criticado por Brandt, como vimos. Os espaços, na TIC, têm uma característica mais conceitual, tópica, do que discursiva.

Brandt conclui que o modelo semiótico de integração conceptual reflete o fato de que *blends* semióticos (em que um *input* se torna signo para outro) são construídos *online* e são sensíveis ao contexto, tanto em relação a como o conteúdo dos *inputs* é construído quanto à relevância semântica e pragmática da integração desses *inputs*. Ressalta esse aspecto por considerar que, na TIC, o significado não está ancorado em uma semiose, em uma instância enunciativa, mas no mundo mental privado de um conceptualizador. A ideia é chamar a atenção para o fato de que a reflexão fenomenológica sobre a construção de sentidos é indispensável para a análise semântica.

Na terceira e última parte, igualmente subdividida em dois capítulos, a semioticista enfatiza o objeto estético e busca aplicar o modelo semiótico de integração conceptual a análises de textos literários.

No capítulo quatro, busca correlacionar estratégias enunciativas empregadas em textos literários ao modelo semiótico da TIC para desvelar as construções semânticas intrincadas, por exemplo, em uma instância do pensamento contrafactual. No capítulo cinco, o mais breve de todos, Brandt volta sua atenção para o que denomina enunciação versificada, não natural, e explora aspectos semânticos, sintáticos, fonéticos, rítmicos e retóricos da iconicidade semiótica (*semiotic iconicity*) e sua contraparte, a não iconicidade (*aniconicity*). Propõe uma tipologia para a iconicidade na poesia, considerando as dimensões fonéticas, sintáticas, de quebra de linha (*enjambement*), performativa, rítmica, retórica e gráfica.

Com essa investida, pretende demonstrar que a aplicação da teoria da enunciação e do modelo semiótico de integração conceptual na análise de textos literários traz avanços para a Teoria da Literatura, mas que as Ciências Cognitivas seriam beneficiadas ao se tornarem mais atentas a aspectos da cognição humana que manifestam a natureza cultural da espécie, as nossas experiências estéticas da expressividade literária.

Dessa forma, essa articulação é profícua tanto para os estudos literários

quanto para os estudos cognitivos, desde que seja mantida uma coerência entre as premissas filosóficas, teóricas e metodológicas. Isso porque a linguagem literária não é deitadamente emoldurada no tempo e espaço, e a intenção não é elaborar uma representação descritiva de uma situação pragmática, mas sim considerar a dimensão da imaginação e da “ingenuidade expressiva” (p. 426). Por um lado, essa característica torna a literatura um caso interessante para a análise semiótica. Por outro lado, os estudos cognitivos podem oferecer vantagens metodológicas e epistemológicas para os estudos literários na medida em que propiciam o entendimento de que o objeto de estudo da literatura revela opções únicas em circunstâncias de produção muito particulares como indicativo de processos universais de construção de sentidos.

Por não se prender a uma descrição do estado de coisas em um fenômeno, a literatura tem seu foco nos espaços de referência e de predicção. Nesse sentido, é um “jogo de linguagem” singular: os participantes compartilham um momento de preocupação com uma não realidade, e as representações são configuradas em um espaço-base semiótico peculiarmente livre de restrições situacionais. Brandt ressalta a necessidade de levar em conta a existência de universais cognitivos e a relevância ontológica da enunciação de proposições inusitadas nos estudos sobre os processos cognitivos da produção literária.

Credito a essa empreitada uma grande inovação, no sentido de criar um novo modelo para análise cognitiva de textos literários. A partir do modelo semiótico de integração conceptual e de premissas da poética cognitiva, Line Brandt desenvolve uma proposta que busca obter uma análise de textos literários que seja validada pelos campos de conhecimento envolvidos – a literatura e a semiótica cognitiva.

Dada a natureza semiótica e pragmaticamente orientada do modelo teórico, é necessário levar-se em conta que toda enunciação sempre acontece na comunicação, como no espaço semiótico base, em que reconhecemos a existência da interação entre EU e TU. Como há discurso, há atenção compartilhada entre um enunciador e um enunciatário. Na produção de sentidos em texto literários, porém, há uma especificidade: o leitor está preparado para suspender a identificação pragmática das vozes dos interactantes e considerar um “estruturador do discurso”, uma agência intencional que seja responsável pelo conteúdo dos enunciados em jogo.

Dessa forma, há um encaixamento do espaço-base do narrador na matriz da enunciação (autoral), sem se preocupar com uma autenticidade empírica da identificação dos interactantes, como acontece no discurso pragmático (não literário). O narrador, um agente subjetivo intencional, é o responsável por

enquadrar, emoldurar (*to frame*) o espaço da estória em curso. Ele determina o conteúdo, o clima e a veredicação (*verediction*) dos enunciados. O espaço do narrador é uma criação anômala, um artefato literário em si mesmo e sobre si mesmo. Assim, a subjetividade é uma precondição para qualquer enunciado proposicional (BRANDT, 2013, p.470).

A semioticista conclui que é possível discernir a dimensão estética da poética cognitiva ao reconhecer o que está na base (*grounding*) da textualidade em padrões intersubjetivos da cognição. Sugere um projeto para o futuro no campo da poética cognitiva em que se reconheça uma estética cognitiva das produções literárias. Assim, seria criada, no campo da poética cognitiva, uma poética genuína (BRANDT, 2013, p. 497).

Os pesquisadores interessados em estudar a (inter)subjetividade no processo de interação discursiva, a enunciação fictiva e a enunciação poética à luz da teoria da integração conceptual na perspectiva semiótica, têm, em **The Communicative Mind**, uma referência segura para o seu trabalho. Ao criar seu próprio percurso teórico e metodológico, Line Brandt realiza, nas referências que faz a outros quadros teóricos, longas e cuidadosas revisitações, retomando e descrevendo princípios, premissas e abordagens metodológicas. Isso porque implementa uma integração interdisciplinar de teorias e métodos para desvelar as implicações da “presença do homem na linguagem”, como preconizou Benveniste.

Referências

BENVENISTE, Émile. **Problems in general linguistics**. Tradução de M. E. Meek. Coral Gables: University of Miami Press, 1971. (Miami Linguistics Series, 8). Título original: **Problèmes de linguistique générale**. Original publicado em 1966.

BRANDT, Line. **The communicative mind**: a linguistic exploration of conceptual integration and meaning construction. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars, 2013. 636 p.

BRANDT, Line; BRANDT, Per Aage. Cognitive poetics and imagery. **European Journal of English Studies**, v. 9, n. 2, p. 117-130, Aug. 2005.

BRANDT, Per Aage. From Gesture to Theatricality – On Enunciation and the

Art of Being Visible. In: **Spaces, domains, and meaning**: essays in Cognitive Semiotics. Bern: Peter Lang, 2004. p. 219-243.

FAUCONNIER, Gilles. **Mental spaces: aspects of meaning construction in natural language**. New York: Cambridge University Press, 1994.

FAUCONNIER, Gilles; TURNER, Mark. **The way we think**: conceptual blending and the mind's hidden complexities. New York: Basic Books, 2002.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Philosophy in the flesh**: the embodied mind and its challenge to western thought. New York: Basic Books, 1999.

LANGACKER, Ronald. Virtual reality. **Studies in the Linguistic Sciences**, v. 29, n. 2, p. 77-103, 1999.

PASCUAL, Esther. Fictive interaction within the sentence: a communicative type of fictivity in grammar. **Cognitive Linguistics**, v. 17, n. 2, p. 245-267, 2006.

TALMY, Leonard. **Toward a cognitive semantics**. Cambridge, MA: MIT Press, 2000. 2 v.

TURNER, Mark. **The origin of ideas: Blending, creativity, and the human spark.** New York, NY: Oxford University Press, 2014. 300 p.

The Origin of Ideas: Blending, creativity, and the human spark

Marco Antônio de Oliveira*

Desde a década de 1980, principalmente a partir dos trabalhos sobre metáfora (Lakoff; Johnson, 1980; Lakoff; Turner, 1989) e espaços mentais (Fauconnier, 1985), a área da linguística cognitiva vem se estabelecendo como uma das áreas de pesquisa mais interessantes. E é exatamente aí que a teoria da integração conceitual (*Blending Theory*) vem se impondo, numa série de textos importantes (Turner, 1996; Fauconnier, 1997; Fauconnier; Turner, 1998, 2002; Turner; Fauconnier, 1995). O cerne da teoria da integração conceitual é bastante evidente. A ideia básica é a de que as representações linguísticas indicam que as pessoas formam conceitos através de uma integração constante de informações provenientes de domínios diferentes de conhecimento e experiências. É como se a combinação de elementos velhos conduzisse à criação de elementos novos. E é isso que fazemos na nossa maneira de pensar corriqueira. Assim, dois, ou mais, espaços de entrada (*input spaces*), cada um deles entendido como uma rede de elementos significativos, unidos por relações internas, irão fornecer, com base nas semelhanças entre eles, elementos para a construção de um espaço mais abstrato, o espaço genérico, que irá refletir aquilo que os espaços de entrada têm em comum e que pode ser juntado num espaço novo, integrado (*blended space*). No caso da integração de escopo duplo, que é o principal tipo de integração considerada no livro, o mapeamento de espaços envolve redes potencialmente conflitantes. Nesse novo livro, Turner retoma, conforme ele mesmo nos informa na p. vii, uma série de artigos e capítulos de livros publicados anteriormente, fornecendo-nos, assim, um texto que, de certa forma, refaz todo o percurso da teoria da integração conceitual, levantando questões que ainda precisam ser esclarecidas e abrindo novas perspectivas de pesquisa.

O livro tem, ao todo, 300 páginas, distribuídas em dez capítulos, um apêndice, notas, referências e um índice remissivo.

O primeiro capítulo (*The human spark*) nos apresenta o tema central da obra,

* Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas).

a capacidade humana de criar ideias novas, que ultrapassam as situações locais imediatas. A pergunta que se coloca no início do livro é: o que é que somente os seres humanos são capazes de fazer? Segundo Turner o que nos diferencia das outras espécies é exatamente nossa capacidade de produzir ideias novas o tempo todo. E isso vem ocorrendo há pelo menos 50.000 anos. Essas ideias novas são capazes de influenciar outras mentes e de mudar o mundo. São elas que nos permitem ressignificar o mundo e os outros, conduzindo a novas ideias, de maneira recursiva. São elas que dão suporte à criatividade. Ideias novas não são instintos ou fruto deles, mas resultado de uma operação de integração de conceitos, ou *blending*. Assim sendo, somos nós, os seres humanos, a origem das ideias novas. Nós, e não outras espécies, nascemos com essa centelha que nos permite criar e entender novas ideias. Mas o que é essa operação de *blending*? Segundo Turner, trata-se da principal alavanca cognitiva da mente humana moderna. Na verdade, outras espécies são capazes de produzir integrações simples, mas o grande avanço evolucionário se deu quando o homem, e somente o homem, desenvolveu a capacidade para realizar um tipo de integração avançada, ou de escopo duplo, um tipo especial de *blending* que Turner apresenta no segundo capítulo. É importante dizer que as operações de *blending* se dão abaixo do nível de consciência, ou seja, o *blending* é tão natural para o ser humano que passa despercebido. Ainda no primeiro capítulo, o autor retoma as noções de espaço mental e de rede mental. Espaços mentais são pacotes, constructos ou cenários mentais, idealizados, que se estruturam a partir de diferentes frames. As redes mentais, por sua vez, são constituídas de espaços mentais conectados entre si, podendo apresentar vários tipos de conexões conceituais (identidade, espaço, tempo, entre outras) entre os espaços que as compõem. O que o autor nos mostra, ao longo do texto, é que podemos integrar (*blend*) espaços mentais numa rede mental de maneiras altamente criativas. A integração que daí resulta, por sua vez, é um novo espaço mental, caracterizado por um significado novo que daí emerge, e que pode servir de base para uma nova integração. Convém notar que os elementos e relações projetados numa integração de dois espaços mentais são sempre parciais e seletivos. Segundo Turner, uma das características do *blending* é a de colocar em escala humana porções de pensamento que, de outra forma, não poderíamos controlar. Uma rede mental não está necessariamente numa escala humana, mas o *blending* está e, desse modo, podemos pensar sobre a rede mental como um todo. Ou seja, o *blending* é uma pequena compressão encapsulada que nos permite lidar com o restante da rede mental. Enquanto compressão ela pode ser desencapsulada e expandida conforme as circunstâncias. As palavras iniciais de Turner, no

capítulo 1, fornecem um panorama geral do tema do livro. É no capítulo 2 (*Catch a fire*), no entanto, que o autor refina a noção de *blending*. O capítulo 2 procura responder a duas questões: (a) o que é o *blending*? (b) como ele surge? De início o autor nos apresenta evidências arqueológicas que comprovam que a capacidade humana para o *blending* não é algo novo. Ao comentar a estatueta do Homen-leão, uma peça de marfim de cerca de 32.000 anos, o autor salienta a antiguidade de uma cultura humana criativa. Para Turner, o que essa estatueta nos mostra é uma habilidade mental para a combinação de dois conceitos diferentes, o de homem e o de leão, num terceiro conceito, o de homem-leão, que não é nem um homem nem um leão. Esse caso nos mostra que o *blending* é sempre uma inovação, uma ideia nova. Em outras palavras, o *blending* é a origem das novas ideias. Essa ‘faísca humana’, uma espécie de dom da nossa evolução, que permite ao ser humano a integração de conceitos, surgiu por volta de 50.000 anos atrás, no período do Paleolítico Superior. Nesse ponto, o homem foi capaz de produzir representações para conceitos, o que permitiu a invenção e a preservação da cultura. Desde então somos capazes de ter novas ideias o tempo todo. É importante observar que nossos cérebros são limitados e, assim sendo, fazemos a integração conceitual através de processos biológicos que são limitados ao *aqui* e *agora*. O pensamento e a memória, por exemplo, estão infalivelmente presos ao *aqui* e *agora*. Mas, se as coisas são assim, como é que somos capazes de lidar com ideias que ultrapassam o *aqui* e *agora*? Segundo Turner, isso é possível porque o *blending* nos permite acomodar a vastidão do mundo numa escala com a qual a mente humana possa lidar. É o *blending* que nos permite lidar com a vasta rede mental. Essa integração conceitual é pequena o suficiente para ser transportada mentalmente e, ao mesmo tempo, passível de ser expandida para se conectar a situações reais. Um exemplo interessante que Turner desenvolve é o da concepção do *dia cíclico*. Sabe-se que nenhum dia é igual ao dia precedente ou ao que virá depois dele. São todos diferentes e não se repetem. Essa sequência infinita de dias não caberia na nossa memória de trabalho, não seria manobrável nem mentalmente portátil. Contudo, não temos nenhum problema com isso: fazemos uma integração conceitual dessa sequência infinita de dias na concepção do *dia cíclico*, ou seja, comprimimos as analogias, ou semelhanças, entre os vários dias na noção de DIA e, ao mesmo tempo, comprimimos as desanalogias, ou diferenças, na ideia das mudanças ocorridas no DIA. Em resumo, embora nenhum dia se repita, o *dia cíclico* (ou DIA) se repete. E é exatamente essa noção de *dia cíclico* que está numa escala humana, manobrável, podendo ser expandida a qualquer momento para atender a uma nova situação. Esse dinamismo entre a compressão e a expansão de ideias está sempre

envolvido no pensamento humano. É aí que o ser humano leva vantagem sobre as outras espécies: somente nós temos a habilidade de ampliar o alcance de nosso pensamento de modo criativo, sistemático, duradouro, rápido e repetido. Fazemos isso o tempo todo. E é a isso que se chama de integração conceitual avançada (ou de escopo duplo). A integração conceitual avançada ocorre quando dois espaços mentais de *input* apresentam estruturas organizacionais básicas conflitantes, como no caso do Homem-leão, ou quando as relações entre elas manifestam alguma distinção básica que, mesmo assim, são mescladas de tal modo que a integração entre elas exhibe apenas partes de cada uma delas, permitindo uma nova estrutura organizacional, como no caso do *dia cíclico* (que sempre começa com uma aurora e termina no crepúsculo, como qualquer dia).

Em seguida, Turner nos conduz, nos capítulos de 3 a 9, a uma série de comentários específicos sobre outros tipos de ideias e sua relação com a noção de *blending*. No capítulo 3 (*The Idea of You*) vemos como a integração conceitual avançada nos possibilita ter ideias sobre outros seres e sobre outras pessoas, sobre como lidar com elas e sobre como interagir com elas. Uma vez que não temos acesso direto à mente de outras pessoas, como sabemos quem elas são e como podemos entendê-las? O que fazemos é projetar a posse de uma mente, com base naquilo que conhecemos sobre nós. Fazemos a mesma coisa quando atribuímos uma mente a uma foca, um animal com muitas semelhanças anatômicas e de movimento com os humanos, semelhanças essas que sugerem atenção e intenção. Essa atribuição de uma mente a outras espécies e a outras pessoas é algo que fazemos constantemente. Essa ideia não é nova e, como Turner nos mostra, está presente nos trabalhos de Aristóteles, Hume e Darwin. O mesmo acontece nas mentes atribuídas a personagens de histórias infantis, nas quais animais são capazes de várias ações tipicamente humanas, como falar. É o caso do Pateta, do Pato Donald, do Mickey e do Scooby-Doo. O caso do Pato Donald é interessante, pois mostra como a projeção é realmente seletiva: a fala do Pato Donald não pode ser encontrada na fala natural de nenhum ser humano, nem podemos encontrar nenhum pato que fale. Mas o Pato Donald fala, e fala como um pato. No caso brasileiro, o Boto da Amazônia seria um bom exemplo de integração conceitual avançada: trata-se de um peixe que tem características e comportamentos humanos. Não é nem um peixe nem um homem; é o Boto das lendas amazônicas. Nesses casos, o que temos é uma realidade ficcional, que é criada numa rede mental e que só é real dentro dessa rede mental. Em resumo, acreditamos que, de fato, as pessoas possuem uma mente, embora não sejamos capazes de reconhecê-la. Nossa habilidade de conceber as pessoas como possuidoras de uma mente

plena depende da integração conceitual avançada, na qual projetamos aquilo que conhecemos a partir de nossas próprias mentes. No caso da ficção, fazemos isso numa rede mental fictícia. Mas, se pensarmos bem, todas as mentes atribuídas, inclusive as das pessoas, são ‘mentes fantasiadas’, uma vez que essas últimas não são acessíveis. Até seres inanimados ou abstratos podem receber uma mente atribuída, como lugares e brinquedos que falam e agem. Turner sustenta esse ponto com uma citação de Adam Smith. Um exemplo mais próximo seria o da figura de Pinocchio. E isso se faz através da integração conceitual avançada, que se presta à ancoragem de redes mentais difusas, permitindo-nos manobrá-las em escala humana. De outra forma essas redes mentais seriam inadaptáveis à nossa maneira de pensar. Sua função é, basicamente, a de comprimir informações em algo que possamos reter na mente. No que se refere àquilo que projetamos de nós mesmos na integração conceitual avançada, Turner se pergunta se há alguma regulamentação para isso. Podemos projetar o que quisermos ou há alguma limitação para isso? Sua resposta é clara: o que projetamos é limitado socioculturalmente. O capítulo 3 apresenta, ainda, como bonificação, uma discussão entre as ideias de Turner e as de Tomasello, ou seja, entre uma abordagem em termos de integração conceitual avançada e uma abordagem em termos de uma “teoria da mente”. A discussão, nesse momento, é bastante interessante e cabe ao leitor formar sua própria opinião a respeito. As seções finais do capítulo 3 especificam um pouco mais as condições em que a integração conceitual avançada se dá: ela depende de outras capacidades mentais, como a memória, a atenção e a percepção; depende também de um enquadramento sociocultural; depende de tempo e espaço, o que pode ser pontual ou permanente.

No capítulo 4 (*The Idea of I*), Turner comenta uma série de conceitos, como os de ‘ground’, de atenção compartilhada, de mente compartilhada, concentrando-se nas maneiras pelas quais a integração conceitual nos permite ter ideias sobre nós mesmos. A questão parece trivial, mas não é. Afinal, como conseguimos manter uma mesma ideia sobre nós mesmos, sobre quem somos, quando o nosso *self* se estende no tempo e no espaço? Fato é que construímos uma identidade estável, mesmo sob as condições de mudança que inevitavelmente recaem sobre nós. É claro que nossa identidade pode incorporar *nuances* diferentes, a depender da rede mental que esteja ativa em nosso cérebro nas circunstâncias do momento. Independentemente disso, nosso *self* se mantém estável e constante, como algo que encampa as eventuais diferenças e mudanças. Turner nos diz que as culturas procuram garantir esse *self* estável e constante de várias maneiras. Uma delas é através do nome próprio. Um nome próprio X se refere a um mesmo *self*, desde

seu nascimento até seu falecimento, não interessando as mudanças ocorridas ao longo do tempo. O ponto que Turner quer garantir aqui é: essa manutenção do *self* só é possível dentro de uma integração conceitual que comprima as analogias entre os vários estágios do *self* numa relação de identidade, relegando as desanalogias às mudanças ocorridas no *self* ao longo do tempo. Somente a integração conceitual nos permite dizer que se trata do mesmo *self* o tempo todo. É exatamente a possibilidade de integrar conceitualmente o *self* que nos ajuda a lidar com o enorme volume de material e informações disponíveis no restante da rede mental, material esse que recobre grandes porções de tempo, espaço e causa. Não fosse assim, não teríamos condições cognitivas de explorar e manobrar a vastidão dessa rede mental. Com relação às lembranças passadas, Turner nos diz que nós construímos um elemento que vai funcionar como um *self* prévio numa integração conceitual. E fazemos isso pela projeção de elementos de nosso *self* presente nessa integração conceitual. É assim que podemos garantir uma mente ao nosso *self* passado. E a razão para as coisas serem assim é simples: estamos biologicamente presos ao presente. Nenhum de nós tem como voltar ao passado. Até mesmo nossa memória é parte de nossa atividade biológica do presente. São nossas condições do presente que nos permitem ‘sentir’ as lembranças de um modo ou de outro. Resumindo, nosso *self* se situa em uma rede mental ampla, de modo distribuído por tempo, espaço, ponto de vista e foco, configurando-se de maneiras diferentes em situações diferentes. Ele é, na verdade, uma rede de ‘selves’. Se nosso *self* passado se faz pela integração conceitual de nosso *self* presente + nossa memória das condições passadas, nosso *self* futuro se faz pela integração conceitual de nosso *self* presente + um conjunto de condições imaginadas. Nesse ponto do texto, Turner faz uma contraposição interessante entre a teoria da integração conceitual, por um lado, e a teoria dos jogos, em suas várias manifestações, por outro lado. O que o autor nos mostra é que a mente não funciona como uma estratégia do tipo ‘*game-playing*’ e não deve ser vista em seu funcionamento como uma sequência de procedimentos. A mente é criativa. Criamos não apenas o nosso *self*, mas também o *self* de outros. E na interação com outros imaginamos todos que estamos prestando atenção às mesmas coisas. Nossas mentes e nossa atenção são, assim, compartilhadas. É essa rede integrada em termos de atenção compartilhada que é indispensável para o conceito de comunicação humana e nos fornece o enquadramento mental conhecido como ‘*ground*’. O ‘*ground*’ contém o falante, o ouvinte, o tempo e o espaço do evento de fala, sendo parte da interface que a consciência nos fornece para que possamos manobrar a realidade. A interpretação das expressões dêiticas, por exemplo, depende disso. Os ‘*grounds*’ podem aparecer em cascata,

como nas expressões que contêm verbos *dicendi*. Em resumo, o ‘ground’, como enquadramento mental básico para se entender a comunicação humana, é, ele mesmo, uma compressão de redes mentais vastas e complicadas.

No capítulo 5 (*Forbidden Ideas*), Turner comenta alguns dos resultados mais complexos da integração conceitual avançada, casos em que duas histórias diferentes e complexas, e fortemente conflitantes entre si, em termos de sua estrutura básica, são integradas de modo a dar margem à criação de ideias novas e poderosas. Esses casos mostram como a integração conceitual avançada permite juntar histórias aparentemente incompatíveis. A habilidade de construir histórias é uma das ferramentas centrais da cognição humana. É assim que tentamos entender o ambiente em que vivemos. O exemplo de abertura de Turner é o da serpente do Paraíso, uma serpente que fala e tem intenções malévolas. Trata-se, pois, de um agente mal-intencionado que faz coisas e interage com outros. É a integração conceitual avançada que nos permite fazer isso: imaginar agentes com intenções e ações, cada um deles imaginando intenções, crenças e planos com relação aos outros. Imaginar histórias desse tipo é próprio da espécie humana. Nas palavras de Turner, o fruto proibido é a integração de duas histórias em conflito. A questão que se coloca é: como é que duas histórias incompatíveis não se suprimem mutuamente na mente humana? E a resposta é: através da integração conceitual avançada. A integração conceitual avançada (i) mapeia elementos de duas histórias diferentes, (ii) projeta de maneira seletiva alguns dos elementos das histórias numa nova história integrada e (iii) cria ideias novas, numa estrutura emergente nova. Outra ideia desenvolvida aqui se refere à recursão inerente às integrações conceituais, *i. e.*, o resultado de uma integração conceitual pode servir de *input* a uma nova integração conceitual. Em resumo, a história do ‘fruto proibido’ é a história do ser humano moderno. Assim sendo, de acordo com Turner, chegou a hora de a ciência se preocupar com o descobrimento dos princípios que gerenciam a integração conceitual avançada, com os mecanismos que a tornam possível, com o modo como ele se desenvolve nas crianças e com a sua instalação na espécie humana. Sem dúvida, um projeto ousado.

No capítulo 6 (*Artful Ideas*) Turner nos mostra alguns dos padrões comuns e poderosos inerentes ao *como* integramos imagens visuais, especialmente aquelas ligadas à arte e ao cinema. Na verdade esse capítulo não traz nenhuma novidade importante, tratando-se apenas de uma extensão das ideias contidas nos capítulos anteriores, principalmente no capítulo 5. O que Turner desenvolve nesse capítulo é uma combinação da relação de *representação* com a relação de *analogia*, o que não chega a ser algo exatamente novo (cf. a noção de *mapeamento de estrutura*, de

Getner, 1983; a noção de *indução de esquema*, de Gick e Holyoak, 1983, e a noção de *integração de frames*, de Hofstadter e Gabora, 1989). O que o autor acentua é a transferência analógica básica, que permeia o pensamento humano.

No capítulo 7 (*Vast Ideas*), Turner contempla a seguinte questão: como é que as pessoas, presas biologicamente ao aqui e agora, são capazes de produzir ideias amplas e novas, ideias essas capazes de recobrir grandes porções de tempo, espaço, ação e causalidade que ultrapassam o aqui e agora? Ao considerar essa pergunta, Turner coloca em discussão as noções de ‘consciência estendida’, de Damásio, a noção de ‘consciência autoonética’, de Tulving, e os comentários sobre o ‘self’, de Neisser. Turner procura responder a uma série de objeções que podem ser colocadas à pergunta inicial que, afinal de contas, configura-se como um dos maiores problemas para as ciências da mente. Ao final da discussão, Turner apresenta sua resposta, a mesma que varre todo o livro: é a nossa capacidade para fazer integração conceitual avançada que nos possibilita tudo isso. Somente o ser humano é capaz de pensar e sentir além dos limites das medidas impostas à sua espécie. Ou seja, se o ser humano é limitado por uma escala humana, a integração conceitual avançada permite que ele crie redes mentais amplas *em escala humana* e, portanto manobráveis, o que permite encapsular todo o universo, ou o tempo e o espaço, em escala humana e lidar com essa vastidão. A integração conceitual avançada faz parte de sua natureza. É próprio do ser humano ter ideias amplas e lidar com elas sem nenhum estranhamento.

No capítulo 8 (*Tight Ideas*), Turner completa o ciclo aberto no capítulo 7. A questão agora é a seguinte: como é que criamos, através da integração conceitual avançada, ideias portáteis, em escala humana? Turner inicia sua discussão aqui com a exposição de dois fatos óbvios: (i) nosso modo de pensar está ligado ao modo como nosso corpo funciona, ou seja, pensar com o propósito de gerenciar o corpo já é algo automatizado em escala humana; (ii) para pensarmos além dos limites impostos pelo nosso corpo, precisamos criar integrações conceituais que se utilizem de algum padrão que já conhecemos a partir de nossos próprios corpos. O primeiro padrão corpóreo comentado é o da *simetria*. Por exemplo, nosso cérebro é capaz de mapear nosso lado direito para o esquerdo e vice-versa (simetria bilateral). Outros padrões comentados e exemplificados ao longo do capítulo são *evento-ação* e *personificação causal abstrata*. Mas a discussão mais ampla do capítulo envolve a interação entre a integração conceitual avançada e a memória de trabalho. Os comentários de Turner conduzem à seguinte afirmação: a integração conceitual avançada amplia a memória, tornando-a mais poderosa, na medida em que ela, a memória, não precisará reter toda a extensão da rede

mental, podendo se ocupar apenas da compressão que se aplica a toda essa rede. Em resumo, uma rede mental difusa se torna organizada e manobrável na sua compressão. Nos exemplos fornecidos por Turner podemos ver como essas compressões/integrações conceituais se valem de padrões derivados de padrões corpóreos. Ao acrescentar à discussão a memória de longo prazo Turner salienta que quanto mais poderosa ela for, mais ela pode contribuir com material conceitual de *input* para uma integração conceitual. Assim sendo, a integração conceitual, a memória de trabalho e a memória de longo prazo estão imbricadas. A integração conceitual e a memória se complementam no pensamento humano. Ao final do capítulo, Turner nomeia alguns dos tipos mais comuns de redes de integração conceitual, tais como: *hiper, simples, espelho, mudança, interação imaginada, ciclo, escopo simples, avançado* (ou *vórtice*, ou *escopo duplo*), *evento-ação*, entre outros, cada qual com seu padrão próprio. O que fica claro, ao final, é que a integração conceitual segue princípios e obedece a restrições, criando uma grande variedade de redes integradas, proporcionando-nos ideias novas e amplas.

No capítulo 9 (*Recurring Ideas*), Turner comenta um tipo especial de rede mental integrada – a rede cíclica –, que é aquela na qual o que é criado na integração conceitual se repete. O primeiro exemplo ao qual Turner recorre para seus comentários, talvez o mais evidente, se refere à nossa maneira de conceber o tempo. Uma vez que a concepção de uma sequência real de dias não é algo mentalmente portátil, nossa concepção de tempo cronológico não é mais que uma compressão. Em última instância falamos e pensamos em termos de padrões ou tipos gerais, e não em termos de casos específicos. No caso em questão, podemos ter dias, anos, estações do ano, décadas ou séculos cíclicos. Esses dias, anos ou estações do ano, na verdade, não se repetem, exceto dentro da compressão. As datas de aniversário fornecem um exemplo igualmente interessante: nascemos num dia específico, de um mês específico em um ano específico. Mas isso é projetado dentro do ano cíclico e, assim, podemos festejar nosso nascimento a cada ano. Eventos particulares e pontuais, como o aniversário e o Natal, têm raízes culturais, e é assim que organizamos nossas vidas. Turner amplia a ideia da rede cíclica para outros domínios e comenta outros casos de padrões que se repetem, como o pé métrico (no ciclo poético), o ritmo, as bases dos diferentes sistemas de contabilização, entre outros. Sendo assim, pode-se dizer que os seres humanos controlam melhor sequências infinitas quando os termos dessa sequência podem ser encapsulados num ciclo, na forma mais curta possível. É assim que nossa mente funciona. No entanto Turner aponta, também, que essa ‘facilidade’ só é verdadeira quando o ciclo é periódico. Se houver algum tipo de mudança na

estrutura interna do ciclo, as dificuldades irão aparecer. Turner se pergunta, então: no caso das redes mentais amplas, que tipos de integração conceitual são mais adaptados à maneira como nós pensamos?

No capítulo 10 (*Future Ideas*), o último, Turner especula sobre possíveis projetos futuros e faz alguns comentários sobre aquilo que não foi tratado no livro. O autor nos diz que a investigação da origem das ideias coloca tipos diferentes de perguntas. A primeira delas é: *O que a mente faz? Quais são os processos mentais acionados?* O livro se organizou de forma a responder a essa pergunta, examinando processos mentais que nos garantem a possibilidade de criar ideias novas. Respondendo, nossa mente faz o que faz pela possibilidade de fazer integração conceitual avançada. A segunda pergunta é: *Por que os seres humanos são como são? O que nos levou a sermos assim?* Essa é uma pergunta difícil de ser respondida, relacionada à evolução da nossa espécie. Afinal, não sabemos quais foram as causas que nos conduziram ao nosso estado atual. Embora Turner não se aprofunde nessa questão, é importante notar que outros pesquisadores se ocuparam dela, como Gabora (2003), que examina as hipóteses disponíveis para se explicar aquilo que ela chama de *revolução do Paleolítico Superior*. A terceira pergunta é: *Como os processos biológicos relativos ao cérebro e a outros sistemas sustentam a mente?* Essa terceira pergunta também não tem resposta fácil, uma vez que a neurociência ainda não avançou muito no tratamento do pensamento de ordem superior. Por exemplo, não há nenhuma técnica de imagem cerebral que consiga detectar a integração conceitual. Contudo, embora as questões sobre o *Por quê?* e o *Como?* não sejam fáceis de responder, ainda assim Turner tece uma série de comentários interessantes sobre ambas, sugerindo possíveis caminhos e expectativas futuras. Embora as sugestões apresentadas tenham todas elas um caráter especulativo, vale a pena considerá-las.

O livro termina com um Apêndice (*The Academic Workbench*), no qual Turner retoma a gênese da hipótese da integração conceitual avançada, referindo-se principalmente a seu trabalho e ao trabalho conjunto com Fauconnier e, além disso, comenta uma série de outros trabalhos que evoluíram a partir dessa hipótese, envolvendo tópicos de natureza gramatical e uma abordagem experimental. Ao final, o autor afirma, muito modestamente, que a integração conceitual avançada resolve o problema central da linguagem, que pode ser resumido assim: como é que, com apenas um número limitado de pares de forma e sentido, podemos falar sobre uma infinidade de situações significativas? Para Turner, a integração conceitual avançada permite a compressão de espaços mentais diferentes e, nesse processo, projeta formas linguísticas oriundas de cada um desses espaços de *input*

nessa compressão para expressar novos significados. Assim, um número limitado de pares de forma e sentido pode ser usado para expressar significados novos e ilimitados.

A questão a que precisamos responder agora é: vale a pena ler o livro? Embora a obra não apresente, a rigor, nenhuma novidade teórica, deixando ainda algumas lacunas que poderiam alimentar alguns pontos de discussão teóricos, conforme apontei para os capítulos seis (6) e dez (10), e embora os exemplos sejam excessivos e, talvez, pudessem ser reduzidos à metade (mas parece-me que essa é uma característica dos textos de Turner), ainda assim, recomendo fortemente a leitura do livro, por sua abrangência, pelo modo extremamente agradável como as ideias são apresentadas, pela minúcia com que o *blending* de escopo duplo é tratado e pelas perspectivas que ele abre para trabalhos e pesquisas futuros. Esse é um livro que precisa ser lido e estudado, mormente pelos interessados na área da linguística cognitiva.

Referências

FAUCONNIER, Gilles. **Mental spaces**: Aspects of meaning construction in natural language. Cambridge, MA: MIT Press, 1985.

FAUCONNIER, Gilles. **Mappings in thought and language**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1997.

FAUCONNIER, Gilles; TURNER, Mark. Conceptual integration networks. **Cognitive science**, v. 22, n. 2, p. 133-187, 1998.

FAUCONNIER, Gilles; TURNER, Mark. **The way we think**: Conceptual blending and the mind's hidden complexity. New York: Basic Books, 2002.

GABORA, Liane. Contextual focus: A cognitive explanation for the cultural transition of the Middle/Upper Paleolithic. In: ANNUAL MEETING OF THE COGNITIVE SCIENCE SOCIETY, 25., 2003, Boston. **Proceedings...** Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum, 2003.

GENTNER, Dedre. Structure-mapping: A theoretical framework for

analogy. **Cognitive science**, v. 7, p. 155-170, 1983.

GICK, Mary L.; HOLYOAK, Keith J. Schema induction and analogy transfer. **Cognitive Psychology**, v. 15, p. 1-38, 1983.

HOFSTADTER, Douglas; GABORA, Liane. Synopsis of a workshop on humor and cognition. **Humor**, v. 2, n. 4, p. 417-440, 1989.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metaphors we live by**. Chicago, IL.: University of Chicago Press, 1980.

LAKOFF, George; TURNER, Mark. **More than cool reason: A field guide to poetic metaphor**. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1989.

TURNER, Mark; FAUCONNIER, Gilles. Conceptual integration and formal expression. **Metaphor and symbolic activity**, v. 10, p. 183-204, 1995.

TURNER, Mark. **The literary mind: The origins of language and thought**. New York: Oxford University Press, 1996.



PUC Minas

Programa de Pós-graduação em Letras

Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros - CESPUC

Av. Dom José Gaspar, 500 • Coração Eucarístico

30535-901 • Belo Horizonte • Minas Gerais